

**DANIEL FREITAS DE OLIVEIRA**

**O JORNAL A CRUZ: IMPRENSA CATÓLICA E DISCURSO  
ULTRAMONTANO NA ARQUIDIOCESE DE CUIABÁ (1910-1924)**

**DOURADOS**

**2016**

**DANIEL FREITAS DE OLIVEIRA**

**O JORNAL A CRUZ: IMPRENSA CATÓLICA E DISCURSO  
ULTRAMONTANO NA ARQUIDIOCESE DE CUIABÁ (1910-1924)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Fronteiras, Identidades e Representações.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin.

**DOURADOS**

**2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

O48j	Oliveira, Daniel Freitas De O jornal <i>A Cruz</i> : imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924). / Daniel Freitas De Oliveira. – Dourados: UFGD, 2016. 223 f. : il. ; 30 cm.  Orientador: Jérri Roberto Marin Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Inclui bibliografia.  1. Jornal <i>A Cruz</i> . 2. Imprensa. 3. Ultramontanismo. I. Título.
------	--

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

**DANIEL FREITAS DE OLIVEIRA**

**O JORNAL A CRUZ: IMPRENSA CATÓLICA E DISCURSO  
ULTRAMONTANO NA ARQUIDIOCESE DE CUIABÁ (1910-1924)**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e Orientador:  
Jérri Roberto Marin (Dr., UFGD)

---

2º Examinador:  
Cândido Moreira Rodrigues (Dr., UFMT)

---

3º Examinador:  
Fernando Perli (Dr., UFGD)

---

Aos meus pais, Elsa e Ozéias.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Jérri Roberto Marin, pela orientação, zelo, paciência, confiança e amizade. Em todos os momentos da pesquisa, mesmo aqueles em que nos encontrávamos em países diferentes, pude contar com o apoio e o cuidado na execução do trabalho. Muito obrigado, professor!

Ao professor André Dioneu, pela amizade e solicitude desde os primeiros passos desta pesquisa.

Aos professores Cândido Rodrigues e João Carlos, pelas valiosas observações que fizeram na Banca de Qualificação.

À professora Elizabeth Madureira, pela ajuda e sugestões com documentos.

À professora Rosana Zanelatto, pela motivação e apoio.

Ao Pe. Felisberto, pela amizade e por permitir o acesso aos documentos de que precisava.

À professora Lilian Cardoso, pela solicitude.

Aos amigos Daniel Ventura, Neuza Durães, Vinícius Rajão, Bruna David, Bruno Tulux, Bruno Rafael, Élcio Adania e Thiago Froes, pelo apoio irrestrito durante o processo de escrita deste trabalho.

Aos colegas de Mestrado, Ana Paula Padilha, Fernando Dagata, Débora, Adriano, Claudomiro, Jéssica, José Augusto e Nelson. Agradeço-lhes o companheirismo, as boas conversas, as caronas, a motivação e a amizade.

Aos meus pais, Elsa e Ozéias, e a meus irmãos, Thiago, Débora e Saulo, pelo apoio incondicional.

À minha esposa Nádia, pelo companheirismo e paciência durante todos esses anos. Sem a sua compreensão e o seu apoio, teria sido muito mais difícil a execução deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou esta pesquisa, sendo essencial para a boa execução do trabalho.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo principal analisar o processo de criação do jornal católico *A Cruz* entre os anos de 1910 e 1924, e os discursos ultramontanos contidos em suas páginas, especialmente sobre o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria. Primeiramente, demonstrou-se que o surgimento do periódico *A Cruz* esteve relacionado a importantes transformações culturais, econômicas e sociais que ocorreram em Mato Grosso, especialmente na cidade de Cuiabá, no último quartel do século XIX, momento em que chegavam ao País novas religiões e doutrinas ideológicas, tornando a competição pelo mercado religioso mais complexa, competitiva e diversificada. Esse novo cenário representou uma ameaça à Igreja Católica, que em Cuiabá era liderada por D. Carlos Luis D'Amour, prelado de concepções ultramontanas que durante o seu bispado buscou reformar as práticas dos fiéis e do clero. D. Carlos desentendeu-se inúmeras vezes com as autoridades civis e com a sociedade local, o que culminou em críticas à sua pessoa e ao clero na imprensa e em manifestações públicas. O objetivo do jornal era formar uma opinião pública favorável à Igreja Católica e defendê-la das críticas que recebia, sobretudo o bispo e o clero; mobilizar a opinião pública a favor do catolicismo; deslegitimar as outras religiões e ideologias condenadas pelos Papas; evangelizar e instruir os leitores. Em um segundo momento, foram analisados os aspectos materiais, a composição da redação e os colaboradores, além das estratégias editoriais do jornal *A Cruz*. A análise do corpo redatorial demonstrou que se tratavam de membros da elite cuiabana e do clero que gozavam da confiança do bispo D. Carlos, especialmente o redator-chefe do periódico, frei Ambrósio Daydé. Imbuídos do ideal da boa imprensa católica, que era defendido e incentivado pela hierarquia eclesiástica brasileira e pelos Papas, os redatores do periódico *A Cruz* promoveram diversas campanhas contra a má imprensa, que congregava todo e qualquer impresso que fosse contra os valores defendidos pelo catolicismo. Envolveram-se também em debates políticos, o que trouxe riscos para a existência do periódico e para seu redator-chefe. Por fim, demonstrou-se, por meio da análise dos discursos sobre o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria, que o jornal *A Cruz* foi uma estratégia da Igreja Católica em Cuiabá para deslegitimar a presença dos novos concorrentes religiosos, que passaram a disputar espaços no mercado de bens simbólicos e que, por isso, eram classificados como seitas, frutos do erro e do obscurantismo e, muitas vezes, associados ao diabo.

**Palavras-chave:** Jornal *A Cruz*. Imprensa. Ultramontanismo.

## ABSTRACT

This study aimed to examine the process of creation of the Catholic newspaper *A Cruz* between 1910 and 1924, and its ultramontane discourses, especially on Protestantism, spiritualism and Freemasonry. First of all, it was shown that the creation of *A Cruz* was related to important cultural, economic and social changes that occurred in Mato Grosso, especially in the city of Cuiabá, in the last quarter of the nineteenth century, when new religions and ideological doctrines arrived in the country, making the competition for the religious market more complex, competitive and diversified. This new scenario represented a threat to the Catholic Church, which, in Cuiabá, was led by D. Carlos Luis D'Amour, a prelate of ultramontane conceptions who, during his bishopric, sought to reform the practices of the faithful and of the clergy. D. Carlos has had several disagreements with the civil authorities and the local society, which culminated in criticism of his person and of the clergy in the press and in public demonstrations. The aim of the paper was to form a public opinion favourable to the Catholic Church and defend it from the criticism it used to receive, especially the bishop and the clergy; mobilise public opinion in favor of Catholicism; delegitimise other religions and ideologies condemned by the Popes; evangelise and educate the readers. Afterwards, the material aspects, the composition of the editorial staff and the collaborators were analysed, as well as the editorial strategies of the newspaper *A Cruz*. The analysis of the editorial body demonstrated that they were members of the elite of Cuiabá and members of the clergy in whom Bishop D. Carlos trusted, especially the editor-in-chief of the journal, Father Ambrósio Daydé. Imbued with the ideal of the "good Catholic press", which was supported and encouraged by the Brazilian Church hierarchy and by the Popes, the editors of *A Cruz* promoted several campaigns against "bad press" (i.e., all the prints that were against the values espoused by Catholicism). They were also involved in political debates, which brought risks to the existence of the newspaper and to its editor-in-chief. Finally, it was demonstrated, through the analysis of the discourses on Protestantism, spiritualism and Masonry, that the newspaper *A Cruz* was a strategy used by the Catholic Church in Cuiabá to delegitimise the presence of new religious competitors, who had to compete for spaces in the market of symbolic goods and, therefore, were classified as sects, results of error and of obscurantism and often associated with the devil.

**Keywords:** Newspaper *A Cruz*. Press. Ultramontanism.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Foto de D. Carlos Luiz D’Amour .....	27
<b>Figura 2</b> – Ilustração da revista <i>A Reacção</i> .....	54
<b>Figura 3</b> – Foto dos redatores do jornal <i>A Cruz</i> .....	83
<b>Figura 4</b> – Foto de Frei Ambrósio.....	85
<b>Figura 5</b> – Foto de Frei Ambrósio.....	89
<b>Figura 6</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 15 de maio de 1910.....	129
<b>Figura 7</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 1º de janeiro de 1911.....	130
<b>Figura 8</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 15 de maio de 1911.....	131
<b>Figura 9</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 15 de maio de 1912.....	132
<b>Figura 10</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 15 de maio de 1913.....	132
<b>Figura 11</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 15 de maio de 1914.....	133
<b>Figura 12</b> – Capa do jornal <i>A Cruz</i> de 15 de maio de 1917.....	133
<b>Figura 13</b> – Ilustração do jornal <i>A Cruz</i> .....	191
<b>Figura 14</b> – Ilustração do jornal <i>A Cruz</i> .....	192
<b>Figura 15</b> – Ilustração do jornal <i>A Cruz</i> .....	193
<b>Figura 16</b> – Ilustração do jornal <i>A Cruz</i> .....	196

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACMC** – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá.

**APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso.

**LSCMT** – Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso.

**LMLP** – Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores.

**NDIHR** – Núclero de Documentação e Informação Histórico Regional.

**OTR** – Ordem Terceira Regular.

**PRC** – Partido Republicano Conservador.

**PRMG** – Partido Republicano Mato-Grossense.

## SUMÁRIO

Lista de figuras.....	08
Lista de abreviaturas e siglas.....	09
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>I – D. CARLOS LUIS D’AMOUR E O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA IMPRENSA CATÓLICA EM CUIABÁ .....</b>	<b>22</b>
1.1) Tensões e crises no episcopado de D. Carlos Luiz D’Amour .....	25
1.2) A <i>Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores</i> e o anticlericalismo em Cuiabá .....	46
1.3) A boa imprensa em Cuiabá: a criação da <i>Liga Social Católica Brasileira de Matto-Grosso</i> e do jornal <i>A Cruz</i> .....	58
<b>II – O JORNAL A CRUZ: ESTRATÉGIAS EDITORIAIS, POLÍTICAS E A OFENSIVA CATÓLICA .....</b>	<b>75</b>
2.1) A redação d’ <i>A Cruz</i> .....	77
2.2) Os posicionamentos políticos do jornal <i>A Cruz</i> .....	102
2.3) O título e os projetos editoriais.....	115
2.4) Capas, formatos, seções e valores da assinatura.....	127
2.5) Distribuição e tiragens.....	139
<b>III – OS DISCURSOS DO JORNAL A CRUZ: ESPIRITISMO, PROTESTANTISMO E MAÇONARIA .....</b>	<b>145</b>
3.1) Os protestantes .....	151
3.2) O espiritismo.....	169
3.3) A Maçonaria.....	185
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>206</b>
<b>Fontes e referências.....</b>	<b>210</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>218</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar o jornal católico *A Cruz* surgiu em fins de 2012, meses depois de eu ter defendido o Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande. Durante a elaboração de meu TCC, no qual analisei o Tenentismo em Mato Grosso, realizei diversas visitas ao Arquivo Estadual de Mato Grosso do Sul, para examinar jornais microfilmados. Ali tive o meu primeiro contato com o periódico *A Cruz*. Ao finalizar a elaboração do TCC, pensei em dar continuidade à pesquisa. No entanto, as fontes de que eu necessitava encontravam-se disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em conversa com o professor André Dionei Fonseca, na ocasião professor do Curso de História da UFMS, e, atualmente, docente do Curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, discorremos sobre a viabilidade de se escrever um projeto de pesquisa para dar continuidade aos estudos sobre o Tenentismo em Mato Grosso. Ele me alertou sobre as dificuldades que encontraria caso não obtivesse acesso às fontes de que precisava, e, ainda, me indagou sobre os jornais que utilizei no trabalho da graduação. Então, me lembrei do periódico *A Cruz*. Após discutirmos sobre algumas possibilidades de pesquisa com o jornal católico, o professor André comentou sobre a possível conexão do periódico *A Cruz* com o ultramontanismo. Resolvi, a partir daquele momento, ler alguns exemplares microfilmados do jornal no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, na hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, além de trabalhos que tiveram por fonte o jornal *A Cruz*. Reuni diversos apontamentos e iniciei a escrita do projeto que apresentei ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), em fins de 2013.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de criação do jornal católico *A Cruz* e os discursos ultramontanos em suas páginas, sobretudo em relação ao protestantismo, ao espiritismo e à Maçonaria. Além disso, enfocam-se os aspectos internos do jornal (capa, paginação, seções, tiragem, valor de assinatura, ilustrações, etc.), o projeto editorial, o perfil dos redatores, quem eram os colaboradores e os correspondentes, as fontes de financiamento, tudo isso de acordo com os pressupostos metodológicos da bibliografia acerca do uso de fontes

periódicas com fonte e objeto, aspectos estes importantes para a compreensão dos discursos propagados pelo periódico.

O aparecimento do periódico marcou o início da imprensa católica em Cuiabá e está relacionado às disputas pelo mercado de bens simbólicos entre a Igreja Católica e as novas religiões e ideologias que buscavam alargar sua presença e conquistar novos adeptos no Brasil, desde o final do século XIX. O mercado religioso em Cuiabá tornou-se mais competitivo, diversificado e complexo, exigindo uma ofensiva diante desse novo cenário. Havia também exigências e pressões da hierarquia eclesiástica brasileira e da Santa Sé pela expansão da boa imprensa no Brasil.

A análise dos discursos do periódico *A Cruz* demonstra que havia uma convergência com os interesses da hierarquia eclesiástica mato-grossense e brasileira, em comunhão com os pontífices ultramontanos ao condenar seus principais inimigos: o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria, mas também o positivismo, o ensino leigo nas escolas públicas, a catequese indígena leiga, o divórcio, o laicismo na Constituição, o comunismo, o socialismo, o anarquismo, entre outros. Para esta pesquisa, foram selecionados apenas o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria, por serem mais recorrentes nas páginas do jornal.

O recorte temporal corresponde aos anos de 1910 a 1924 e leva em consideração o ano de fundação do jornal, em 1910, dentro de um contexto de disputas acirradas entre católicos e livres pensadores, e o momento em que houve a primeira troca de direção do periódico, em 1924. No entanto, para analisar a criação da imprensa católica em Cuiabá, foi preciso recuar até a gestão de D. Carlos, desde a sua posse em 1879, e estudar seus embates com as autoridades civis, com o clero, com os leigos e com a sociedade. Durante os seus primeiros 14 anos de existência, *A Cruz* foi dirigida por seu fundador e redator-chefe, frei Ambrósio Daydé. Com a transferência deste da diocese de Cuiabá, a direção do jornal passou para José de Mesquita, e o periódico passou por mudanças em seu projeto editorial e tornou-se menos combativo e mais noticioso, segundo afirmações do próprio Mesquita. *A Cruz* circulou semanalmente<sup>1</sup> entre 1910 e 1969, somando um total de 2.890 edições publicadas. Trata-se, portanto, de um dos periódicos mais importantes de Mato Grosso e que necessitava de pesquisas mais aprofundadas.

O jornal foi utilizado como fonte por diversos estudiosos, contudo, são poucos os trabalhos que o pesquisaram como objeto central dos seus estudos. Lilian A. M. Cardoso, por exemplo, fez uso de *A Cruz* em sua monografia de graduação para estudar as matérias do jornal na campanha contra a reforma educacional empreendida pelo governo de Mato Grosso em

---

<sup>1</sup> Em seu primeiro ano de existência, o jornal *A Cruz* era publicado a cada duas semanas.

1910<sup>2</sup>. Em seu estudo, ela apresentou considerações importantes sobre a linha editorial do jornal, os principais temas de suas publicações e aspectos gerais ligados à sua materialidade. No entanto, o seu enfoque permaneceu sobre as matérias relacionadas ao ensino e a educação.

Otávio Canavarros utilizou o jornal *A Cruz* para estudar a história da leitura na imprensa de Cuiabá entre os anos de 1910 e 1940. Em sua pesquisa, discorreu sobre a primeira década de existência do periódico católico, o seu contexto de fundação, as suas principais campanhas e polêmicas, a sua política editorial, seções, gêneros, paginação e tiragem<sup>3</sup>. No entanto, as considerações apresentadas pelo autor não contemplaram uma análise mais aprofundada do periódico, tendo em vista que seu enfoque não era especificamente o jornal *A Cruz* e sim a história da leitura na imprensa de Cuiabá.

As pesquisadoras Tânia Zimmermann e Ana Carolina Oliveira Carlos fizeram uso do periódico *A Cruz* para escrever um artigo sobre as representações de gênero presentes em suas publicações entre os anos de 1910 e 1915<sup>4</sup>. As considerações das autoras privilegiaram as representações do jornal sobre o papel ideal da mulher na família e na sociedade.

Rafael Adão, em sua pesquisa de iniciação científica, utilizou o jornal *A Cruz* para pesquisar o discurso integralista e anticomunista do jornal entre as décadas de 1930 e 1940, e publicou os resultados em forma de artigo<sup>5</sup>. Em suas considerações, o autor demonstrou a aproximação do discurso do periódico *A Cruz* com os ideais do integralismo, ao mesmo tempo em que houve uma oposição ao comunismo.

Apesar dos trabalhos desses pesquisadores, existem aspectos do jornal *A Cruz* que podem ser aprofundados, em se tratando de um periódico tão importante na imprensa de Mato Grosso. Assim, este estudo amplia o estudo de *A Cruz*, sem pretender esgotar as possibilidades de pesquisas do periódico enquanto fonte e objeto.

Um dos conceitos utilizados neste trabalho é o de ultramontanismo. Segundo Ivan Aparecido Manoel, o ultramontanismo ou catolicismo ultramontano pode ser entendido como “[...] a política católica, entre 1800 e 1960, assentada nos seguintes fundamentos: 1) condenação do mundo moderno; 2) centralização política e doutrinária na Cúria Romana e 3) adoção da

---

<sup>2</sup> CARDOSO, L. A. M., *O Jornal “A Cruz”*: uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920).

<sup>3</sup> CANAVARROS, O., *Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá (1910)*.

<sup>4</sup> ZIMMERMANN, T.; CARLOS, A. C. O., *Relações e representações de gênero no jornal A Cruz (1910-1915) de Mato Grosso*.

<sup>5</sup> ADÃO, R., *Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930 -1940*: uma análise do jornal *A Cruz*.

medievalidade como paradigma sócio-político”<sup>6</sup>. O ultramontanismo surgiu após o advento do mundo moderno, que, entre outras coisas, foi marcado por: Renascimento Cultural e o antropocentrismo em oposição ao teocentrismo medieval; Iluminismo, que pregava o racionalismo e o progresso da ciência como único caminho para o progresso da humanidade; consolidação do mundo burguês, liberal e democrático e das práticas capitalistas que se sobrepunham ao sistema feudal; e, principalmente, no século XIX, as ideias dos pensadores evolucionistas e socialistas, os primeiros contrariando o dogma católico da criação da humanidade e os últimos condenando (a exemplo de muitos iluministas) a existência da religião e prevendo o seu fim. Em suma, a Igreja Católica perdia a preeminência social que teve durante séculos.

Segundo Manoel, o ultramontanismo se desenvolveu a partir do processo de *autocompreensão*<sup>7</sup> da Igreja Católica dos riscos do mundo moderno para o exercício de sua preeminência social. A partir de tal constatação, os sumos pontífices buscaram centralizar em suas mãos as ações da Igreja contra o mundo moderno, a exemplo da instituição da infalibilidade papal, estabelecida no Concílio Vaticano I, em 1869 e 1870. Mas não se deve pensar o ultramontanismo apenas como uma tentativa da Igreja Católica em manter a supremacia social que assegurara durante o medievo. Segundo Manoel, ele deve ser pensado no contexto da filosofia católica da história; para o pesquisador, as filosofias da história são “[...] um conjunto de teorias, explicações e interpretações a respeito dos fatos considerados históricos”<sup>8</sup> que buscam responder às questões centrais da humanidade. Em outras palavras, as filosofias da história buscam, a partir de sua interpretação dos fatos históricos, explicar a própria humanidade, seu processo histórico desde o início e como este deve permanecer ou se modificar. E não somente isso: os criadores das filosofias da história “[...] se arrogam no direito, senão o dever, de ensinarem a todos o ‘reto caminho’ para a felicidade social e individual, bem como se atribuem uma espécie de ‘dever moral’ de eliminar os recalcitrantes, os rebeldes”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 9.

<sup>7</sup> Segundo Augustin Wernet, que estudou a inserção do ultramontanismo no Brasil, o conceito de autocompreensão deve ser entendido como as “[...] diversas maneiras de auto-entendimento, diversas imagens que a Igreja, a ‘assembleia de cristão’, teve de si mesma; auto-compreensões marcadas pela superestrutura de cada época, seja nas suas formas institucionais, seja na sua linguagem e em seus modos de pensar”. WERNET, A., *A imprensa paulista no século XIX*, p. 12.

<sup>8</sup> MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 13.

<sup>9</sup> MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 15.

A filosofia católica da história considera que a humanidade foi criada por Deus à sua imagem e semelhança e assim deveria permanecer eternamente, porém com o Pecado Original a humanidade rompeu com os preceitos divinos, quando buscou igualar-se ao Criador, comendo o fruto da sabedoria; esse pecado fez o homem perder sua condição de imortal. Porém, ainda segundo essa concepção católica da história, a humanidade teve uma segunda chance; o resgate divino veio por meio de Jesus Cristo, filho de Deus, que transmitiu à Igreja Católica a missão de evangelizar e santificar a humanidade até a sua volta no Juízo Final. Portanto, Criação, Queda e Parúsia são os eixos norteadores da filosofia católica da história. “A história do homem é a sua marcha progressiva em direção ao maior aperfeiçoamento possível [...] para garantir o seu ingresso na eternidade, ao lado de Deus”<sup>10</sup>. O ultramontanismo não foi apenas uma reação da Igreja Católica contra o mundo moderno, mas também está relacionado à missão salvífica dessa instituição, que via a humanidade caminhando a passos largos para o caminho da perdição.

Manoel assinala que, por se tratar de um conceito que abarca um amplo período (1800-1960), o ultramontanismo foi marcado por continuidades e modificações, sendo três as principais mudanças pelas quais passou: 1º momento: entre os pontificados de Pio VII (1800-1823) e Pio IX (1846-1878), a condenação ao mundo moderno ficou no âmbito do discurso (Encíclicas papais); 2º momento: pontificado de Leão XIII (1878-1903), período em que o discurso é fortificado pela ação concreta na realidade e pela aceitação, mesmo que parcial e restritiva, da noção de democracia; 3º momento: entre os pontificados de Pio X (1903-1914) e Pio XII (1939-1958), marcado pela *Ação Católica*<sup>11</sup>, ou seja, ao discurso sobrepôs-se a prática, e as ações contribuíram para o surgimento das contradições que levaram ao Concílio Vaticano II<sup>12</sup>.

A criação do jornal *A Cruz* ocorreu durante o pontificado de Pio X (1903-1914). É o início do terceiro momento do ultramontanismo, caracterizado pela formação da *Ação Católica*, pela articulação entre clero e laicato em prol da defesa dos interesses da Igreja Católica no combate às ideologias e às religiões concorrentes. No período compreendido entre 1878 e 1921,

---

<sup>10</sup> MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 18.

<sup>11</sup> Em *A ação católica brasileira: notas para estudo*, Manoel tece apontamentos sobre a Ação Católica e sua inserção no Brasil. Na concepção do autor, a Ação Católica surgiu a partir do pontificado de Pio X (1903-1914) e foi marcada pela ação substituindo o discurso por si só. Nesse sentido, ações concretas, organizadas e hierarquizadas contra o mundo moderno seriam realizadas pelo laicato em conjunto com o clero. MANOEL, Ivan. A., *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*, p. 207-215.

<sup>12</sup> MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 12.



a Diocese/Arquidiocese de Cuiabá foi dirigida por D. Carlos Luiz D'Amour, prelado de concepções ultramontanas que desde o início de seu bispado buscou reformar o clero e as práticas religiosas dos fiéis, combater o protestantismo, a Maçonaria e o espiritismo; também se opôs às mudanças jurídicas do regime republicano que fossem em detrimento dos interesses da Igreja Católica. Devido à sua postura de enfrentamento, se desentendeu com as autoridades civis, com o clero, com os fiéis, com praticantes de outras religiões e com um grupo em especial, os livres pensadores, que defendiam e propagavam as reformas impostas pelo regime republicano, especialmente aquelas embasadas no positivismo. Esse grupo criou, em 1909, a *Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores*, composta por indivíduos da alta sociedade cuiabana, muitos deles maçons e ocupantes de cargos importantes na administração pública. Em 1909, os livres pensadores fundaram uma revista para propagar suas ideias, intitulada *A Reacção* (1909-1914), de forte teor anticlerical. Seus ataques contra o bispo D. Carlos, contra o clero cuiabano e a Igreja Católica motivaram um grupo de católicos da elite cuiabana a fundar, no ano seguinte, a *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, com o fim de financiar e viabilizar a imprensa católica. O objetivo de criar um jornal católico era defender o bispo, mobilizar os fiéis em defesa da Igreja Católica, construir uma opinião pública favorável ao catolicismo, evangelizar e instruir os leitores.

Para a análise desse cenário de disputas pelo mercado religioso e ideológico entre católicos, livres pensadores, espíritas, protestantes, maçons e agnósticos, e que culminou na criação da imprensa católica em Cuiabá, utilizam-se as considerações teóricas de Pierre Bourdieu e o conceito de campo religioso. De acordo com o referido autor:

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo [...] é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (como se vê todas as vezes que uma revolução simbólica [...] vem redefinir as próprias condições de acesso ao jogo, isto é, as propriedades que aí funcionam como capital e dão poder sobre o jogo e sobre os outros jogadores). Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que, quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> BOURDIEU, P., *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*, p. 19.

Nesse sentido, o campo religioso é caracterizado por diversas relações de forças, de disputas pelo poder e pela monopolização do capital simbólico, de lutas entre instituições, entre os diferentes agentes e entre esses e os consumidores de produtos desse mercado. O objetivo é excluir e deslegitimar os concorrentes, a fim de obterem o domínio completo do trabalho do outro. Desse modo, devem ser analisadas as estratégias adotadas pelos membros da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso* e pelo bispo D. Carlos que objetivavam a manutenção dos interesses da Igreja Católica em Cuiabá e em Mato Grosso, e deslegitimação de seus concorrentes. Nesses embates, a imprensa foi a principal estratégia utilizada pelo grupo católico para fazer frente à ofensiva contra a pessoa do bispo e a Igreja Católica. No entanto, o campo religioso católico também é marcado por conflitos, tensões e lutas pelo poder entre os próprios membros da hierarquia eclesiástica e dessa com os fiéis, sendo necessário analisar também a relação que havia entre a autoridade eclesiástica e as congregações religiosas, as intervenções do bispo nas práticas religiosas dos fiéis e o modo como eles acatavam ou não tais imposições.

Também são importantes para a consecução desta pesquisa as considerações de Roger Chartier sobre as representações. Para esse autor, o estudo das representações sociais permite a compreensão das percepções de mundo dos indivíduos ou grupos sociais, percepções que se materializam em práticas discursivas ou identidades que visam, muitas vezes, à legitimação ou à manutenção de um poder<sup>14</sup>. As propostas teóricas de Chartier foram igualmente importantes para estudar as estratégias editoriais da redação do jornal *A Cruz*. Segundo Chartier, os protocolos de leitura são

[...] sinais visíveis, ou senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido<sup>15</sup>.

Desse modo, o título do jornal, os símbolos contidos em sua capa, as imagens publicadas em seu interior, os textos doutrinários, as alterações gráficas, tais como as mudanças das capas, das dimensões e do tipo de papel, são protocolos de leitura que visam a impor aos leitores um modo correto de ler o periódico e de se apropriar de seu projeto editorial da maneira idealizada pelos redatores.

---

<sup>14</sup> CHARTIER, R., *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*, p. 169.

<sup>15</sup> CHARTIER, R., *Do livro à leitura*, p. 95.

Compõem ainda o referencial metodológico desta pesquisa as considerações de pesquisadores de imprensa que adotam os periódicos como *fonte* e *objeto* de pesquisa<sup>16</sup>. Trata-se dos estudos de Ana Luiza Martins, Tania Regina de Luca, Heloísa Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Deve-se considerar que a imprensa possui a sua historicidade articulada ao contexto social no qual está inserida e, ainda, que é parte ativa na sociedade e não apenas um *depositário de acontecimentos*. Como uma via de mão dupla, os jornais e as revistas representam identidades, mas também contribuem para a construção de outras. Na definição de Cruz e Peixoto, “[...] a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”<sup>17</sup>.

É importante considerar que todo jornal ou revista possui uma instituição mantenedora, um grupo de editores e redatores e um grupo de leitores a quem se destina. Constatação similar fez Ana Luiza Martins ao ponderar que o uso de revistas só é pertinente “[...] se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia em especial, da natureza dos capitais nele envolvidos”<sup>18</sup>. Na mesma vertente que Martins, Cruz e Peixoto, Tânia Regina de Luca escreveu que os “[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias”<sup>19</sup>; eles carregam em seu discurso os interesses, as crenças e os valores de seus editores e mantenedores. Assim, é papel primordial do pesquisador “[...] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos”<sup>20</sup>.

Partindo do pressuposto de que jornais e revistas não são neutros, imparciais, mas que estão repletos das representações de seus idealizadores, mantenedores e de seu corpo redatorial, os periódicos devem ser cuidadosamente analisados: seu título e subtítulo, o período de publicação, se é diário, semanário ou mensário. A reflexão sobre esses aspectos fornece pistas sobre a linha editorial e o público a que se destina, a sua pretensão de abrangência territorial, se é estatal, religioso, literário, noticioso, etc.<sup>21</sup>. É preciso atentar para a organização e a distribuição dos conteúdos no interior do periódico: quais os temas mais enfatizados nas primeiras páginas e quais as seções que comportam mais de um número ou que são fixas; quem

---

<sup>16</sup> LUCA, T. R., *História dos, nos e por meio dos periódicos*.

<sup>17</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, p. 257-258.

<sup>18</sup> MARTINS, A. L., *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras*, p. 59-79.

<sup>19</sup> LUCA, T. R., *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 140-141.

<sup>20</sup> LUCA, T. R., *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 140-141.

<sup>21</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, p. 261-262.

são os escritores que assinam nas colunas; qual a maneira de ler que é proposta por meio da distribuição das seções e partes; se utiliza iconografia; se dedica um espaço para carta de leitores e sua possível identificação; quem são os principais anunciantes. Todos esses aspectos enriquecem a análise da materialidade de um jornal ou revista e, ainda, fornecem pistas sobre a composição de seu projeto editorial<sup>22</sup>.

Para a análise do projeto editorial, faz-se necessário analisar meticulosamente os textos contidos nos editoriais e nas diversas partes e seções de um impresso. “Trata-se de desenvolver uma *sensibilidade de leitura* que, superando a barreira da ideologia da objetividade e imparcialidade, surpreenda posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura”<sup>23</sup>.

Deve-se atentar ainda para

[...] a *forma como os impressos chegaram as mãos dos leitores, sua aparência física* (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do *conteúdo*, as *relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público* que desejava atingir, os objetivos propostos<sup>24</sup>.

A reflexão sobre esses aspectos fornece pistas sobre a linha editorial e o público a que se destina o periódico, a sua pretensão de abrangência territorial, se é estatal, religioso, literário, noticioso, etc<sup>25</sup>.

O acesso ao jornal *A Cruz* se deu por meio da hemeroteca Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que em sua página na internet disponibiliza os exemplares do periódico em formato digital. Para a análise dos exemplares em formato impresso, visitei o Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC) e o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT). Os demais periódicos citados no trabalho – com exceção dos números do jornal *O Debate* referentes ao ano de 1915 e da revista *A Reacção* – também foram consultados na hemeroteca Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Os números de *A Reacção* foram obtidos no site do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), que os disponibiliza para *download*, e os do jornal *O Debate* referentes ao ano de 1915 foram

---

<sup>22</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, p. 263-264.

<sup>23</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, p. 264. Grifos do autor.

<sup>24</sup> LUCA, T. R., *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 138. Grifos do autor.

<sup>25</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, p. 261-262.

consultados no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT). Os documentos do Arquivo Secreto do Vaticano foram enviados por meu orientador, o professor Jérri Roberto Marin.

Os resultados da pesquisa estão distribuídos em três capítulos. No primeiro, trata-se do processo de criação da imprensa católica em Cuiabá em meio às transformações econômicas, sociais e culturais em Mato Grosso. Parte-se da administração ultramontana do bispo D. Carlos, enfatizando o campo religioso e os atritos e as crises que o prelado teve com o próprio clero, com o Estado, com espíritas, protestantes, maçons livres pensadores, agnósticos e com a sociedade, e que culminaram num constante desprestígio da autoridade episcopal. Em 1909 um grupo pertencente à alta sociedade cuiabana fundou a *Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores* e a revista *A Reacção*, com viés fortemente anticlerical. Essa conjuntura desfavorável à Igreja Católica em Cuiabá demandou novas estratégias por parte do clero e do laicato para fazer frente aos novos agentes que se inseriam no campo religioso e ideológico. Desse modo, o jornal *A Cruz* foi fundado dentro da proposta de criação da imprensa católica para combater a má imprensa, maçônica, espírita, positivista, protestante, comunista, etc.

No segundo capítulo, são analisados os aspectos materiais e técnicos do periódico *A Cruz* (capa, paginação, tiragem, valor da assinatura, distribuição, fontes de financiamento, entre outros). É apresentado o perfil dos principais redatores e de alguns colaboradores, correspondentes e benfeitores, e a relação do jornal com a autoridade eclesiástica, o delineamento do projeto editorial e sua relação com o ultramontanismo. Uma parte desse capítulo analisa a participação de alguns redatores na política local e como seu envolvimento nas disputas partidárias da época levou a desentendimentos com algumas autoridades políticas locais, o que colocou em risco a existência do jornal e de seu redator-chefe, frei Ambrósio Daydé.

Por fim, no terceiro capítulo, são estudados os discursos do jornal *A Cruz* sobre o espiritismo, o protestantismo e a Maçonaria. Ao buscar construir sua legitimação no campo religioso e ideológico de Cuiabá, o periódico constituiu discursos que classificavam as outras religiões e ideologias como seitas que muitas vezes agiam em conluio para destruir o catolicismo. O espiritismo era representado como uma epidemia social que desde o seu surgimento na segunda metade do século XIX se espalhava rapidamente, provocando a destruição das famílias e a insanidade mental nas pessoas que o praticavam; os médiuns eram tidos como charlatães e praticantes do curandeirismo. Esse discurso era endossado por relatos de médicos, especialistas e escritores renomados. Os protestantes eram representados como

aqueles que falavam em nome de Jesus Cristo sem autoridade; eles não passavam de porta-vozes de seitas criadas por homens, diferentemente da Igreja Católica, que teria sido fundada pelo próprio Cristo. Os missionários enviados dos Estados Unidos estariam a serviço do imperialismo *yankee*, que desejava descatholicizar a nação brasileira, e por isso representavam uma ameaça à soberania nacional. Desde o seu início, o protestantismo fora marcado pela divisão, pois cada fiel teria o direito ao livre exame da Bíblia e isso seria um fator gerador de discórdias e de fragmentação. Também era avesso à autoridade, prevalecendo a vontade individual, o orgulho e o egoísmo, ao contrário da Igreja Católica, instituição milenar governada pelo Papa, sucessor do apóstolo Pedro, este escolhido pelo próprio Cristo para a missão de governar a Igreja Católica<sup>26</sup>. O protestantismo também era representado como alheio à cultura brasileira e incompatível com seus valores. A Maçonaria era vista como uma seita que visava a destruir o catolicismo no Brasil e no mundo. Seus membros estariam infiltrados nos governos para implantar reformas e leis que prejudicassem a Igreja e os valores por ela defendidos. Aqueles que se filiavam à Maçonaria eram interesseiros em busca de enriquecimento rápido e fácil.

---

<sup>26</sup>A *Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 6. A *Cruz*, n. 252, 21 de novembro de 1915, p. 1.

## CAPÍTULO I

### D. CARLOS LUIS D'AMOUR E O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA IMPRENSA CATÓLICA EM CUIABÁ

D. Carlos Luiz D'Amour nasceu em 1836, em São Luiz do Maranhão, e foi nomeado bispo da diocese de Mato Grosso em 1878, governando-a entre 1879 e 1921, ano de sua morte<sup>27</sup>. Órfão de pai e mãe, D. Carlos foi criado por uma tia materna. De infância muito humilde, teve que trabalhar ainda na adolescência exercendo o ofício de alfaiate. Muito jovem, ingressou no seminário e foi ordenado padre em 1860, tendo sido formado no Seminário Santo Antônio. Cabe ressaltar que Carlos D'Amour fez-se padre em um seminário tridentino, extremamente disciplinado e rigoroso para com os seus internos<sup>28</sup>. Assim, sua formação “[...] configurou-se sob os preceitos de dogmas católicos ultramontanos, extremamente rígidos e conservadores, negando qualquer proximidade entre as ideias católicas e as liberais”<sup>29</sup>, o que refletiu em sua atuação pastoral em Cuiabá, marcadamente conservadora e dentro dos moldes do ultramontanismo.

Os biógrafos, os memorialistas e a historiografia acadêmica criaram várias imagens acerca de D. Carlos. Segundo Marin, emergia, dessa forma, uma “[...] personagem multifacetada”<sup>30</sup>. Os memorialistas João Freire Medeiros e Luis-Philippe Pereira Leite criaram uma representação positiva de D. Carlos, a de um bispo zeloso, compreensivo, dedicado e humilde<sup>31</sup>. Em contrapartida, os padres salesianos Pedro Cometti e João Batista Durore, especialmente o último, representaram-no como um bispo autoritário, conservador, vingativo e muito cioso de sua autoridade episcopal<sup>32</sup>. No entanto, não deixaram de ressaltar o zelo e o empenho que tinha em combater os abusos do clero mato-grossense e fazê-lo respeitar as normas eclesiásticas, em escrever cartas pastorais exortando o clero e os fiéis sobre temas como

---

<sup>27</sup> MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 33-35.

<sup>28</sup> NERIS, W. S., *A produção do corpo sacerdotal no Bispado do Maranhão (XIX): formação seminarística e introdução de novos modelos disciplinares*, p. 26-28.

<sup>29</sup> MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 34.

<sup>30</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 187.

<sup>31</sup> MEDEIROS, J. F., Um bispo maranhense, p. 125-126. LEITE, L. P. P. *Bispo do Império*.

<sup>32</sup> COMETTI, P., *Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*. DUROURE, J. B. *Dom Bosco em Mato Grosso*.

abolição da escravidão, combate ao protestantismo e espiritismo, sobre o celibato e o divórcio, entre outros<sup>33</sup>.

Na historiografia acadêmica, destacam-se os trabalhos de Sibeles de Moraes<sup>34</sup> e Jérri Roberto Marin<sup>35</sup>, além das pesquisas de Maria Adenir Peraro<sup>36</sup>, Maria Aparecida Rocha<sup>37</sup> e Arilson Aparecido Martins<sup>38</sup>. Moraes pesquisou a gestão de D. Carlos e as características de seu longo episcopado na Diocese/Arquidiocese de Cuiabá<sup>39</sup>, demonstrando o percurso percorrido pelo bispo para inserir o ultramontanismo em Cuiabá, trajeto este marcado por encontros e desencontros, adaptações e readaptações, enfrentamentos e embates entre o ideário administrativo do bispo e as práticas religiosas dos cuiabanos, com o clero local e com as autoridades administrativas. Em sua tese de doutorado, Marin analisou o processo de ofensiva católica ultramontana no sul de Mato Grosso, e em especial na Diocese de Corumbá, entre os anos de 1910 e 1957. Devido à abrangência de sua pesquisa, o autor não deixou de analisar o episcopado de D. Carlos, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelo prelado na execução do processo de ofensiva católica na Diocese de Cuiabá, tais como a inexistência de um clero zeloso e cumpridor das normas eclesiais, os precários recursos destinados à sua diocese, as práticas religiosas dos fiéis, que se distanciavam do modelo proposto pelo bispo e que por isso se caracterizavam como resistências às suas imposições. Posteriormente, Marin publicou outros trabalhos mais específicos sobre D. Carlos Luiz D'Amour. No artigo D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica, o autor analisou os olhares existentes sobre D. Carlos e o definiu como um “dedicado filho da Igreja Católica”:

É notável que D. Carlos nunca tenha se omitido, pois acreditava nas suas convicções para dirigir e defender a Igreja Católica. Ao privilegiar oficialmente, associava-se ao autoritário, às interdições e às restrições. Ao proibir, advertir,

---

<sup>33</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 187.

<sup>34</sup> MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*.

<sup>35</sup> MARIN, J. R., *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e o “desacontecer” da romanização na fronteira com o Paraguai e Bolívia*.

<sup>36</sup> PERARO, M. A., *As Cartas pastorais e a visão ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá – MT (1879-1921)*.

<sup>37</sup> ROCHA, M. A. B. B., *As Cartas Pastorais de D. Carlos Luiz D'Amour e de D. Aquino Corrêa: a secularização dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá no limiar do século XX*.

<sup>38</sup> MARTINS, A. A., *O Seminário Episcopal da Conceição (MT): da materialidade física à proposta pedagógica – 1858 – 1880*.

<sup>39</sup> Em 1910, a Diocese de Cuiabá foi elevada à Arquidiocese, congregando as Dioceses de Corumbá e Cáceres. MARIN, J. R., *A Igreja Católica em Mato Grosso e as divisões eclesiais*, p. 57.



suspender, condenar, dirigir, normatizar e ao excomungar, não estava preocupado em agradar ou com sua popularidade<sup>40</sup>.

Em outro artigo, intitulado Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: A visita pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour ao sul da diocese de Cuiabá, em 1886, Marin escreveu sobre a contrução que fora feita pelo narrador da viagem, o cônego Bento Severiano da Luz, acerca de D. Carlos, como bom pastor, paciente, humilde, compressivo e atento às necessidades dos fiéis das localidades por onde passava<sup>41</sup>. No texto Etiquetas e comportamentos durante a viagem pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour ao sul da Diocese de Cuiabá, Marin analisou a difusão de etiquetas e a reforma dos comportamentos dos fiéis durante a viagem pastoral do prelado ao sul da Diocese de Cuiabá, em 1886<sup>42</sup>. Por fim, no artigo A construção de imagens de D. Carlos Luiz D'Amour durante as visitas pastorais pela Diocese de Cuiabá em 1885 e 1886, o autor discorreu sobre a construção da imagem pública oficial do bispo durante a visita pastoral<sup>43</sup>.

D. Carlos foi interlocutor de inúmeras transformações na sociedade mato-grossense, entre elas, as instabilidades políticas pelas lutas entre as facções oligárquicas, a abolição da escravidão, a mudança de regime político de monarquia para república, o crescimento econômico de Corumbá, Cáceres e Cuiabá, a construção da rede telegráfica e da ferrovia Noroeste do Brasil, o crescimento do número de periódicos, a chegada de novas ideologias e religiões e as mudanças nos costumes.

Essas transformações contribuíram para a pluralização do campo ideológico e religioso de Cuiabá e representaram uma ameaça para a Igreja Católica. Segundo Marin, D. Carlos reagia de forma conservadora na defesa da instituição e dos postulados da Santa Sé e da hierarquia eclesiástica brasileira, garantindo, dessa forma, que a ofensiva católica seguisse entre recuos e avanços. Como decorrência, a “[...] Igreja Católica conquistou inúmeros espaços, seja na catequese indígena, no trabalho paroquial, seja no setor educacional”<sup>44</sup>. Houve também uma

---

<sup>40</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 213.

<sup>41</sup> MARIN, J. R., Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: A visita pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour ao sul da diocese de Cuiabá, em 1886.

<sup>42</sup> MARIN, J. R., Etiquetas e comportamentos durante a viagem pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour ao sul da Diocese de Cuiabá.

<sup>43</sup> MARIN, J. R., A construção de imagens de D. Carlos Luiz D'Amour durante as visitas pastorais pela Diocese de Cuiabá em 1885 e 1886.

<sup>44</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 203.

ampliação da hierarquia eclesiástica com a criação das Dioceses de Cáceres e Corumbá em 1911 e da Prelazia de Registro do Araguaia em 1914.

Para compreender o surgimento da imprensa católica em Cuiabá e sua relação com o episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour e o ultramontanismo católico, este capítulo se divide em três partes. Na primeira, são apresentadas as tensões, os conflitos e as crises da administração ultramontana de D. Carlos na Diocese de Cuiabá. Na segunda é analisada a criação da *Liga Matto-Grossense de Livre-Pensadores*<sup>45</sup> e da revista *A Reacção*<sup>46</sup>, e na última parte são enfocadas a formação da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*<sup>47</sup> e a criação do jornal *A Cruz*.

### 1.1) Tensões e crises no episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour

A formação e a gestão de D. Carlos ocorreram numa conjuntura de condenação do mundo moderno, de centralização política e doutrinária na Cúria Romana, de institucionalização do dogma da infalibilidade papal<sup>48</sup>, de reforço da hierarquia eclesiástica e da adoção da medievalidade como paradigma sociopolítico. Essas diretrizes foram sendo definidas nos pontificados de Pio VII (1800-1823) e, sobretudo, no de Pio IX (1846-1878), que publicou as encíclicas *Syllabus Errorum* e *Quanta Cura*, que condenavam e se opunham radicalmente às ideias modernas<sup>49</sup>. Num segundo momento, sob o pontificado de Leão XIII (1878-1903), ocorreu uma mudança do olhar, mesmo que parcial, sobre a condenação da sociedade moderna, havendo a aceitação da ideia da democracia e tentativas de intervenções na realidade concreta<sup>50</sup>.

---

<sup>45</sup> Doravante LMLP.

<sup>46</sup> A partir do ano de 1912, a revista *A Reacção* passou para o formato jornal, permanecendo assim até sair de circulação em 1914.

<sup>47</sup> Doravante LSCMT.

<sup>48</sup> De acordo com a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, instituída em 18 de julho de 1870 durante o Concílio Vaticano I e sob o papado de Pio IX, o sumo-pontífice conserva a infalibilidade em questões de moral e fé quando fala *ex-cathedra*, isto é, na condição de pastor e líder da Igreja Católica. Cf. MCBRIEN, P. R., *Os papas: de São Pedro a João Paulo II*, p. 26-28.

<sup>49</sup> MARIN, J. R., *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*, p. 18.

<sup>50</sup> MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 12.

Em Cuiabá, D. Carlos governou a Diocese de Mato Grosso em comunhão com as diretrizes de Roma e da hierarquia eclesiástica brasileira<sup>51</sup>. Desse modo, opôs-se à Maçonaria, defendeu os interesses da Igreja, buscou disciplinar o clero e as práticas religiosas dos fiéis, promoveu a vinda de ordens e de congregações estrangeiras, publicou várias cartas pastorais, combateu o protestantismo e o espiritismo e realizou duas viagens pastorais, uma ao norte e outra ao sul da Diocese. Nas duas décadas seguintes à sua posse, empenhou-se em solucionar os problemas enfrentados pela Igreja Católica em Mato Grosso. Sua ação reformadora consistiu em “[...] três áreas complementares: formação intelectual e espiritual do clero, reforço da disciplina eclesiástica e nas intervenções [sobre as] manifestações religiosas” dos fiéis<sup>52</sup>. Ao longo de seu bispado, publicou diversas portarias e cartas pastorais, instruindo clero e leigos para a prática do catolicismo segundo as normativas do Concílio de Trento e até mesmo punindo clérigos que desrespeitassem a legislação eclesiástica.

Segundo o historiador Virgílio Corrêa Filho, D. Carlos tinha uma personalidade forte e seguia as suas convicções, independente de agradar ou não os diocesanos. Ele “[...] não se amedrontava de nenhum perigo, uma vez convicto do acerto de suas decisões. [...] Tal se conservou, da mocidade à velhice, o maranhense que nada temia, quando abroquelado em suas prerrogativas eclesiásticas”<sup>53</sup>.

Desde que assumiu a Diocese, D. Carlos se envolveu em uma série de conflitos com o clero, com os diocesanos e com o governo provincial de Mato Grosso. Durante o período imperial, não admitia as intervenções das autoridades educacionais nos assuntos internos do Seminário Episcopal da Conceição<sup>54</sup>. Ele não fornecia informações à Diretoria Geral de

---

<sup>51</sup> Na segunda metade do século XIX, acentuou-se a aproximação do episcopado brasileiro com Roma, surgindo assim um colégio episcopal em comunhão com o Papa. A respeito dessa nova consciência dos bispos do Brasil, escreveu D. Viçoso à época da Questão Religiosa (1873): “Somos 12 bispos unidos em torno do Pontífice Romano, como 12 apóstolos em torno de Pedro”. Segundo Hauck, três fatores contribuíram para essa tomada de consciência: a “[...] grande concentração de bispos do mundo inteiro por ocasião do Dogma da Imaculada Conceição (1854), do 19º centenário da morte dos apóstolos Pedro e Paulo (1867) e o Concílio Vaticano I (1869-1870), e por fim, a invasão dos territórios pontifícios por ocasião da unificação italiana, que culminou na espoliação de territórios da Igreja. Em solidariedade ao papa Pio IX, os bispos brasileiros redigiram um protesto contra a invasão. Aos poucos, se fortalecia o sentimento de pertencimento a Roma e o desejo de livrar-se das intromissões do governo imperial nas questões internas da Igreja Católica”. HAUCK, J. F., *et al.*, *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo - Segunda Época: A Igreja no Brasil no século XIX*, p. 182-183.

<sup>52</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 191.

<sup>53</sup> CORRÊA FILHO, V., *História de Mato Grosso*, p. 665.

<sup>54</sup> O Seminário Episcopal da Conceição foi inaugurado em 1858 por D. José Antônio dos Reis e concluído em 1882 por D. Carlos Luiz D'Amour. Cf. MARTINS, A. A. *O Seminário Episcopal da Conceição na formação das elites de Mato Grosso – Brasil (1858-1880)*, p. 130-147.

Instrução Pública por considerar o seminário episcopal, ou seja, regido apenas por leis eclesiásticas e sujeito à inspeção exclusiva do bispo. Os relatórios enviados na parte reservada ao seminário continham poucas informações sobre o número de alunos, membros da diretoria e as cadeiras que eram administradas. Quando prestava alguma informação, era ao Presidente da Província e apenas pelo fato deste subvencionar o Seminário<sup>55</sup>.

**Figura 1** – Foto de D. Carlos Luiz D’Amour.



Fonte: MORAES, S. de. *O episcopado de D. Carlos Luiz D’Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 34.

Na tentativa de suprir a falta de padres em sua Diocese e visando a formar um clero disciplinado, zeloso e celibatário, nos moldes do ultramontanismo, D. Carlos promoveu a vinda de ordens e congregações religiosas estrangeiras, pois considerava os membros do clero regular “[...] mais vocacionados, perseverantes, para enfrentar a realidade local, íntegros e celibatários”<sup>56</sup>. Entre 1888 e 1895, estiveram em Mato Grosso os membros da Congregação de São Vicente de Paulo, conhecidos como lazaristas; eles vieram da França para atuar nos trabalhos da administração de paróquias e do Seminário Episcopal. Para administrar o Asilo Santa Rita, vieram a Cuiabá as Irmãs de São Vicente de Paulo, ramo feminino da Congregação. Os lazaristas deixaram a Diocese após desentendimentos com D. Carlos, pelas constantes interferências que ele fazia na administração do Seminário. As Irmãs abdicaram da direção do

---

<sup>55</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D’Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 197.

<sup>56</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D’Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 192.

Asilo no mesmo ano, por ficarem impossibilitadas de receberem auxílio espiritual dos lazaristas<sup>57</sup>. Com a saída dos padres da Congregação de São Vicente de Paulo, o Seminário Episcopal da Conceição ficou sob a administração de D. Carlos, que fixou residência no local e o administrou até o ano 1899, quando decidiu fechar o estabelecimento, devido à falta de professores. Em carta pastoral de 9 de abril de 1895, o prelado classificou como ingloriosa a passagem dos lazaristas, considerando-os infelizes no desempenho de suas funções, lamentando apenas a saída das Irmãs de São Vicente de Paula<sup>58</sup>.

Outro conflito em que D. Carlos se envolveu ocorreu em 1880, dois anos após a sua chegada à Cuiabá. O bispo celebrou o casamento de um casal de escravos, Miguelina e Teobaldino, que pertencia a J. M. de Sousa e L. A. da Silva Carvalho, respectivamente. O casal vivia junto há tempos e tinha três filhos. D. Carlos não aceitava o fato de a união não ser regularizada de acordo com as normas eclesiásticas. Desse modo, realizou a cerimônia sem o consentimento do dono do escravo, que havia negado ao prelado o direito de fazê-lo. Diante da insistência de D. Carlos, Silva Carvalho o denunciou ao Supremo Tribunal de Justiça, porém, o processo foi favorável ao bispo<sup>59</sup>. Nota-se a obstinação do bispo em envolver-se nos assuntos que estavam além de suas atribuições.

Em 1894, a convite de D. Carlos, vieram para Cuiabá os membros da Sociedade de São Francisco de Sales (SDB), os salesianos, que promoveram a inauguração de empreendimentos educacionais e assumiram a administração de paróquias na capital e no interior. Para a direção do Asilo Santa Rita, vieram as Filhas de Maria Auxiliadora, ramo feminino da Congregação Salesiana<sup>60</sup>. Não demorou muito para que as relações de cordialidade entre D. Carlos e os salesianos começassem a se desgastar. O bispo era muito cioso de sua autoridade e não tolerava insubordinações, pois considerava que os salesianos deveriam obedecer às suas determinações. Em 1902, exigiu dos salesianos uma cópia do Livro dos Privilégios da Congregação junto à Santa Sé<sup>61</sup>, por discordar dos “[...] métodos utilizados pela ordem, entre os quais os Oratórios Festivos, eventos em que os salesianos participavam de modalidades esportes e recreativas

---

<sup>57</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 191-194.

<sup>58</sup> Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour, 9 de abril de 1895. *ACMC*. DVD 10, rolo 86.

<sup>59</sup> CORRÊA FILHO, V., *História de Mato Grosso*, p. 664-665.

<sup>60</sup> DUROURE, J. B., *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 98.

<sup>61</sup> DUROURE, J. B., *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 92-93.

juntamente com as crianças”, que a seu ver “[...] lesavam a dignidade sacerdotal”<sup>62</sup>. Havia ainda a desconfiança do prelado com relação à aproximação que os salesianos mantinham com os partidos políticos, com as autoridades e com protestantes, espíritas e maçons<sup>63</sup>. Os salesianos, seguindo o exemplo de seu fundador João Bosco, buscavam angariar apoios e recursos para os seus empreendimentos, não fazendo distinção das orientações religiosas e ideológicas dos benfeitores<sup>64</sup>.

Esses embates se intensificaram ao longo da administração de D. Carlos, especialmente após a mudança do regime político de monarquia para república, o que ocasionou transformações jurídicas que reconfiguraram as relações entre a Igreja e o Estado, em detrimento daquela. Nessa conjuntura, o bispo manteve “[...] a rigidez dos dogmas pregados pela Igreja Católica no Brasil, nesse momento de transição”<sup>65</sup>.

Logo após a implantação do decreto 119-A, que impôs o fim do regime de Padroado, em 7 de janeiro de 1890, o internúncio apostólico no Brasil, Francesco Spolverini, encaminhou circular reservada aos bispos do Brasil, no intuito de saber suas opiniões quanto às mudanças impostas pelo governo republicano<sup>66</sup>. Em sua resposta, datada de 23 de janeiro, D. Carlos exaltou a separação entre Igreja e Estado pela liberdade que a instituição gozaria ao ver-se livre das imposições estatais nos assuntos internos da Igreja, opinião que foi compartilhada pela

---

<sup>62</sup> MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 89.

<sup>63</sup> De acordo com Rizzo, a Loja Maçônica Acácia Cuiabana, fundada em Cuiabá em 1910, “[...] mantinha com o clero [os salesianos em especial] a mais perfeita harmonia e convivência, prestigiando-os com a presença de seus obreiros a todos os eventos sociais, como: da Instalação do Observatório meteorológico Dom Bosco da missão salesiana; na fundação e colaboração da revista ‘Mato Grosso’ editada pela Congregação; nas reuniões lítero-musicais e teatrais do Colégio São Gonçalo; nas campanhas e obras meritórias da Igreja e demais eventos”. Cf. Informativo *Estrela da Razão* – Órgão Informativo Loja Maçônica Razão e Justiça 2202, p. 7., *apud* CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 35.

<sup>64</sup> Sobre esse assunto, Pe. Helvécio escreveu o relato de um diálogo entre D. Carlos e o Pe. Malan: “‘Dom Carlos – Minha vontade, padre, é que os salesianos deixam de receber, em suas festas, maçãs, espíritas, e outros dissidentes... Padre Malan – Queira Vossa Excelência desculpar-me. Não é possível. Seria contrário à prática geral da nossa Congregação, aos exemplos de Dom Bosco, nosso Venerável Fundador, que sempre recebeu e tratou com esmeralda educação os benfeitores dos seus meninos, quem quer que fossem... Dom Carlos – Então se os maçãs lhe oferecessem uma grande soma em nome da maçonaria, o senhor aceitaria? Padre Malan – Num caso destes, ainda sem precedentes, respondeu o padre Malan com muito acerto, consultaria os meus superiores e faria o que eles decidissem’. Nada mais disse Dom Carlos, mostrando, porém, pelos seus modos que estava escandalizado e furioso”. DUROURE, J. B. *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 225.

<sup>65</sup> MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 38.

<sup>66</sup> Arquivo Secreto do Vaticano, Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 68, Fascicolo 330, p. 43r.

maioria dos bispos do Brasil<sup>67</sup>. Todavia, para ele, a liberdade trouxe consigo uma injustiça: a igualdade entre as religiões. Ponderava D. Carlos: “Mas poder-se-ha encontrar bem entendida liberdade, liberdade christã, onde se faz sentir a maior das injustiças, collocando-se a verdadeira Religião no mesmo nível que a peor das seitas?”<sup>68</sup>. Previa, ainda, sérias dificuldades financeiras para a sua diocese com o fim dos subsídios do Estado. Nesse contexto de transição, as mudanças trazidas pelo regime republicano, tais como a liberdade de culto, a secularização<sup>69</sup> dos espaços públicos, como cemitérios e praças, a laicização<sup>70</sup> do ensino público, tiveram em D. Carlos um ferrenho opositor, fato que concorreu para desavenças de toda ordem entre o bispo e as autoridades civis e a sociedade mato-grossense.

D. Carlos não escondia sua afeição pelo regime monárquico e mesmo após a instalação do regime republicano não retirou o brasão do Império da Catedral. Segundo Cometti,

Tomou posse na remota sede episcopal de Cuiabá cercado pelo esplendor e prestígio que o Império conferiu aos Bispos, membros do Conselho de Sua Majestade. Viveu e conviveu a época da escravatura; sentiu, atenuados, embora pela distância, os ventos impetuosos das idéias republicanas, ele, apegado à Monarquia, cioso da autoridade e da dignidade que o Império lhe advinha.

Chegou a república e a separação da Igreja do Estado não deixou de marcar dolorosamente quem fora indicado para a Episcopado pela Princesa Regente, Isabel Redentora, a quem devotava amizade, reconhecimento e estima<sup>71</sup>.

Em 1892, por ocasião da morte do Marechal Deodoro da Fonseca, D. Carlos recusou-se a celebrar missa em sufrágio à alma do ex-presidente enquanto não fosse confirmado que ele renegara a Maçonaria antes de falecer<sup>72</sup>. Outro episódio que gerou discórdia entre o bispo e as autoridades civis sucedeu quando a Câmara Municipal de Cuiabá, por meio da resolução n. 40, de 19 de novembro de 1900, decidiu secularizar os cemitérios Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo. D. Carlos lançou uma portaria, em 2 de dezembro, fechando as capelas dos

---

<sup>67</sup> VIEIRA, D. R., *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*, p. 339-344.

<sup>68</sup> Arquivo Secreto do Vaticano, Indici 1153, Fundo Archivio della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 68, Fascicolo 330, p. 52r – 54r.

<sup>69</sup> O termo secularização é tomado neste trabalho para se referir a transformação de espaços ou instituições considerados públicos e que estavam sob a jurisdição da Igreja Católica e passaram para a tutela do Estado.

<sup>70</sup> O termo laicização é tomado neste trabalho como a constituição de um Estado livre da influência religiosa, ou seja, laico. Neste sentido, a educação laica buscou retirar o conteúdo religioso dos currículos das instituições públicas de ensino.

<sup>71</sup> COMETTI, P., *D. Carlos Luiz D'Amour*, p. 308.

<sup>72</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 200.

cemitérios e proibindo a realização de cerimônias religiosas no seu interior, sob pena de excomunhão dos sacerdotes que desobedecessem ao interdito. Negou-se a entregar a administração dos cemitérios, alegando ser inconstitucional a resolução municipal. A contenda foi resolvida judicialmente e teve parecer favorável ao município. Como resultado, “Os cemitérios públicos de Cuiabá durante o período de 1901 a 1923 ficaram sem culto católico, pois os mesmos só foram restabelecidos em 1923, a partir de solicitação do bispo D. Aquino Corrêa”<sup>73</sup>.

No final do século XIX a Igreja Católica passou a enfrentar em Cuiabá a concorrência de protestantes e espíritas; também houve a instalação de uma loja maçônica. D. Carlos reagiu combatendo e deslegitimando suas presenças. Essas tensões ocorreram especialmente em fins do século XIX, após a mudança do regime monárquico para o republicano e o estabelecimento da liberdade religiosa. Com o fim do regime de Padroado e a perda da condição de religião oficial do Brasil, a Igreja Católica passou a enfrentar a concorrência de novas religiões. A postura de D. Carlos foi de condenação à liberdade religiosa, que considerava “[...] uma afronta aos usos e costumes estabelecidos”<sup>74</sup>. Em 1881, escreveu carta pastoral, condenando a distribuição de Bíblias e opúsculos protestantes:

Sendo o principal objecto de nossa sollicitude Pastoral manter em todo o vigor nesta Diocese a Religião Catholica, Apostolica, Romana, que alem de ser a unica Religião verdadeira é a Religião do Estado [...]. Nós soubemos, Filhos muito amados, que dous agentes das sociedades biblicas percorrerão as ruas desta Capital vendendo por preço infimo e até offerecendo de graça Biblias falsificadas e outros livros inficcionados de erro<sup>75</sup>.

Na visão de D. Carlos, o catolicismo, além de ser a única religião verdadeira, era a religião oficial do Império brasileiro. O protestantismo seria a *Religião de hontem*, praticada por heréticos: “O protestantismo em comparação com a Igreja Catholica, é uma Religião de hontem. Sabe-se a data precisa de sua primeira aparição no mundo; sabe-se tambem o nome do inventor dessa Religião”<sup>76</sup>. Em sua carta pastoral, o bispo conclamou as autoridades policiais para impedirem a ação dos dois agentes, justificando que a Constituição de 1824 permitia a

---

<sup>73</sup> ROCHA, M. A. B., *As Cartas Pastorais de D. Carlos Luis D'Amour e de D. Aquino Corrêa: a secularização dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá no limiar do século XX*, p. 10.

<sup>74</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 195.

<sup>75</sup> *A Provincia de Matto-Grosso*, n. 147, 23 de outubro de 1881, p. 3.

<sup>76</sup> *A Provincia de Matto-Grosso*, n. 146, 16 de outubro de 1881, p. 3.



existência de outras religiões, mas não a sua propaganda pública. D. Carlos criticou também o jornal *O Liberal*, por permitir que os dois protestantes publicassem artigos de opinião.

Segundo Santos, existem relatos de distribuição e venda de Bíblias protestantes em Cuiabá pela ação do missionário metodista Daniel P. Kidderno na década de 1840<sup>77</sup>. Porém, somente após a Proclamação da República é que se iniciou o proselitismo protestante em Mato Grosso. Não existe um consenso quanto à data de chegada dos primeiros missionários: “Lenine Póvoas [...] se refere ao ano de 1891 [...] Por sua vez, João Alberto Dias, filho de uma das primeiras famílias evangélicas da cidade [...] fala em meados de março de 1897”<sup>78</sup>. As datas se referem à chegada do presbiteriano norte-americano John Price, que entre 1891 [ou 1897] e 1899, ano de sua partida, estabeleceu locais de culto em três pontos diferentes da cidade. Sua ação proselitista resultou na conquista de simpatizantes e somente um adepto para o presbiterianismo<sup>79</sup>.

Na década de 1890, mesma época da atuação do missionário presbiteriano John Price, tem-se a fundação dos primeiros centros espíritas de Cuiabá. De acordo com Piloni, “As duas primeiras casas espíritas mato-grossenses foram implantadas em Cuiabá: a Sociedade Espírita Cristo e Caridade, em 1894, e o Centro Espírita Virgem Maria de Nazaré, em janeiro de 1896”<sup>80</sup>. O primeiro era presidido pelo capitão Pedro Ponce<sup>81</sup>, juntamente com outro capitão, Joaquim

---

<sup>77</sup> SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 86-87. É certo que a distribuição de Bíblias protestantes continuou durante a segunda metade do século XIX. A prática foi combatida por D. Carlos, que as considerava Bíblias *adulteradas*. MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 195.

<sup>78</sup> SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 89.

<sup>79</sup> SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 89-90. Em 1902, chegaram a Cuiabá os missionários da Igreja Batista, o pastor Frederico Glass e um *colportor* – entregador de livros – de nome Henrique. Eles promoveram diversas conferências e logo deixaram a cidade, sendo substituídos por outros dois missionários, que permaneceram em Cuiabá até o ano de 1905. Da atuação destes, resultou a conversão de dois cuiabanos. Em 1908, a Igreja Batista de São Paulo enviou a Cuiabá o pastor Morris Bernard, que em 1910 polemizou com o jornal *A Cruz* ao publicar um artigo no jornal *O Commercio*, no qual refutava as críticas feitas pelo semanário católico ao protestantismo (cf. *O Commercio*, n. 15, 9 de junho de 1910, p. 3). Permaneceu na cidade até 1910. Em 1914 os presbiterianos liderados pelo pastor Franklin Graham instalaram-se na cidade, destacando-se a atuação do pastor Felipe Landes, e em 1921, iniciaram a construção do primeiro templo protestante de Cuiabá, que foi inaugurado em 24 de dezembro de 1922. SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 90-93.

<sup>80</sup> PILONI, M. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 17-18.

<sup>81</sup> “Nascido em Cuiabá em 1857 e falecido na mesma cidade, a 19 de outubro de 1903. Jornalista. [...] Foi chefe de Polícia e Deputado Estadual. Trabalhou nos jornais: ‘A Liça’, ‘A Tribuna’, ‘O Expectador’, e na ‘Revista Murat’. Fundou o jornal ‘O Clarim’ e foi por muitos anos redator principal de ‘O Mato-Grosso’. Mais tarde fundou e dirigiu o jornal espírita ‘A Verdade’”. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 132-133.

A. de Oliveira Rosa, que foi quem apresentou o espiritismo a Ponce<sup>82</sup>. O segundo era dirigido por José de Azevedo Gouveia, colaborador do jornal *A Verdade* e membro do Centro Cristo e Caridade<sup>83</sup>. Em 1894, Ponce fundou o jornal espírita *A Verdade*, que circulou até 1896<sup>84</sup>. E, em 1895, criticou D. Carlos, acusando-o de intolerância para com os espíritas no artigo intitulado *Intolerância?*, no qual defendeu os principais pontos de sua religião e, ao final, conclamou D. Carlos a não mais se encolerizar:

Medito sobre essas palavras que ahi ficam, senhor d. Carlos Luiz de Amour, até que nós, voltando, vos complete a explicação que ainda não encontrastes nos dogmas que ainda emaranhastes o vosso espírito.  
Não voz encolerizeis mais contra nós, e, marchemos na mesma estrada que nos foi apontada pelo Divino Mestre Jesus de Nazareth, na sua sublime missão de regenerar a humanidade, da qual ainda se occupa e se ocupará até que os homens terrenos se compenbrem de seus deveres para com Deus<sup>85</sup>.

Ainda em 1895, ocorreu outro caso de enfrentamento entre D. Carlos e os espíritas e que atingiu as relações do bispo com a Irmandade de São Benedito. Durante os preparativos da festa de São Benedito daquele ano, o festeiro eleito pela irmandade, Antônio Alves Ribeiro, foi destituído do cargo pelo bispo por ser frequentador do Centro Espírita Fé e Caridade. Diante da interferência do prelado, houve sérios protestos por parte da Irmandade de São Benedito, que não acatou a decisão eclesiástica, dando início a “[...] uma guerra de portarias e ofícios que foi travada entre o prelado e a mesa da irmandade, o que tornou impossível o alcance de qualquer consenso ou ponto de equilíbrio tido como satisfatório<sup>86</sup>. Foi então que D. Carlos decidiu dissolver a Irmandade e confiscar os seus bens. A diretoria destituída tentou recorrer judicialmente, porém, a decisão foi favorável ao bispo<sup>87</sup>. Notam-se com esse fato as dificuldades que D. Carlos enfrentava diante das transformações da sociedade mato-grossense.

Não há informações precisas sobre o tempo de funcionamento dos dois primeiros centros espíritas de Cuiabá. Em fevereiro de 1911, foi fundado o Centro Espírita de Cuiabá, que

---

<sup>82</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 23.

<sup>83</sup> *A Verdade*, n. 80, 9 de janeiro de 1896, p. 1-2.

<sup>84</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 26.

<sup>85</sup> *A Verdade*, n. 49, 18 de julho de 1895, p. 2.

<sup>86</sup> MENDES, M. A., *De Capela Filial a Matriz Paroquial: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT*, p. 199.

<sup>87</sup> MENDES, M. A., *De Capela Filial a Matriz Paroquial: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT*, p. 201-202.

já funcionava informalmente desde 1906, na residência de Rafael Verlangieri<sup>88</sup>, que pertencia à LMLP e era grande propagandista do espiritismo em Cuiabá e em outras cidades de Mato Grosso. Ele promovia “[...] reuniões que divulgava sistematicamente nos jornais em circulação, convidando o público para conhecer e estudar o Espiritismo”<sup>89</sup>. Na Vila do Rosário, criou o grupo espírita Fé e Amor, em 26 de julho de 1909<sup>90</sup>. Em Cuiabá muitos católicos participavam de seções espíritas e da Maçonaria, trânsito religioso condenado por D. Carlos.

A data da instalação da primeira loja maçônica em Cuiabá é incerta. Segundo Philogonio de Paula Correa, em palestra no Instituto Histórico de Mato Grosso<sup>91</sup>, em 1922, ao discorrer sobre o papel da Maçonaria na Independência do Brasil,

Até hoje não foi possível saber se em 1822 existia já alguma Loja em Mato Grosso. No seu relatório já citado e falando da reinstalação, em 1831, do Grande Oriente do Brasil, adormecido desde outubro de 1822, José Bonifácio dá, como presentes à solenidade os Deputados da Loja ‘Razão’ ao Oriente de Mato-Grosso.<sup>92</sup>

De acordo com Estevão de Mendonça, em 22 de março de 1872, foi inaugurada “[...] a loja Estrela do Ocidente, filiada ao Oriente Maçônico do lavrador, sendo eleito venerável o barão de Agauepi”<sup>93</sup>. Philogonio Correa corrobora a afirmação de Mendonça e acrescenta que em 1900 ocorreu a instalação da Loja Acácia Cuiabana, que substituiu a Estrela do Oriente<sup>94</sup> e que funciona até a atualidade. Em Cuiabá, diversas autoridades civis e indivíduos da alta sociedade fizeram parte da Maçonaria, especialmente os membros da LMLP.

Em consonância com a postura do episcopado brasileiro e da Santa Sé, D. Carlos opôs-se energicamente à Maçonaria e proibiu que maçons fossem admitidos como padrinhos de

---

<sup>88</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 39-40.

<sup>89</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 37.

<sup>90</sup> “Sabemos que em excursão de propaganda da doutrina espírita, partirá breve para a villa de Santo Antonio e demais povoações do Rio Abaixo o nosso presado consorcio Snr Raphael Verlangieri, que levará muitas obras e folhetos para distribuição gratuita”. Cf. *A Reacção*, n. 2, agosto de 1910, p. 37.

<sup>91</sup> Atualmente Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

<sup>92</sup> CORREA, P. P., *O papel da Maçonaria na independência do Brasil*, p. 96. Grifos do autor.

<sup>93</sup> MENDONÇA, E., *Datas Matogrossenses*, p. 143.

<sup>94</sup> TOCANTINS, A. TOCANTINS, C. L. C., *Philogonio de Paula Corrêa: educador, historiador, homem de letras e parlamentar*, p. 90.

batismo e como organizadores das festas em homenagem aos santos, gerando descontentamentos e aversões à sua pessoa e à autoridade eclesiástica. Durore escreve:

Em outubro, dia 12 [ano de 1900], instalação na rua 13 de junho, da Loja Maçônica Acácia Cuiabana, sendo Venerável o Dr. Manoel Joaquim dos Santos. O fato concorreu para aumentar a pressão arterial de Dom Carlos. Algum intrigante malicioso ou provocador forjou uma lista secreta de umas setenta pessoas importantes da capital, que teriam aderido à maçonaria. Dom Carlos, ao receber a lista, reagiu, mandando uma cópia confidencial aos vigários, com a proibição formal de aceitar os designados como padrinhos. As sacristias, porém, têm entradas livres. Muita gente, nem sempre discreta as frequenta. Logo mais, os nomes circulam, de boca em boca, em toda a capital. Daí enérgicas, as vezes furiosas, protestações ao bispo de muitas pessoas, que nada tinham que ver com o peixe<sup>95</sup>.

D. Carlos procurou também reformar as festas religiosas por meio de portarias, cartas pastorais, editais, instruções e correspondências. As festas eram consideradas pagãs, supersticiosas, afastadas do modelo tridentino e resultado da ignorância religiosa. O objetivo era reformá-las, valorizar a dimensão espiritual e subtrair a autonomia dos leigos e a gestão passaria para a esfera clerical. O controle sobre as festas não se impôs sem o bispo enfrentar uma série de resistências dos devotos e do clero. Em 1903, quando da época da celebração da festa do Divino Espírito Santo, o bispo lançou uma portaria, em 19 de março, que alterava o modo como era celebrada a festa e também a arrecadação das esmolas<sup>96</sup>. Elas não deveriam mais ser usadas para arcar com os custos de bailes, fogos e touradas – que na visão do líder eclesiástico não tinham nenhuma relação com a festividade do Espírito Santo, sendo consideradas práticas profanas – e sim com a reforma pela qual estava passando a Igreja Catedral<sup>97</sup>.

A portaria de D. Carlos fora lançada quando o festeiro eleito em sorteio, o major João Lourenço de Figueiredo, já iniciara os preparativos da festa do Divino, inclusive anunciando para o dia 31 de maio a celebração de uma missa em honra ao Espírito Santo, que fora acertada com o Pe. Malan, superior dos salesianos em Mato Grosso. Em uma segunda portaria, o bispo proibiu a celebração da missa, com a ameaça de excomunhão ao agora ex-festeiro, que ao saber das exigências de D. Carlos exonerou-se do cargo em 27 de abril. Em uma terceira portaria, de

---

<sup>95</sup> DUROURE, J. B., *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 83.

<sup>96</sup> Sobre as festividades santas e as tentativas de D. Carlos em discipliná-las segundo os moldes tridentinos, cf. MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 107-121.

<sup>97</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado:artífice da Neocrisandade (1888-1952)*, p. 74-75.

14 de maio, D. Carlos excomungou João Lourenço. Um dos motivos foi a recusa de entregar as insígnias da festa, que eram utilizadas para o recolhimento das esmolas. João Lourenço entendia que, mesmo ele não sendo mais o festeiro, deveria haver um novo sorteio para a eleição de seu substituto para que somente depois disso fossem entregues as insígnias<sup>98</sup>.

Mesmo excomungado, João Lourenço procurou o Pe. Helvécio, salesiano diretor do Liceu São Gonçalo, e ele aceitou celebrar a missa anunciada pelo major na capela do Liceu, sem a presença do festeiro e das insígnias, o que foi aceito num primeiro momento por D. Carlos, que voltou atrás em sua decisão e proibiu a celebração da missa encomendada pelo major. Por entender que não havia nenhum impedimento legal, o Pe. Helvécio celebrou a missa, fato ocorrido em 31 de maio e interpretado pelo bispo como uma afronta à sua autoridade. O prelado puniu severamente os salesianos, suspendendo-os de todas as atividades que exerciam na Diocese e acusando-os de manterem relações com protestantes, espíritas e maçons. Após muitas tratativas envolvendo D. Carlos, o Núncio Apostólico, o bispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, e o Pe. Malan, superior dos salesianos em Mato Grosso, o incidente foi solucionado com a publicação da quarta portaria de D. Carlos, em setembro de 1903. Por meio dela, os salesianos foram restituídos de suas funções na Diocese de Mato Grosso. Porém, o Pe. Malan foi obrigado pelo Núncio Apostólico a desculpar-se publicamente e o Pe. Helvécio foi transferido para a Inspeção de São Paulo<sup>99</sup>, ambas exigências de D. Carlos. Durante todo o ocorrido, D. Arcoverde mostrou solidariedade ao bispo de Cuiabá e lançou uma carta circular para todos os bispos do Brasil, condenando a insubordinação dos salesianos. Em carta dirigida a D. Carlos, criticou ainda a postura do Pe. Malan, que a seu ver evitou tomar providências imediatas contra o seu subordinado, mesmo diante da gravidade da situação, que tinha a ver com todo o episcopado brasileiro.

Dispensó-me, apresentando à consideração de V. Ex. Revma. esse facto, que directamente interessa ao Episcopado Brasileiro, por se referir a um dos seus membros, de salientar a gravidade d'elle; facto escandaloso praticado com toda a solennidade e sem circumstancia alguma que o atenua, por um membro de uma congregação que se vae estendendo pelo Brasil. É de notar que o Superior respondeu logo ao acto do Snr. Bispo de Cuyabá, retirando as Irmãs Salesianas do Asylo Santa Rita, mostrando-se deste modo solidário com o Snr. Padre Helvécio; e limitou-se a ordenar a retirada do Padre Helvécio quando

---

<sup>98</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade* (1888-1952), p. 76-77.

<sup>99</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade* (1888-1952), p. 78-86.

tivessem terminado os alunos do Lyceu de dar seus exames! Quanto ao mais, nem uma providência<sup>100</sup>.

Além das desculpas públicas proferidas por Pe. Malan, o inspetor dos salesianos no sul do Brasil, Pe. Carlos Perreto, redigiu carta a D. Arcoverde condenando a postura de Pe. Helvécio e ressaltando o respeito que os membros da Congregação Salesiana deveriam ter para com a pessoa do bispo, a quem considerava a legítima autoridade.

Sinto imenso que se tenha dado o doloroso incidente entre o Exmo. e Revmo. Snr. Bispo de Cuiabá e os nossos caros irmãos daquela inspetoria. Embora tivesse o Revmo. Snr. P. Helvécio d'Oliveira boas intenções, quando não atendeu à Portaria do Venerando Bispo de Mattto Grosso, declaro que não concordo com esse procedimento, porque o dever do P. Oliveira era o de submeter-se a obedecer à legítima autoridade. Não posso deixar de censurar e deplorar o facto<sup>101</sup>.

Nota-se que ao final do incidente, D. Carlos obteve o reconhecimento de seus pares de que agiu dentro de suas prerrogativas eclesiásticas, e que o Pe. Helvécio foi considerado passível da punição que recebeu, por ter afrontado a autoridade diocesana. Por fim, o incidente reforçou a personalidade combativa do prelado e, principalmente, o zelo que tinha pela sua autoridade eclesiástica, mesmo se tratando da Congregação que contribuía para o fortalecimento do catolicismo em sua diocese. Ademais, as interferências do bispo nas festas em homenagem aos santos, que tinham ampla participação até mesmo de não católicos e da elite cuiabana, contribuiu para o surgimento de contestações à autoridade episcopal, pois em

---

<sup>100</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade* (1888-1952), p. 82-83.

<sup>100</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade* (1888-1952), p. 82.

<sup>101</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade* (1888-1952), p. 84.

1903 alguns jornais cuiabanos criticaram as portarias do bispo que alteravam o modo como se celebrava a festa do Divino, a exemplo dos jornais *O Estado*<sup>102</sup> e *O Pharol*<sup>103</sup>.

Em 1904, vindos da França, chegaram a Cuiabá os religiosos da Ordem Terceira Regular (OTR), conhecidos como franciscanos, e juntamente com eles as Irmãs da Imaculada Conceição de Castres, ramo feminino da ordem. D. Carlos incumbiu as Irmãs de administrarem do Asilo Santa Rita, que fora deixado pelas Filhas de Maria Auxiliadora após o incidente com o Pe. Helvécio. Para os frades, entregou a direção do seminário da Conceição, que permanecia fechado desde a saída dos lazaristas<sup>104</sup>. Diferentemente do ocorrido com os lazaristas e salesianos, os franciscanos não se envolveram em nenhum atrito público com D. Carlos, pelo contrário, a presença dos frades foi primordial para os anseios do bispo, que ensejava combater a Maçonaria, o protestantismo e o espiritismo. Os franciscanos eram liderados por frei Ambrósio Daydé, religioso de perfil ultramontano que se tornou grande aliado de D. Carlos no combate aos opositores da Igreja Católica em Cuiabá. Pode-se afirmar que o bispo e o frade tinham perfis semelhantes, conforme atesta Cometti:

Cioso de seus direitos, não entrega, Dom Carlos, tão facilmente o leme da nau da Igreja cuiabana. Tanto mais que a seu lado ele conta com um frade francês, Frei Ambrósio Daydé, homem feito à imagem e semelhança de Dom Carlos e a ele fidelíssimo. Pároco da Cathedral, fundador, diretor e redator do semanário *A Cruz*, é um varão culto, inteligente, dinâmico, combativo e corajoso.

---

<sup>102</sup> Segundo publicação de 13 de abril de 1903, assinada por um autor anônimo, cujo pseudônimo era F.M., “A aproximação destas festas fazia palpitar muito coração jovem dentro de peitos bonitos. E os velhos corações não lhe eram indiferentes! Sabe Deus a emoção produzida em todo o mundo pelo espoucar dos foguetes e pelos primeiros compassos da musica, no momento em que os meninos armados de salvas assaltaram as casas em ruidoso enxame de pedintes. Era profunda a fé com que beijavam as insignias as tremulas avós, as mães piedosas e as donzelas ruborisadas pedindo tacitamente a realização de suas intimas esperanças. [...]. E as touradas? A cidade ficava deserta e os palanques repletos, repletos os espaços adjacentes. Era um mar de vestidos claros onde faziam manchas vivas as colxas polichononas. Na praça cheia de sol e poeira corriam bois pacatos perseguidos por capinhas alegres. Dizem que as touradas eram selvagens, mas eram do gosto de Sr. Divino que castigava quem lhes negava seu consento. [...]. Pois se o culto e isto que mal faz que o povo uma também o profano ao religioso?”. *Apud* MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 118.

<sup>103</sup> A crítica do *O Pharol* não tem assinatura, o que supõe que o descontentamento com a portaria de D. Carlos era a opinião oficial do jornal. “Conforme a carta pastoral do nosso Bispo Diocesano, publicada na *Gazeta Oficial*, as festas do Divino, este anno, serão bastante resumidas, constando apenas de missa pontifical na Cathedral e esmolos nos dias 4, 5 e 6 do mez futuro, sem as solenidades de outros anos. [...] E agora com essa pastoral do nosso Bispo, quanto descontentamento já não se nota no povo! Quantos *fregueses* das missas de madrugada e do *cafésinho* ou *guaraná* do festeiro não estão tristes! Não termos as missas de madrugada, as novenas! ... Oh! Quanta tristeza!. *O Pharol*, n. 54, 25 de abril de 1903, p. 3.

<sup>104</sup> *Carta Pastoral do Arcebispo de Cuiabá. A Cruz*, n. 2.263, de 23 de novembro de 1958, p. 2 e 5. Nessa edição comemorativa de 48 anos do jornal *A Cruz*, o arcebispo de Cuiabá, D. Orlando Chaves, escreveu um histórico do Seminário da Conceição.

Enfrenta, destemido e arrojado, os inimigos da Igreja e os desafetos políticos, apoiado com entusiasmo pelo velho Arcebispo<sup>105</sup>.

De fato, diferentemente dos salesianos, que mantinham uma postura de aproximação com grupos considerados por D. Carlos como “[...] aqueles que estavam fora do grêmio da Igreja”<sup>106</sup>, frei Ambrósio era extremamente combativo ao protestantismo, à Maçonaria e ao espiritismo. Os franciscanos foram incumbidos da administração do Seminário Episcopal e permaneceram na direção entre os anos de 1904 a 1907, “[...] ano em que fechou novamente, pois a extrema falta de padres em tôda a imensa Diocese [...] obrigou o Prelado a confiar várias Paróquias sem Cura, aos cuidados dos Frades da Ordem Terceira”<sup>107</sup>. Os franciscanos permaneceram em Cuiabá até 1925, quando se transferiram para a Diocese de São Luís de Cáceres, que era administrada por D. Frei Luiz Maria Galibert, sendo acompanhados pelas Irmãs da Imaculada Conceição<sup>108</sup>. A presença dos franciscanos em Cuiabá, e, especialmente de seu líder, frei Ambrósio, foi fundamental para a criação e a manutenção do jornal *A Cruz*. Diante do exposto, nota-se que durante a administração de D. Carlos o campo religioso de Cuiabá passou por inúmeras transformações e tornou-se mais diversificado, complexo e competitivo. No âmbito do catolicismo houve inúmeras disputas entre o bispo e fiéis e com os salesianos e os lazaristas. Estes últimos se retiraram da Diocese em 1895, e os primeiros mantiveram relações pouco amistosas com D. Carlos, devido à postura de aproximação que tinham com maçons e espíritas e, ainda, pela celebração da missa encomendada pelo festeiro João Lourenço em 1903. A exceção é feita aos franciscanos, que mantiveram uma relação respeitosa com a autoridade eclesiástica.

Nesse contexto de ofensiva católica, ocorreu um episódio que teve consequências marcantes e que acirrou os conflitos entre D. Carlos e as autoridades civis, em grande parte maçons, anticlericais e livres pensadores<sup>109</sup>. Em junho de 1909, foi organizada pelo governo estadual, juntamente com o bispo, a celebração de uma missa de sétimo dia pela alma do presidente Afonso Pena. Ao saber que seria entronizada na catedral a bandeira nacional, D.

---

<sup>105</sup> COMETTI, P., *Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*, p. 112.

<sup>106</sup> DUROURE, J. B., *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 236.

<sup>107</sup> *A Cruz*, n. 2.263, 23 de novembro de 1958, p. 5.

<sup>108</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 33-43.

<sup>109</sup> *A Liga Matto-Grossense de Livre-Pensadores* foi fundada em 21 de abril de 1909, composta em sua maioria por jovens pertencentes à elite cuiabana e adeptos das ideias positivistas e liberais; combatiam o catolicismo e publicavam a revista anticlerical *A Reacção*. Ainda neste capítulo, será apresentado o processo de criação da LMLP.



Carlos proibiu o ato, alegando que o dístico *Ordem e Progresso* era uma inscrição de lema positivista e condenado pela Igreja Católica<sup>110</sup>. Houve desentendimentos com o presidente do Estado, Pedro Celestino, mas principalmente com o intendente municipal, Horácio Vaz Guimarães, e os membros da LMLP, fundada meses antes do incidente.

Na edição n. 203, de 26 de junho de 1909, o jornal *O Pharol* trazia em sua capa a manchete *Ultraje á Bandeira Nacional*, na qual criticava veementemente a postura de D. Carlos e narrava, em texto que ocupou duas páginas do periódico, os acontecimentos que culminaram na troca do nome da *Praça D. Carlos*<sup>111</sup> para *Praça da República*. “A notícia d’esse grave incidente, do insulto atirado ao sagrado symbolo da Patria, rapidamente circulou por toda a cidade e a impressão causada foi enorme, foi de justa indignação e revolta”<sup>112</sup>. Informa que no sábado, 19 de junho, a LMLP distribuiu panfleto convocando seus membros para uma reunião urgente e que, segundo a redação do jornal, para mostrar ao povo que “[...] havia uma corporação respeitavel e forte, pela posição e numero de seus membros, que iria dar uma orientação pratica e segura aos seus desejos, [o povo] aguardou calmamente a resolução que ella adoptasse”<sup>113</sup>. Na manhã de domingo, 20 de junho, foi distribuído novo panfleto com o seguinte conteúdo:

Convida-se o povo desta capital para uma reunião hoje, domingo, as 5 horas da tarde no jardim da ‘Praça Coronel Alencastro’ afim de manifestar o sentimento geral causado pelo acto do arcebispo D. Carlos Luiz d’Amour prohibindo a entrada do Pavilhão Nacional na igreja cathedral desta cidade, nas projectadas exequias em suffragio do fallecido Presidente da Republica. Apella-se para o patriotismo do povo cuyabano afim de que essa reunião tenha o character de um veemente protesto contra a desconsideração irrogada ao mesmo Pavilhão e consequentemente a cada cidadão em particular<sup>114</sup>.

Segundo o jornal, compareceu a reunião grande número de pessoas “[...] da nossa melhor sociedade, e que nella tem grande somma de responsabilidades”<sup>115</sup>, começando por

---

<sup>110</sup> MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D’Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 41.

<sup>111</sup> Segundo Estevão de Mendonça, o local primeiramente se chamava Largo da Matriz, posteriormente denominada Praça D. Carlos, e, em 1909, recebeu o nome de Praça da República, que permanece até a atualidade. MENDONÇA, E., *Retalhos da Vida*, p. 27.

<sup>112</sup> *O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 1.

<sup>113</sup> *O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 1.

<sup>114</sup> *O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 1.

<sup>115</sup> *O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 1.

deputados estaduais, vereadores, juizes, advogados e escrivães, redatores de outros jornais, médicos, professores, militares e mesmo “[...] influentes individualidades de diversas localidades do Estado”<sup>116</sup>. O que primeiro a tomar a palavra foi o major Carlos Marcial Addor, maçom e livre pensador que propôs a mudança do nome da *Praça D. Carlos* para *Praça da República*, o que seria feito por meio de uma moção a ser encaminhada aos poderes municipais. O documento foi elaborado e assinado por mais de duzentas pessoas. Após esse encontro inicial e da elaboração da moção, o grupo se dirigiu à casa do intendente municipal, Horácio Vaz Guimarães, “[...] tendo á frente a Bandeira Nacional, empunhada pelo nosso companheiro de redação Sr. Indalecio de Proença [...] dirigiram-se os manifestantes, em cortejo enorme”<sup>117</sup>, para entregarem a moção ao intendente municipal.

Após chegar à casa de Horácio Vaz Guimarães, o professor Philogonio de Paula Corrêa, maçom, membro fundador da LMLP e da redação d’*O Pharol*, tomou a palavra, solicitando ao Intendente o encaminhamento o mais rápido possível da moção à Câmara Municipal. Falando em nome do Intendente, o vereador Carlos Luiz de Mattos prometeu “[...] apresentar a moção á Camara Municipal convocando-a extraordinariamente para esse fim com a urgencia reclamada.”<sup>118</sup> Novamente usou a palavra o professor Philogonio, dizendo que *o povo* tinha plena certeza da aprovação da Câmara Municipal e que “[...] ousava offerecer as placas que deveriam ser collocadas na Praça da Republica, offerta essa feita pelo povo e que esperava não seria recusada”<sup>119</sup>. A proposta foi aceita por Horácio Vaz Guimarães. Em seguida, os manifestantes se dirigiram à redação d’*O Pharol*, quando falou Paulo Pitaluga, membro fundador da LMLP, pedindo “[...] apoio e patrocínio [...] para a petição que o povo dirigira aos poderes municipaes”<sup>120</sup>. Falou em nome do jornal o professor Philogonio, que além de garantir o apoio solicitado, prometeu fechar as portas d’*O Pharol* caso a vontade popular não saísse vencedora.

Os manifestantes rumaram para a redação do jornal *A Voz do Povo*. Lá chegando, Ovidio de Paula Corrêa, membro fundador da LMLP, pronunciou-se no mesmo tom que seu antecessor. O pedido foi acatado pelo dono d’*A Voz do Povo*, Manoel Pereira de Sousa. Por fim, os

---

<sup>116</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 1.

<sup>117</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 1.

<sup>118</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 2.

<sup>119</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 2.

<sup>120</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 2.

manifestantes se dirigiram à redação do jornal *O Trabalho*. Dessa vez, quem falou foi José Carlos Vital Filho, obtendo o apoio do redator e dono do referido jornal, José Teixeira de Campos. A manifestação dissolveu-se na “Praça da República, debaixo da melhor ordem”<sup>121</sup>. Ainda na edição de 26 de junho, foi narrado o desfecho da moção, em matéria intitulada *A sessão da câmara*, informando que a petição assinada pelos manifestantes do domingo anterior foi entregue na segunda-feira, 21, por Horácio Vaz Guimarães ao Presidente da Câmara, Antônio de Paula Corrêa, que por sua vez convocou os vereadores para a sessão da Câmara no dia seguinte.

Às 13 horas de terça-feira, iniciou-se a sessão para a votação da alteração do nome da *Praça D. Carlos*. A proposta foi apreciada, votada, aprovada pelos vereadores e sancionada pelo Intendente Municipal na mesma tarde. Em ato contínuo, seguiram as autoridades municipais para a colocação das novas placas; as antigas foram arrancadas e furtadas na madrugada de sábado, 19 de junho:

Em acto continuo o Sr. major Horacio Guimarães mandou fazer *A collocação das placas* a cujo acto assistiu S.S. os membros da Camara e muitas pessoas gradas, soltando-se nessa ocasião muitos foguetes. Está pois consagrada a vontade popular e desaffrontado o Pavilhão Brasileiro pelo acto caprichoso do Sr. arcebispo D. Carlos Luiz D’Amour. A praça Bispo D. Carlos acaba, pois, de ser denominada – PRAÇA DA REPUBLICA – por cuja denominação passará a ser conhecida d’ora em diante, como uma homenagem devida ás instituições brasileiras<sup>122</sup>.

No entanto, a brusca troca do nome de um local de prestígio e que era uma das principais praças de Cuiabá não pode ser reduzido à questão da não entrada da bandeira nacional na catedral. O projeto em prol da troca de nome da *Praça D. Carlos* era antigo, carregando consigo os embates entre o grupo de membros da elite cuiabana, que criou a LMLP, e D. Carlos, o representante máximo da Igreja Católica em Cuiabá. Na edição n. 109, de 14 de setembro de 1907, o jornal *O Pharol* publicou um artigo intitulado *Praça D. Carlos*, revelando ser anterior a 1907 a discussão envolvendo a troca de nome da praça:

A imprensa desta capital, já teve ocasião de desaprovar o facto de estar o nome do Bispo D. Carlos, ligado á melhor e mais concorrida praça que possuímos.

---

<sup>121</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 2.

<sup>122</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 3. Grifos do autor.

Effectivamente, a praça da Matriz, como vulgarmente é chamada, devia ter o nome ou de uma data gloriosa para o Brasil ou para Matto-Grosso; ou de um cidadão ilustre, cuja memoria, cheia de serviços á pátria, recommende-se aos vindouros.

[...] Mas verdadeiramente com franqueza; e francamente com verdade: o Senhor D. Carlos tem muita coisa a imitar-se ou muitos actos dignos de lembrança? Cremos que não<sup>123</sup>.

A crítica explícita à pessoa do bispo, argumentando que ele não merecia ter um monumento em sua memória, por não possuir *muitos actos dignos de lembrança*, era consequência de seu afrontamento com as autoridades municipais e de suas tentativas de disciplinar as práticas religiosas dos fiéis, muitas delas com a participação de não católicos, como a festa do Divino. Nesse sentido, a memória de D. José Antonio dos Reis, antecessor de D. Carlos, era mais celebrada e rememorada. No número posterior à publicação que criticou o nome da *Praça D. Carlos*, *O Pharol* respondeu a uma crítica feita pelo jornal *O Rebate*, que reprovava a atitude de seu congêneres. Por sua vez, além de reafirmar as críticas antes citadas, os redatores de *O Pharol* lembraram o fato de o bispo D. José ter igualmente uma praça com o seu nome, porém, com o respectivo merecimento. “Tambem nenhuma novidade veio trazer-nos o collega quando disse que o nome de D. José está ligado á praça de *Mundéo*; esta praça, é tanto mais inferior á praça da Matriz, quanto os meritos do fallecido prelado são superiores aos do Senhor D. Carlos”<sup>124</sup>.

Por outro lado, a análise do conteúdo da moção que foi encaminhada à Câmara Municipal, em 21 de junho de 1909, evidencia que a troca de nome da *Praça D. Carlos* não era apenas uma contestação à intransigência do bispo, mas também a defesa de um projeto de membros da elite cuiabana que eram adeptos das ideias positivistas e que viam a necessidade de se inserir Cuiabá nos rumos da civilização e do progresso, por isso o discurso em defesa da República e contra D. Carlos e o clero.

[...] considerando, que D. Carlos Luiz D’Amour não tem nenhum titulo de recomendação, que se saiba, nem mesmo religioso, para merecer que seu nome figure em uma das nossas principaes praças; e considerando, por outro lado, que o facto politico que representa *a nossa actual forma de governo, synthese da nossa evolução social*, não teve, ainda, entre nós, uma sagração publica como merece; e considerando, finalmente, que essa sagração é uma medida urgente que se impõe ao nosso bom nome de republicanos e patriotas, e aos fóros de que

---

<sup>123</sup>*O Pharol*, n. 109, 14 de setembro de 1907, p. 1. Grifos meus.

<sup>124</sup>*O Pharol*, n. 110, 21 de setembro de 1907, p. 2. Grifos do autor.

*gozamos como um povo civilizado e progressista, solicitam, os abaixo assignados [...] um projecto de lei afim de mudar o nome da praça da Matriz*<sup>125</sup>.

Os autores consideram a negativa do bispo em aceitar a entronização da bandeira nacional na Igreja Matriz como um ultraje à nação, um ato antipatriótico. Ao final, aparece no texto o ideário positivista, que considerava incabível a um republicano compactuar com nomes de ruas e monumentos situados em espaços públicos que faziam alusão à religião católica. Desse modo, em 1909, os opositores de D. Carlos e da Igreja Católica utilizaram um ato de autoritarismo do bispo para pôr em prática um projeto há muito idealizado e que era decorrência dos embates jurídicos da implantação do regime republicano. Nota-se ainda que os líderes do manifesto, composto em sua maioria por maçons membros da LMLP, redatores e colaboradores do jornal *O Pharol*, preocuparam-se em construir um discurso em nome do povo e em defesa da pátria, visando a legitimá-lo e dar ao público leitor a ideia de que a insatisfação para com o bispo era coletiva e não apenas de um grupo. A troca de nome da praça está relacionada à postura de enfrentamento de D Carlos e também ao ideário republicano e positivista dos manifestantes. Porém, deve ser compreendida também como uma disputa por espaços públicos, uma estratégia dos livres pensadores para impor suas representações sociais, nesse caso, a secularização dos espaços públicos. Tal postura remete às considerações de Roger Chartier ao afirmar que as lutas de representações são articuladas pelos vários grupos que compõem uma sociedade e que buscam criar “[...] estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”<sup>126</sup>. Algumas semanas depois do incidente da troca de nome da praça, em 9 de julho, os livres pensadores criaram a revista anticlerical *A Reação*<sup>127</sup>.

O ano de 1909 foi marcado pelo processo de dessacralização da pessoa do bispo, que ao longo da década de 1900 passou a ser desprestigiada, criticada, satirizada e mesmo ridicularizada na imprensa e em atos públicos. Dois acontecimentos exemplificam essa constatação: no primeiro, sem data definida, ocorre a passagem de um episódio carregado de

---

<sup>125</sup> *O Pharol*, n. 204, 3 de julho de 1909, p. 4. Grifos meus.

<sup>126</sup> CHARTIER, R., *O mundo como representação*, p. 184.

<sup>127</sup> Na segunda parte deste capítulo, apresentada-se uma análise mais abrangente dos membros da *Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores*, dos objetivos da *Liga* e dos artigos publicados na revista *A Reação*.

comicidade, que visava a ridicularizar um rito católico e especialmente a pessoa do bispo<sup>128</sup>. O padre Cometti traz mais detalhes sobre o acontecido:

Na Rua 13 de junho, na época artéria principal da Cidade, em frente a residência episcopal, às tantas da noite, um cortejo sinistro, composto de elementos agnósticos e declarados infensos à Igreja, desfilava por aquela rua, carregando um caixão, em paródia sacrílega, um leitão esquartejado, simulando a procissão do Senhor Morto! Cantos e preces eram substituídos por palavras obscenas e frases de deboche.

Ao passarem em frente à casa em que residia Dom Carlos, reduziram o passo e elevaram o tom de voz para ferir o velho arcebispo, o qual, oculto atrás das venezianas de sua residência, indignado, anotava o nome dos vulgares e acintosos sujeitos<sup>129</sup>.

Pelo relato de Duroure, sabe-se que havia um dos membros que estava disfarçado de bispo, “com mitra e báculo”<sup>130</sup>. Outros estavam fantasiados de padres e freiras. No outro dia cedo, um domingo, os fiéis que foram à missa na Catedral leram a lista que fora afixada na porta de entrada com os nomes dos autores da procissão; todos foram excomungados pelo bispo. O outro episódio está relacionado à manifestação de 20 de junho de 1909, que culminou na troca de nome da *Praça D. Carlos*. Segundo o jornal *O Pharol*, no momento em que os manifestantes passaram em frente à casa do bispo, que estava em companhia de alguns frades franciscanos, eles

[...] deram entusiásticas e unisonos vivas ao Pavilhão Nacional, ao lema Ordem e Progresso –, à Republica, à memoria do Dr. Affonso Penna e à Constituição. Nenhum grito hostil se fez ouvir.

Emquanto passava o cortejo, estiveram postados á porta da residencia episcopal o Dr. Chefe de Policia e Dr. Carlos Vital Filho, um dos manifestantes, afim de prevenir qualquer desacato á pessoa do Sr. D. Carlos.

– Ao voltar o cortejo pela rua Pedro Celestino ouviu-se o grito de – *morra o bispo* – partido de entre os manifestantes. O cortejo parou imediatamente e

---

<sup>128</sup> Cometti considera que o episódio da procissão alusiva ao Senhor Morto tenha ocorrido “nos idos de novecentos”. COMETTI, P., *Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*, p. 243. Duroure acrescenta que o incidente ocorreu em 1901, no sábado que antecedeu o carnaval. DUROURE, J. B., *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 86. Biennés comenta que no “Carnaval de 1905, uma mascarada percorreu as ruas da capital, tendo uns quarenta personagens com roupas de bispos, de padres, de religiosos e religiosas”. BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 46. Pereira Leite informa que o episódio ocorreu nos “primórdios do século”. LEITE, L. F. P., *Bispo do Império*, p. 301. De acordo com os autores citados, o episódio ocorreu durante a época de carnaval, entre os meses de fevereiro e março, no entanto, não foi possível encontrar nenhuma referência em jornais nas datas citadas pelos pesquisadores.

<sup>129</sup> COMETTI, P., *Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*, p. 243.

<sup>130</sup> DUROURE, J. B., *Dom Bosco em Mato Grosso*, p. 86.

entre veemente protestos procurou-se o seu autor para o expulsar do grupo, porem, este já tinha desaparecido<sup>131</sup>.

No primeiro episódio, os manifestantes visavam a insultar não somente a Igreja Católica, mas principalmente D. Carlos, pois ao reduzirem o passo e aumentarem a voz em frente à residência episcopal, os membros do cortejo, sabedores da personalidade austera do prelado, pretendiam além de provocá-lo, ferir sua autoridade episcopal, satirizando-o. No segundo episódio, além da troca do nome da *Praça D. Carlos*, há uma demonstração de ódio explícito ao bispo, chegando a injuriarem contra a sua vida. Portanto, o ano de 1909 foi marcado pelo crescimento acentuado do anticlericalismo em Cuiabá, promovido pelos membros da LMLP, redatores do jornal *O Pharol* e da revista *A Reação*, que teve seu primeiro número publicado em julho daquele ano. A seguir, analisa-se a LMLP e a revista *A Reação*, que caracterizaram uma ofensiva anticlerical em Cuiabá no início do século XX.

## 1.2) **A Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores e o anticlericalismo em Cuiabá**

A partir do incidente de 1909, os ataques do jornal *O Pharol* a D. Carlos e à Igreja Católica foram constantes, maculando a pessoa do bispo e do clero, especialmente na seção *Piparotes*. Um dos artigos satirizava a excomunhão dada por D. Carlos ao festeiro João Loureço, em 1903. “É verdade que o bispo excomungou o Lourenço, há tempos? – É sim. Mas a excomunhão não pegou... – Porque? – Porque o papa, mezes antes havia abençoado os paes delle até a quarta geração... Lóoooooogo...”<sup>132</sup>.

Em 21 de abril<sup>133</sup> daquele ano, foi criada a *Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores*(LMLP)<sup>134</sup>, composta por nomes importantes da sociedade cuiabana, a exemplo do

---

<sup>131</sup>*O Pharol*, n. 203, 26 de junho de 1909, p. 3. Os grifos são do autor.

<sup>132</sup>*O Pharol*, n. 224, 20 de novembro de 1909, p. 3.

<sup>133</sup> Segundo Corrêa, a data da fundação da LMLP é alusiva à data da morte de Tiradentes, considerado herói republicano pelos livres pensadores. CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 26.

<sup>134</sup> De acordo com informações da revista *A Reação*, a *Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores* tinha duas filiadas, uma em Corumbá e a outra em Cáceres., fundadas, respectivamente, em 18 de maio de 1910 e 24 de junho de 1911. Cf. *A Reação*, n. 11, junho de 1910, p. 251; *A Reação*, n. 12, junho de 1911, p. 260.

professor Philogônio de Paula Corrêa<sup>135</sup> e seu irmão Ovídio de Paula Corrêa<sup>136</sup>, que juntamente com uma

[...] plêiade de intelectuais, como Isac Póvoas, Nilo Póvoas, Leônidas Pereira Mendes, Publio de Souza, Antonio Fernandes de Souza e outros notáveis, estudiosos das novas idéias filosóficas, surgidas na França, com Voltaire, Descartes, Littrè, Augusto Comte, e assim criaram, em Cuiabá, a famosa LIGA MATO-GROSSENSE DE LIVRE-PENSADORES, onde discorriam e debatiam sobre a Nova Filosofia, para divulgá-la no ardoroso jornal – A REAÇÃO – aliados à poderosa e secreta Maçonaria, em acirrada oposição à Doutrina da Igreja de Cristo, para tentarem renovar as bases fundamentais da Estrutura e do Regime Contemporâneo<sup>137</sup>.

A maioria deles eram jovens com idades entre 20 e 30 anos. Segundo Antônio de Arruda, parte desse grupo foi formado no Liceu Salesiano São Gonçalo e mais tarde aderiu ao agnosticismo e ao positivismo; muitos faziam parte da Maçonaria<sup>138</sup>. Corrêa delineou o perfil dos principais membros da LMLP:

Em síntese, pode-se notar que os homens que fundaram a Liga de Livres-Pensadores eram, em sua maioria, pertencentes às famílias tradicionais locais, muitos ocupavam diferentes cargos na administração pública, inclusive, atuando em postos do alto escalão do governo. Outra característica marcante é o fato de praticamente todos os que fundaram a Liga terem trabalhado ativamente na imprensa, colaborando em vários veículos de informação ao mesmo tempo<sup>139</sup>.

Em fins do século XIX e início do XX, muitos filhos de famílias abastadas concluíam seus estudos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro ou na Faculdade de Direito de São Paulo.

---

<sup>135</sup> Nascido em Cuiabá a 20 de dezembro de 1886, era professor de História Geral do Liceu Cuiabano e da Escola Normal Pedro Celestino. Exerceu diversos cargos públicos. Foi vereador e deputado estadual. Foi membro do Instituto Histórico de Mato Grosso, da Academia Mato-Grossense de Letras e da Associação de Imprensa Mato-grossense. Faleceu em Cuiabá a 13 de setembro de 1952. MENDONÇA, R. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 50; TOCANTINS, A.; TOCANTINS, C. L. C., *Philogônio de Paula Corrêa*: educador, historiador, homem de letras e parlamentar.

<sup>136</sup> Nascido em Cuiabá a 4 de junho de 1878, exerceu diversos cargos públicos, incluindo o de vereador por Campo Grande. Era membro do Instituto Histórico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, tendo colaborado em diversos jornais. Faleceu em Campo Grande a 16 de junho de 1946. Cf. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 52-53.

<sup>137</sup> BORGES, E., *Centenário de Filogônio Corrêa*, p. 123. Maiúsculas do autor.

<sup>138</sup> ARRUDA, A., *Isac Póvoas: sua formação religiosa e cultural*, p. 7-13.

<sup>139</sup> CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 33.



São os casos de João Villas Boas<sup>140</sup>, Philogônio de Paula Corrêa, José de Mesquita<sup>141</sup> e Estevão de Mendonça<sup>142</sup>. Havia também aqueles que após concluírem o curso secundário no Liceu São Gonçalo cursavam o de Humanidades, obtendo o título de bacharéis em Ciências e Letras, a exemplo de Nilo Póvoas<sup>143</sup> e Isác Póvoas<sup>144</sup>. Outros jovens que buscavam a carreira militar frequentavam a Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, na época centro irradiador do positivismo no Brasil<sup>145</sup>, a exemplo de Octávio Pitaluga<sup>146</sup>.

Os que voltavam para fixar-se em Cuiabá, Corumbá ou Cáceres, principais cidades de Mato Grosso nesse período, dedicavam-se a animar a vida cultural dessas cidades, editando jornais e revistas e promovendo conferências em que

---

<sup>140</sup> Nasceu em São Luís de Cáceres a 21 de abril de 1890. Bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro., exerceu diversos cargos públicos, foi deputado estadual e senador da República, advogado renomado e escritor; colaborou em diversos jornais. Faleceu no Rio de Janeiro a 3 de maio de 1985. Cf. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 160-162; Pereira Leite. L. P. *João Villasboas: Parlamentar Mato-Grossense*.

<sup>141</sup> Nasceu em Cuiabá a 10 de março de 1892. Bacharel em Ciências Jurídicas e Social pela Faculdade de Direito de São Paulo. É considerado um dos maiores escritores mato-grossenses. Fundador da Academia Mato-Grossense de Letras, foi seu presidente ininterruptamente desde a fundação até a data de sua morte, e do Instituto Histórico de Mato Grosso. Exerceu por décadas o cargo de desembargador. Colaborou em inúmeros jornais e dirigiu *A Cruz* entre 1925 e 1953. Católico atuante, em 1933 foi condecorado pelo Papa Pio XI com a Comenda da Ordem de São Silvestre, pelos serviços prestados à Igreja Católica. Faleceu em 22 de junho de 1961. Cf. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 109-110; Cf. MELLO, C. *O Centenário de José de Mesquita, fundador da Academia Matogrossense de Letras*, p. 9-28.

<sup>142</sup> Nasceu em Santo Antônio da Barra, distrito de Melgaço, município de Santo Antônio de Leverger, a 25 de dezembro de 1869. Foi professor de Geografia e História do Liceu Cuiabano; publicou diversas obras e é considerado um dos maiores historiadores mato-grossenses. Foi correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso, sócio fundador da Academia Mato-Grossense de Letras e da Associação de Imprensa Mato-grossense. Faleceu em Cuiabá a 2 de dezembro de 1949. Cf. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 101-102.

<sup>143</sup> Nasceu em Cuiabá a 2 de outubro de 1892. Foi professor de Português no Liceu Cuiabano, na Escola Normal Pedro Celestino e também atuou como advogado provisionado. Pertenceu à Academia Mato-Grossense de Letras e foi delegado da mesma instituição junto à Federação das Academias de Letras do Brasil. Publicou algumas obras e colaborou em diversos jornais. Após o fim da LMLP, teve atuação de destaque no catolicismo cuiabano. Faleceu a 7 de abril de 1967 em Cuiabá. Cf. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 135; PÓVOAS, C. L., *Nilo Póvoas, Um Mestre*.

<sup>144</sup> Nasceu em Cuiabá a 4 de fevereiro de 1886. Foi diretor e professor de Lógica, Português e Literatura no Liceu Cuiabano. Exerceu diversos cargos públicos, com destaque para o de Prefeito de Cuiabá. Foi membro do Instituto Histórico de Mato Grosso, do qual foi presidente, e da Academia Mato-Grossense de Letras. Colaborou com inúmeros jornais. Faleceu em Cuiabá a 1º de outubro de 1970. Cf. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 133-134; CUIABÁ, Prefeitura Municipal. *Isac Póvoas: escritos - depoimentos - cartas*.

<sup>145</sup> Cf. COSTA, V. M. F., *Ressentimento e revolta: formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, 1874-1889*.

<sup>146</sup> Nasceu em Cuiabá a 5 de novembro de 1880. Como capitão e major foi membro da Comissão Rondon. Foi o responsável pelo traçado da cidade de Rondonópolis. Colaborou em diversos jornais e era membro do Instituto Histórico de Mato Grosso. Faleceu em Cuiabá a 11 de novembro de 1929. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 131.

eram debatidos os problemas do Estado, e a participar ativamente na vida social e política. Traziam com eles as ideias e temáticas mais em voga no cenário intelectual e político do país e a partir delas refletiam sobre a *terra natal*. Não por acaso, os livros, jornais e revistas ali editados estão repletos de autores nacionais e, inclusive, aos autores estrangeiros em que se inspiravam. Auguste Comte, Hypolite Taine, Renan, Gustave Le Bon, Spencer<sup>147</sup>.

A estadia, mesmo que temporária, nos grandes centros urbanos permitiu aos estudantes mato-grossenses o acesso a obras que comportavam debates atuais no Brasil e no mundo, como o era o positivismo em fins do século XIX e início do XX. A que se considerar, ainda, que Cuiabá não estava isolada dos grandes centros no que condiz à circulação de ideias. Segundo Rodrigues, existia na cidade entre os anos de 1860 e 1898, um mínimo de “[...] nove estabelecimentos comerciais envolvidos com a compra e venda de material impresso<sup>148</sup>”.

No entanto, esta não era a única possibilidade de compra de material impresso. Os inúmeros endereços das principais livrarias da corte e alguns da capital francesa, elencados anteriormente, sinalizam para outra alternativa, a de que poderiam ser realizadas pelos correios as encomendas que costumavam ser feitas mediante envio de carta registrada com a declaração do valor do bem a ser adquirido, ou, em caso de viagem, os endereços também eram úteis, pois a compra poderia ser feita pessoalmente<sup>149</sup>.

Ao pesquisar manuscritos biográficos de Isác Póvoas, nascido em 1886, ex-aluno do Liceu São Gonçalo e um dos membros fundadores da LMLP, Antônio de Arruda teve acesso a informações esclarecedoras sobre as leituras que influenciaram Póvoas a abandonar o catolicismo e aderir ao agnosticismo e ao livre pensamento<sup>150</sup>. Segundo Arruda, após deixar o ginásio, Isác Póvoas passou a questionar a sua fé católica:

Houve aí sem dúvida influência das correntes filosóficas que vinham dos séculos XVIII e XIX e dominaram os espíritos e de certo modo dominam ainda. Estão nesse caso principalmente o evolucionismo e o positivismo. Mestre Isác confessa que passou a estudar a ‘Origem das Espécies’ de Darwin, os ‘Enigmas do Universo’ de Büchner, as ‘Maravilhas do Mundo Evolucionista’, de Ernest Haeckel. Começou então a adquirir a concepção monística do mundo. Pouco mais tarde, leu ‘A Consciência e o Livre Arbítrio’,

---

<sup>147</sup> GALETTI, L. S. G., *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*, p. 252.

<sup>148</sup> RODRIGUES, E. N. S., *Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX*, p. 78.

<sup>149</sup> RODRIGUES, E. N. S., *Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX*, p. 83-84.

<sup>150</sup> ARRUDA, A., *Isac Póvoas: sua formação religiosa e cultural*, p. 7-13.

de Miguel Bombarda, livro que qualificou de estupendo e corajoso, que lhe causaria grande fascinação.

[...] De fato, sob o influxo dessas leituras, ele passou a rever todo aquele ideário que trouxera da infância. Mas um outro autor, segundo confessa, viria trazer-lhe novos reforços à direção que ia tomando seu espírito. Leu então o ‘Tratado de Anatomia e Fisiologia do Sistema Nervoso em Geral e do Cérebro em particular’, de Gall. Essa obra o levou à verdadeira compreensão do que se chama *alma*, que nada é mais do que o resultado de funções do cérebro.

Pois o homem possui órgãos cerebrais que o fazem cuidar de si, apegando-se a *instintos pessoais*, isto é, *egoísmos*, contrabalanceados, porém, por outros órgãos também cerebrais que o impulsionam para o bem e são instintos sociais, ou *altruísmo*, segundo a classificação de Augusto Comte.

[...] A irreligiosidade do Mestre Isác levou-o a participar da fundação e das atividades da ‘Liga Mato-grossense de Livre-Pensadores’<sup>151</sup>.

Pelo relato, nota-se que o contato com obras estrangeiras, imbuídas dos ideais positivistas, foi fundamental para as posturas intelectuais e políticas de Póvoas. Outro livre pensador, Estevão de Mendonça, nascido em 1869, descreveu em sua autobiografia como decidiu abandonar a fé católica.

Educado sob orientação católica, bem cêdo, entretanto, com Ernest Renan, os meus princípios se assentaram de parilha com o Mestre: ‘Quando se chegou a conhecer o Pai Celeste, aquêlo que se adora em espírito e em verdade, não se é de nenhuma seita, de nenhuma religião particular, de nenhuma escola. É-se da religião verdadeira; todas as práticas se tornam indiferentes; não se desprezam, porque são sinais que foram ou são ainda respeitáveis; mas deixa-se de lhes reconhecer uma virtude intrínseca’ (São Paulo)<sup>152</sup>.

Um caso semelhante ao de Póvoas e Mendonça, porém, com um desfecho diferente, ocorreu com o então jovem católico José de Mesquita. Educado na fé católica, formado no Liceu São Gonçalo e meio irmão de D. Aquino<sup>153</sup>, Mesquita aderiu ao positivismo quando estudante de Direito em São Paulo, em fins da década de 1910. O caminho percorrido pelo jovem estudante ia em sentido contrário ao de seu meio irmão, Francisco de Aquino. Assim, “Enquanto o acadêmico se aproximava de Renan e de outros guias dos livres-pensadores, o enteado de sua piedosa mãe permanecia em Roma, donde tornaria com o diploma de doutor em teologia e filosofia e ensinamentos que neutralizassem as dúvidas fraternas”<sup>154</sup>. Ao regressar a

---

<sup>151</sup> ARRUDA, A., *Isác Póvoas: sua formação religiosa e cultural*, p. 7-8. Grifos do autor.

<sup>152</sup> MENDONÇA, E., *Retalhos da vida*. Publicações Avulsas, n.18, p. 13. Aspas do autor.

<sup>153</sup> O pai de D. Aquino, Antonio Thomaz de Aquino Corrêa, depois de viúvo, contraiu segundo casamento com D. Maria de Cerqueira Mesquita, também viúva e mãe de José de Mesquita. Cf. PINTO, L. R. S., *Rica/Bendita; Pobre/Maldita: as cores da mulher em José de Mesquita (1915-1961)*, p. 19.

<sup>154</sup> Mesquita, J., *Gente e coisas de antanho (crônicas 1924-1934)*, p. 22.

Cuiabá, em 1914, abriu mão do livre pensamento e novamente aderiu ao catolicismo. Segundo Pinto, a reconversão de Mesquita ocorreu por influência direta de D. Aquino.

O jovem idealista que, chegando de São Paulo com seu diploma na mão é obrigado a rever sua formação acadêmica de livre-pensador e aceitar a ascendência daquele que não só era seu líder espiritual e guia, mas também irmão mais velho, com quem se criou e se espelhou ao trilhar o dogmático caminho da cristandade<sup>155</sup>.

A experiência de José de Mesquita no livre pensamento revela o quanto era marcante a influência das ideias liberais, anticlericais e positivistas sobre os jovens estudantes cuiabanos. Nos relatos de adesões ao livre pensamento, em geral aparece a menção ao escritor e historiador francês Ernest Renan, grande propagador do pensamento liberal e anticlerical na segunda metade do século XIX. A influência do pensamento liberal e positivista era marcante nos ideais da LMLP. Desse modo,

O discurso que produziam representou a tentativa de refletirem a respeito do contexto histórico da época, analisando, particularmente, a realidade mato-grossense e, propondo informações que julgavam importantes para o desenvolvimento do estado. Entre os temas sobre os quais versaram encontram-se: o casamento civil, trabalho livre, maçonaria, catequese dos índios, educação laica, sendo que não por acaso tais assuntos estão relacionados ao republicanismo. Os artigos, muitas vezes de páginas inteiras, demonstravam os princípios nos quais estavam fundamentados. Positivistas como eram acatavam os ensinamentos do ‘grande mestre’, e viam na República um caminho seguro que viabilizaria a evolução social<sup>156</sup>.

Parte considerável dos membros da LMLP pertencia à Loja Acácia Cuiabana, pois havia uma convergência de interesses entre os objetivos da Maçonaria e os dos livres pensadores. Segundo Corrêa,

A relação dos Livre-Pensadores com a Maçonaria era bastante estreita, entre os seus fundadores vários pertenciam à Loja Maçônica Acácia Cuiabana onde conviviam com ‘irmãos’ católicos. Eram maçons os seguintes fundadores: Ovídeo de Paula Corrêa, Alberto D’Antas da Gama, Possidônio Pereira Cuiabano, Carlos Marcial Addor, Alexandre Magno Addor, Oscar Augusto Addor, João Cunha, Luiz Alves da Silva Carvalho, Alberto Sargentini. Ente os criadores da Liga que não eram obreiros estavam Octávio Pitaluga, Jorge

---

<sup>155</sup> PINTO, L. R. S., *Rica/Bendita; Pobre/Maldita: as cores da mulher em José de Mesquita (1915-1961)*, p. 19.

<sup>156</sup> CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 52. Aspás do autor.

Barreiro, José Teixeira Campos, Alberto L. de Lima, Matheus Viegas, Almerindo de Castro e outros<sup>157</sup>.

Acrescente-se que Octávio Pitaluga era maçom. Além dele, também o eram Estevão de Mendonça, Philogônio de Paula, Isaac Póvoas, Leônidas Pereira Mendes e Gustavo Kulmann, este vindo de São Paulo para implantar a reforma do ensino de Mato Grosso<sup>158</sup>. De acordo com Rizzo, a Loja Acácia Cuiabana colaborou financeiramente com a revista *A Reacção*.

O recurso para manter a revista era insuficiente, daí começaram a pedir auxílio à Loja Acácia Cuiabana. Um dos seus sócios Ovídio de Paula Corrêa também obreiro, requer em 11/04/1910 o primeiro auxílio, alegando que a Liga trabalhava pelos sãos princípios da moral e da razão. Philogônio de Paula Corrêa pede a Loja e demais obreiros para que adquirissem ações a 100&000 cada para a compra de uma tipografia... Como a maioria dos presentes em Loja eram simpatizantes desse movimento, todos os pedidos foram aprovados, apesar dos protestos dos obreiros contra e os moderados<sup>159</sup>.

Os maçons e os livres pensadores mantiveram uma postura amigável e mesmo de apoio ao espiritismo e a outras religiões que não a católica. Havia espíritas que eram sócios da LMLP. Assim, eram publicadas notícias referentes ao espiritismo na revista *A Reacção*. Com relação ao protestantismo, tal apoio se dava pela ausência de críticas no periódico. Os membros da redação d'*A Reacção* não se consideravam antirreligiosos e sim anticlericais, dizendo-se avessos não às doutrinas cristãs, mas sim aos desvirtuamentos que a Igreja Católica fazia delas. Em março de 1911, *A Reacção* publicou uma matéria intitulada *Sursum Corda* [Corações ao alto], defendendo-se das acusações da *A Cruz* de não respeitarem a liberdade religiosa:

[...] dizem os *reverendos* redactores d'*A Cruz* que estamos movendo perseguição aos padres e á Igreja; que não cremos em Deus; que não temos religião e não respeitamos a de nossos semelhantes e tantas outras inverdades propositalmente escriptas para desacreditar a obra imperecível por que nos

---

<sup>157</sup> CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 34.

<sup>158</sup> Em 1919, alguns indivíduos outrora pertencentes à LMLP, incluindo Philogônio de Paula, Estevão de Mendonça, João Cunha e Antonio Fernandes de Souza, se aproximaram do bispo D. Aquino, n aquela época Presidente do Estado, para a execução do projeto de criação do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Mato-Grossense de Letras, inaugurados, respectivamente, em 1919 e 1921, e para a organização das comemorações em torno do bicentenário de Cuiabá. GALETTI, L. S. G., *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*, p. 302. Outros ex-livres pensadores como Nilo Póvoas e Leovegildo de Melo tornaram-se católicos atuantes. Cf. *A Cruz*, n. 557, 5 de fevereiro de 1922, p. 2; *A Cruz*, n. 580, 16 de julho de 1922, p. 1. Isac Póvoas e Indalécio Proença mantiveram-se críticos ao catolicismo. Cf. CUIABÁ, Prefeitura Municipal. *Isac Póvoas: escritos - depoimentos - cartas*; MENDONÇA, R., *Sátira na política de Mato Grosso*.

<sup>159</sup> Informativo *Estrela da Razão – Órgão Informativo Loja Maçônica Razão e Justiça* 2202, p. 7-8. *Apud* CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 45.

bateamos. Enganam-se redondamente. Se por vezes verbereamos um facto immoral ou um crime horrendo praticado por um *ministro* da religião Catholica, isto não quer dizer que somos infensos às doutrinas de Christo, essas que a igreja romana tanto tem desvirtuado, enxertando-a de dogmas incompreensíveis e multilando-a impiedosamente até chegar a esse estado presente de decomposição moral, que tem provocado em quase todos os paizes civilizados a expulsão de frades e congregações religiosas<sup>160</sup>.

De acordo com os estatutos da LMLP, seus objetivos se resumiam a quatro fins. No primeiro objetivo era destacada a natureza anticlerical da associação dos livres pensadores; no segundo, a influência das ideias positivistas; no terceiro, ideias maçônicas; e no quarto, o ideal de cumplicidade e auxílio mútuo entre os membros:

1. Combater por todos os meios que oferece a palavra falada ou escripta, a ignorancia, o fanatismo religioso e toda sorte de erros e abusos consequentes da invasão e implantação do clericalismo catholico em nosso Estado e impedir o seu predomínio.
2. Divulgar o conhecimento das idéas liberais e bem assim o de todos os sãos principios que estiverem de harmonia com a evolução constante da Sciencia.
3. Pregar, mover e praticar a verdadeira caridade.
4. Prestigiar com o seu apoio e a sua solidariedade, sempre que se fazer necessário, na defeza de seus direitos e prerrogativas de cidadão<sup>161</sup>.

Portanto, anticlericalismo, positivismo, republicanismo e liberalismo foram os temas mais divulgados e defendidos pela LMLP, que no intuito de propagar suas ideias lançou na imprensa cuiabana a revista *A Reacção*<sup>162</sup>, em 11 de julho de 1909. Para os livres pensadores, a Igreja Católica era tida por instituição arcaica, conservadora, fadada à extinção. O catolicismo representava um atraso moral, um jugo que pesava sobre as mentes ignorantes que ainda acreditavam nos dogmas católicos, contribuindo para a propagação da intolerância e do preconceito e impedindo o progresso científico e social da nação.

Os membros do clero eram vistos como aqueles que eram mantidos por pesadas contribuições dos fiéis e que esses o faziam por acreditarem no discurso supersticioso e ameaçador do clero. Assim, se ainda havia católicos em Cuiabá, era devido à ignorância de indivíduos pouco esclarecidos ou pela conveniência de uns poucos que, juntamente com o clero,

---

<sup>160</sup>A *Reacção*, n. 9, março de 1911, p. 174. Grifos do autor.

<sup>161</sup>A *Reacção*, n. 10, abril de 1910, p. 207.

<sup>162</sup> O Arquivo do NDHIR (Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional) constitui o maior acervo da Revista/Jornal *A Reacção*. No entanto, muitos exemplares se perderam com o tempo. Das publicações do ano de 1909, tem-se apenas o exemplar n. 6, de dezembro daquele ano, impossibilitando a análise do seu primeiro número e dificultando a definição de sua periodicidade.

eram beneficiados na exploração do povo, conforme a representação da Figura 2. Atacava-se o Papa, a vinda de Ordens Religiosas estrangeiras para o Brasil, especialmente os jesuítas, que eram associados à Inquisição, ao atraso moral do Brasil e que seria incompatível com a civilização moderna. Condenava-se a prática da confissão, pois seria o confessor um perigo para as mulheres e as crianças, que podiam ser molestadas, e que se tratava de uma intromissão na vida particular das famílias. O clero em geral era tido por interesseiro; os bispos estariam interessados apenas nas benesses da condição eclesiástica. Criticava-se a suposta riqueza sem igual do Vaticano.

**Figura 2** – Ilustração representando a opressão do clero, em cujo chicote leem-se as seguintes expressões: superstição, ignorância, confissão, carolismo.



Do azorrague implacavel da sotaina,  
livrai-me, bemdita Liga!

Fonte: *A Reação*, n. 10, abril de 1910, p. 218.

Os seminários seriam locais de devassidão. Sobre esse assunto, a revista publicou em sua seção de poesias a suposta devassidão vivida pelos frades franciscanos<sup>163</sup>.

Dois Frades  
Espichado ao comprido de sua cama,  
Na cella de um convento franciscano,  
Onde não chega o horborismo urbano,  
Um fradalhão está, de honrada fama!  
A lâmpada ao redor a luz derrama;  
Não quebra a solidão rumor profano;  
Que diferença do viver mundano;  
Cá dentro a paz do céu, lá fora a lama!  
Range a porta de páo. Abre-se a cella.  
Outro frade penetra no aposento  
E os dois lábios do irmão co'um beijo sella  
Cair deixa o capuz e o trajo bento...  
Que fórmãs de mulher! Mulher tão bela  
Ou no harem do sultão ou no convento<sup>164</sup>.

Os padres salesianos também eram criticados pelos redatores de *A Reacção*, que discordavam das subvenções governamentais recebidas pelos religiosos em prol da catequização dos índios bororo, o que consideravam um pretexto para a obtenção de *gordas subvenções*, conforme artigo intitulado *A catechese dos indios pelos salesianos*, publicado em julho de 1911.

Os discípulos de D. Bosco encarregam-se livre e espontaneamente da catechese dos *boróros* já em contacto com a civilização. Nada precisavam para esse fim a não ser auxílio pecuniario e material do povo, e gordas subvenções dos governos.

[...] Povo e governos acreditam cegamente nos relatorios dos *ousados e temerarios* salesianos, que expunham diariamente a sua vida para salvarem das garras do demonio as almas aborigenes adoradores de fetiches.

[...] Ninguem se lembrou de que os relatorios podessem ser mentirosos, visto como ninguém foi nem mandou verificar se a missão faz jús aos auxilios que vive pedinchando do principio ao fim do anno<sup>165</sup>.

Na visão dos redatores, os salesianos não cumpriam as exigências devidas, tendo em vista os recursos governamentais que recebiam, pois que muitos indígenas viviam “de cidade em cidade, de villa em villa, de povoação em povoação, mendigando uns andrajos para se

---

<sup>163</sup> O autor é Arthur Azevedo, possivelmente o poeta maranhense nascido em 1855 e falecido em 1908.

<sup>164</sup> *A Reacção*, n. 6, dezembro de 1909, p. 135.

<sup>165</sup> *A Reacção*, n. 13, julho de 1911, p. 11-12.



cobrirem e pouco de agoardente para se embriagarem!”<sup>166</sup>. E admoestavam as autoridades governamentais a não subsidiarem as obras dos salesianos sem antes fiscalizarem a veracidade dos relatórios por eles apresentados, haja vista que se tratava de um recurso advindo dos cofres públicos e era patrimônio dos contribuintes. Tal crítica já era realizada pelo jornal *O Pharol* em 1907, conforme citação da própria *A Reacção*<sup>167</sup>, e se insere no bojo das reivindicações republicanas de fins do século XIX, de que a Igreja Católica e as ordens e congregações religiosas não recebessem recursos governamentais, preservando a laicidade do Estado.

As críticas à Igreja Católica e ao clero mato-grossense eram de toda ordem. Assim, muitas matérias tinham títulos que buscavam reforçar a representação negativa que tinham da Igreja Católica e o clero: *Frade estuprador; Impiedade d’um Santo Padre; A Benção do Papa, Maldição de Deus; Expulsão de um frade; Intolerancia religiosa; A moral hedionda dos jesuítas; O inquisidor; Intollerancia Vaticana; Um padre, falso acusador de sua mãe; Perigo do confessorário*. Não foram encontradas críticas aos protestantes e espíritas, deixando claro que o foco dos livres pensadores era a Igreja Católica e o clero, como atesta o seu programa de fundação. Assim, os livres pensadores se viam como arautos da civilização, da modernidade, do progresso moral, científico e racional, em oposição à Igreja Católica, tida como conservadora, imoral, corrupta, arraigada a dogmas e superstições que visavam a explorar mentes ignorantes. Trata-se de um discurso carregado de ideias republicanas e positivistas. Nesse sentido, o dia 21 de abril de 1909, data de fundação da LMLP, foi exaltado por seus membros como sendo

[...] o dia memoravel em que um punhado de homens devotados á conquista de um ideal mais amplo, e se possivel, inda mais alto, qual o da emancipação moral da sociedade, emprehendeu em nosso meio a propaganda activa e desinteressada no sentido de libertal-a do terrivel jogo dos dogmas e dos mysterios da Igreja Catholica, pregando abertamente contra essas velharias deprimentes do espirito culto do seculo actual, a liberdade de pensamento, o livre exame, o predomínio da razão nos julgamentos e a supremacia das luzes da sciencia na investigação pacifica da verdade<sup>168</sup>.

Com o crescimento do anticlericalismo em Cuiabá, iniciou-se no meio católico uma contraofensiva contra os ataques d’*A Reacção*. A primeira edição da revista anticlerical foi

---

<sup>166</sup>*A Reacção*, n. 13, julho de 1911, p. 12.

<sup>167</sup>*A Reacção*, n. 13, julho de 1911, p. 13.

<sup>168</sup>*A Reacção*, n. 10, abril de 1910, p. 1.

condenada por D. Carlos em Carta Pastoral de 15 de julho de 1909, e os católicos foram proibidos de lê-la.

Alguns dos nossos Diocesanos, esquecidos de tudo quando devem á nossa carinhosa Mãe a Santa Igreja Catholica, Apostolica, Romana, e instigado pelo ESPIRITO DAS TREVAS reuniram-se nesta Capital e fundaram uma sociedade denominada – Liga Matto-Grossense de Livres Pensadores -, cujo fim é hostilizar a Santa Igreja e seus Ministros. Para isso deram publicidade á um folheto ‘A Reacção’, no qual, além das calumnias assacadas contra o Clero, negam o effeito sanctificante do Baptismo, da Confissão, da Missa, da Sagrada Euchareistia e de todos os Sacramentos!!

[...] Na falta de outros meios, para pôr cóbro a tanto mal, appellamos para a consciência dos catholicos sobre a qual exercemos indiscutível auctoridade. Aos catholicos, pois, dizemos, que não devem receber, nem ler o supradito folheto ‘A Reacção’; que não lhes é licito de modo algum ajudar a imprensa anti-catholica, immoral e subversiva; por que, do contrario, tornam-se cúmplices dos seus devarios e crimes. Sim não deveis, Filhos dilectissimos, de modo algum cópear, com o vosso dinheiro, para sustentar essa maldita propaganda, instigada pelo Demonio.

[...] Fica portanto de sobreaviso, Filhos muito amados, contra os embustes e callumnias que as seitas heterodoxas, forjadas por Satanaz, inventam e publicam em seus escriptos contra a Santa Igreja Catholica, a única e verdadeira Igreja, e fora da qual não ha salvação<sup>169</sup>.

Nesse ínterim, destaca-se a atuação de frei Ambrósio. Em matéria intitulada *Os Livres-Pensadores e o Clero*, o jornal *O Pharol* relatou as críticas e as condenações do frade à LMLP e ao seu jornal. O episódio teria acontecido em 18 de julho de 1909. Após a celebração de uma missa, o frei “[...] leu em voz alta aos fieis que lá se achavam, uma carta pastoral do Revmo. Sr. D. Carlos [...] na qual este *condemna* (?!) a nossa colega *A Reacção*”<sup>170</sup>. Afirma ainda que trazia consigo o primeiro número de *A Reacção* e que, *desenferrujando a sua apreciada eloquencia de optimo pregador*, criticava abertamente o conteúdo da revista.

Leu então a noticia que *A Reacção* deu sobre a procissão de *Corpus Christi* e mais trechos de vários artigos, dizendo que o auctor era o demonio que se havia apoderado dos que fazem parte da Liga de Livre Pensadores, fazendo-os injuriar a Deus e aos seus ministros.

[...] O reverendo franciscano terminou esbravejando contra todas as crenças que não compactuam com o catholicismo, chegando, finalmente, a dizer que a formação da Liga de Livre-Pensadores em nosso meio, é obra da Maçonaria

---

<sup>169</sup>Archivio Secreto Vaticano, Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 125, Fascicolo 619. Maiúsculas do autor. Em 1912, D. Carlos recorda tal proibição: “‘A Reacção’, órgão da ‘Liga Mattogrossense de Livres-Pensadores’, já por Nós condemnada e prohibida sua leitura por acto de 15 de julho de 1909, como um fôco de mentiras e calumnias contra a Santa Igreja Catholica e seus Ministros”. *A Cruz*, n. 60, 28 de janeiro de 1912, p. 2.

<sup>170</sup>*O Pharol*, n. 207, 24 de julho de 1909, p. 1. Itálicos do autor.

que recebeu ordens expressas do seu Grão-Mestre para fazer forte propaganda contra a religião Catholica<sup>171</sup>.

Apesar da carta pastoral de D. Carlos – condenando *A Reacção* e excomungando seus redatores – e da atuação combativa de frei Ambrósio em execrar a revista anticlerical, a Igreja Católica estava em desvantagem em relação aos livres pensadores, por não ter um jornal católico para a defesa contra os ataques da revista da LMLP, embora a Igreja tivesse espaços na imprensa para publicar em alguns jornais e na *Revista Matto-Grosso*, que pertencia aos salesianos. Diante das inúmeras transformações do campo religioso, ideológico, político e social de Cuiabá, um grupo de católicos da elite local, juntamente com membros do clero e com a anuência de D. Carlos, criaram uma liga católica e um jornal, que teria por missão a defesa, a propagação do catolicismo e a mobilização dos católicos. A LSCMT foi fundada em 3 de abril de 1910 e cerca de um mês depois, em 15 de maio, publicou o primeiro número do jornal *A Cruz*, que inaugurou a imprensa católica em Cuiabá, uma estratégia de parte do clero e do laicato para manter a legitimação e o monopólio da Igreja Católica no mercado de bens religiosos em Cuiabá, processo que será tratado a seguir.

### **1.3) A boa imprensa em Cuiabá: a criação da Liga Social Católica Brasileira de Matto-Grosso e do jornal *A Cruz***

A criação da imprensa católica na Arquidiocese de Cuiabá se insere na defesa da boa imprensa defendida pelos Papas ultramontanos e pelo episcopado brasileiro, em comunhão com a Santa Sé desde fins do século XIX. Desde a primeira metade do século XIX, existiam jornais católicos no Brasil, no entanto, tratava-se de “[...] pequenas gazetas de circulação quinzenal ou semanal, carregadas de textos polêmicos, que além de um raio de ação muito reduzido, em geral, duravam pouco”<sup>172</sup>. Ao findar daquele século, começou a articulação por parte de alguns bispos para a criação de jornais e revistas católicos, em consonância com as orientações do então papa Leão XIII (1878-1903), na Encíclica *Dall'alto dell'Apostolico Seggio*, de 15 de outubro de 1890.

Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a *boa imprensa* à *má imprensa* para que a defesa da

---

<sup>171</sup> *O Pharol*, n. 207, 24 de julho de 1909, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>172</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 13.

verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja [...] Já que os perversos, principalmente em nossos tempos, abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para a edificação. Certamente será de muita utilidade que as pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações cotidianas ou periódicas; uma vez que *os erros* se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação<sup>173</sup>.

Leão XIII, pontífice ultramontano também chamado de *O Papa das Encíclicas*, publicou dezenas de documentos condenando as doutrinas modernas ou *erros da modernidade* – que foram listados nas encíclicas *Syllabus Errorum* (1864) e *Quanta Cura*, tornadas públicas por seu antecessor, Pio IX (1846-1878). Ao se referir à imprensa, ao mesmo tempo em que condenava os impressos que criticavam a fé católica, buscou utilizar-se dessa mesma imprensa para contra-atacar, desejando que a *boa imprensa* combatesse a *má*. Assim, a imprensa católica era representada como *boa*, edificante, regeneradora da moral e dos bons costumes, segundo os princípios cristãos, em oposição à *má*, que seria o oposto.

A fundação de jornais católicos, porém, era um empreendimento dispendioso. Com o objetivo de promover as articulações entre os fiéis e o clero em prol da imprensa católica, Leão XIII convocou os primeiros para que cooperassem com o clero para a construção da imprensa católica e, ainda, que ela fosse sempre fiscalizada pelo bispo.

É portanto, de absoluta necessidade, para se combater com iguais armas, opor escritos a escritos: poder-se-ia desta forma, rebater os ataques, desvendar as perfídias, impedir a contaminação dos erros e inculcar o dever e a virtude. Por isso, seria conveniente e salutar que cada região possuísse seus jornais próprios, que fossem como que campeões do altar e do lar, fundados de modo a não se afastarem jamais da fiscalização do Bispo, com o qual diligenciaríamos em ir avante justa e sensatamente de acordo. O clero deveria favorecê-los com sua benevolência e levar-lhes os recursos de sua doutrina, e todos os verdadeiros católicos deveriam tê-los em alto apreço e prestar-lhes a sua cooperação, segundo suas forças e suas possibilidades<sup>174</sup>.

A alocação de Leão XIII reforça o respeito à hierarquia eclesiástica, característica do ultramontanismo. O discurso de formação e de propagação da *boa imprensa* teve continuidade

---

<sup>173</sup> Documentos Pontifícios, p. 9-10, Grifos meus.

<sup>174</sup> Documentos Pontifícios, p. 14.

com o papa Pio X<sup>175</sup> (1903-1914), que considerava a imprensa católica mais importante que a construção de igrejas e escolas católicas:

Em vão construireis igrejas, pregarei missões e fundareis escolas; vossas melhores iniciativas e todos os vossos esforços serão aniquilados se não empunhardes, ao mesmo tempo, as armas defensivas e ofensivas de uma imprensa que seja católica, leal e sincera<sup>176</sup>.

Em 1909 o pontífice aprovou um “[...] ritual de bênção de tipografia ou de máquinas tipográficas”<sup>177</sup>. O empenho de Pio X em prol da imprensa marcou presença nas páginas d’*A Cruz*, que em seus primeiros anos conservava em sua primeira página os dizeres do pontífice: “*Venderei todas as minhas alfaias para que não se interrompa a publicação da difesa*”. Posteriormente, foi alterado para “*Venderei todas as minhas alfaias para manter o jornal ‘La Difesa’*”, permanecendo assim até dezembro de 1925, quando o jornal deixou de ser dirigido por frei Ambrósio Daydé. *La Difesa* era um jornal católico publicado na Itália. Seguindo as orientações dos pontífices romanos, os bispos brasileiros escreveram uma Pastoral Coletiva, em 1890, reforçando a importância da imprensa católica.

Há porem uma forma de que quiséramos ver-nos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja; quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica, como um meio de atalhar, quanto possível, os estragos da imprensa ímpia<sup>178</sup>.

Em 1898, o bispo de Curitiba, D. José de Camargo Barros, escreveu uma carta pastoral recomendado a seus fiéis a leitura e o apoio ao jornal *Estrela*, recém-fundado naquela diocese. O discurso em muito se assemelha ao do papa Leão XIII:

---

<sup>175</sup> Segundo Manoel, o papa Pio X inaugurou o terceiro momento do ultramontanismo católico, que foi marcado pela, “[...] conversão da doutrina em política, do discurso em práxis, por meio do desenvolvimento dos programas da Ação Católica”. MANOEL, I. A., *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*, p. 12.

<sup>176</sup> KOEPE, F. R., *A imprensa e o cinema a serviço do apostolado moderno*, p. 592. Segundo notícia do jornal *A Cruz* em sua segunda edição, tal afirmação do papa Pio IX deu-se em meados de 1910, em uma entrevista concedida no Vaticano. Segue a citação publicada no jornal. Notam-se pequenas diferenças do texto que foi publicado décadas depois: “Em vão, levantareis Igrejas, pregareis missões, fundareis escolas; todas as vossas boas obras, todos vossos esforços serão destruídos, si não souberdes manejar ao mesmo tempo a arma defensiva e ofensiva da imprensa católica, leal e sincera”. *A Cruz*, n. 2, 1º de junho de 1910, p. 3.

<sup>177</sup> LAGRÉE, M., *Religião e Modernidade: A bênção de Prometeu*, p. 355.

<sup>178</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 38.

Nos tempos atuais, a imprensa católica é uma obra pia utilíssima, grandemente necessária e igualmente santa e por isso constante e energicamente recomendada pelos Sumos Pontífices e Bispos do orbe católico.

[...] Se a palavra de Deus não se faz ouvir, a ignorância religiosa vai estendendo o seu manto negro, a fé se extinguindo, os *erros* vão se avolumando e invadindo as consciências, avassalando os corações, os costumes vão se corrompendo e as almas vão se perdendo. Se há, porém, pregação e não vão ouvi-la aqueles que dela mais precisam, a influência da fé se restringe a um pequeno círculo e não se infiltra nos costumes e na vida diária das famílias cristãs, e a religião, paulatinamente, fica reduzida a algumas práticas externas.

Em ambas as hipóteses a imprensa católica presta grandes serviços<sup>179</sup>.

Salienta-se a importância da imprensa no combate aos *erros* da sociedade moderna, tida como causadora da degradação moral e dos bons costumes. No discurso de D. José assim como nos de Leão XIII e Pio IX, a batalha contra o que era considerada inversão de valores e degradação moral ainda não estava perdida, no entanto, a reação dos católicos não podia mais tardar.

Assim, a ação da boa imprensa é tão necessária à causa católica [...] que o valente Apóstolo S. Paulo, se viera anunciar a fé crista em pleno século XIX, provavelmente se faria jornalista. Em vez de erguer um púlpito, vê-lo-íamos assentar um prelo; em lugar de suas admiráveis epístolas, dar-nos-ia quotidianamente luminosos artigos de fundo<sup>180</sup>.

Ao final de sua carta pastoral, D. José adverte os fiéis para o exemplo do jornal francês *La Croix*, que no começo de sua publicação não tinha sequer tipografia própria e que anos depois já possuía mais de um milhão de assinantes. Na Diocese de Goiás, o bispo D. Eduardo Duarte Silva escreveu extensa carta pastoral no ano de 1902, intitulada *Os abusos e males da Imprensa*, na qual descreveu com pormenores o que seria a má imprensa.

Vemos o mundo inundado por um dilúvio de leituras anti-religiosas e imorais [...]. Aqui é o romance realista, ali é o livro anti-religioso, acolá é o papelucho imoral, a caricatura obscena e a versalhada erótica. Hoje é o folheto escandaloso, ontem foi o pasquim imundo, amanhã serão os periódicos e as revistas sectárias, atribiliárias e anárquicas, verdadeiros abortos monstruosos da belíssima filha de Gutenberg, que apregoados e vendidos por poucos vinténs, e lidos diariamente com afeição febril, não passam de fachos incendiários de tudo quanto é ruim paixão, que vai levando a sociedade para os abismos da incredulidade e do naturalismo<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 34. Grifos meus.

<sup>180</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 37.

<sup>181</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 46.

Ao longo de sua carta, D. Eduardo atém-se especialmente aos jornais, que considerava o meio mais usado pelos grupos opositores da Igreja para difamar a religião católica. Assim, o bispo lembrava as orientações do papa Leão XIII sobre o uso da imprensa pelos fiéis e cita diversos jornais católicos publicados na Europa. Também apresentava a visão maniqueísta de uma boa imprensa contra a má. “Ora, o que visam os maus jornais? É destruir a fé. Qual é o fim do jornal católico? Conservá-la, e assim conservar a religião Santa Católica”<sup>182</sup>. Tal visão não destoava das citações dos Papas e bispos anteriormente citadas. A boa imprensa seria unicamente a católica; do lado contrário, a má imprensa seria formada por todos os tipos de jornais que não compactuassem com a doutrina católica: protestantes, espíritas, maçônicos, liberais, anarquistas e comunistas. Em carta pastoral de 1913, D. Francisco de Campos Barretos, bispo da Diocese de Pelotas, ao exortar seus fiéis para que lessem *A Palavra*, jornal católico de sua Diocese, definiu a má imprensa da seguinte maneira:

A má imprensa, em geral, segundo lemos algures, é toda aquela que ataca a religião, os costumes e a sociedade. Assim, são maus, sob o ponto de vista religioso, todo jornal, livro ou revista que atacam a Deus, a Jesus Cristo, a Igreja, o Papa, os bispos, os padres, as verdades da fé, os princípios da moral cristã, o culto e as cerimônias católicas.

Sob o ponto de vista dos costumes, é má toda a imprensa que corrompe o coração, destilando-lhe mortífero veneno, quer falando-lhe pela voz dos romances, quer oferecendo-lhes gravuras indecorosas.

Sob o ponto de vista social, é ainda má toda aquela imprensa que procura destruir os fundamentos da sociedade, a propriedade, a justiça, o casamento religioso e os direitos da família cristã<sup>183</sup>.

No limiar do século XX, o episcopado brasileiro, em comunhão com a Santa Sé, tinha claras as vantagens do uso da imprensa. Desse modo, diversos jornais católicos surgiram na primeira década daquele século. No entanto, no entendimento dos prelados, faltava ainda uma organização da imprensa católica em nível nacional, semelhante ao que ocorria em países europeus, onde eram criadas as ligas de imprensa católica. Assim, em 29 de janeiro de 1910, foi fundado no Rio de Janeiro o *Centro da Boa Imprensa*. Seu fundador, frei Pedro Sinzig, franciscano da Ordem dos Frades Menores (OFM), obteve autorização do então Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Arcoverde, e de todo o episcopado brasileiro para tanto. Os objetivos do Centro da Boa Imprensa eram:

---

<sup>182</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 58-59.

<sup>183</sup> LUSTOSA, O. F., *Os Bispos do Brasil e a imprensa*, p. 68.

- 1 – Auxiliar bons jornais e revistas que quiserem aceitar seu programa de ação;
- 2 – Difundir a boa imprensa e a sã literatura;
- 3 – Favorecer a fundação e manutenção de bons jornais e revistas. Formar jornalistas e escritores; amparar jornalistas católicos na indigência;
- 4 – Favorecer aos jornais, revistas, pertencentes à coligação, artigos dos melhores escritores, sobre todas as questões;
- 5 – Servir de intermédio com os centros estrangeiros;
- 6 – Fornecer informações seguras sobre acontecimentos importantes e sobre o que se entender com a defesa da Igreja e de seus Ministros;
- 7 – Promover a publicação de bons livros, originais ou traduzidos;
- 8 – Auxiliar a fundação de bibliotecas populares e círculos de leituras;
- 9 – Promover congressos, reuniões, conferências, exposições, etc.<sup>184</sup>.

Entre os dias 31 de março e 4 de abril daquele ano de 1910, foi realizado o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos. Sediado em Petrópolis, o evento foi organizado pelo Frei Pedro Sinzig e contou com a participação de jornalistas católicos de todo o Brasil. O Congresso resultou na criação da *Liga da Boa Imprensa*, órgão que seria responsável por manter o *Centro da Boa Imprensa*. Cada um de seus membros teria de contribuir com a quantia de 10\$000 (dez mil reis) mensais, além de rezar pelo sucesso da obra<sup>185</sup>.

Em Cuiabá, D. Carlos administrava uma diocese quase destituída de recursos e de um patrimônio diocesano. Como não tinha gráfica própria, utilizava-se de outros jornais para publicar suas cartas pastorais, portarias e demais comunicados. Nas décadas de 1880 e 1890, publicou suas pastorais no jornal *A Província de Matto-Grosso*. Em 1903, utilizou *A Gazeta Oficial* para publicar a excomunhão do festeiro João Lourenço de Figueiredo<sup>186</sup>. E quando houve a secularização dos cemitérios, em 1900, utilizou as *Of. Gráficas A. Siqueira* para publicar um opúsculo de 35 páginas<sup>187</sup>. No ano de 1903, os salesianos fundaram em Cuiabá a revista *Mato-Grosso*, que trazia por subtítulo a seguinte informação: “publicação mensal de Ciencias, Letras, Artes e Variedades”<sup>188</sup>. Por se tratar de uma publicação católica, sua inauguração pode ser considerada o momento de surgimento da imprensa católica em Cuiabá.

---

<sup>184</sup> SOARES, I. O., *Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica do Brasil sobre a comunicação social*, p. 108.

<sup>185</sup> ALMEIDA, Cláudio A., *A Igreja e o Cinema: Vozes de Petrópolis, A Tela e o jornal A União entre 1907 e 1921*, p. 317.

<sup>186</sup> *Gazeta Oficial*, 19 de março de 1903, apud MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D’Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 90.

<sup>187</sup> LEITE, L. P. P., *Bispo do Império*, p. 277.

<sup>188</sup> *Revista Matto-Grosso*, n. 1, janeiro de 1907, p. 1.



No entanto, o conteúdo da revista *Matto-Grosso* era muito diversificado e não se voltava exclusivamente à defesa e à propagação da fé católica. Assim,

Num primeiro olhar, em nada os temas nos reportam a uma revista de cunho religioso, pelo contrário, a variedade de temas nos confirma ser uma revista de cultura geral, podendo ser equiparada aos almanaques e outras publicações tão comuns na época e que tanto encantavam o leitor das áreas urbanas, sobretudo das classes médias<sup>189</sup>.

Desse modo, pode-se considerar que a imprensa católica surgiu em Cuiabá em 1910, com a criação do jornal *A Cruz*, periódico da LSCMT<sup>190</sup>, e que, não destoando do contexto nacional, tinha por objetivos a formação de uma opinião pública favorável, a cristianização da sociedade, a luta pelas causas que a Santa Sé e a hierarquia eclesiástica propunham e a ofensiva contra as religiões e ideologias acatólicas que buscavam legitimar-se no campo religioso monopolizado pela Igreja Católica. Cabe ressaltar que o discurso do jornal *A Cruz* buscou reconstruir a imagem de D. Carlos Luiz D'Amour, que vinha sendo atacada e ridicularizada na imprensa anticlerical.

A fundação do periódico *A Cruz* deu-se a partir da criação da LSCMT, em abril de 1910. A ideia de se instituir uma associação católica em Cuiabá contou com a participação preponderante de frei Ambrósio Daydé, sendo apoiado por um grupo de católicos da elite cuiabana e com a anuência de D. Carlos Luiz D'Amour. Após a publicação dos primeiros números da revista anticlerical *Reação*, “Frei Ambrósio pensava organizar uma forte corrente católica, para dar combate à descrença, ao materialismo, aos livres pensadores, que começaram a exercer grande influência na sociedade mato-grossense”<sup>191</sup>. A corrente católica pensada pelo franciscano se concretizou em 3 de abril de 1910, data de fundação da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, que era vinculada à *Liga Social Catholica Brasileira*<sup>192</sup>, com sede

---

<sup>189</sup> PEREIRA, M. S., *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade* (1888-1952), p. 69.

<sup>190</sup> A fundação da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, que tratada a seguir, ocorreu em 3 de abril de 1910, pela ação de católicos pertencentes à elite cuiabana e por membros do clero, especialmente frei Ambrósio Daydé.

<sup>191</sup> *A Cruz*, n. 1.960, 3 de junho de 1951, p. 2.

<sup>192</sup> Segundo matéria da revista católica *O Albor* – órgão oficial da Liga Social Católica Brasileira, com sede em Petrópolis/RJ – transcrita e publicada n' *A Cruz*, a *Liga Social Catholica Brasileira* foi fundada pouco tempo antes de sua filial em Cuiabá, provavelmente em 1910: “Mal acabavamos de fundar a Liga Social Catholica Brasileira, nesta Capital, e em Cuyabá appareceria uma filial á mesma Liga, animada dos mesmos sentimentos, guiada pelo mesmo programma. As familias mais distinctas de Cuyabá entraram immediatamente para a Liga cuja influencia real perturba a fraqueza de seus adversários”. *A Cruz*, n. 72, 21 de abril de 1912, p. 1.

no Rio de Janeiro. O próprio jornal *A Cruz* era vinculado ao *Centro da Boa Imprensa*. Vários artigos enviados de Petrópolis eram publicados no jornal. Em 9 de julho de 1911, o semanário cuiabano noticiava poder oferecer aos seus leitores,

[...] a primeira correspondencia de uma brilhante e eminente escriptora Catholica hespanhola *Maria de Echarri*. Teve a bondosa gentileza de acquiescer ao convite que lhe foi feito de sua valiosa cooperação prestando-se a ser correspondente effectiva dos jornaes colligados ao *Centro da Bôa Imprensa*, assim como o é *A Cruz*<sup>193</sup>.

A oportunidade de ter um correspondente internacional foi muito exaltada pelos articulistas d'*A Cruz*. Maria de Echarri contribuiu com diversas matérias sobre o catolicismo na Europa. O *Centro da Boa Imprensa* cumpriu com êxito seus objetivos. Na edição de 27, de outubro de 1912, *A Cruz* noticiava poder contar com a colaboração “[...] de um brilhante jornalista carioca contractado pelo Centro da Boa Imprensa. *Democrito* é seu pseudonymo”<sup>194</sup>. Portanto, havia colaboração entre os jornais católicos por meio das diversas *Ligas Católicas* existentes no País e por intermédio do Centro da Boa Imprensa.

As informações sobre a criação da LSCMT em Cuiabá são restritas às notícias que saíram na imprensa local e no próprio jornal *A Cruz*, que noticiou o fato pouco mais de um mês depois de acontecido, em sua primeira edição. Sabe-se que, inicialmente, foi constituído um comitê organizador que redigiu um boletim-convite com data de 31 de maio de 1910, distribuído em 2 de abril, convidando os católicos para a reunião inaugural da associação católica em Cuiabá, que aconteceria no dia seguinte. O conteúdo do convite era objetivo quanto ao motivo da criação da LSCMT.

Erroneas e funestas doutrinas infiltram-se por toda parte ameaçando a ordem e a segurança publica; associações insensatas procuram arrancar do povo as crenças dos seus antepassados e desprestigiar a religião de Jesus Chisto. Ora, surge animadora, em todo o Brasil, a idéa da agremiação de todas as forças catholicas para a defesa dos legitimos direitos da Igreja e de cada um dos seus membros. Cumpre-nos, pois, CATHOLICOS CUYABANOS, organizar a resistênciã á desmoralização social; unir-nos em um só pensamento para agirmos de acordo; trabalharmos á restauração de Jesus Christo na familia e na sociedade, e para lustre da Religião e prosperidade da Pátria<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup>*A Cruz*, n. 31, 9 de julho de 1911, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>194</sup>*A Cruz*, n. 98, 27 de outubro de 1912, p. 2. Itálico do autor.

<sup>195</sup>*A Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4. Maiúsculas do autor.

As *funestas doutrinas* referem-se ao crescimento do espiritismo e do protestantismo e especialmente aos artigos publicados na revista *A Reacção*, propagadores da *desmoralização social*. Diante dessa nova realidade, alguns católicos pertencentes à elite cuiabana, juntamente com frei Ambrósio, deram início à formação de uma “[...] corrente católica para dar combate à descrença, ao materialismo, aos livres pensadores, que começaram a exercer grande influência na sociedade mato-grossense”<sup>196</sup>. A reunião inaugural aconteceu na casa do Major Ernesto Frederico de Oliveira, no final da tarde de 3 de abril.

Sob os melhores auspícios realizou-se, Domingo, 3 de Abril, ás 6 horas da tarde, a reunião promovida pelo Comité Organizador da Liga Catholica Brasileira.

Quando a bem afinada banda de musica do Lyceu Salesiano tocou a entrada com brilhante marcha, já 200 catholicos achavam-se reunidos no vasto salão contiguo a residencia do Exmo. Major Ernesto de Oliveira.

Um grande Crucifixo ostentava-se na parede principal da sala, simplesmente ornamentada, porém, com muito bom gosto. Em frente a mesa presidencial – cujos assentos não estavam ocupados por não ter sido nomeado ainda o Directorio oficial – destacava-se um bello retrato a óleo de S. S. Pio X<sup>197</sup>.

O número de pessoas foi considerado expressivo – apesar de ter sido contestado em matéria publicada na revista *A Reacção*<sup>198</sup> – e o fato de a banda de música do Liceu Salesiano São Gonçalo marcar presença trazem indícios da importância do evento para os organizadores. No relato, está um discurso que visa a engrandecer o acontecimento, considerado como o marco da restauração do catolicismo em Cuiabá. A criação da LSCMT buscou reforçar os laços de identidade entre os católicos e definir quem eram os seus inimigos. A presença do crucifixo e principalmente da imagem do Papa Pio X representava o respeito à hierarquia católica e a submissão à liderança máxima da Igreja, simbolizando a comunhão com a Santa Sé.

O primeiro a discursar foi frei Ambrósio que, ao tomar a palavra, expôs os motivos e os fins da reunião:

---

<sup>196</sup>A *Cruz*, n. 1.960, 3 de junho de 1951, p. 2.

<sup>197</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4.

<sup>198</sup> “A presença de cento e tantas pessoas seria prova de que o nosso povo é ‘essencialmente catholico’, quando é sabido que metade desses presentes era formada por membros do clero ou dependentes directos do Collegio Salesiano (empregados, músicos, alunos, etc.) e que uma boa parte da outra metade era formada por curiosos e indiferentes?”. *A Reacção*, n. 10, abril de 1910, p. 208. Aspas do autor.

É mister bradar alerta! chamar os bons soldados nas fileiras dos cruzados modernos para oppor ás ligas inimigas a nossa liga, á imprensa corruptora a boa imprensa, a propaganda nefanda o nosso zelo.

[...] A Liga Catholica será intransigente em questões de principios, largamente tolerante para os indivíduos... Ella será, entre nós, o esforço comum de uma nova geração de crentes alentados por um catholicismo retemperado em sua verdadeira origem, conscientes dos seus deveres e dos seus direitos e organizados para a acção religiosa e social. [...] um vento de ressurreição religiosa soprou sobre o Brasil inteiro, despertando as forças vivas da nação e prognosticando as victorias religiosas e sociaes de amanhã<sup>199</sup>.

Na concepção do franciscano, a conjuntura, que era caracterizada pela “anarchia intelectual, moral e social”<sup>200</sup>, requeria medidas urgentes por parte dos católicos. Assim, recuperando o ideal cruzadista que fez parte do imaginário católico, frei Ambrósio convocava os católicos para o combate, pois ainda era tempo, a batalha contra os inimigos do catholicismo não estava perdida. Nesse discurso, também está presente o projeto de criar a imprensa católica em Cuiabá, a boa imprensa. Seguiu com a palavra o advogado Francisco Muniz, que leu as cartas enviadas e recebidas da *Liga Social Catholica Brasileira*, sediada no Rio de Janeiro, e a circular que assegurava à liga católica de Cuiabá a condição de filiada à liga do Rio de Janeiro. O tema foi complementado por frei Ambrósio, que tinha em mãos os estatutos da LSCMT.

Em seguida, tomou a palavra o salesiano padre Luiz Montuschi, para proclamar os nomes que comporiam a diretoria da LSCMT. O discurso foi carregado de dramaticidade na defesa dos valores católicos e do entusiasmo pela iniciativa de disputar o mercado de salvação por meio da imprensa, estratégia considerada eficaz para defender, mobilizar e converter os concorrentes.

Estava nos rostos visível essa pergunta: Quem empunhará entre nós publicamente a bandeira Catholica?

Quem desassombradamente confessará a sua confiança na acção social do Catholicismo? A moda hoje em dia é sermos indiferentes, senão irmão maçon, no minimo pagão. Todos pois, esperavam ansiosos a leitura dos nomes que o ilustre Salesiano ia propor á aclamação publica.

Parecia até para o futuro da Liga uma questão de vida ou morte.

Mas quando S. Rma. Proclamou Presidente: Exmo. Sr. Desembargador Dr. Joaquim P. Ferreira Mendes, e Vice-Presidente: Exmo. Snr. Desembargador Dr. João Carlos Pereira Leite, a sala inteira, de pé, desabafou o seu entusiasmo, prorompndo em calorosos e repetidos aplausos<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4.

<sup>200</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4.

<sup>201</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4.

Os outros membros que compunham a diretoria da LSCMT eram:

Secretário, Adv. Manoel Nunes de Barros; Thesoureiro, Coronel João Baptista de Oliveira Sobrinho; Conselheiros, Snrs. João Marques Ferreira, Frederico A. London, Hyppolito José de Oliveira, Francisco Pio Bueno e Paulino de Assiz Moreira; Assistentes delegados pela autoridade Diocesana, Revmos. Snrs. Pe. Luiz Montuschi, Frei Ambrosio Daydé, Representante junto do Conselho Deliberativo no Rio, Adv. Francisco A. Muniz<sup>202</sup>.

Os nomes e os respectivos cargos que ocupavam na sociedade cuiabana evidenciam sua importância social, sobretudo pela presença de “[...] intelectuais e católicos de destaque na sociedade [...]. Em Cuiabá, dirigiam a entidade juizes, advogados, professores e demais profissionais liberais com as respectivas esposas”<sup>203</sup>. A exceção deve ser feita aos nomes de frei Ambrósio e padre Montuschi, que foram delegados por D. Carlos para representá-lo na diretoria, conforme os estatutos da LSCMT. A nomeação dos dois religiosos deve ser entendida como uma maneira encontrada pelo bispo para fazer-se representar na diretoria da associação católica. Além disso, D. Carlos preservava a condição de presidente honorário da liga. O último artigo da LSCMT não deixava dúvidas quanto à submissão da diretoria à autoridade eclesiástica: “Art. 34 - Esses estatutos antes de entrarem em execução devem ser submetidos á aprovação do Exm. Arcebispo Metropolitano desta Archidiocese”<sup>204</sup>.

As matérias publicadas nos primeiros números do jornal *A Cruz* buscaram enaltecer a criação da LSCMT. O fato foi noticiado como o momento de revigoração da Igreja Católica em Mato Grosso. Nesse sentido, as acusações d’*A Reacção*, que afirmavam estar acabando com o catolicismo em Cuiabá, eram contestadas em matérias como a que foi publicada em 1º de junho de 1910, intitulada *Movimento Catholico*, noticiando, em tom de exaltação, a celebração no Liceu Salesiano da Festa de Nossa Senhora Auxiliadora, ocasião em que, pela manhã, foram celebradas duas missas com batizados, primeira comunhão e distribuição de centenas de comunhões. À tarde ocorreu uma procissão que teria contado com a participação de mais três mil pessoas. Toda a programação ocorreu em um domingo, possivelmente no dia 29 de maio, ou antes, dia 22. Além de exaltar o sucesso da festa, noticiava-se também que o clero, representado pelas duas congregações estrangeiras, franciscanos e salesianos, estava unido na

---

<sup>202</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4.

<sup>203</sup> CANAVARROS, O., *Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá*, p. 360.

<sup>204</sup>A *Cruz*, n. 125, 4 de maio de 1913, p. 3.

defesa da Igreja Católica. Assim, no Liceu Salesiano, após a celebração de duas missas pela manhã,

Ao servir-se o café, levantou-se o Provincial dos RR. PP. Franciscanos Frei Estevão, fazendo em francez um entusiasta discurso sobre os beneficios que os Salesianos prestam ao nosso Estado, seja na educação da mocidade, seja na catechese dos selvicolas. O Rdo. Frei Ambrósio brindou o porvir que se annuncia melhor para o catholicismo neste Estado, porvir aqui representado por essa mocidade vibrante e entusiasta e prompta a basear toda a sua vida sobre os principios catholicos.

Respondeu o Revd. P. Montuschi em nome da Congregação Salesiana enaltecendo a missão franciscana na educação do povo, e em nome da mocidade promettendo para as luctas do porvir uma mocidade mais forte porque mais convicta<sup>205</sup>.

Os discursos ressaltavam a coesão do clero cuiabano, que estaria pronto para fazer frente ao novo contexto que se apresentava, de anticlericalismo e de ceticismo. Porém, não é mencionada a presença do arcebispo diocesano na confraternização, assim como em diversas outras, também realizadas no Liceu São Gonçalo e que serão noticiadas no jornal católico. Esse fato não passou despercebido pelos redatores da revista *A Reacção*, que relacionaram a ausência de D. Carlos nas festas salesianas ao episódio envolvendo Pe. Helvécio. Em maio de 1910, publicaram o artigo *Agonisa... morrerá*, como resposta ao folhetim de autoria de frei Ambrósio publicado no jornal *A Cruz* e intitulado *Vive... vive sempre...*

O texto do periódico católico narrava a história do filósofo Voltaire, que estando no inferno recebeu um livre pensador de Cuiabá que acabara de falecer. Ao questionar o recém-chegado sobre sua sua procedência, o filósofo ficou curioso em saber da cidade e obteve licença de Satanás para visitar a capital de Mato Grosso. Ao percorrer as ruas cuiabanas, ficou desapontado com a prosperidade do catolicismo que outrora havia condenado ao desaparecimento<sup>206</sup>. No artigo de resposta d'*A Reacção*, o articulista de pseudônimo Anísio valeu-se dos mesmos personagens para narrar uma história diferente. Assim, o livre pensador de Cuiabá convenceu Voltaire a novamente pedir licença a Satanás para retornarem juntos à cidade. “Aqui chegado, alegre e prazenteiro, apesar de condemnado do inferno, corre as nossas principaes ruas, visitando a Igreja de S. Gonçalo, o Liceu Salesiano, o Seminario Episcopal [...]

---

<sup>205</sup>A *Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 4.

<sup>206</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 3.

a Praça da República, a Cathedral”<sup>207</sup>. Em cada um dos referidos locais, o livre pensador explicava a Voltaire a decadência do catolicismo em Cuiabá:

Emquanto estavam aqui os salesianos com os seus bonecos, kermesses, e circos acrobaticos, as obras marchavam lentamente graças ao tino altamente commercial que as dirigia.

Brigaram mais tarde com o então bispo D. Carlos, por causa de uma missa celebrada no Lyceu São Gonçalo, contra expressa disposição do prelado e foram d’aqui enxotados, deixando de merecer confiança do pastor que tambem retirou-os do Asylo Santa Rita e da Igreja do Senhor dos Passos. Importante em represalia os Franciscanos.

Desde essa ocasião, a união dos dous grupos catholicos é só aparente, distinguindo-se em Cuyabpa, os Carlistas e os Salesianos.

O arcebispo que, outr’ora comparecia frequentemente ao Lyceu Salesiano, inventa agora uma desculpa para esquivar-se às solennidades celebradas naquele estabelecimento<sup>208</sup>.

As considerações do articulista são exageradas quanto à vinda dos franciscanos como sendo represália de D. Carlos aos salesianos, ou ainda, a divisão do clero cuiabano entre *Carlistas* e *Salesianos*, visto que eles colaboravam com o jornal *A Cruz*, cedendo o espaço de sua oficina tipográfica para a impressão do jornal, além de possuírem um membro atuante na redação, o Pe. Luiz Montuschi, que colaborou no periódico católico até meados de 1916 e participou ativamente na fundação da LSCMT, da qual era Assistente Eclesiástico juntamente com o franciscano frei Ambrósio. Por outro lado, a afirmação do autor de que o arcebispo D. Carlos não comparecia aos eventos promovidos pelos salesianos está de acordo com as próprias publicações d’*A Cruz*, pois o arcebispo raramente marcava presença nessas ocasiões, sendo representado pelo cônego Bento Severiano da Luz ou por frei Ambrósio. A acusação de omissão do prelado estava relacionada aos acontecimentos de 1903, tendo em vista que em 1918, quando Pe. Helvécio foi nomeado bispo de Corumbá, D. Carlos opôs-se de todas as formas e na condição de decano do bispado brasileiro, “[...] não aceitou a nomeação e solicitou que a Nunciatura Apostólica a cancelasse”<sup>209</sup>, evidenciando que ainda guardava algum ressentimento do salesiano, devido à insubordinação que sofrera. Ao final, D. Helvécio foi nomeado bispo da Diocese de São Luiz, no Maranhão.

Retomando o relato da primeira reunião geral da LSCMT, a cerimônia teve prosseguimento com o discurso do vice-presidente da associação católica, desembargador João

---

<sup>207</sup>A *Reacção*, n. 11, maio de 1910, p. 234.

<sup>208</sup>A *Reacção*, n. 11, maio de 1910, p. 234-235.

<sup>209</sup>MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D’Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 211.

Carlos Pereira Leite, pois o presidente eleito, o também desembargador Joaquim P. Ferreira Mendes, se encontrava ausente da cidade. Do discurso de Pereira Leite, destaca-se não somente a preocupação com os ataques que vinha sofrendo o catolicismo em Cuiabá, mas também a indiferença de muitos católicos perante tal situação.

[...] si os maçons, os livres pensadores e outros se reúnem para a propagação e divulgação das suas ideias, porque então os catholicos não podiam reunir-se para fim humanitário e caridoso de par com o de sustentar a sua crença, propagal-a, destruir as objecções que dia a dia formulam os seus antagonistas para desvirtual-a?... Que era tolerante, não negando o direito de todos os grupos achaticos se congregarem e pugnarem pelo seu ideal, mas condemnava o indiferentismo dos catholicos, uma tal apathia que os leva a verem acusada a sua crença sem que a defendam e opponham embargos ao atheismo de taes ataques<sup>210</sup>.

Depois de Pereira Leite, tomou a palavra o Pe. Montuschi, que assim como frei Ambrósio, enfatizou a necessidade da criação de um órgão de imprensa católico: “É necessario prepararmo-nos á lucta pacifica impondo-nos dest’arte ao respeito dos adversários, *usando a palavra e á imprensa*”<sup>211</sup>. Esse projeto foi pauta de reunião restrita aos membros da diretoria, realizada em 17 de abril daquele ano de 1910, na qual ficou estabelecida a criação de uma comissão para organizar subscrição para esse fim. Nova reunião da diretoria foi realizada uma semana depois, dia 24, na qual foi apresentado o valor obtido: “No dia fixado reuniu-se novamente a Directoria e verificou-se que os donativos attingiram a quantia de 1:945\$000”<sup>212</sup>. Essas informações estão contidas nas atas que foram lidas por frei Ambrósio na segunda reunião dos sócios da LSCMT, realizada em 5 de junho, data em que já haviam sido publicados dois números d’*A Cruz*.

Após a conferência das atas, a reunião teve prosseguimento com a leitura por parte de Pe. Montuschi de uma carta de felicitação do Núncio Apostólico no Brasil, na qual parabenizava os católicos cuiabanos pela fundação da LSCMT. Após isso, o Montuschi proferiu discurso, exaltando o aniversário de um mês de fundação da associação católica, destacando a adesão de católicos de cidades do interior, como Poconé, Corumbá e Livramento. Mais adiante, o salesiano trouxe uma informação relevante sobre a quem coube primeiramente a ideia de criar um órgão de imprensa que representasse os interesses da LSCMT.

---

<sup>210</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de março de 1910, p. 4.

<sup>211</sup>A *Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 1. Itálicos meus.

<sup>212</sup>A *Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 3.



A Illustrada Directoria, tendo a testa, como Presidente o eminente cidadão Dr. Ferreira Mendes, proeminente figura em nossa sociedade, [...] e como Vice-Presidente o Dr. João Carlos P. Leite, que do primeiro emula os meritos e grandeza, pensou – *ipso facto* – em crear um órgão defensor dos interesses da mesma Liga. O projecto foi aceito com entusiasmo, uma subscrição em beneficio do dito deu mais de 2:000\$000. Apareceu o provincial jornal<sup>213</sup>.

Considerando o carácter ufanista do texto, que foi escrito para ser publicado com vistas a exaltar a pessoa do presidente da LSCMT, é compreensível que tenham sido dados a ele, Ferreira Mendes, os méritos pela ideia de criação do jornal católico. No entanto, já na primeira reunião, em 3 de abril, foi proposta por frei Ambrósio e pelo Pe. Montuschi a criação de um jornal católico. Além disso, essa informação destoa de outras publicadas posteriormente no próprio jornal *A Cruz*<sup>214</sup> e também na bibliografia consultada, que atribui ao frei Ambrósio a ideia de se criar um órgão de imprensa católico. Segundo Biennés, estudioso da Ordem Terceira Regular no Mato Grosso,

Para defender a religião que era atacada e vilipendiada sem cessar, era necessário mais do que pregações. Diante da audácia dos inimigos da religião se mascarando de bispos, padres, religiosos e religiosas, teve que inventar meios para denunciar esses abusos. Diante de jornais e panfletos distribuídos abertamente, era necessário responder pelos mesmos meios<sup>215</sup>. Frei Ambrósio tinha na mente os Padres Assuncionistas que na França, tinham um jornal, ‘La Croix’, e uma revista ‘Le Pererin’ que aproveitavam todas as ocasiões para ensinar o povo e respondiam aos ataques maldosos da maçonaria e dos inimigos da religião<sup>216</sup>.

Depois de realizada a primeira reunião da LSCMT, sua presidência foi exercida interinamente por Pereira Leite, que convocou duas reuniões da diretoria para que se discutisse sobre a criação de um jornal que seria o órgão oficial da associação católica. Em umas das reuniões, o desembargador lembrou seus consórcios que a ideia de criar um jornal católico coube inicialmente ao presidente Ferreira Mendes, que não pôde prosseguir com o projeto por

---

<sup>213</sup> *A Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 3.

<sup>214</sup> “Sob a direção de seu fundador, o franciscano Frei Ambrosio Daydé, que deixou immemorredouras sympathias entre nós, ‘A Cruz’ jamais deixou de dar guarda as reclamações dos oprimidos e de estigmatizar os opressores”. *A Cruz*, n. 726, 15 de maio de 1926, p. 2.; “Não seria, bem vedes, preciso, além da sua longevidade victoriosa, outros signaes procurarmos, que melhor evidenciassem uma obra abençoada por Deus. E buscar agora, no ponto de partida dessa corajosa e varonil arrancada, a figura inconfundível do seu inesquecível fundador Frei Ambrosio Daydé”. *A Cruz*, n. 1182, 15 de maio de 1935, p. 3.

<sup>215</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 93. Grifos meus.

<sup>216</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 93. O jornal francês *La Croix* foi fundado em 1880 e continua sendo publicado até a atualidade. Aspas do autor.

estar ausente da cidade. Assim, coube a ele, como vice-presidente da LSCMT, conduzir o processo de criação do jornal *A Cruz*.

Para isso convocou 2 secções da directoria e providenciou de modo que a Liga não fosse apenas uma criação ideal, mas que se fizesse sentir na vida pratica, por meio de um órgão de publicidade que lhe servisse de voz; do contrário não passaria de um corpo inerte, uma associação sem vida. Que assim pensando e trabalhando vio, felizmente, graças a Deus, com os auxílios de corações magnanimos e esforços de todos os sócios, coroados de êxito o *seu ideal* com a publicação d'*A Cruz*, nome que por *sua iniciativa* e aprovação da directoria teve o jornal da Liga. Abençoou o feliz momento em que teve a lembrança de tal nome, que sinthetisa todos os nobres intuitos que temem vista a Liga Catholica<sup>217</sup>.

Pelo discurso de Pereira Leite, ele atribui a si a ideia do nome do jornal. Sobre essa questão também não há consenso. Biennés aponta frei Ambrósio como sendo aquele que batizou de *A Cruz* o jornal da LSCMT<sup>218</sup>. Essa afirmativa procede, em primeiro lugar por existir na França o jornal católico *La Croix*, que o autor considera como sendo a inspiração de frei Ambrósio, e em segundo lugar, pelo fato de o frade franciscano, além de ter sido militar, ter uma curta experiência com a imprensa em sua terra natal, no ano de 1902<sup>219</sup>.

A liderança na criação da LSCMT e do jornal *A Cruz* coube preponderantemente a frei Ambrósio. Na primeira reunião da diretoria da associação católica, a 17 de abril de 1910, ficou definida a realização de uma subscrição para angariar fundos para a criação do jornal. Segundo dados de *A Cruz*, foram obtidos 2:067\$000 (cf. Apêndice A). A publicação do primeiro número d'*A Cruz* ocorreu em 15 de maio de 1910, concretizando aaspiração dos líderes da LSCMT em terem um jornal que defendesses os interesses dos católicos.

A criação da imprensa católica em Cuiabá esteve relacionada às transformações do campo religioso e ideológico em fins do século XIX e início do XX, que passou por um processo de reconfiguração, com a inserção de novos concorrentes, tornando-se mais diversificado, complexo e competitivo. Desse modo, houve a proliferação de discursos e debates na imprensa, a politização das ruas e a criação de associações, estratégias adotadas por esses grupos da elite cuiabana para legitimar seus discursos e representações<sup>220</sup>. Nesse contexto, a postura

---

<sup>217</sup>*A Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 3. Itálicos meus.

<sup>218</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 93.

<sup>219</sup>*A Cruz*, n. 1960, 03 de junho de 1951, p. 2.

<sup>220</sup> CHARTIER, R., *O mundo como representação*, p. 184.

ultramontana de D. Carlos contribuiu para o acirramento das tensões e para o fortalecimento do anticlericalismo em Cuiabá, colaborando para que em 1909 fosse criada a LMLP e a revista *A Reacção*. Essa nova configuração demandou estratégias por parte da Igreja Católica para alargar sua presença no campo religioso, que se tornava mais competitivo e diversificado, bem como para se legitimar diante da sociedade cuiabana e marcar presença nos campos político, público e midiático<sup>221</sup>.

O jornal *A Cruz* permaneceu em circulação até 1969, chegando à edição de n. 2890, sendo o periódico mato-grossense de maior longevidade depois do *Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*, inaugurado em 1890, e atualmente *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. No próximo capítulo, analisa-se o jornal *A Cruz* em sua materialidade: seus redatores, colaboradores, correspondentes, mantenedores, distribuição e tiragem, capa e projeto editorial.

---

<sup>221</sup> BOURDIEU, P., *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*, p. 29.

## CAPÍTULO II

### O JORNAL *A CRUZ*: ESTRATÉGIAS EDITORIAIS, POLÍTICAS E A OFENSIVA CATÓLICA

Em Cuiabá no início do século XX, o número de periódicos era considerável, porém a maioria tinha uma duração efêmera<sup>1</sup>. Tratava-se de uma imprensa partidária, vinculada em grande parte a partidos políticos, mas também a “[...] livres-pensadores-maçons, positivistas, liberais de vários matizes, espíritas, evangélicos, além de católicos da Liga Social”<sup>2</sup>. Dentro desse espaço de disputas no mercado de bens simbólicos, no qual cada grupo buscava impor suas convicções por meio da imprensa, é que surgiu o jornal *A Cruz*, tendo por missão defender e propagar o catolicismo em Cuiabá, buscando: construir uma opinião pública favorável à Igreja Católica e ao bispo D. Carlos; instruir, formar e mobilizar os católicos; atacar as religiões e ideologias contrárias ao catolicismo; e normatizar a conduta dos fiéis por meio de publicações de cartas pastorais, encíclicas papais e artigos relacionados à doutrina católica. O jornal da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*<sup>3</sup> circulou entre os anos de 1910 e 1969<sup>4</sup>. José de Mesquita, diretor do jornal entre os anos de 1925 e 1953, escreveu uma série de textos intitulados *Um pouco da história d’“A Cruz”* e os publicou no jornal em 1957. O autor considerava que a história do periódico católico teve duas épocas distintas, a “idade heroica” e a “idade aurea”:

Depois do que chamarei a idade heroica, de lutas e combates contra o erro e o mal, que é aquela que vai de 1910 a 1925, sob a insigne batuta desse ‘líder’ católico que foi o ilustre franciscano [frei Ambrósio] seu fundador e primeiro diretor, veio a idade de ouro, no apaziguamento dos espíritos que tão bem

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados do *Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847 – 1985*, podem ser identificados 31 periódicos que circularam em Cuiabá nas primeiras duas décadas do século XX, entre jornais e revistas. CF. MORGADO, E. M. O., (Org.) *Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847 – 1985*, p. 59-118.

<sup>2</sup> CANAVARROS, O; SILVA, G., *A imprensa mato-grossense antes da era do rádio*, p. 24.

<sup>3</sup> Doravante LSCMT.

<sup>4</sup> No período que corresponde ao marco temporal desta pesquisa, o jornal *A Cruz* ficou fora de circulação entre 30 de novembro de 1919 a 14 de março de 1920. Em seu n. 458, de 21 de março de 1920, o jornal publicou um aviso aos leitores, esclarecendo que a interrupção ocorreu por motivo de “força maior” e pedindo aos leitores que não solicitassem o reembolso de valores, nem cancelassem suas assinaturas. O motivo da interrupção pode ser encontrado no jornal *O Matto-Grosso*, que a 7 de março publicou a seguinte notícia: “Dando hoje a grata notícia do reaparecimento da nossa presada collega *A Cruz*, que há cerca de dois meses viu-se obrigada a suspender a sua publicação devido a desarranjo em sua [máquina tipográfica] Marinoni”. Cf. *O Matto-Grosso*, 7 de março de 1920, p. 1.

soube realizar D. Aquino, no seu fecundo episcopado, que permitiu ‘A Cruz’ tornar-se o jornal sereno, superior as paixões, objetivando, durante mais de um quarto de século, essa obra construtiva que ali está, atestada nas suas coleções que bem se podem considerar os anais da nossa vida social, religiosa e o arquivo imperecível das nossas atividades no terreno da Inteligência e da Cultura<sup>5</sup>.

A afirmação de Mesquita de que a partir de 1925 o semanário *A Cruz* tornou-se *sereno e superior as paixões* estava relacionada à saída de frei Ambrósio da direção do jornal, após os franciscanos da Ordem Terceira+ Regular (OTR) deixarem a Arquidiocese de Cuiabá e se dirigiram para a Diocese de São Luís de Cáceres<sup>6</sup>. Com o falecimento de D. Carlos, em 1921, foi nomeado como arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa. A mudança influenciou o projeto editorial d’*A Cruz*, que diferentemente do que ocorria na década de 1910 evitou atacar diretamente autoridades políticas e religiosas de Cuiabá. O jornal continuou a combater a Maçonaria, o espiritismo e o protestantismo, porém, com artigos que abordavam o assunto de forma ampla, evitando citar indivíduos de Cuiabá<sup>7</sup>. Em suma, após a posse de D. Aquino, *A Cruz* tornou-se menos polêmico, porém continuou a ser combativo na defesa dos interesses da Igreja Católica.

Entre os anos de 1918 a 1921, o jornal teve uma postura mais respeitosa para com seus antigos opositores, ex-membros da *Liga Matto-Grossense de Livre-Pensadores*<sup>8</sup>, tendo em vista que alguns deles compunham o governo de D. Aquino. Durante os anos do governo do arcebispo, é possível encontrar passagens elogiosas a antigos membros da LMLP, dentre os mais combativos, a exemplo de Ovídio de Paula Corrêa e Alexandre Magno Addôr. “Está guardando o leito o nosso prezado amigo Sr. Major Ovidio de Paula Corrêa, competente Inspector do Tesouro do Estado”<sup>9</sup>. “Por acto presidencial de 19 do expirante, foi nomeado o nosso distinto amigo coronel Alexandre Magno Addor, para inspeccionar grupos escolares e mais escolas isoladas existentes no Estado”<sup>10</sup>. A exceção deve ser feita à seção *Chroniqueta*, assinada por Leovelgildo de Melo, sob o pseudônimo de L. da Veiga, que apesar de noticiosa,

---

<sup>5</sup>A *Cruz*, n. 2190, 21 de abril de 1957, p. 2. Grifos do autor.

<sup>6</sup> Após a transferência dos franciscanos da Diocese de Cuiabá, o jornal *A Cruz* ficou um algum tempo fora de circulação. A última edição sob a direção de frei Ambrósio foi a de 23 de novembro de 1924. Daí em diante o periódico reaparecerá somente em 6 de setembro de 1925.

<sup>7</sup> Os nomes de João Cunha e Octavio Pitaluga continuaram a ser combatidos pelo jornal *A Cruz*.

<sup>8</sup> Doravante LMLP.

<sup>9</sup>A *Cruz*, n. 490, 31 de outubro de 1920, p. 1.

<sup>10</sup>A *Cruz*, n. 582, 30 de julho de 1922, p. 2.

em algumas ocasiões criticava a postura de alguns políticos, funcionários públicos, serviços públicos, jornais, etc. Após a posse de D. Aquino no arcebispado de Cuiabá, frei Ambrósio permaneceu como redator-chefe do periódico até 23 de novembro de 1924, data da última publicação d'*A Cruz* sob sua direção.

Neste capítulo, se analisam dados referentes aos anos de 1910 a 1924, como os aspectos materiais e técnicos do jornal *A Cruz* (capa, paginação, tiragem, valor da assinatura, distribuição e fontes de financiamento), seu projeto editorial, o perfil social e político dos redatores, os colaboradores, os correspondentes e os distribuidores, a posição política do jornal e ainda a relação da redação com o arcebispo D. Carlos Luiz D'Amour.

## 2.1) A redação d' *A Cruz*

Tânia Regina de Luca escreveu que os “[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias”, pois carregam em seus discursos interesses, crenças e valores de seus editores e mantenedores. Assim, é papel primordial do pesquisador “[...] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos”<sup>11</sup>. *A Cruz* pertencia à LSCMT, associação composta por membros da elite cuiabana e que respondia juridicamente e financeiramente pelo jornal. A liga, por sua vez, falava em nome de uma instituição, a Igreja Católica, que em Cuiabá era governada por D. Carlos D'Amour, prelado de concepções ultramontanas e que vinha sofrendo ataques constantes de seus opositores por meio da imprensa. Nesse sentido, cabe analisar, num primeiro momento, qual era a relação da redação do jornal *A Cruz* com D. Carlos.

A relação entre D. Carlos e a redação d'*A Cruz* era de submissão e respeito por parte dos redatores. A cada aniversário de nascimento, de ordenações sacerdotal ou de bispado, o prelado era felicitado e seu nome ganhava destaque na primeira página do jornal, com congratulações que muitas vezes eram acompanhadas de sua foto e biografia. D. Carlos era representado como o pastor que zelava por suas ovelhas, como um arcebispo culto, zeloso, justo, humilde, íntegro e incansável no cumprimento de seu dever, como mostra o texto publicado na ocasião dos seus cinquenta anos de ordenação sacerdotal:

O sol do dia 8 de Dezembro levantou-se no horizonte, festivo e alegre para esta diocese, alumando em ondas de luz o quinquagesimo aniversario do sacerdocio do inclyto Pastor desta igreja mattogrossense.

---

<sup>11</sup> LUCA, T. R., *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 140-141.

[...] Nada mais justo, portanto, que a homenagem prestada áquelle que, tendo atravessado a carreira do sacerdócio *benefaciendo*, hoje, com a cabeça coberta de neve dos annos, chega aos quinquagesimo marco milliario de sua longa jornada, alquebrado por tantos sacrificios consumados pela honra da Igreja e a felicidade do proximo<sup>12</sup>.

A construção da imagem de D. Carlos como um bispo zeloso, abnegado, laborioso e amado pelos diocesanos buscava desconstruir uma outra imagem, feita pelos opositores do prelado. Em 1909, a antiga *Praça Dom Carlos* teve o nome alterado para *Praça da República*, durante as manifestações contra a postura do bispo, que não autorizou a entronização da bandeira nacional na catedral. Houve gritos de morte ao bispo; sátiras foram publicadas no jornal *O Pharol* e na revista *A Reacção*. Em junho de 1910, na seção *Poéticas*, o periódico da LMLP publicou poema dedicado a D. Carlos, criticando o suposto luxo vivido pelo prelado. De autoria de Frei Patusco, pseudônimo que satirizava frei Ambrósio, o poema intitulava-se *Contraste*.

Eu vi, ninguém contou-me, o saboroso  
Banquete no palacio do Prelado;  
Nas taças de cristal o generoso  
Licor de Bacho ia de lado a lado!  
Recheados perús, frango ensopado,  
Talharias de cheiro apetitoso,  
Mostravam que o alcaçar do PIEDOSO  
Era por homens nobres festejado,  
No entanto, á porta do palacio, um pobre  
Queixava-se de fome tristemente,  
Sob o céo bemfazejo que nos cobre!  
Tanta fartura desperdiçada em vão!  
E para a fome que o mendigo sente,  
Nem as migalhas do tostado pão!<sup>13</sup>

Em outra passagem, *A Reacção* publicou *Comentários* sobre os trinta e três anos do episcopado de D. Carlos, novamente o acusando de luxurioso e de viver às custas do povo: “[...] o Sr. arcebispo dispõe de largos bens de fortuna, é rico mesmo; mas nem uma migalha sequer dessa riqueza distribui pelas igrejas necessitadas de reconstrucção e restauração, nem mesmo praticou a caridade”. As acusações são fortes, porém, carecem de fundamento, visto que D. Carlos morava em casa cedida por um amigo, sua diocese era uma das mais pobres do Brasil e não possuía patrimônio próprio. Ao falecer, em 1921, deixou em testamento vasto acervo

---

<sup>12</sup>A *Cruz*, n. 15, 15 de dezembro de 1910, p. 1. Itálico do autor.

<sup>13</sup>A *Reacção*, n. 12, junho de 1910, p. 275. Maiúsculas do autor.

bibliográfico para o Seminário Episcopal da Conceição e devolveu a casa que ocupava para o comendador Manoel Nunes Ribeiro, cujo pai havia cedido a residência para o bispo. Essa situação deixou D. Aquino sem residência episcopal, obrigando-o a ir morar no seminário com os franciscanos. D. Carlos recebia a cômputo do Império que auxiliava nos gastos da diocese; seu sucessor não tinha direito a esse recurso, não podendo sequer “[...] pagar as taxas das Bulas Pontifícias, das quais solicitou isenção. Para sobreviver, vendeu a D. Helvécio, arcebispo de Mariana, a sua cruz peitoral e o seu anel episcopal”<sup>14</sup>.

Além de bispo afeito ao luxo e à comida farta, os opositores de D. Carlos também o tratavam como centralizador e intolerante, não respeitando o maior símbolo da república, a bandeira nacional<sup>15</sup>. O seu bispado teria contribuído apenas para acabar com a magnitude e o brilhantismo das festas religiosas, com o fechamento do Seminário Episcopal da Conceição, conforme crítica publicada no artigo *Mais Bispados*, de dezembro de 1909, discordando das pretensões do bispo de criar mais dois bispados em Mato Grosso.

O que tem lucrado o Estado de Matto-Grosso, ou mais isoladamente, a sua capital, com a sede do unico bispado que ora possui, e principalmente depois que o governo desse bispado passou as mãos de S. Ex<sup>a</sup>?  
Que o digam aquelles que se recordam da época florescente do antigo seminário episcopal, há trinta ou quarenta annos, quando ali se ministrava a instrucção á mocidade.  
Que o digam os que ainda se não esqueceram do esplendor das mesmas festas religiosas que a intolerancia incoercivel de S. Ex<sup>a</sup> só tem conseguido empallidecer, amortecendo de dia para dia no espirito dos seus diocesanos o sentimento religioso que por acaso ainda lhes restava<sup>16</sup>.

Ao visar à construção de uma imagem positiva de D. Carlos, o jornal *A Cruz* difundiu imagens de um arcebispo zeloso, dedicado e prudente, um prelado reconhecido pelo povo cuiabano por suas qualidades de bom pastor:

O povo mattogrossense em sua fé religiosa e em o seu alto civismo sabe amar e venerar o illustre personagem que desde longos annos guia as suas almas para o céo e acompanha com mais alto interesse a evolução deste pedaço de terra brasileira para o futuro de grandeza que o aguarda no tempo<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> MARIN, J. R., *D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica*, p. 212.

<sup>15</sup> *A Reacção*, n. 11, maio de 1910, p. 235. *A Reacção*, n. 12, junho de 1910, p. 266.

<sup>16</sup> *A Reacção*, n. 6, dezembro de 1909, p. 132.

<sup>17</sup> *A Cruz*, n. 15, 15 de dezembro de 1910, p. 2.



D. Carlos era um grande incentivador do jornal *A Cruz*. Em 15 de maio de 1910, data da publicação da primeira edição do semanário, concedeu quarenta dias de indulgências aos redatores, colaboradores e fiéis que comprassem o jornal.

Tendo em vista o grandioso fim a que se propõe o periodico *A Cruz*, órgão da ‘Liga Social Catholica Brasileira’, que installou-se nesta Capital em 3 de Abril ultimo e de accordo com o seu programma, qual é, – fazer todo o bem possível á causa catholica, sempre dentro dos limites da equidade e da justiça –; de todo o coração o abençoamos. E aos membros da Direcção do referido periodico *A Cruz* e a todos os fieis que a comprarem, ou nella se inscreverem, concedemos quarenta dias de Indulgencias<sup>18</sup>.

A importância do ato não se encerrava apenas nos benefícios para os leitores do jornal, que seriam agraciados com a indulgência do prelado; tratava-se também de uma estratégia para beneficiar financeiramente o jornal, que ampliaria seu público leitor e seria provido de mais renda, tendo em vista que se tratava de sua edição inaugural.

A cada aniversário do jornal, D. Carlos sempre enviava cartas de felicitações à redação, evidenciando as relações de respeito recíproco entre os redatores e o bispo. Em diversas ocasiões, o prelado enviou cartas à redação para felicitações ou publicação de cartas pastorais e comunicados:

E porque este util e importantissimo periodico religioso, entregue aos cuidados de VV. SS., tem prestado os mais relevantes serviços á nossa Santa Religião, concorrendo assim, tão vantajosamente, para que se mantenha cada vez mais firme entre os fieis a fé catholica e a sua dedicação á Santa Sé e ao sumo Pontifice, venho por meio desta, com intimo jubilo, trazer a VV. SS. as minhas cordiaes congratulações por tão justo e plausível motivo, fazendo os mais ardentes votos a Deus para que derrame sobre ‘A Cruz’ e seus dignos Redactores e Assignantes torrentes de graças e bençãos. Com sentimentos de distincta estima e condideração, me confirmo. De VV. SS. servo e amigo affectuoso em J. Christo<sup>19</sup>.

As felicitações ao bispo e deste para com a redação do jornal se mantiveram durante toda a década de 1910. Quando D. Carlos faleceu, em 1921, o jornal *A Cruz* deu ampla cobertura ao fato e nos anos seguintes continuou a celebrar a memória do prelado e a rememorar suas virtudes e qualidades.

---

<sup>18</sup>*A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

<sup>19</sup>*A Cruz*, n. 75, 15 de maio de 1912, p. 1.

D. Carlos não participava do dia a dia da redação do jornal, tão menos das reuniões da LSCMT<sup>20</sup>. No entanto, não se pode afirmar que o bispo, cioso que era de sua autoridade, não estava atento ao que se publicava no periódico. Nesse sentido, foi encontrado um único caso de censura de D. Carlos a uma matéria, que acusava um professor do Liceu Cuiabano e da Escola Normal de ter tido relações com uma de suas alunas:

*GRAVE!*

No momento de levar este n° para o prelo, a censura ecclesiastica obrigou-nos a retirar da paginação o artigo que enchia esta local sob a epigraphie acima... Jornalistas Catholicos, obedecemos... porém achamos que é caridade demais para sujeitos cuja unica preocupação é vilipendiar e calumniar os padres. Entretanto sem cahir na censura, podemos proclamar que onde *não há Deus não há moral*, quando mesmo fosse uma *Escola Normal* recém-aberta que obedece a regras de pedagogia antichristã e onde ensina certo professor de antecedentes PESSIMOS, livre pensador rubro. Não deixaremos o livre pensamento sepultar o escandalo na mortalha do silencio, não, mil vezes não<sup>21</sup>.

Na edição seguinte, foi publicado o teor do suposto escândalo, porém sem ser citado o nome do indivíduo que supostamente cometeu o ato considerado imoral:

*GRAVE!*

É absolutamente necessario que todos saibam ter-se conduzido escandalosamente um professor livre pensador, com uma de suas alumnas. O tal professor continuar suas prelecções no Lyceu e na Escola Normal. Não ha pois, sancção, contra o professor que gravemente prevaricou. Organiza-se até rigoroso silencio sobre o encandalo para não despertar a attenção dos paes de familia. Peior ainda. Novas honras publicas acabam de ser-lhe conferidas... poetas lhe dedicam poemas... É A GLORIFICAÇÃO DA IMMORALIDADE. *Triste! Muito triste!*<sup>22</sup>

O primeiro texto evidencia que havia um controle por parte de D. Carlos sobre as matérias publicadas no jornal *A Cruz*, especialmente aquelas mais polêmicas e que poderiam causar problemas jurídicos à redação e à LSCMT. Nesse sentido, o projeto editorial estava em sintonia com o pensamento ultramontano de D. Carlos e da hierarquia eclesiástica brasileira. O

---

<sup>20</sup> Nas reuniões da LSCMT, D. Carlos era representado por assistentes eclesiásticos por ele nomeados, conforme previam os estatutos da associação católica. Nos primeiros anos, os assistentes eram frei Ambrósio e Pe. Montuschi e posteriormente apenas frei Ambrósio.

<sup>21</sup> *A Cruz*, n. 66, 10 de março de 1912, p. 2. Maiúsculas do autor.

<sup>22</sup> *A Cruz*, n. 67, 17 de março de 1912, p. 2. Maiúsculas do autor.

redator-chefe, frei Ambrósio Daydé, era um religioso de confiança do bispo e de quem era muito próximo.

A redação d'*A Cruz* situava-se no Seminário Episcopal, local onde residiam os franciscanos. Os críticos do jornal geralmente associavam à Ordem e à pessoa do frei Ambrósio a responsabilidade por suas publicações e também a propriedade do jornal. Essa associação obrigou os redatores d'*A Cruz* a distinguir a composição de sua redação: “A nossa redacção não se compõe somente de Ministros da Religião Catholica, mas tambem de pessôas que desempenham cargos sociaes”<sup>23</sup>. Ou ainda: “‘*A Cruz*’, não é propriedade dos ‘frades’; esta folha não é por elles dirigida nem redigida. Pertence ella toda a Liga Social Catholica Mattogrossense”<sup>24</sup>. Apesar da negativa da redação em responsabilizar os franciscanos pela propriedade e pelas publicações d'*A Cruz*, existem diversas citações no próprio periódico que evidenciam a importância dos frades nos assuntos da redação, especialmente a de frei Ambrósio, que dirigia o jornal desde a sua fundação.

*A Cruz* não disponibilizava em sua primeira página uma relação com os nomes dos indivíduos que compunham sua redação. Essas informações foram buscadas em edições comemorativas do jornal, em notas de falecimento ou felicitações de aniversário, ocasiões em que era citado o nome do redator, mas sem especificar seu grau de envolvimento nas atividades da redação: “Completa hoje mais um anno de trabalhosa e util existencia, o nosso dedicado e zeloso companheiro de trabalho, Revm. Sr. Luiz Montuschi”<sup>25</sup>. Dentre os nomes identificados como membros da redação, estavam o de frei Ambrósio, Pe. Luiz Montuschi, João Carlos Pereira Leite, Francisco Antunes Muniz e Feliciano Galdino de Barros. Assim, cabe analisar o perfil dos principais redatores do jornal *A Cruz*, especialmente o de frei Ambrósio e sua proximidade com D. Carlos.

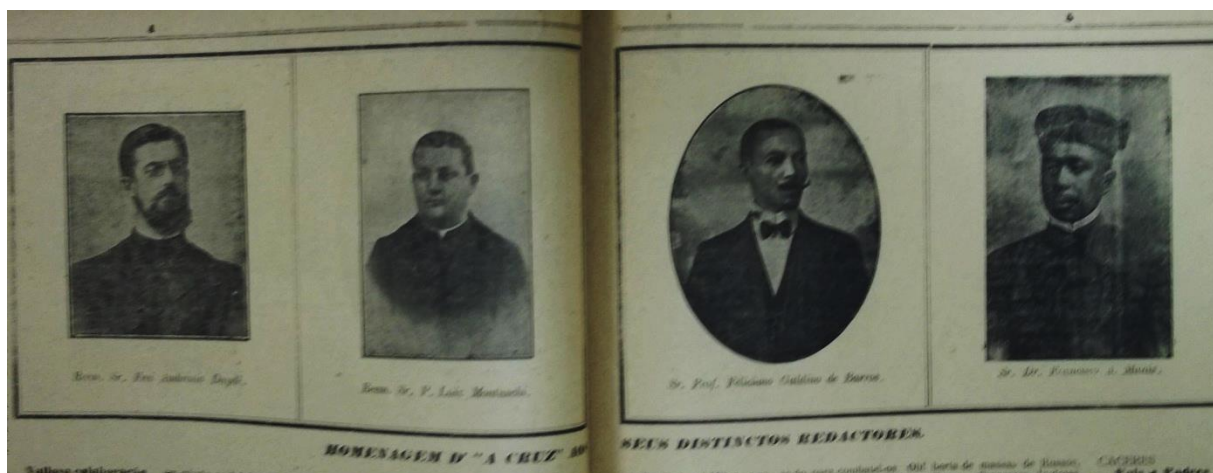
---

<sup>23</sup> *A Cruz*, n. 72, 21 de abril de 1912, p. 3.

<sup>24</sup> *A Cruz*, n. 286, 30 de julho de 1916, p. 1.

<sup>25</sup> *A Cruz*, n. 20, 1º de março de 1911, p. 3.

**Figura 3** - Foto dos redatores d'A Cruz. Da esquerda para a direita estão frei Ambrósio, Pe. Montuschi, Feliciano Galdino e Francisco Muniz.



Fonte: A Cruz, n. 276, 15 de maio de 1916, p. 4-5.

O principal redator do jornal *A Cruz* foi Frei Ambrósio Daydé, considerado o criador do jornal e seu redator-chefe entre 1910 e 1924. Nasceu na cidade francesa de Alby, em 1875<sup>26</sup>. Seu nome verdadeiro era August, sendo Ambrósio adotado após fazer os votos na Ordem Terceira de Alby. Em 1887, aos doze anos de idade, foi para Roma estudar na Escola Apostólica, onde permaneceu por dois anos<sup>27</sup>. De volta à França, continuou seus estudos religiosos, que foram interrompidos entre os anos de 1896 e 1899, período em que prestou serviço militar como soldado, cabo e sargento no Exército francês. Foi ordenado sacerdote em 1902, período em que as ordens religiosas sofriam forte perseguição do governo francês. Ainda assim, frei Ambrósio atuou em grupos de juventude católica e na imprensa. Em 1904 foi transferido para Cuiabá como líder da Congregação Franciscana da Ordem Terceira, juntamente com outros cinco religiosos<sup>28</sup>.

Em Cuiabá, juntamente com D. Carlos, foi um dos mais ferrenhos defensores do catolicismo e das reivindicações da hierarquia eclesiástica brasileira, sendo considerado o fundador do jornal *A Cruz*. Entre o franciscano e o bispo havia uma admiração e respeito recíprocos. Logo após chegar a Mato Grosso, frei Ambrósio escreveu uma carta a seu superior na França, relatando sua admiração por D. Carlos e o bom relacionamento com o bispo:

<sup>26</sup> BIENNÉS, D. M., *Uma Igreja na Fronteira*, p. 74.

<sup>27</sup> *A Cruz*, n. 1959, 27 de maio de 1951, p. 3.

<sup>28</sup> BIENNÉS, D. M., *Uma Igreja na Fronteira*, p. 34. *A Cruz*, n. 414, 2 de fevereiro de 1919, p. 1.

Monsenhor!... ansiavamos conhecer este homem do qual se falava tanto bem e tanto mal. Quando penso que este Bispo sustentou, sozinho, durante mais de vinte anos, uma luta terrível numa diocese maior do que várias nações, longe dos seus colegas, sem padres, sem secretário,... obrigado a fazer às vezes de sacristão e porteiro! É admirável!

Nossa chegada aí é sua alegria, sua vida, sua ressurreição; tem grandes esperanças conosco. No físico, tem uma figura francesa, o olho profundo e vivo, um pouco anguloso pela velhice, queixo muito fino; o corpo é ereto, esbelto, o passo ainda jovem embora tenha 68 anos”<sup>29</sup>.

Do mesmo modo, D. Carlos também externou sua admiração por frei Ambrósio quando este se envolveu em desentendimentos com João da Costa Marques, proprietário do jornal *O Debate*, escrevendo uma carta manifestando sua solidariedade:

[...] Animo, portanto, meu bom amigo. [...] Desejo que esta carta seja publicada no periodico ‘A Cruz’ como testemunho inequivoco de meu particular affecto para com V. Rvma. e como protestação solemne contra os ataques feitos a nossa divina Religião e a seus ministros e especialmente a V. Rvma. [...] Com sentimentos de verdadeira estima e dedicação sou de V. Rvma. Servo e amigo affecto em J. C.<sup>30</sup>.

O tom cordial da carta e o fato de D. Carlos desejar que ela fosse publicada revelam a estima e a confiança que o bispo tinha pelo franciscano.

Frei Ambrósio, além de redator-chefe d’*A Cruz*, foi Reitor do Seminário Episcopal, Assistente Eclesiástico, Vigário Geral do Bispado/Arcebispado e depois Governador do Arcebispado quando da morte de D. Carlos e da impossibilidade de D. Aquino assumir, por ser o então governador do estado de Mato Grosso, em 1921. Foi secretário de D. Carlos quando este empreendeu viagem ao Rio de Janeiro e a São Paulo entre 25 de agosto de 1910 e 4 de maio de 1911<sup>31</sup>. Em 1907, acompanhou o bispo em viagem a Roma, ocasião em que se encontraram com o papa Pio X e com o seminarista Francisco Aquino Corrêa, futuro arcebispo de Cuiabá<sup>32</sup>. Em Cuiabá, foi um dos principais articuladores da criação da LSCMT e líder da imprensa católica em Cuiabá. “Surgiu, pois, na imprensa: e qual aquelle primeiro em Porto

---

<sup>29</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 32.

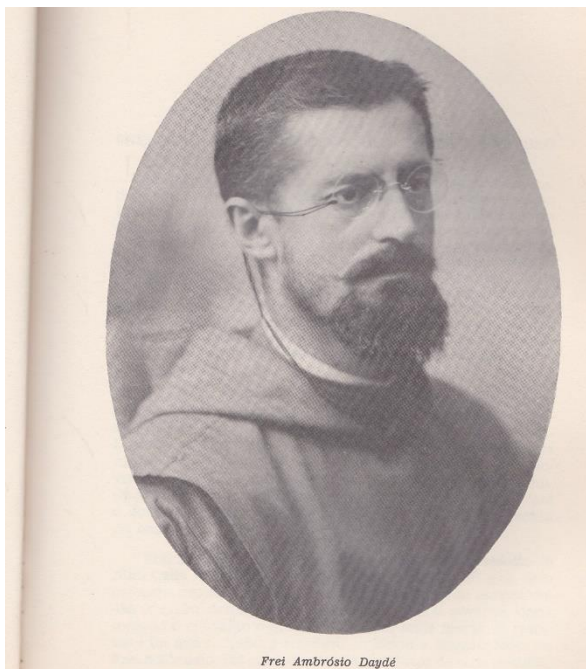
<sup>30</sup>*A Cruz*, n. 231, 20 de junho de 1915, p. 1.

<sup>31</sup>*A Cruz*, n. 7, de 15 de agosto de 1910, p.2; *A Cruz*, n. 25, de 15 de maio de 1911, p. 2.

<sup>32</sup>*Revista Matto-Grosso*, n. 9, setembro de 1907, p. 225-227.

Seguro, um novo Cabral, um alienígena, lá da terra heroica de França, viu-se rodeado de uma brilhante parte do povo, a qual o ajudou, que o tem auxiliado [...] até a data de hoje”<sup>33</sup>.

**Figura 4** - Foto do frei Ambrósio Daydé.



Fonte: HERAIL, F. M., *A epopéia missionária da Ordem Terceira Regular no Mato Grosso – 1904-1979*, p. 17.

Frei Ambrósio era o redator-chefe do jornal e exercia a função de editor: “*A Cruz*,[...] não usa do anonymato. O seu redactor responsavel, que representa o corpo da sua redacção, não se exime de qualquer responsabilidade que lhe couber pelos escriptos que fizer publicar”<sup>34</sup>. Em virtude de sua liderança, grande parte dos que se sentiam ofendidos pelas publicações d’*A Cruz* atribuíam ao frade a responsabilidade pelos textos do jornal, até porque muitos dos escritos relacionados à doutrina católica e moral não tinham assinatura. Desse modo, o redator-chefe de *A Cruz* polemizou com diversos jornais. Incomodou tanto que chegou a ser atacado pelos periódicos *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, ambos do Rio de Janeiro; em 1915, foi ameaçado de morte por João da Costa Marques, dono do jornal *O Debate*. Frei Ambrósio exerceu durante os anos de 1910 e 1924 o cargo de redator-chefe, contando com a aprovação e apoio de D. Carlos:

---

<sup>33</sup> *A Cruz*, n. 177, 15 de maio de 1914, p. 2.

<sup>34</sup> *A Cruz*, n. 7, 15 de agosto de 1910, p. 4.

[...] Frei Ambrosio Daydé, a quem a Liga, em reunião solenne, com a aprovação de S. Ex.<sup>a</sup> Revm.<sup>a</sup> o Sr. Arcebispo, confiou a direcção do nosso órgão. E nesse caracter de director e redactor-chefe da *A Cruz* foram e lhe são ainda affectos todos os negocios do jornal, que superintende em tudo e por tudo com incondicional apoio da Liga e aprovação do venerando Pastor<sup>35</sup>.

Segundo Biennés, em 1915, o nome de frei Ambrósio foi cogitado para bispo de São Luís de Cáceres, porém, devido às posições políticas tomadas pelo jornal *A Cruz* naquele ano, houve articulações do deputado federal Aníbal de Toledo e do senador Antonio Azeredo, ambos do Partido Republicano Conservador (PRC)<sup>36</sup>, junto à Nunciatura Apostólica para barrar a nomeação do franciscano. Em seu lugar foi nomeado o frei Luiz Maria Galibert<sup>37</sup>.

Frei Ambrósio deixou Cuiabá em 1925, juntamente com os demais religiosos da OTR. Sobre a saída dos frades, Biennés considera que foi por opção deles. Após D. Aquino ir residir no Seminário da Conceição, ao findar seu mandato presidencial, acreditavam que o arcebispo queria o espaço de volta.

Ao fim do seu governo, Dom Aquino instalou-se no Seminário da Conceição onde os Frades Franceses viviam desde 1904. Pensaram que D. Aquino queria ocupar o Seminário, visto que não tinha ficado com seus colegas os Padres Salesianos. Comunicaram o acontecido aos seus superiores. Diante da falta de Padres em Cáceres e Poconé, estes decidiram que se abandonaria Cuiabá e o Seminário onde vivia somente dois religiosos: frei Ambrósio e Carlos Valette. Um decreto da Sagrada Congregação dos Religiosos fechou igualmente o convento franciscano de Cuiabá em 16 de julho de 1924<sup>38</sup>.

Não foi possível o acesso à carta dos franciscanos aos seus superiores na França, o que poderia revelar outras informações não mencionadas por Biennés, ou ainda, o ano em que foi escrita. No entanto, a análise das notícias publicadas no jornal *A Cruz* evidenciam que a solicitação deve ter sido feita em 1924, pois até o ano anterior frei Ambrósio não desejava partir, uma vez que em fevereiro de 1923 solicitou ao arcebispo D. Aquino que intervisse junto aos superiores da OTR na França, em prol da permanência dos franciscanos em Cuiabá. Além disso, o frade articulou em vão a criação de um patrimônio para a Arquidiocese e, conseqüentemente, de uma residência para o prelado. O desejo de permanecer em Cuiabá remete ao fato de que o frei Ambrósio manteve o seu prestígio social e religioso após a morte

---

<sup>35</sup> *A Cruz*, n. 231, 20 de junho de 1915, p 1.

<sup>36</sup> Doravante PRC.

<sup>37</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na Fronteira*, p. 65.

<sup>38</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na Fronteira*, p. 98.

de D. Carlos, em 9 de julho de 1921. Após as exéquias do arcebispo e com D. Aquino impossibilitado de assumir, devido ao exercício do mandato presidencial, o franciscano foi nomeado Governador do Arcebispado pelo Núncio Apostólico<sup>39</sup> e governou a Arquidiocese até 16 de julho de 1922, data da posse de D. Aquino, que alguns dias após a sua posse viajou para o Rio de Janeiro e reconduziu frei Ambrósio ao governo do Arcebispado<sup>40</sup>. Ao retornar, em 6 de dezembro, o frade foi novamente nomeado Vigário Geral da Arquidiocese. Além disso, continuou como redator-chefe do jornal *A Cruz*.

A informação que evidencia a preocupação de frei Ambrósio em conseguir uma residência para o arcebispo é a notícia publicada pelo jornal *A Cruz* em 12 de março de 1922, que informava haver um grupo de católicos liderados pelo frade reunido-se na sede da LSCMT, no Seminário da Conceição, para organizar uma maneira de angariar recursos para a constituição do Patrimônio da Arquidiocese. Consta na ata o discurso de frei Ambrósio, no qual expõe as motivações da iniciativa.

O patrimonio, hoje, é absolutamente necessario, pois não ha mais congrua com que o Imperio auxiliava a Igreja e não podemos, nós fiéis, deixar nosso Pae e Pastor, o nosso Arcebispo, na impossibilidade de fazer face a representação do seu cargo, e por conseguinte é um dever de honra para nós proporcionarmos ao nosso Arcebispo os meios de vida conveniente<sup>41</sup>.

No relato, aparece a preocupação do franciscano para com os *meios de vida* de D. Aquino, que em janeiro daquele ano de 1922 havia finalizado seu mandato e residia no Seminário da Conceição, juntamente com os frades da OTR. A primeira informação sobre a saída dos religiosos da OTR é de 11 de fevereiro de 1923, de acordo com a notícia publicada no jornal *A Cruz* em referência às comemorações do aniversário de frei Ambrósio. Durante os festejos, que transcorreram durante a manhã, tarde e noite de 2 de fevereiro, houve grande comoção pública com a notícia de que o Capítulo da Ordem Terceira Regular havia decidido pela transferência dos frades de Cuiabá. A descrição do evento é marcada por um tom laudatório, enaltecendo especialmente frei Ambrósio. Pela manhã foi celebrada missa na Catedral, com a presença de D. Aquino e de cuiabanos ilustres. Ainda pela manhã, no Seminário da Conceição, houve manifestações de apreço por uma representante da *mulher cuyabana*, D.

---

<sup>39</sup>*A Cruz*, n. 530, 31 de julho de 1921, p. 1.

<sup>40</sup>*A Cruz*, n. 569, 30 de abril de 1922, p. 1.

<sup>41</sup>*A Cruz*, n. 562, 12 de março de 1922, p. 2.



Maria Dimpina, que teceu longo discurso em homenagem ao frade. Durante o almoço no Seminário da Conceição, estiveram presentes, além do arcebispo,

[...] os Exs. Srs. Dr. Secretario do Interior, Agente Consular da França e da Bélgica, Padre Director do Lyceu Salesiano, Gerente do Banco do Brasil, presidente da classe operaria, representante do Exmo. Sr. Presidente do Estado, que dirigiu ao nosso diretor e mestre honrosa carta que publicaremos<sup>42</sup>.

À noite, “[...] houve imponente manifestação popular ao glorificado do dia [...] principalmente para pedir, supplicar ás altas auctoridades ecclesiasticas, ao Capitulo Franciscano para que a util missão não seja extincta em Matto-Grosso”<sup>43</sup>. Frei Ambrósio, que havia discursado durante a missa e no almoço, falou mais uma vez após a manifestação, em prol da sua permanência dos demais frades em Cuiabá. De acordo com o relato do jornal, o frade disse aos presentes que compreendia

[...] que o alvoroço daquelle dia era provocado pela noticia do seu chamado para a Europa, filho da obediencia faria os necessarios sacrificios para seguir, porem confessa, que seria doloroso para o seu coração de apóstolo deixar uma terra tão desdilosá de ministros do Senhor e muito satisfeito estaria elle si o clamor do povo junto á acção de S. Exc. o Sr. Arcebispo obtivessem a reconsideração da primeira ordem, pois si era francez de nascimento acreditava que já e para sempre pudesse também se considerar como mattogrossense<sup>44</sup>.

Ainda de acordo com o jornal *A Cruz*, D. Aquino prometeu pessoalmente a frei Ambrósio que encaminharia carta ao superior dos franciscanos na França, solicitando a permanência dos frades. Apesar de *A Cruz* ter prometido aos seus leitores a publicação da referida carta do arcebispo, o intento não foi concretizado. O fato é que os franciscanos permaneceram em Cuiabá até o início de 1925.

Retomando à intenção de frei Ambrósio de constituir um patrimônio para a Arquidiocese, as notícias sobre o andamento do processo não tiveram sequência no jornal *A*

---

<sup>42</sup>*A Cruz*, n. 607, 11 de fevereiro de 1923, p. 1.

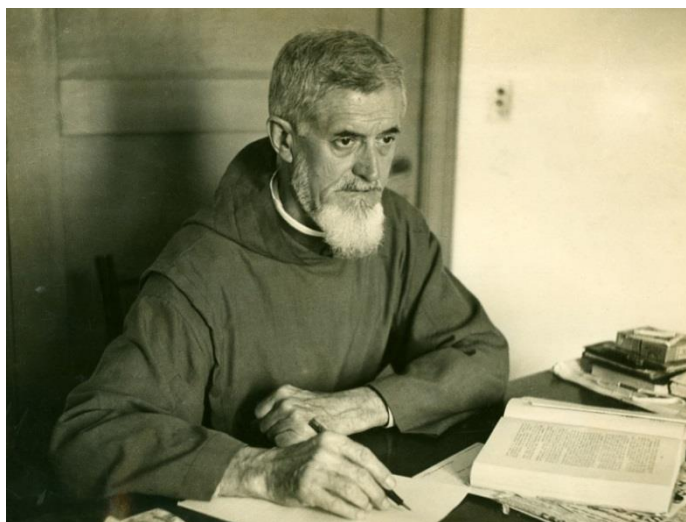
<sup>43</sup>*A Cruz*, n. 607, 11 de fevereiro de 1923, p. 1.

<sup>44</sup>*A Cruz*, n. 607, 11 de fevereiro de 1923, p. 1.

*Cruz*, denotando o fracasso do projeto, de tal modo que os próprios franciscanos decidiram solicitar aos seus superiores a transferência de Cuiabá, possivelmente em 1924<sup>45</sup>.

Frei Ambrósio deixou Cuiabá em abril de 1925. Desde setembro do ano anterior não participava da redação do jornal, que passou a ser administrado por Benedicto London, conforme notícia d'*A Cruz*<sup>46</sup>. Pode-se afirmar que se não fosse pela presença de frei Ambrósio Daydé em Cuiabá, a criação da imprensa católica não teria ocorrido em 1910. Após breve período na França, residiu na Diocese de São Luís de Cáceres. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, sempre era lembrado pelo jornal como seu fundador. Em 1926, o jornal *A Cruz* publicou que, por ocasião do aniversário do frade, fora enviado telegrama à França, assinado por diversos cidadãos ilustres. Dentre os nomes, destacam-se os de antigos desafetos do frade, João Villas Bôas, João Cunha e Alexandre Addôr, demonstrando que antes de partir o franciscano havia se reconciliado com alguns deles<sup>47</sup>. Frei Ambrósio faleceu em 1945 na cidade de São Paulo<sup>48</sup>.

**Figura 5** – Foto de frei Ambrósio Daydé, possivelmente da década de 1940.



Fonte: Disponível em: <http://escolafreiambrósio.blogspot.com.br/2012/05/historico-da-escola-estadual-frei.html>. Acesso em: 29 abr. 2015.

Outro redator foi João Carlos Pereira Leite, um dos principais articuladores da criação da LSCMT, sendo eleito vice-presidente ao lado de Joaquim Ferreira Mendes. Com a renúncia

---

<sup>45</sup> Um aprofundamento maior sobre a saída da OTR de Cuiabá demandaria acesso a documentos não obtidos nesta pesquisa.

<sup>46</sup> *A Cruz*, n. 691, 6 de setembro de 1925, p. 1.

<sup>47</sup> Segundo Biennés, antes de partir para a França, em 1925, frei Ambrósio foi homenageado em Cáceres, ocasião em que se reconciliou com João Villas Bôas. BIENNÉS, D. M. *Missão Franciscana na Fronteira*, p. 98.

<sup>48</sup> BIENNÉS, D. M., *Uma Igreja na Fronteira*, p. 84.

deste último, em 28 de janeiro de 1912, que foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda do governo Joaquim da Costa Marques, Pereira Leite assumiu a presidência da liga. Em dezembro de 1914, deixou a presidência da LSCMT e a redação d'A Cruz, após envolver-se na política e desentender-se com os membros da diretoria da associação católica e da redação do jornal, que a essa época dava indícios de que faria campanha de oposição ao PRC e ao governo Costa Marques no pleito eleitoral que começava a ser organizado<sup>49</sup>. Foi eleito deputado federal pelo PRC, em 1915. No Rio de Janeiro manteve vínculo com a LSCMT, representando-a no Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, realizado na capital do País por ocasião do centenário da independência do Brasil, em outubro 1922<sup>50</sup>. O fato de Pereira Leite ser sogro de José de Mesquita – que desde de 1914 colaborava com o jornal e após 1914 fez parte de sua diretoria – deve ser considerado como um fator importante para o reatamento das relações entre Pereira Leite e a redação do jornal A Cruz após os incidentes de 1915. Em Cuiabá, Pereira Leite exerceu o cargo de desembargador. Acerca dele assim escreveu Rubens de Mendonça:

Nasceu em Cuiabá, a 12 de julho de 1861 e faleceu na mesma cidade, a 8 de setembro de 1933. Era formado em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda, Juiz de Direito de Santo Antônio do Rio Abaixo, Juiz Substitutivo Federal em Florianópolis, Santa Catarina, e ainda naquele Estado, Secretário Geral do Estado. Em 1906 retornou a Cuiabá, sendo reconduzido à magistratura, como Juiz de Direito de Poconé e em 1908 era nomeado Desembargador. Jornalista, dirigiu vários periódicos: “O Democrata”, em 1896, ‘O Povo’, em 1916 e ‘A Cruz’. Foi professor de História do Brasil e Universal, no Liceu Salesiano São Gonçalo, representante de Mato Grosso, no Congresso Nacional de História, em 1914, representante de Mato Grosso no Congresso Jurídico, em 1908. Foi Deputado Federal durante quatro legislaturas (1915-1926)<sup>51</sup>.

Ao retornar a Cuiabá, em 1926, afastou-se da política. Em janeiro de 1933, meses antes de falecer, ajudou a fundar em Cuiabá a *Liga Eleitoral Catholica*, sendo eleito seu primeiro presidente<sup>52</sup>. Entre 1910 e 1914, Pereira Leite foi um dos que mais participou nas atividades da LSCMT e na divulgação do jornal A Cruz. Com base em diversas matérias publicadas no periódico, nota-se a atuação de destaque do desembargador Pereira Leite no meio católico

---

<sup>49</sup> Mais adiante, neste capítulo, é analisado o posicionamento político do jornal A Cruz.

<sup>50</sup> A Cruz, n. 593, 15 de outubro de 1922, p. 1.

<sup>51</sup> MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 83. Aspas do autor.

<sup>52</sup> A Cruz, n. 1065, 29 de janeiro de 1933, p. 1.

cuiabano, não apenas como liderança da associação católica, mas também nos diversos eventos no Liceu Salesiano, em festas religiosas e confraternizações ou campanhas que envolviam o clero e leigos de destaque na sociedade, ocasiões que não perdia a oportunidade de discursar em público, o que denota ter tido grande habilidade como orador. Logo após a fundação da LSCMT, recolheu esmolas pelas residências juntamente com frei Ambrósio, com a finalidade de angariar recursos para a criação do jornal católico<sup>53</sup>. Na redação d'A *Cruz* era o responsável pelo jornal na ausência do frade franciscano.

Para negociar atinentes á redação da *A Cruz*, reclamações ou remessas de artigos ou pedido de assinatura e respectiva cobrança, na ausencia do Revm. Frei Ambrosio Daydé, qualquer interessado pode entender-se com o Exm. Sr. Desembargador Pereira Leite, á rua Barão de Melgaço, n. 11<sup>54</sup>.

Em outras ocasiões, viajava com frei Ambrósio às cidades e vilas do interior de Mato Grosso para juntos promoverem campanhas em prol do jornal *A Cruz*.

Com immenso prazer publicamos abaixo o telegramma que recebemos de Brotas sobre a grandiosa manifestação Catholica havida na villa do Rosario e promovida pelo nosso inclyto Presidente da Liga Dr. João Carlos Pereira Leite e o zeloso Frei Ambrosio Daydé.

Brotas, 11-7-913. Domingo, 6 do corrente, houve uma expendida reunião catholica na villa do Rosario. O Dr. João Carlos e Frei Ambrosio pronunciaram vibrantes discursos, vivamente aplaudidos<sup>55</sup>.

Pereira Leite exerceu um papel importante nos primeiros anos da LSCMT e do jornal *A Cruz*. Em seus discursos sempre se mostrou convicto do sucesso da missão do jornal. Apesar de sua relação com a diretoria da associação católica e com a redação do periódico católico ter sido momentaneamente abalada entre fins de 1914 e 1915, a posterior reconciliação com os redatores d'A *Cruz* e, ainda, sua mobilização em prol da criação de uma liga eleitoral católica em Cuiabá demonstra que se manteve convicto em seus princípios católicos e acreditando na atuação do laicato no meio social. Nas edições comemorativas d'A *Cruz*, foi sempre lembrado como um de seus membros fundadores.

Outro nome importante dos primeiros anos do jornal *A Cruz* foi o do padre salesiano Luiz Montuschi, que também teve uma atuação de destaque na criação da LSCMT, tendo sido

---

<sup>53</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 72.

<sup>54</sup> *A Cruz*, n. 7, 15 de agosto de 1910, p. 1.

<sup>55</sup> *A Cruz*, n. 134, 13 de julho de 1913, p. 3.

escolhido por D. Carlos como Assistente Eclesiástico dentro da associação católica, função que exerceu conjuntamente com frei Ambrósio. O padre Montuschi foi diretor da *Revista Matto-Grosso*, professor do Liceu Salesiano São Gonçalo e vigário da Paróquia São Gonçalo. Em abril de 1910, entrou em atrito com a revista *A Reacção*, que o acusou de plágio por causa de um artigo que publicou na *Revista Matto-Grosso*<sup>56</sup>. No mês anterior havia polemizado com a redação do jornal *O Pharol* em torno da retirada do Cruzeiro situado na Praça da República como parte da reforma pela qual passava o local, capitaneada pelo intendente municipal, tenente-coronel Avelino de Siqueira.

Como foi apresentado no capítulo 1, em junho de 1909, a Praça da República foi motivo de disputas entre livres pensadores e católicos, prevalecendo o interesse dos primeiros, que conseguiram retirar a denominação D. Carlos da praça. Naquela ocasião o intendente municipal era Horácio Guimarães, livre pensador. No ano seguinte, assumiu o posto Avelino de Siqueira<sup>57</sup>, que empreendeu reformas nas praças Alencastro e da República. Parte da reforma incluía a retirada do Cruzeiro situado na Praça da República, o que representaria mais uma vitória dos livres pensadores no campo político e religioso de Cuiabá.

No intuito de angariar recursos para as reformas, Avelino de Siqueira encaminhou às redações de jornais, associações e cidadãos ilustres uma carta com lista anexa para que contribuíssem com o custeio das obras. As cartas endereçadas a Pe. Montuschi e também a resposta do salesiano foram publicadas no jornal *O Pharol*<sup>58</sup>, como forma de criticar as posturas do religioso, que respondeu às críticas no jornal *O Comércio*<sup>59</sup>. Segundo *O Pharol*, ao receber a primeira carta de Avelino de Siqueira, Pe. Montuschi respondeu-lhe que só contribuiria e apoiaria a causa se fosse elucidado o boato de que a reforma da Praça da República fora idealizada por indivíduos *mal intencionados*, que visavam apenas a *arrancar o cruzeiro altivo* da praça<sup>60</sup>. Em sua resposta, o intendente negou os boatos, mas não obteve o apoio da redação da revista *Matto-Grosso*. A postura do salesiano irritou a redação do *O Pharol*, que além de

---

<sup>56</sup> *A Reacção*, n. 10, abril de 1910, p. 214.

<sup>57</sup> Não foi possível identificar o nome de Avelino de Siqueira como membro da LMLP. Porém, a revista *A Reacção* era impressa em gráfica de sua propriedade, denotando proximidade de interesses entre o intendente municipal e os livres pensadores.

<sup>58</sup> Outro fato que denota a proximidade de interesses entre o intendente Avelino de Siqueira e os redatores de *O Pharol* é o acesso que teve o jornal às correspondências trocadas pela autoridade municipal e o redator-chefe da revista *Matto-Grosso*.

<sup>59</sup> *O Commercio*, n. 2, 10 de março de 1910, p. 2.

<sup>60</sup> *O Pharol*, n. 239, 5 de março de 1910, p. 1. Nesse caso, os indivíduos *mal intencionados* eram os livres pensadores.

criticá-lo, buscou depreciá-lo por conta de sua obesidade e por confundir palavras da língua portuguesa<sup>61</sup>.

Padre Montuschi era italiano<sup>62</sup> e são imprecisas as informações sobre a data de sua chegada a Cuiabá. As notícias mais antigas que envolvem sua pessoa datam de 1909 e estão presentes nas revistas *Matto-Grosso* e *A Reacção*. Foi diretor da revista *Matto-Grosso* e provavelmente o responsável por imprimir *A Cruz* antes de a LSCMT adquirir seu próprio prelo, que fora comprado dos próprios salesianos. Conforme notícias publicadas n'*A Cruz*, era extremante zeloso, cumpridor das normas eclesiásticas e grande defensor do catolicismo. Ainda de acordo com publicações do jornal, o salesiano tinha boas relações com D. Carlos e gozava da confiança do líder eclesiástico. Além de exercer o cargo de assistente eclesiástico na LSCMT, foi delegado pelo bispo, por meio de portaria de 24 de junho de 1910, para auxiliar o monsenhor Bento Severiano da Luz nos trabalhos da Arquidiocese, em virtude da viagem que o prelado empreendeu ao Rio de Janeiro e pela impossibilidade de D. Cirilo de Paula Freitas<sup>63</sup>, bispo auxiliar, assumir, devido à viagem pastoral que fazia. Em 1915, Montuschi foi nomeado por D. Carlos para substituir temporariamente D. Aquino na direção das obras da reforma da Paróquia São Gonçalo.

Tendo de ausentar-se por algum tempo desta Capital o Exmo. e Revm. Sr. D. Francisco de Aquino Corrêa, D. D. Bispo Auxiliar desta Archidiosese [...] Havemos por bem auctorisar, como pela presente auctorisamos, o Rvm. P. Luiz Montuschi, encarregado da referida Parochia, para, na ausencia do mesmo Sr. Bispo, receber as esmolos que os fieis offerecem para as mencionadas obras<sup>64</sup>.

O padre Luiz Montuschi era reconhecido por sua oratória e por ser ótimo palestrante. São diversos os relatos de discursos e palestras que proferiu em reuniões da LSCMT e festas religiosas e cívicas do Liceu São Gonçalo, que atraíam grande número de participantes. “O Revmo. Padre Montuschi encerrou a sessão com chave de ouro: o seu discurso foi bellissimo e

---

<sup>61</sup> *O Pharol*, n. 239, 5 de março de 1910, p. 1-2; *O Pharol*, n. 240, 12 de março de 1910, p. 1.

<sup>62</sup> Em novembro de 1912, Pe. Montuschi viajou a Turim, na Itália, para visitar sua mãe que estava enferma. Cf. *O Debate*, n. 332, 6 de novembro de 1912, p. 3.

<sup>63</sup> “D. Cirilo foi nomeado coadjutor de D. Carlos, pelo Papa Pio X, tendo sido preconizado bispo titular de Eucárpia em 27 de março de 1905. Foi sagrado bispo em Diamantina em 7 de janeiro de 1906, por D. Joaquim Silvério de Souza”. Cf. MARIN, J. R., *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*, p. 134.

<sup>64</sup> *A Cruz*, n. 225, 2 de maio de 1915, p. 2.

agradou imenso ao auditorio”<sup>65</sup>. Ou ainda, a fim de “[...] se prepararem para esse grande acto, haverá um tríduo de conferências moraes, pelo Revdo. P. Luiz Montuschi”<sup>66</sup>. O salesiano esteve vinculado à redação d’*A Cruz* durante quase toda a década de 1910. “Aqui n’ ‘A Cruz’ saudamos o bom e fiel companheiro de todas as luctas em que nos empenhamos, desde o inicio de nossa folha até hoje”<sup>67</sup>. Por ocasião do aniversário de quatro anos do jornal, publicou um texto em que se colocava como ativo participante da redação.

Do madeiro sagrado sobre o qual morrera o homem de Deus tomando o nome e a inspiração revelou, desde o inicio aos redactores o ingrime caminho a trilhar, as dificuldades a vencer, e as luctas renhidas, inda que incruentas, que travar-se-iam. Fagueiro no entanto bruxoleava o ideal e repontavam victorias!... E os redactores animados por ellas e pelas lidimas alegrias que sempre a boa causa proporciona, submetteram-se jubilosos aos arduos labores da imprensa moral e christã. [...] O passado nos anima a novos cometimentos, continuem os bons auxiliando-nos pelo obulo e pela oração e o novo anno, que hoje iniciamos esperançosos, será fecundo de novas glorias e nos coroará com novos loiros... Avante!<sup>68</sup>

A última menção ao Pe. Montuschi no jornal *A Cruz* foi em 22 de abril de 1917, que dava notícia do retorno de viagem a Corumbá do “[...] antigo companheiro de luctas”<sup>69</sup>. Os salesianos deixaram de participar da redação d’*A Cruz* em meio às disputas políticas de 1916, por não concordarem com o fato de o jornal ter tomado posição nos conflitos, conforme carta de D. Malan ao Núncio Apostólico, monsenhor Nicolau Rocco, datada de 2 de dezembro de 1916.

V. Rma. já sabe que o Estado de Matto-Grosso está conflagrado e n’uma revolução que vai-se paulatinamente desenrolando e acentuando. No meio deste parvoroso estado de cousas e imprensa movimento e agita os partidos despertando as paixões dos ávidos do mando e do poder, tornando-se responsável de muitos crimes que já se deram; estando em véspera de outros mais graves. O jornal catholico ‘A Cruz’ não guardou aquella neturalidade que a prudência e o lugar exigiam, e, escripor, por alguns membros da Liga Catholica, deixou sua marcha de religioso e apologético e tornou-se apaixonadamente politico. Foi então que os Salesianos outróra colaboradores, e um d’elles assistente ecclesiastico, negaram-se em escrever em dito jornal, e prohibiram até

---

<sup>65</sup> *A Cruz*, n. 30, 2 de julho de 1911, p. 2.

<sup>66</sup> *A Cruz*, n. 72, 21 de abril de 1912, p. 4.

<sup>67</sup> *A Cruz*, n. 266, 27 de fevereiro de 1916, p. 1.

<sup>68</sup> *A Cruz*, n. 177, 15 de maio de 1914, p. 2.

<sup>69</sup> *A Cruz*, n. 324, 22 de abril de 1917, p. 1.

entrasse nos círculos juvenis com sede no Collegio de Cuiabá, pois a leitura era cusa de discussões inoportunas, temíveis e perigosas em Matto-Grosso. Há naturalmente quem estranhe este proceder e até faça comparações entre Salesianos e Franciscanos, cujo Superior da casa de Cuiabá, redactor chefe da 'A Cruz', tornou-se escravo de uns catholicos de nome, na realidade politiqueiros ferrenhos e imprudentes<sup>70</sup>.

A carta é reveladora em vários aspectos. Conforme é demonstrado adiante, *A Cruz* apoiou a causa do Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG)<sup>71</sup>, que era liderado por Pedro Celestino. O bispo Malan criticou não apenas a posição política do jornal, mas antes o envolvimento do jornal na política, na pessoa de frei Ambrósio Daydé. Tal fato motivou a saída dos salesianos da redação d'*A Cruz* e o abandono do cargo de assistente eclesiástico de Pe. Montuschi na LSCMT. Após o rompimento, a única informação posterior a essa data referente à atuação do salesiano Montuschi em Cuiabá é a de que foi pároco da Paróquia São Gonçalo no ano de 1917<sup>72</sup>. Pe. Luiz Montuschi faleceu na Itália, em 21 de agosto de 1931, aos 52 anos<sup>73</sup>.

Outro redator d'*A Cruz* em seus primeiros anos foi o professor Feliciano Galdino de Barros. Natural de Cuiabá, da localidade de Barranco Branco, nasceu em 9 de junho de 1884<sup>74</sup>. Foi aluno interno do Seminário da Conceição entre 1904 e 1906, onde concluiu seus estudos secundários. Segundo Biennès, a experiência de Galdino de Barros como aluno interno dos franciscanos foi fundamental para sua atuação de destaque na defesa do catolicismo em Cuiabá. Assim, "Não foi padre, mas sim um fervoroso católico e apóstolo leigo que, mais tarde, colaborou muito com os Frades"<sup>75</sup>. De acordo com Bruna Freitas, Galdino de Barros estudou no Rio de Janeiro<sup>76</sup>, no entanto, a pesquisadora não informa qual o curso em questão. Por outro lado, José de Mesquita dá a entender que ele não tinha formação em ensino superior, considerando-o um autodidata. Desse modo,

O seu decidido amor ao estudo, fazendo dele um autodidata, se manifesta no esforço de longos anos, tendo mesmo tentado cursar a Faculdade de Direito

---

<sup>70</sup> Archivio Secreto do Vaticano. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 161, Fascicolo 807.

<sup>71</sup> Doravante PRMG.

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.psaogoncalo.com.br/2014/03/nossa-historia.html>. Acesso em: 06 jul. 2015.

<sup>73</sup> *Anuário 2014*: Inspetoria Salesiana de Campo Grande, p. 73.

<sup>74</sup> GALVÃO, H. L., *Papas-bananas ilustres*: síntese biográfica, p. 104.

<sup>75</sup> BIENNÈS, D. M., *Missão Franciscana na Fronteira*, p. 36.

<sup>76</sup> FREITAS, B. M., *O fenômeno literário Luz e Sombras de Feliciano Galdino*, p. 9.



de S. Paulo, não levando avante o seu propósito por suas já precárias condições de saúde.

[...] O seu amor aos desprotegidos o fez tentar uma provisão de advogado, que o habilitasse a defende-los, além dos casos de simples medida liberatória que a lei faculta a qualquer cidadão. Não conseguiu o seu intento. Os operários, reconhecendo-lhe a dedicação, o fizeram Presidente da sua sociedade<sup>77</sup>.

De fato, além de escritor e professor, Galdino de Barros também defendeu os interesses dos trabalhadores. Em 1924, organizou, juntamente com Agrícola Paes de Barros<sup>78</sup> a fundação do *Partido Trabalhista de Matto Grosso*, que veio a público no ano de 1926: “O ‘Centro Operário’, fundado pelo professor Feliciano Galdino de Barros, que vem ha muito tempo livrando muitos pobres da escravatura, reuniu-se no passado, 20 de dezembro [de 1926] e resolveu fundar o ‘Partido Trabalhista’”<sup>79</sup>. Colaborou em diversos jornais cuiabanos ligados à causa operária, tais como *A União*, *O Fifó*, *A Capital* e *A Luz*, e ainda foi correspondente do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. Em 1923 publicou uma série de artigos no jornal *A Cruz*, denunciando as péssimas condições a que eram submetidos os trabalhadores das usinas de açúcar da região de Mata-Cavallós, nos arredores de Livramento/MT<sup>80</sup>. Ao findar a publicação de suas denúncias sobre a exploração de trabalhadores em condições análogas à escravidão, Galdino de Barros não poupou críticas ao governo do Estado, por ter contribuído com forças policiais aos usineiros para o uso da força contra os trabalhadores.

A classe operária é para se deixar escravizar, espoliar-se sem ter direito ao mais insignificante protesto. Os escravizadores fabricantes de eleições escravizam também o governo que entregando-lhes força, armas e munições para o massacre do pobre, conserva-se surdo aos clamores da viuvez e da orfandade de que tem sido causa a sua incompreensível passividade! Triste, tristíssima situação! Pobre Estado que rola para o abysmo!<sup>81</sup>

---

<sup>77</sup> MESQUITA, J. B. *Sessão de encerramento de 1939-1941*: Elogio fúnebre dos sócios falecidos, p. 158-159.

<sup>78</sup> Agrícola Paes de Barros nasceu em 1897, em Cuiabá. Foi médico e dentista, exerceu mandatos de verador, deputado estadual e federal. Como jornalista fundou e dirigiu os jornais *A Luz*, *O Fifó*, *A Plebe* e *O Brasil Oeste*, na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Faleceu em 1969. Cf. MENDONÇA, R. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 27.

<sup>79</sup> *A Capital*, n. 56, 19 de janeiro de 1926, p. 3. Aspas do autor.

<sup>80</sup> *A Cruz*, n. 583, 6 de agosto de 1922, p. 1-2.

<sup>81</sup> *A Cruz*, n. 596, 12 de novembro de 1922, p. 1.

Entre os membros da LSCMT, Galdino de Barros foi um dos que mais publicou n'A *Cruz*. Foram dezenas de textos em defesa da doutrina católica desde que passou a fazer parte da diretoria da associação católica em maio de 1913. Segundo Mesquita,

[...] foi um dos fundadores da Liga Católica [...] e do seu órgão *A Cruz*, que lhe deve os mais assinalados serviços. Pertenceu àquele grupo católico de 1910, que se organizou para entestar os que, na liga dos livre-pensadores, pelas colunas d'A *Reação*, combatiam as nossas crenças tradicionais [...] Feliciano, redator d'A *Cruz*, e orador da Liga, era dos mais estrênuos combatentes ao lado de frei Ambrósio, padre Aquino e padre Montuschi, Pereira Leite, Ferreira Mendes, Francisco Muniz, Joaquim Marques e outros<sup>82</sup>.

Em 1912 o jornal *A Cruz* menciona a participação de Galdino de Barros na redação: “Transcorreu a 8 do corrente o anniversario do seu natal o nosso valoroso amigo e companheiro de trabalho neste jornal, professor Feliciano Galdino”<sup>83</sup>. Em sua trajetória como professor, escritor, jornalista e líder católico, proferiu diversas palestras e discursos e era tido por grande orador. “O Sr. Prof. Feliciano Galdino de Barros expóz, com muito acerto e belleza de estylo, as qualidades que deve ter um joven catholico perante a Sociedade, sendo merecidamente aplaudido”<sup>84</sup>. Durante as comemorações dos três anos de existência da LSCMT, pronunciou o discurso intitulado *A necessidade da federação dos elementos catholicos*:

Por toda parte a propaganda activa contra a religião, o riso alvar da incredulidade pelas ruas, pelas praças, pelos cafés; os periodicos heterodoxos achincalhando a virtude e coroando o erro e o vicio.  
[...] Lembrai vos das nossas glorias passadas e erguei a cabeça!  
Uma lucha de vinte seculos é a garantia segura do nosso triumpho. Sim! O nosso passado de lucha e victorias continuas é a garantia perfeita do nosso completo triumpho nas luchas do futuro. Unamo nos<sup>85</sup>.

Os discursos de Galdino de Barros trazem consigo as representações de mundo presentes no programa editorial do jornal *A Cruz*. Ele também publicou diversos contos no jornal e alguns livros, entre eles, *Luz e Sombras*, *Lendas Mato-Grossenses*, *Cuiabana* e *O Perigo Yankee*<sup>86</sup>. A primeira obra foi considerada como um romance pioneiro na literatura

---

<sup>82</sup> MESQUITA, J. B. *Sessão de encerramento de 1939-1941: Elogio fúnebre dos sócios falecidos*, p. 158.

<sup>83</sup> *A Cruz*, n. 575, 11 de junho de 1912, p. 1.

<sup>84</sup> *A Cruz*, n. 90, 1º de setembro de 1912, p. 2.

<sup>85</sup> *A Cruz*, n. 129, 8 de junho de 1913, p. 2.

<sup>86</sup> MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 28.

mato-grossense e contrapõe catolicismo e Maçonaria, temas recorrentes nas páginas d'A *Cruz*, representando o contexto social da época, ou seja, os conflitos ideológicos entre Igreja católica e Maçonaria:

Luz e Sombras de Feliciano Galdino de Barros (1886-1938) foi publicado em 1917. [...] A obra narra a saga de uma família cristã, que carrega prontamente consigo os valores religiosos católicos. Como contraponto diegético aparece a seita maçom, representada categoricamente pelo estrangeiro Dom Amarante, desestabilizando a instituição familiar, de forma a ocasionar uma série variegada de perseguições, conflitos e tragédias. Essa estrutura maniqueísta será sustentada por Barros, com detalhes minuciosamente elaborados, visando acentuar a separação dos pólos antitéticos: catolicismo e maçonaria, representados respectiva e notadamente no próprio título: Luz e Sombras<sup>87</sup>.

Seu talento nas letras lhe valeu uma cadeira no Instituto Histórico de Mato Grosso, em 8 de janeiro de 1928<sup>88</sup>. Ainda nas décadas de 1910 e 1920, foi proprietário e diretor do Colégio São Francisco. Após 1925, seu nome continuou aparecendo nas páginas do jornal, sendo citado como membro da redação e por meio da publicação de artigos, contos e propaganda dos livros que escrevia. Faleceu em 30 de dezembro de 1938.

Destacou-se também como redator do jornal *A Cruz* o advogado Francisco Antunes Muniz. Nascido em 10 de março, não foi possível precisar o ano de seu nascimento, porém, provavelmente era da geração de João Carlos Pereira Leite, pois seu nome figura na *Gazeta Oficial* de Mato Grosso no ano de 1891 como membro da Guarda Nacional, no posto de “alferes Porta-bandeira”<sup>89</sup>. Em 1898, havia alcançado a patente de capitão<sup>90</sup>, posição que ocupou até 1912, conforme notícia publicada no jornal *O Matto-Grosso*: “Com destino ao Rio e Janeiro, seguiu no último pacote o capitão Francisco Antunes Muniz”<sup>91</sup>.

Antunes Muniz cursou Humanidades no Liceu Cuiabano, foi professor particular e antes de se formar em Direito no Rio de Janeiro, foi advogado provisionado em Cuiabá<sup>92</sup>, profissão que deve ter exercido juntamente com a de membro da Guarda Nacional.

---

<sup>87</sup> FREITAS, B. M., *O fenômeno literário Luz e Sombras de Feliciano Galdino de Barros*, p. 9.

<sup>88</sup> *Jubileu dos 90 anos do IHGMT (Jubileu de Álamo) – 1919-2009*, p. 52.

<sup>89</sup> *Gazeta Oficial*, n. 152, 25 de abril de 1891, p. 3.

<sup>90</sup> *Gazeta Oficial*, n. 1355, 22 de outubro de 1898, p. 4.

<sup>91</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1118, 7 de janeiro de 1912, p. 2.

<sup>92</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1243, 7 de junho de 1914, p. 3.

O Dr. Muniz, homem por si feito, iniciou a sua vida publica no magisterio particular, desde moço, educando a mocidade patricia em sua residencia a rua Barão de Melgaço. Annos depois fez-se advogado provisionado pelo nosso antigo Tribunal militando nesta comarca [...]. Mais tarde matriculou-se na Escola Livre de Direito da Capital da Republica, onde, com os seus proprios e parcos recursos conquistou o grau de Bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes, continuando aqui a sua advocacia até que, em 1917, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Coxim<sup>93</sup>.

Acerca de sua atuação como professor particular, foi possível encontrar um anúncio datado de 1895, que demonstra a grande erudição no domínio das letras: “Francisco A. Muniz leciona portuguez, francez, inglez e arthimetica em casa de sua residencia á rua Barão de Melgaço, n. 46”<sup>94</sup>. De acordo com os textos em sua homenagem publicados em jornais como *A Cruz* e *O Matto-Grosso*, depreende-se que era de origem não abastada. “Por mais que seja a paixão que inspira os seus desaffectedos, niguem podera negar as excelsas qualidades que o fazem conceituado em nosso meio social, onde por seu merito próprio, pelos seus esforços e intelligencia tem conquistado posição de destaque”<sup>95</sup>. Ou ainda: “É filho do seu trabalho, de sua tenacidade e de sua perseverança, elevando-se de si mesmo, a custa de heroicos sacrificios, nessa altura em que o admiramos, o que é para a geração contemporânea a mais bela lição que se lhe possa dar”<sup>96</sup>.

Em 1911 foi candidato a deputado estadual pelo Partido Progressista<sup>97</sup>. Em 1914, o Partido Progressista fundiu-se ao Partido Republicano Mato-Grossense, criado por Pedro Celestino em 1911<sup>98</sup>. O nome de Muniz constava no manifesto publicado pelas lideranças e membros do Partido Progressista, no qual comunicavam a fusão com o PRMG. A filiação partidária é um elemento importante para compreender os ataques sofridos em jornais como *A Reacção* e o *Debate*, que congregavam elementos do Partido Republicano Conservador. Antes de ser nomeado juiz de direito da Comarca de Coxim pelo então presidente do Estado, Caetano de Albuquerque, do PRMG, Muniz teve anulada a nomeação para juiz da Comarca de

---

<sup>93</sup>*O Matto-Grosso*, n. 2200, 30 de abril de 1931, p. 2.

<sup>94</sup>*O Matto-Grosso*, n. 818, 8 de dezembro de 1895, p. 4.

<sup>95</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1243, 7 de junho de 1914, p. 3.

<sup>96</sup>*A Cruz*, n. 218, 15 de março de 1915, p. 2.

<sup>97</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1105, 8 de outubro de 1911, p. 3.

<sup>98</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1240, 17 de maio de 1914, p. 1-2.

Aquidauana, por Joaquim da Costa Marques, do PRC<sup>99</sup>, caracterizando retaliação política por parte deste último e favorecimento por parte do primeiro. Consta, ainda, que semanas antes de assumir a Comarca de Coxim, Muniz exerceu o cargo de delegado de polícia em Cuiabá, igualmente por nomeação governamental<sup>100</sup>.

Assim como os demais redatores citados, foi um dos membros fundadores da LSCMT e também um dos mais ativos nas suas atividades, sendo eleito vice-presidente em maio de 1915. Durante os anos de 1910 e 1912, período em que fez constantes viagens ao Rio de Janeiro para finalizar seus estudos, foi citado pela redação como colaborador nas atividades do jornal: “Hoje pelo pacote Xingú, parte em demanda do Rio de Janeiro, o nosso confrade e companheiro de redacção Sr. Francisco A. Muniz, talentoso advogado de nosso foro”<sup>101</sup>. Nesse período, foi ainda representante da associação católica mato-grossense na capital federal, cargo de que foi incumbido na reunião inaugural da LSCMT<sup>102</sup>. Após finalizar seus estudos, colaborou com o jornal em atividades que exigiam conhecimentos jurídico e fiscal. “Aos nossos prezados assignantes reiteramos o nosso appello para pagarem a sua assignatura, nesta redacção ou na residencia do sr dr. Francisco Muniz, onde lhes será entregue o competente recibo”<sup>103</sup>. Por diversas ocasiões foi lembrado e exaltado pelo jornal: “Como confrade, o Dr. Muniz foi sempre intemerato defensor de nossos principios e de nossas crenças: A Liga Catholica e este jornal, lhe devem muito, sendo elle amigo fiel e generoso desde a primeira hora, salientando-se nas horas difficeis que as vezes temos atravessado”<sup>104</sup>.

Em 1916 foi vice-presidente da LSCMT e no ano seguinte foi eleito seu presidente, cargo que exerceu até o ano de 1921, sendo substituído por José de Mesquita. Em 1915, foi advogado de frei Ambrósio quando este foi processado por José da Costa Marques, dono do jornal *O Debate*. Segundo textos publicados n’*A Cruz*, coube a Muniz a liderança da guarda do seminário e da pessoa de frei Ambrósio quando houve a tentativa de invasão da redação e empastelamento do jornal.

---

<sup>99</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1269, 6 de dezembro de 1914, p. 3; *O Matto-Grosso*, n. 1289, 2 de maio de 1915, p. 2.

<sup>100</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1366, 29 de outubro de 1916, p. 3; *A Cruz*, n. 299, 29 de outubro de 1916, p. 1.

<sup>101</sup>*A Cruz*, n. 15, 15 de dezembro de 1910, p. 2.

<sup>102</sup>*A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 4; *A Cruz*, n. 610, 4 de março de 1923, p. 2.

<sup>103</sup>*A Cruz*, n. 214, 14 de fevereiro de 1915, p. 1.

<sup>104</sup>*A Cruz*, n. 218, 14 de março de 1915, p. 2.

Resta-nos agradecer os destemidos socios da Liga Catholica e os amigos dedicados d' 'A Cruz' cujos brios salvaguardaram os nossos direitos e a nossa honra. Deus lhe pague centuplicado neste e no outro mundo o que fizeram por nós.

Entre elles avulta o Exmo. Sr. Dr. Francisco Muniz d.d. Vice-Presidente da Liga; foi um destemido, um campeão decidido da bôa causa, foi um heroe! A elle a nossa admiração, a elle o nosso reconhecimento<sup>105</sup>.

Meses depois, quando os ânimos já haviam acalmado, a redação d'A *Cruz* lembrou os feitos de Muniz. Dessa vez, o texto foi mais claro quanto ao papel desempenhado por ele naquela ocasião de risco:

Quando, ha poucos mezes atraz, os perversos inimigos da nossa religião conjugando todos os seus poderes, pela penna e pelas armas ameaçavam enlutar a familia cuyabana, foi bela e digna dos maiores louvores a sua acção esmagadora, chamando a arregimentação e a postos todos os soldados da cruz para a defesa da nossa bandeira, e publicando a sua memoravel carta em que scientificava ao chefe revolucionario, estar a Liga Catholica aparelhada para medir as suas forças contra ele, em todos os terrenos.

[...] Salve, Dr. Muniz!<sup>106</sup>.

O teor da carta escrita por Francisco Muniz era pouco apaziguador: “[...] P. S. Como tambem sou um dos redactores da ‘A Cruz’, devolvo intactos os insultos e calumnias que o sr. dr. João da Costa Marques, atirára a redacção. Fique certo s. s.<sup>a</sup>, uma vez por todas, que na ‘A Cruz’ não ha pusillamines nem covardes”<sup>107</sup>. Conforme análise dos acontecimentos de 1915 e 1916, nota-se que grande parte do envolvimento político do jornal *A Cruz* teve participação direta de Francisco Muniz, desde os desentendimentos com Pereira Leite, as críticas ao governo Costa Marques e ao PRC e, ainda, o rompimento dos salesianos com a redação do semanário católico, segundo carta de D. Malan: “‘A Cruz’, tornou-se escravo de uns catholicos de nome, na realidade politiqueiros ferrenhos e imprudentes”<sup>108</sup>. Entre os *catholicos de nome e politiqueiros* criticados pelo bispo deveria estar Muniz.

Após 1916, Francisco Muniz viajava anualmente para Cuiabá e participava das festividades promovidas pela LSCMT, da qual se manteve como presidente mesmo residindo em outras localidades, sendo substituído por José de Mesquita apenas em 1921 e eleito vice-

---

<sup>105</sup> *A Cruz*, n. 233, 11 de julho de 1915, p. 2.

<sup>106</sup> *A Cruz*, n. 268, 12 de março de 1916, p. 1.

<sup>107</sup> *A Cruz*, n. 232, 27 de junho de 1915, p. 1.

<sup>108</sup> Arquivo Secreto do Vaticano. Indici 1153, Fondo della Nunziatura in Brasile, Busta 161, Fascicolo 807.

presidente honorário. Faleceu em 16 de abril de 1931, na cidade de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Todos os membros da redação do jornal *A Cruz* fizeram parte, em algum momento, da diretoria da LSCMT. Outro aspecto comum era que todos exerciam atividades remuneradas fora da redação do jornal, e o trabalho na redação era realizado em horários alternativos e de forma voluntária. Por fim, se forem desconsiderado os nomes de frei Ambrósio e padre Montuschi, o grupo que atuava mais diretamente na redação e nas publicações era formado por cidadãos de destaque na sociedade cuiabana, senão todos abastados, mas também letrados e ligados a partidos políticos. Pereira Leite era desembargador e foi eleito deputado federal pelo PRC; Feliciano Galdino, além de professor, foi diretor e proprietário do Colégio São Francisco, em Cuiabá, além de ter fundado o Partido Trabalhista; Francisco Muniz era advogado e exerceu o cargo de Juiz de Direito em diversas comarcas do interior do Estado, sendo também membro do Partido Progressista e PRMG. Foi esse grupo de católicos da elite cuiabana que, liderado por frei Ambrósio e alinhado com a postura ultramontana de D. Carlos, dirigiu o jornal *A Cruz* em seus primeiros anos e delineou o seu projeto editorial.

## **2.2) Os posicionamentos políticos do jornal *A Cruz***

Em seu projeto editorial, o jornal *Cruz* declarava-se neutro em questões políticas, contudo que faria oposição aos candidatos ligados à Maçonaria ou que se declarassem anticlericais ou não católicos, conforme exigia a Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil de 1910. No entanto, o jornal envolveu-se em acalorados debates políticos, o que marcou mesmo o rompimento entre membros da redação, ou ainda, o risco de ser empastelado. A posição política de alguns membros da redação e da diretoria da LSCMT contribuiu para que o discurso de neutralidade não funcionasse na prática. Nota-se nesse ponto que a dinâmica do campo político influenciou a postura do jornal, tendo em vista que alguns de seus redatores eram agentes inseridos nas acirradas disputas políticas locais.

Em 1910, ano em que *A Cruz* entrou em circulação, o presidente do Estado era Pedro Celestino Corrêa da Costa, do PRC, que gozava da simpatia do jornal e que governou até 15 de agosto de 1911<sup>109</sup>. Em 29 de junho 1913, fundou o PRMG, após desentender-se com seus partidários de PRC<sup>110</sup>, acirrando os embates políticos no Estado. O sucessor de Pedro Celestino

---

<sup>109</sup> FANAIA, J. E., *CELESTINO, Pedro*, p. 1315.

<sup>110</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1240, 17 de maio de 1914, p. 1.

foi Joaquim da Costa Marques, do PRC, que governou até 15 de agosto de 1915. No início de seu mandato, teve apoio d'A *Cruz*, porém, em fins de 1914 – período em que começaram as articulações para o próximo pleito eleitoral e devido à posição partidária de alguns membros do jornal – sofreu forte oposição, de modo que os ânimos se excederam a ponto de membros do governo tentarem empastelar o jornal e assassinar seu redator-chefe, frei Ambrósio Daydé.

O governo de Costa Marques tinha o seu órgão oficial na imprensa, o jornal *O Debate*, cujo proprietário era João da Costa Marques, primo do presidente do Estado. O surgimento do órgão do PRC tem a ver com frei Ambrósio e a LSCMT; o próprio João da Costa Marques era membro da associação católica<sup>111</sup> e considerado seu benfeitor fundador, pois foi um dos que contribuíram para a obtenção do prelo junto aos salesianos com quantia considerável (cf. Apêndice A). Em 17 de setembro de 1911, pouco mais de um mês da posse do governo Costa Marques, *A Cruz* publicou notícia sobre a mudança de seu prelo, para favorecer o surgimento do jornal *O Debate*. “Aviso: O nosso prélo passou, por algum tempo – até que chegue o d’*O Debate*, diário que em breve vai aparecer, – para a Rua Comandante Antonio Maria; mas como dantes a administração e redação d’*A Cruz*’ continuam no Seminário Archiepiscopal”<sup>112</sup>. Dias depois surgiu o novo jornal, cuja notícia foi amplamente divulgada nas páginas do periódico católico:

O Debate.

Na tarde de 20 do corrente, por entre as alegrias do partido republicano conservador, de que é orgam na imprensa do Estado, surgiu o diário O Debate, do qual, pelo seu programma e corpo redacional, e dado esperar que venha contribuir, – de um modo cabal e eficaz, para o progresso moral e material de nossa mui amada terra natal. O aparecimento de um jornal é sempre motivo de grande jubilo para um povo que, como o matto-grossense, comprehende ser elle um poderoso vehiculo que, com segurança, o póde conduzir até a realização das suas mais justas e nobres aspirações no caminho do bem e do progresso. Que seja bem aceito em todos os lares, como merece, e tenha uma longa existência, prospera e feliz, são os nossos mais ardentes votos<sup>113</sup>.

Os elogios a João da Costa Marques e ao governo continuaram nos anos seguintes. Apenas em maio de 1914, houve um desgaste na relação entre *A Cruz* e *O Debate*, encontrado em um editorial intitulado *A nossa attitude*, no qual jornal exprimiu, com pretensa neutralidade

---

<sup>111</sup> “Chegado pelo ‘Mattogrosso’ acha-se entre nós o nosso distincto amigo e consorcio o Exmo. Sr. Dr. João da Costa Marques, que já reassumi conforme o officio que dignou se mandar-nos, o cargo de Director da Inspectoria Agricola deste Estado que zelosa e dignamente exerce. Visitamol-o.” Cf. *A Cruz*, n. 25, p. 4, 14 de maio de 1911.

<sup>112</sup>*A Cruz*, n. 41, 17 de setembro de 1911, p. 2. Grifos do autor.

<sup>113</sup>*A Cruz*, n. 42, 24 de setembro de 1911, p. 2.



e algumas ressalvas, opinião positiva acerca do Partido Republicano Conservador e do governo<sup>114</sup>. No entanto, no mesmo número, há um aviso de reunião da diretoria, motivada por *tenção dos sócios*, dando indícios do racha pelo qual estava passando a diretoria da LSCMT, reflexo das tensões políticas entre os dois partidos, o PRC e o PRMG. Em 26 de julho, novamente *A Cruz* retomou o tema político, criticando o aumento das disputas entre os dois partidos<sup>115</sup>. Em setembro, além de uma crítica direta ao presidente Joaquim da Costa Marques, por ele não ter punido o professor e diretor da Escola Normal, Gustavo Kulmann – membro do PRC, livre pensador e maçom, que negou ordem do presidente da República de hastear a bandeira nacional a meio-mastro por ocasião da morte do Papa Pio X<sup>116</sup> –, surgiram constantes publicações em defesa de João Carlos Pereira Leite, que estava no Rio de Janeiro e era alvo de ataques do jornal *A Reacção*. Segundo *A Cruz*, isso aconteceu por ordem de Joaquim Caracciolo, liderança do PRC que não via com bons olhos a candidatura de Pereira Leite pelo partido conservador<sup>117</sup>. Pereira Leite chegou a Cuiabá em 23 de outubro e foi recebido festivamente por membros da LSCMT, da qual era o presidente, e por representantes do PRC, partido a que pertencia<sup>118</sup>.

Em 22 de dezembro, *A Cruz* publicou o artigo *Pá de cal*, que satirizava Gustavo Kulmann, que dias antes distribuira panfleto informando que não mais pertenceria à LMLP e à redação do jornal *A Reacção*, porém sem abandonar seus princípios<sup>119</sup>. A liga dos livres pensadores já dava sinais de desgaste e o jornal anticlerical não era publicado com regularidade, dando indícios de que passava por dificuldades financeiras. O artigo, escrito em tom irônico e provocativo, representava mais do que o triunfo sobre Gustavo Kulmann; era o triunfo sobre os livres pensadores e o jornal anticlerical *A Reacção*.

Com um enorme osso atravessado na garganta, estrebuchando nas vascas de uma agonia longa, delirante, morreu ‘A Reacção’.

---

<sup>114</sup>*A Cruz*, n. 176, 3 de maio de 1914, p. 1.

<sup>115</sup>*A Cruz*, n. 186, 26 de julho de 1914, p. 1.

<sup>116</sup>*A Cruz*, n. 193, 13 de setembro de 1914, p. 2.

<sup>117</sup> Nos arquivos consultados não foram encontrados os exemplares d’*A Reacção* que tratam dos ataques a João Carlos Pereira Leite. Com relação ao ano de 1914, estão disponíveis para consulta no Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDHIR) e no portal da Hemeroteca Digital Brasileira apenas os exemplares n. 25 (janeiro) e n. 14 (outubro). A informação dos referidos ataques foi consultada no jornal *A Cruz*. Cf. *A Cruz*, n. 194, 2 de setembro de 1914, p. 2.

<sup>118</sup>*A Cruz*, n. 199, 31 de outubro de 1914, p. 2.

<sup>119</sup>*A Cruz*, n. 202, 22 de novembro de 1914, p. 2.

[...] A Liga Catholica continuará a sua marcha luminosa, vencendo todos os obstaculos e espancando as trevas que a ignorancia e o erro se esforçaram em perpetuar. – Hoje, mais do que nunca está ella aparelhada para alcançar o seu ideal mais sublime e nobre que todos os interesses<sup>120</sup>.

As reações à publicação do artigo *Pá de cal* foram imediatas e partiram de membros da própria redação d'*A Cruz*. No dia 26 de dezembro, Pereira Leite e Freitas Coutinho<sup>121</sup>, ambos pertencentes à LSCMT e ao PRC, publicaram carta no jornal *O Debate*, comunicando suas desfiliações da associação católica, por não concordarem com a publicação do artigo. Considerando que Coutinho fazia parte do governo Costa Marques e que Pereira Leite pleiteava sua candidatura e deputado estadual, é possível que preferissem evitar atritos com seus correligionários de partido. Nesse sentido, as considerações de Maria Aparecida Aquino são pertinentes. Para a autora, a produção de um periódico envolve uma complexa relação no interior das redações e que reflete diretamente no conteúdo publicado.

O que se publica é fruto de uma diversidade de relação que incluem referenciais diferentes. Há uma linha editorial do periódico que carrega consigo interesses sociais nele representados pelo grupo que o domina. Há o trabalho do repórter/jornalista/editor/redator/colaborador que, além de seus próprios pressupostos sociais, realiza um exercício de aproximação/distanciamento em relação à linha editorial que pode ser mais ou menos claramente definida pelo órgão de divulgação. Localiza-se num artigo/coluna assinada/editorial, portanto, uma trama de relações sociais, ao mesmo tempo, complexas e difusas<sup>122</sup>.

Nesse mesmo sentido, nota-se que alguns membros da redação se distanciaram do projeto editorial do jornal ao tentar sobrepor seus interesses políticos sobre ele e acabaram por romper com a LSCMT e o corpo redacional d'*A Cruz*. Os desdobramentos seguintes só fizeram aumentar as acusações entre os membros da antiga diretoria da Liga Católica, por meio de cartas e artigos publicados em *A Cruz* e *O Debate*. Freitas Coutinho e Pereira Leite culpavam Francisco Muniz, do PRMG, de ser o autor do artigo *Pá de cal* e que o fez por interesses políticos. Do lado contrário, frei Ambrósio e Francisco Muniz acusavam Freitas Coutinho e Pereira Leite de terem tentado articular um acordo para angariar apoio d'*A Cruz* à causa do PRC.

---

<sup>120</sup>*A Cruz*, n. 202, 22 de novembro de 1914, p. 2. Grifos do autor.

<sup>121</sup> José Julio de Freitas Coutinho, escritor e advogado, fazia parte da diretoria da LSCMT e exercia o cargo de Procurador Geral do Estado desde janeiro de 1914, por nomeação de Joaquim da Costa Marques. Cf. *A Cruz*, n. 160, 11 de janeiro de 1914, p. 1.

<sup>122</sup>AQUINO, M. A., *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*, p. 1.

A politica, um dos mais poderosos fermentos de discórdias aprestava-se a invadir a nossa associação. O Dr. J. J. de Freitas Coutinho, de acordo com Desembargador Pereira Leite que, talvez não previu as tristes consequências desse acto, foi levar secretamente a solidariedade ou a aproximação da “A Cruz”, aos proceres da sua politica, prometendo-lhes não só o silencio quando nossos adversarios fossem de sua parcialidade, mais ainda a harmonia ás suas ideias por parte do órgão catholico.

[...] Mas, o referido artigo (Pá de cal) foi o cajado que tocou a sarça da trama e pactos secretos. O conspirador ingrato consciente ou inconscientemente trahidor sahio a lume...<sup>123</sup>.

As acusações recíprocas demonstram o quanto os interesses políticos influenciavam alguns membros da diretoria, que propuseram o fim da autonomia da redação em questões políticas. Vale citar ainda a acusação feita por Muniz em carta aberta a Pereira Leite, escrevendo que ele traía seus correligionários da LSCMT, visando a obter ganhos políticos.

S. S.<sup>a</sup> ao lhe acenarem com uma cadeira na representação nacional, modificou, ao que parece o seu modo de pensar quanto ás cousas da actualidade, mas disso não deu conhecimento á Liga, nem a quem traça estas linhas, como prometeu.

[...] O meu estimado, mas fraco confrade, perdoe-me a irreverencia, desde que aqui aportou veiu com idéa firme de abandonar a Liga Catholica, que suppunha não lhe servir mais para seus fins politicos. E tanto isto é verdade, que S. S.<sup>a</sup> não pisou até hoje os umbrais da sede da Liga e, sem ouvir a directoria, sem se entender commigo e o Rv.mo Frei Ambrosio, ditava ordens absurdas por intermedio do Sr. Dr. Freitas Coutinho, pessoa de sua inteira confiança, no sentido de lançar a *A Cruz* aos azares da politica<sup>124</sup>.

O parecer de Muniz sobre os interesses de Pereira Leite estarem acima dos da LSCMT é pertinente, visto que o artigo *Pá de cal* não destoava do viés polêmico adotado pelo jornal *A Cruz* para com o jornal *A Reacção*, do qual recebia tratamento semelhante. Portanto, Pereira Leite utilizou a publicação do artigo como um alibi para a sua desfiliação da associação católica e assim consolidar seu prestígio político no PRC. Antes disso, houve uma tentativa fracassada de alinhar os interesses do jornal aos do Partido Republicano Conservador. Nesse ponto, Muniz ressalta a pessoa do arcebispo D. Carlos, que de acordo com os estatutos da LSBMT, era o último responsável pelos assuntos do jornal. “A prevalecer tão esdruxula idéa, nem S. Exc.

---

<sup>123</sup>A *Cruz*, n. 206, 20 de dezembro de 1914, p. 2.

<sup>124</sup>A *Cruz*, n. 206, 20 de dezembro de 1914, p. 3.

Rv.m<sup>a</sup> o Sr. Arcebispo teria mais acção no órgão catholico. Principios e doutrinas catholicas, sem o beneplacito de leigos politicos não poderiam ser divulgados”<sup>125</sup>.

A presença de Muniz como representante do PRMG não deve ser ignorada; seus interesses políticos provavelmente influenciaram na negativa da ideia de adequar o conteúdo d’*A Cruz* aos interesses do partido de oposição ao seu. Tais embates ocorreram no primeiro semestre de 1914. Assim, o aviso publicado em 3 de maio, convocando os membros da diretoria da LSCMT para reunião, visando a resolver as tensões entre os sócios, se referia às discussões que culminaram no racha entre a diretoria da liga católica e a redação do jornal católico. Nos meses seguintes, a situação se acalmou, havendo inclusive a reconciliação entre a redação da *A Cruz* e o então deputado federal Pereira Leite.

Os primeiros sinais de desgaste na relação entre *A Cruz* e *O Debate* ocorreram em janeiro de 1914, ocasião em que o jornal católico publicou editorial criticando o periódico governamental por ter publicado elogios a Elizalde – um ex-padre chileno convertido ao positivismo que estava em Cuiabá realizando conferências em praça pública sobre o tema e tecendo críticas à Igreja Católica – e, ainda, por ter utilizado o termo *seita Romana* para se referir à Igreja Católica<sup>126</sup>. A presença de Elizalde movimentou o grupo católico de Cuiabá a ponto de a LSCMT, juntamente com D. Carlos e D. Aquino, organizar conferências em defesa do catolicismo e publicar dezenas artigos contra o positivismo no periódico *A Cruz*. No ano seguinte, no mês de março, o coronel Cândido Mariano Rondon foi recebido festivamente em Cuiabá pelas autoridades governamentais pertencentes ao PRC. Em 1912, o coronel havia criticado a catequização indígena pelos salesianos em Mato Grosso e desde então recebia críticas do jornal. Por ocasião da visita de Rondon, *A Cruz* publicou longo editorial, criticando a pessoa do coronel, sua visita a Cuiabá e a recepção a ele dedicada<sup>127</sup>. Por sua vez, o jornal *O Debate* publicou editorial, criticando o periódico católico, fazendo crescer a rivalidade entre o PRC, partido que representava, e a redação d’*A Cruz*<sup>128</sup>. A polêmica seguiu até início de abril.

Em maio surgiu nova polêmica entre *A Cruz* e *O Debate*, e desta vez com consequências mais sérias. João Villas Bôas, recém-chegado do Rio de Janeiro, onde cursara Direito, membro do PRC e Chefe de Polícia nomeado pelo governo estadual, publicou um artigo, zombando da atividade missionária dos franciscanos, conforme relato de Biennés.

---

<sup>125</sup> *A Cruz*, n. 206, 20 de dezembro de 1914, p. 3.

<sup>126</sup> *A Cruz*, n. 162, 25 de janeiro de 1914, p. 1.

<sup>127</sup> *A Cruz*, n. 218, 14 de março de 1915, p. 1.

<sup>128</sup> Cf. *A Cruz*, n. 219, 21 de março de 1915, p. 1.

Em 1915, a luta [entre o PRC e o PRMG] ia bastante acirrada, e um jovem advogado, recém-formado, foi nomeado Chefe de Polícia. Foi apelidado de ‘bacharelzinho’. No jornal do Partido do Governo ele escrevia ataques à religião.

[...] No começo do mês de maio de 1915 publicou-se neste jornal o reclame de um produto farmacêutico chamado Protosan. A propaganda dizia que era para curar a ‘peste de cadeira’ (raiva do gado e outros animais). Aproveitando este reclame, o “bacharelzinho” escreveu um artigo onde se lia: ‘De agora em diante não veremos mais frades barbudos montando burros descarnados mercadejando os sacramentos pelo sertão’<sup>129</sup>.

A resposta do jornal *A Cruz* veio em 6 de junho, com o artigo *As Boas do Villão*. Nele, há ataques diretos a Villas Boas, que segundo o jornal valia-se de um porco como montaria.

Chegou o *protosan*, o momentoso *protosan*. [...] Chegou, felizmente, e não teremos mais o *assustador encontro de barbados franciscanos de surradas vestes, que mercadejam sacramentos, escarranchados sobre o lombo descarnado de bois idosos*.

E será este talvez o resultado mais apreciável do precioso específico. Na verdade, por falta de cavalos montava-se em tudo: em vaccas, (magras sobretudo) em bodes, (especialmente no *preto*) e até em porcos!...

Sim, senhores, até em porcos! Aqui mesmo nesta adiantada Capital conhecemos um *proto*, (não é um *proto san*) que vae sempre montado em porco.

Quando tomou *bomba*, no Rio, montou no porco.

Quando viu o franciscano montado no boi, montava ele um porco.

E quantas vezes rodou nas ruas de sua bôa *Villa* com seu porco?

Chegou felizmente o famoso específico e o nosso *proto* comprará de certo um cavallo<sup>130</sup>.

A partir de então, frei Ambrósio passou a ser atacado diariamente nas páginas d’*O Debate*. E cada vez mais os ataques se valiam de ameaças, palavras depreciativas sem meios termos. Em 13 de junho, frei Ambrósio publicou carta aberta em *A Cruz*, intitulada *Simplex Reparos*, criticando o governo Costa Marques por ter nomeado Chefe de Polícia “[...] um individuo jaez, vadio, embebedado e sem precedente algum que o recomente”<sup>131</sup>. E lembrava João da Costa Marques, Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do governo estadual, de que por dois anos *O Debate* fora impresso no prelo pertencente à LSCMT. Sendo assim, ele estava descumprindo sua palavra de honra dada na presença de D.

---

<sup>129</sup> HERAIL, F. M., *A epopéia missionária da Ordem Terceira Regular no Mato Grosso – 1904-1979*, p. 20. Grifos do autor.

<sup>130</sup> Cf. *A Cruz*, n. 229, 6 de junho de 1915, p. 3. Grifos do autor.

<sup>131</sup> Cf. *A Cruz*, n. 230, 13 de junho de 1915, p. 1.

Carlos, Pereira Leite e Ferreira Mendes, de que retribuiria os serviços prestados pela associação católica<sup>132</sup>.

Por sua vez, *O Debate* publicou editorial intitulado *Reparos ao simples*, defendendo o governo Costa Marques, exaltando João Villas Bôas, ameaçando frei Ambrósio e acusando-o de agir por interesses do PRMG, conforme edição d'*O Debate* de 15 de junho:

Aos insultos grosseiros atirados sobre o nosso companheiro de redação, será dada a devida resposta por ele, lamentamol-o somente por este trabalho, pois terá de affundar-se na llama, se não quizer pegar o Faydé com a ponta de um pau bem comprido, e com outro, comprido também, applicarlhe o correctivo. A nós cabe somente agarral-o pela barbinha ensebada de brilhantinas baratas e dizer lhe que este jornal não é o orgam do governo mas sim do Partido Republicano Conservador, contra, o qual frei Ambroide macheavelica e ingloriamente já tomou e desenvolveu uma guerra nas trevas, servindo-se de instrumento passivo aos manejos de polliticos activos pouco escrupulosus<sup>133</sup>.

Os ataques ao frade satirizavam seu nome e sua barba, que era comparada com a de um bode. *O Debate* também fazia questão de relembrar o fato de o governo francês ter proibido as atividades da OTR naquele país, culminando com a vinda dos franciscanos para Mato Grosso, e tomava o evento como uma expulsão.

O sádico fradalhaço de caprinas barbas, Azeite Dendê, abespinnou-se deveras. E quando esse satyro se zanga, não è homem de meias medidas, que ofenda a um ou a dois, murchando as vastas orelhas, orneia, e atira couces aos quatro ventos, batendo, maltratando, ferindo, com os cravos da sua ferradura quem lhe passa perto.  
[...] Malcreado e petulante, não olha para traz e não se recorda da merecida expulsão que soffreu de sua patria, e arregaçando a sebosa sotaina, de duvidosa cor e cheiro asfixiante arranca tudo quanto *bodum* intellectual lhe enche a cachola siplytica e atira sobre as pessoas de bem, procurando contagial-as da morphéa moral que o corróe<sup>134</sup>.

Nesse ínterim, o arcebispo D. Carlos escreveu carta de apoio ao frei Ambrósio e mandou publicá-la no jornal *A Cruz*. Além de defender a índole do franciscano e repudiar os ataques do *O Debate*, reafirma a versão apresentada por frei Ambrósio sobre o empréstimo do prelo,

---

<sup>132</sup> De acordo com o histórico apresentado por frei Ambrósio, em 1911, João da Costa Marques solicitou à LSCMT o empréstimo do prelo d'*A Cruz* para imprimir *O Debate*. Para avaliar o pedido, foi realizada reunião com alguns membros da diretoria: frei Ambrósio, assistente eclesiástico, Ferreira Mendes, presidente, Pereira Leite, vice-presidente, e, ainda, com a presença de D. Carlos.

<sup>133</sup> *O Debate*, n. 1[?]55, 15 de junho 1915, p. 1.

<sup>134</sup> *O Debate*, n. 1[?]55, 15 de junho 1915, p. 3.

salientando que “Sendo eu contrário a esse empréstimo, veio me procurar o Sr. João da Costa Marques acompanhado de V. Rvma. e disse me textualmente: “Dom Carlos, conte commigo. ‘O Debate é minha propriedade e eu saberei cumprir o que tenho prometido’”<sup>135</sup>. A afirmação de D. Carlos de que não concordara de início com o empréstimo para a aquisição do prelo evidencia sua autoridade nas questões do jornal, conforme previam os estatutos da LSCMT, pois o pedido de Costa Marques só foi atendido após autorização do arcebispo, ao mesmo tempo em que demonstra que ele não via com bons olhos o envolvimento do jornal com o Partido Republicano Conservador, visto ser *O Debate* o órgão oficial daquele partido. Por fim, a posição do prelado deu o aval para que frei Ambrósio não recuasse diante das ameaças, que estavam se aproximando das vias de fato.

Além da carta, *A Cruz* publicou na edição de 20 de junho um artigo intitulado *Rebatendo*, refutando cada uma das acusações d’*O Debate* e outro dedicado a Costa Marques, *Cortando... o Sr. João da Costa*. Por sua vez, o jornal do PRC de 22 de junho publicou editorial, lamentando a posição de D. Carlos.

Não é de hoje que o frade Ambrósio Daydé é conhecido por toda a população mato-grossense como um libertino, como um satyro amante de bebidas alcoolicas.

Estranhamos que s. exc. o sr. Arcebispo ignore todas essas cousas pois, aqui nesta cidade, não ha quem desconheça as accusações dessa natureza, que em todas as camadas sociaes se fazem áquelle frade que tanto tem contribuido para o descredito da Religião Catholica em nosso meio<sup>136</sup>.

Em outra passagem, o articulador cita a diminuição do número de fiéis nas missas da Catedral, acusando D. Carlos de ficar trancado em seu palácio episcopal. “S. exc. vive trancado no seu Palacio Archiepiscopal e por isso não percebe o sussurro popular q em todos os angulos desta cidade se levanta contra o frade Ambrosio Daydé”<sup>137</sup>. Ao final da carta, surge pela primeira vez a ameaça de morte ao frei Ambrósio. “Pois bem, Aqui estamos de atalaia, e não consentiremos que o sr. frei Ambrósio Daydé continue nos seus ataques pessoaes a membros do governo do nosso Estado e, por todos os meios sejam elles quaes forem, havemos de embargar-lhe o passo”<sup>138</sup>. A resposta do jornal *A Cruz* veio em edição praticamente toda dedicada a rebater e atacar as acusações d’*O Debate*. Na primeira página, além da publicação

---

<sup>135</sup>*A Cruz*, n. 231, 20 de junho de 1915, p. 1. Grifos do autor.

<sup>136</sup>*O Debate*, n. 1[?]61, 22 de junho de 1915, p. 1.

<sup>137</sup>*O Debate*, n. 1[?]61, 22 de junho de 1915, p. 1.

<sup>138</sup>*O Debate*, n. 1[?]61, 22 de junho de 1915, p. 1.

de uma carta de Francisco Muniz, presidente em exercício da LSCMT, após a renúncia de Pereira Leite, há a publicação de cartas de apoio a frei Ambrósio, remetidas de Cáceres, Corumbá, Livramento e do Centro da Boa Imprensa, em Petrópolis, demonstrando que o litígio havia excedido as fronteiras de Cuiabá e chegado até o Rio de Janeiro. Ressaltou-se também o apoio recebido de D. Carlos, defendendo-o da acusação de que pouco sabia do que se passava na Arquidiocese, afirmando que o prelado “[...] sabe *tin-tin* por *tin-tin* quando fazem e praticam os curas d’almas, e, com zelo e vigilância assídua, não deixa de cumprir este principal de seus deveres”<sup>139</sup>. Quanto às ameaças de violência:

Si ‘O Debate’, porque caudilho de um grande mandatário, vier pela prepotencia e pelas armas, mesmo assim o esperamos – SOMOS HOMENS TAMBÉM”... em todo caso, aqui estamos para lhe apresentar o peito e dizer-lhe: cahimos martyres e não vencidos; e desde já, perante o povo e perante a lei, o Dr. João da Costa Marques é responsável por qualquer violência que nos seja feita<sup>140</sup>.

Por fim, o jornal acusava a Maçonaria de estar infiltrada na redação d’*O Debate* com fins de aniquilar o periódico católico. Nesse contexto de ameaças, houve a tentativa de assassinato de frei Ambrósio. Segundo relato d’*A Cruz*, no dia 27 de junho, um domingo de madrugada, frei Ambrósio, por orientação de D. Carlos, deixou de celebrar a missa das 4h30min na Catedral, sendo substituído por outro franciscano. Após a missa, seis indivíduos armados e acompanhados de longe por João da Costa Marques, aguardavam a saída do frade e ao perceberem que não se tratava de frei Ambrósio, retornaram na missa das 8 horas, sem sucesso. Após a notícia se espalhar por Cuiabá, Costa Marques teria ido ao encontro de D. Carlos, solicitando retratações formais por parte de frei Ambrósio. No dia seguinte, encaminhou carta ao franciscano, reiterando sua solicitação de retratação formal. A resposta do frade, por escrito, aconteceu no mesmo dia e ele se negava a fazer o pedido de desculpas, pois havia sido *O Debate* que primeiro destratou sua pessoa e, portanto, caberia primeiramente a João da Costa Marques um pedido formal de desculpas<sup>141</sup>.

Diante da negativa de frei Ambrósio, Costa Marques teria ido, na quarta-feira, dia 30, à localidade de Rio Abaixo contratar homens armados para invadir o seminário e assassinar frei Ambrósio. Neste ínterim, o Seminário da Conceição fora ocupado desde domingo por sócios da LSCMT e outros indivíduos solidários ao frei Ambrósio. No dia 29, o próprio D. Carlos foi

---

<sup>139</sup>A *Cruz*, n. 232, 27 de junho de 1915, p. 1.

<sup>140</sup>A *Cruz*, n. 232, 27 de junho de 1915, p. 2. Maiúsculas do autor.

<sup>141</sup>A *Cruz*, n. 233, 11 de julho de 1915, p. 1.



ao seminário propor ao frade que se dirigisse ao Palácio Episcopal, pois que ali seria preservado, por se tratar da residência do arcebispo. Frei Ambrósio negou a oferta e no dia seguinte a porta da residência de D. Carlos amanheceu suja de “immundicies”<sup>142</sup>. Importante salientar que o Chefe de Polícia era João Villas Bôas e que o presidente Joaquim da Costa Marques não estava em Cuiabá. Vendo-se em situação de perigo, frei Ambrósio e seus partidários telegrafaram ao Centro da Boa Imprensa no Rio de Janeiro.

A situação não podia ser mais crítica; as auctoridades não agiam. Certo é que não havia garantias. Appellamos para o Rio de Janeiro.

A redacção d’*‘A Cruz’* telegraphou para o Centro da Bôa Imprensa que passou o telegramma ao Exc. Sr, Presidente da Republica. O Ministro e o Consul da França foram igualmente avisados. Por sua parte o Exm. Sr. Arcebispo scientificara de tudo o Sr. Presidente, O Nuncio Apostolico e o Cardeal Arcoverde.

[...] O Exm. Sr. Presidente da Republica enviava na integra o telegramma do Sr Arcebispo ao Governo do Estado. O Dr. Ferreira Mendes, por sua vez, telegraphava ao Sr. Dr. Presidente do Estado, em S. Luiz de Caceres. A resposta foi imediata e enérgica [...].

Logo o Exm. Sr. Secretario do Interior enviou um emissário com carta e copias dos telegramas em S. Antonio para avisar o Sr. João da Costa Marques e ordens fulminantes para que se lhe recuasse homens<sup>143</sup>.

Após a situação se acalmar, o litígio entre frei Ambrósio e Costa Marques foi para a esfera jurídica. O jornal *O Debate* deixou de circular em 1915, não sendo possível afirmar se houve ou não interferência da disputa com *A Cruz* para o seu fechamento. Em outubro, as relações com Pereira Leite foram retomadas e ele participou de reunião com lideranças católicas no Seminário de Conceição contra a aprovação de um decreto que reformaria o ensino em detrimento da educação religiosa<sup>144</sup>.

Em 15 de agosto, assumiu a presidência do Estado o general Caetano Manuel Faria de Albuquerque, do PRC. O fato foi celebrado pela redação da *A Cruz*: “Com a ascensão de S. Ex. ao poder, ressurgue para o Estado a paz, a ordem a justiça que Matto Grosso ha dois anos vem reclamando em vão”<sup>145</sup>. O jornal *A Cruz* apoiou o governo de Caetano de Albuquerque até a sua deposição pela Assembleia Legislativa, no episódio que ficou conhecido como *Caetanada*. Desde o rompimento de Pedro Celestino com o PRC e a criação do PRMG, a situação política

---

<sup>142</sup>*A Cruz*, n. 233, 11 de julho de 1915, p. 2.

<sup>143</sup>*A Cruz*, n. 233, 11 de julho de 1915, p. 2.

<sup>144</sup>*A Cruz*, n. 245, 3 de outubro de 1915, p. 1.

<sup>145</sup>*A Cruz*, n. 233, 15 de agosto de 1915, p. 2.

de Mato Grosso permanecia tensa, com o risco iminente de lutas armadas. Em 30 junho de 1916, após uma série de desentendimentos com seus correligionários de partido e perante o risco de eclodirem combates armadas, Albuquerque solicitou à Assembleia Estadual licença de três meses e teve o pedido atendido em 3 de julho. Nesse espaço de tempo, o PRMG manifestou solidariedade a Albuquerque, que desistiu de sua licença em 20 de julho.

A composição da Assembleia era de maioria conservadora, com apenas um deputado do PRMG. Como retaliação à desistência do mandatário, os deputados aceitaram denúncia de Aníbal de Toledo e iniciaram um processo de *impeachment*, em 11 de setembro. Além disso, alegando falta de segurança, eles transferiram a Assembleia Estadual para Corumbá. Nesse ínterim, ocorriam lutas armadas em alguns pontos do Estado. O impedimento foi aprovado em 3 de novembro. No entanto, Albuquerque obteve um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal que o manteve no cargo. Entrementes, os combates armados continuavam em vários pontos, de norte a sul<sup>146</sup>.

Diante da gravidade da situação, o presidente da República, Venceslau Brás, decretou, com autorização do Senado, intervenção federal em Mato Grosso em 10 de janeiro de 1917. Caetano foi substituído pelo interventor federal Camilo Soares em 9 de fevereiro<sup>147</sup>. Durante todo o tempo que durou o impasse, *A Cruz* publicou várias notícias, sempre em apoio a Caetano de Albuquerque. O jornal *O Matto-Grosso*, que desde o rompimento de Pedro Celestino com o PRC era o órgão oficial do PRMG, publicou notícia que revelava que houve um envolvimento maior dos membros da redação da *A Cruz* na defesa de Albuquerque. No dia em que foi concedido o *habeas corpus* ao mandatário estadual a executiva do PRMG promoveu manifestação em seu favor. Houve passeata pela cidade, com visitas às redações de jornais, incluindo *A Cruz*. “Proseguindo a sua marcha dirigiu-se os manifestantes ás redacções dos jornaes, fallando pelo [...] ‘O Povo’ o dr. Barnabé de Mesquita e pela ‘A Cruz’ o dr. Francisco Muniz”<sup>148</sup>. Importante salientar que foi no curto governo de Albuquerque que José de Mesquita foi nomeado Diretor da Secretaria do Governo<sup>149</sup>; ele era membro do PRMG<sup>150</sup>. Igualmente membro do PRMG, Francisco Muniz foi nomeado Chefe de Polícia e depois juiz da Comarca

---

<sup>146</sup> MARTINS, D., *A poeira da jornada - memórias*, p. 40-47. FANAIA, J. E., *ALBUQUERQUE, Caetano de*, p. 140.

<sup>147</sup> FANAIA, J. E., *ALBUQUERQUE, Caetano de*, p. 140.

<sup>148</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1360, 12 de novembro de 1916, p. 3.

<sup>149</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1360, 17 de setembro de 1916, p. 3.

<sup>150</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1365, 23 de outubro de 1916, p. 1.

de Coxim<sup>151</sup>, sendo também o advogado de Albuquerque no processo de *impeachment* promovido pela assembleia estadual<sup>152</sup>. Em 1916, Mesquita e Muniz pertenciam à LSCMT, o primeiro colaborava com o jornal *A Cruz* e o segundo era presidente da associação católica e membro da redação do jornal.

Camilo Soares renunciou à interventoria em 22 de agosto de 1917, “[...] sendo substituído por Cipriano da Costa Ferreira, mas voltou a ela entre 30 de novembro de 1917 e 22 de janeiro de 1918, quando tomou posse dom Francisco de Aquino Correia.”<sup>153</sup>. Ao longo dos meses de seu mandato, *A Cruz* fez oposição moderada, lamentando a saída de Caetano sem deixar de exaltar que a intervenção federal trouxe o fim dos conflitos armados. Por sua vez, o general Cipriano da Costa Ferreira foi exaltado pelo jornal. Ele se declarava católico e participou da festa de aniversário dos sete anos d’*A Cruz*<sup>154</sup>; em Cuiabá era o comandante da Circunscrição Militar<sup>155</sup>.

Após as intervenções federais, o presidente Venceslau Brás negociou com os dois partidos mato-grossenses um nome que agradasse a ambos. Ficou decidido que o bispo D. Aquino governaria Mato Grosso no quadriênio 1918-1922. Em 14 de outubro de 1917, o jornal *A Cruz* publicou editorial exaltando a escolha feita pelos partidos, sem deixar de lamentar os acontecimentos que culminaram no fim do mandato do general Caetano de Albuquerque<sup>156</sup>. O sucessor de D. Aquino foi Pedro Celestino, figura bem vista pela redação d’*A Cruz*, que governou até outubro de 1924, tempo em que frei Ambrósio já havia recebido a notícia de que deixaria Cuiabá. Por fim, é importante salientar que na campanha presidencial de 1921 e 1922 o jornal fez campanha a favor de Artur Bernardes e contra Nilo Peçanha, por este ser maçom. Tal postura, além de refletir a orientação editorial do jornal e o contexto de embates entre Igreja Católica e Maçonaria que marcou o início do século XX, seguia as diretrizes da Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil e do Centro da Boa Imprensa.

A análise da posição política do jornal *A Cruz* ao longo da década de 1910 e início de 1920 demonstra que, a despeito do discurso de neutralidade que seus redatores sustentavam, o

---

<sup>151</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1366, 29 de outubro de 1916, p. 3; *A Cruz*, n. 299, 29 de outubro de 1916, p. 1.

<sup>152</sup>*A Cruz*, n. 293, 17 de setembro de 1916, p. 1.

<sup>153</sup>FANAIA, J. E.; SOUZA, I. P. B. MOURA, *Camilo Soares de*, p. 3525.

<sup>154</sup>*A Cruz*, n. 328, 27 de maio de 1917, p. 1.

<sup>155</sup>MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 67.

<sup>156</sup>*A Cruz*, n. 293, 14 de outubro de 1917, p. 1.

periódico se envolveu em assuntos políticos, em alguns momentos com mais intensidade, a exemplo dos anos 1915 a 1917, e em outros de forma velada. O interesse em assuntos políticos se relaciona à composição de sua redação, que congregava indivíduos atuantes nos dois principais partidos políticos de Mato Grosso na década de 1910, o PRC e o PRMG, inserindo o periódico, que se declarava apartidário, na dinâmica das disputas do campo político cuiabano.

### 2.3) O título e os projetos editoriais

O jornal *A Cruz* não era o único periódico com esse título no Brasil. De acordo com os dados da hemeroteca Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, existiram outros jornais *A Cruz*: no Rio de Janeiro, na década de 1860 (católico); em Goiás, na década de 1890 (católico); em Recife, na década de 1880 (espírita); e em Amarante/PI, na década de 1900 (espírita). De acordo com Biennés, o nome do jornal *A Cruz* de Cuiabá foi dado por frei Ambrósio e inspirado no jornal católico francês *La Croix*<sup>157</sup>. Assim, a inspiração do nome *A Cruz* não veio de outro periódico homônimo existente no Brasil, até porque o que existia na década de 1900 era um periódico espírita.

As pesquisadoras de imprensa Heloisa Cruz e Maria Peixoto advertem que os títulos dos periódicos “[...] para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade – em nome de quem ou de quais setores fala – geralmente indicam também uma pretensão de abrangência”<sup>158</sup>. Nesse sentido, o periódico *A Cruz* procurou demarcar seu espaço na imprensa cuiabana como um impresso católico, combativo, de defesa dos interesses da Igreja Católica e de mobilização das causas defendidas pela instituição, portanto, não mirava a imparcialidade ou a neutralidade. Nas linhas iniciais do primeiro editorial do periódico católico, tem-se a tríade que regulava seu projeto editorial:

*A Cruz*

Um novo periodico orgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grossense, começa hoje sua publicação.

Orgão de um partido francamente catholico quis denominar-se *A Cruz*: Synthetiza toda uma historia, a do christianismo; indica um programma de presente; prophetiza uma victoria de futuro<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> BIENNÉS, D. M., *Missão Franciscana na fronteira*, p. 93.

<sup>158</sup> CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa*, p. 261.

<sup>159</sup> *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

A *Cruz* justificava-se por um presente, mas se embasava nas heranças do passado, a fim de transformar o futuro. Primeiramente, reforçava-se o fato de o jornal se apresentar em nome da Igreja Católica, instituição milenar, responsável por criar e sustentar a civilização ocidental e por ser herdeira dos valores mais nobres: “A Igreja Catholica tem esclarecido o mundo inteiro por sentimentos nobres e caridosos, por costumes que caracterizam a civilização e por idéas tão diferentes do paganismo”<sup>160</sup>. O discurso de superioridade do catolicismo buscava construir a imagem de que o jornal traria consigo uma fala autorizada, legítima e verdadeira, que desqualificava os concorrentes e os opositores. Em segundo lugar, *A Cruz* sintetizava um *programma de presente* para defender a Igreja Católica das “Calumnias obscenas dirigidas contra o catolicismo, [...] por doutrinas heterodoxas”<sup>161</sup> que estavam ameaçando de *asphyxia moral* a sociedade. De tal modo que não havia mais tempo a perder: era necessário agir, atender ao chamado dos papas em prol da criação da boa imprensa e iniciar a reação católica em Cuiabá, para “[...] defender o que possuímos de mais bello e precioso: a nossa fé”<sup>162</sup>. Em terceiro lugar, *A Cruz* visava a uma *victoria de futuro*, qual seja a “[...] a restauração christã do paiz, desfigurada na politica, na administração, na cultura e no ensino pela lepra materialista”<sup>163</sup>.

O jornal *A Cruz* seria combativo e doutrinário: “[...] visa entrar nas familias de nossa sociedade, levando uma palavra franca [...] esclarecendo idéas, ensinando principios vinte vezes seculares e inabalaveis, cujas victorias se enumeram pelos combates dos ímpios adversários”<sup>164</sup>.

Segundo Chartier, os editores de um impresso buscam estratégias para “[...] impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras são implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, de impor uma justa compreensão”<sup>165</sup>. Nessa perspectiva, por meio de seus discursos, os redatores do jornal *A Cruz* buscavam impor comportamentos, definindo o que seriam as boas e as más leituras: “Vamos vêr agora onde se encontra o *virus*, a

---

<sup>160</sup> *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 2.

<sup>161</sup> *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

<sup>162</sup> *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

<sup>163</sup> *A Cruz*, n. 5, 15 de julho de 1910, p. 1. Trecho do texto intitulado *A Reacção Catholica* do padre. Julio Maria, “[...] polemista sem par, teólogo exímio, pregador admirável, escritor de renome, teve sempre sua pena e sua rara inteligência a serviço da Igreja e pelo seu [jornal] ‘O Lutador’ se fez o ‘terror dos hereges’”. Grifos do autor. Disponível em: <http://www.nossasenhordadasalegrias.com.br/1999/03/quem-foi-padre-julio-maria-de-lombaerde.html>. Acesso em: 08 jul. 2015.

<sup>164</sup> *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1-2.

<sup>165</sup> CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 123.

peçonha, o cancro, a causa directa desta horrível crise de character moral, de espirito religioso, [...] O romance, o oppusculo de aventuras, o folheto indica o ‘melhor caminho aos namorados’<sup>166</sup>. Orientavam também sobre as boas pinturas.

Quem entra nas familias e observa todas as paredes, está quase sempre dolorosamente impressionado pelos quadros ou illustrações que ahi estão expostos, e isto não só nas cidades e villas; mas outrossim nas mesmas aldeias e roças. De mais a mais observa se isto até nas proprias casas christãs de optima fama e incensuravel conducta. E essas figuras ou porque obras de arte, ou porque recebidas gratuitamente formam uma exposição viva e continua de imoralidade<sup>167</sup>.

As orientações acerca do que seriam os bons quadros buscava incutir nos leitores um ideal de sociedade cristã, de família cristã, de mulher cristã, de marido cristão, de filhos cristãos, de trabalhador cristão, enfim, de verdadeiros católicos, imunes aos avanços das outras religiões e dos inimigos da Igreja Católica. Nesse sentido, era comum a publicação de artigos defendendo os sacramentos, o casamento religioso, a utilidade da religião para a sociedade e a conciliação entre fé e ciência. Publicavam-se também textos de escritores católicos de destaque no Brasil e no mundo, e citações de grandes pensadores da humanidade sobre o que pensavam da Igreja Católica e do cristianismo; também notícias de supostas conversões ao catolicismo de protestantes, maçons, espíritas, positivistas, intelectuais, criminosos e dos benefícios que obtiveram em aderir à fé católica. Na maioria das vezes, as notícias de conversão continham relatos dos próprios convertidos, estratégia que visava a dar maior veracidade ao fato, pois os redatores não falavam por si, mas por meio de um terceiro. Um exemplo disso foi a publicação do artigo intitulado *Sciencia e Fé*, de autoria do escritor e político Rui Barbosa, publicado em 1º de setembro de 1910, no qual o autor descreveu em tom biográfico como conseguiu saciar sua *curiosidade suprema do infinito*. Seu testemunho reforça que passou por diversas correntes de pensamento até concluir que somente o catolicismo o satisfazia, e ainda, que apenas este poderia conciliar ciência e fé:

Filho de um seculo devorado pela curiosidade suprema do infinito, duvidei, neguei, blasphemei, talvez como elle. Mas esses momentos passaram sempre como rapidas tempestadades, na minha consciencia: quando ellas se afugentaram o horizonte do mysterio eterno me reaparecia como eu o vira no coração de meu pae. Não me acolhi entre as philosophias que fazem da sciencia a grande negação.

---

<sup>166</sup> A *Cruz*, n. 136, 27 de julho de 1913, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>167</sup> A *Cruz*, n. 14, 1º de dezembro de 1910, p. 2.

Percorri as filosofias, mas nenhuma me saciou, não encontrei repouso em nenhuma. [...] Vejo a sciencia que afirma Deus; vejo a sciencia que prescinde de Deus; vejo a sciencia que proscreeve Deus; e, entre o espiritualismo, o agnosticismo e materialismo muitas vezes se me levanta da razão esta pergunta: onde está a sciencia?<sup>168</sup>.

Por fim, o editorial inaugural d'A *Cruz* foi finalizado associando catolicidade e nacionalidade: “A Cruz será nossa bandeira. O Evangelho o nosso código. Por Deus e pela Patria o nosso lemma. Catholicos e brasileiros sempre”<sup>169</sup>. O Brasil, “Nobre Terra de Santa-Cruz”<sup>170</sup>, nasceu católico junto com os portugueses que aportaram no litoral brasileiro em 1500, também lá estava a cruz; a cada nova cidade ou vila que se fundava lá estava a cruz, representando o catolicismo, trazendo consigo a civilização. Abolir o catolicismo significava ir contra a própria identidade brasileira e a catolicidade da maioria dos brasileiros. Esses discursos estavam presentes em outras edições do jornal. No texto escrito em repulsa ao ataque atribuído aos livres pensadores da vila do Rosário, que teriam derrubado o Cruzeiro existente naquela localidade, valorizava-se a antiguidade do catolicismo no Brasil e a formação da identidade nacional com a apropriação dos valores católicos:

Agora examinemos, porque esse odio contra a cruz?  
Não foi a cruz que Cabral em 1500, ao descobrir o Brazil, tratou logo de erguer em Porto-Seguro, como signal de que aquella terra se desvendava a civilização? Não foi a cruz que se ergueu em todas as nossas cidades, como proprio sinal de sua fundação?  
E porque esse odio contra o catholicismo? Não foi sob os seus auspicios que se tem civilisado esta Patria? Não foi sobre os seus auspicios que se formou o caracter nacional, bom, generoso, hospitaleiro, atirando-se, cheio de esperança, na senda do progresso? Esse caracter que tem em si indelevelmente gravadas as virtudes do Catholicismo?  
Desde a descoberta do Brazil até agora temos sido um povo catholico: ahi estão os nomes de innumeradas localidades e até de Estados: S. Paulo, Santa Catharina, S. Pedro do Rio Grande do Sul.  
E não devemos nos louvar de nos termos civilisado á sombra dessa Religião?<sup>171</sup>.

A cruz também simbolizava a *cruzada* moderna contra os inimigos da religião católica, a exemplo do texto escrito por José Julio de Freitas Coutinho, renomado escritor da época e

---

<sup>168</sup> A *Cruz*, n. 8, 1º de setembro de 1910, p. 2.

<sup>169</sup> A *Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1-2.

<sup>170</sup> A *Cruz*, n. 126, 15 de maio de 1913, p. 1.

<sup>171</sup> A *Cruz*, n. 117, 9 de março de 1913, p. 3.

colaborador do jornal<sup>172</sup>. Freitas Coutinho defendeu que o Brasil nasceu católico e assim também o estado de Mato Grosso, pela ação dos bandeirantes paulistas, que trouxeram consigo a cruz. Durante séculos, o processo civilizatório aconteceu sem interrupções, até ser obstruído pelos inimigos da religião, que se faziam presentes em todos os lugares, mesmo os mais afastados como Mato Grosso:

O Catholicismo e a civilização de mãos dadas caminhavam a passos largos, produzindo os seus benéficos efeitos para o progresso moral, intelectual e material das populações tão separadas dos demais centros civilizados da Patria Brasileira.

Surgiu, porem, feroz e ousado inimigo, como tigre voraz em meio de pacíficos lavradores. Trazia as armas modernas: a imprensa, a astúcia, a calúnia e a perseguição systemática aos chefes dos catholicos.

[...]E hoje, festejamos justamente o aniversario dessa querida e popular cruz, que se estampa no nosso jornal, emblema da cruzada que empreendemos contra os esforços de deschristianisação do povo, contra o perigoso materialismo e o terrível anarchismo, emblema da nova cruzada sacrosanta em prol do constante aperfeiçoamento moral, do desenvolvimento intelectual e dos melhoramentos materiaes<sup>173</sup>.

Na defesa dos objetivos editoriais do jornal *A Cruz*, seus redatores enfrentaram discussões de toda ordem, envolvendo-se em polêmicas as mais diversas. Sobre esse aspecto, escreveu Canavarros:

Houve muitas polêmicas. Dá a impressão até que os frades e colaboradores as procuravam. Não fugiam ao debate, em qualquer nível de dificuldade intelectual. Filosofia (contra os livre-pensadores, teologia (contra os reformados), filologia (contra gramáticos positivistas) e ciência (contra céticos e agnósticos)<sup>174</sup>.

Em um desses embates, a redação da *A Cruz* foi advertida por um texto publicado no jornal *O Matto-Grosso*, sob o título de *Os Frades e a sua "A Cruz"*, possivelmente de autoria Emilio Calháo<sup>175</sup>, proprietário daquele periódico. Calháo criticou a redação do periódico católico pelo fato de ela se envolver em discussões que iam além da alçada religiosa:

---

<sup>172</sup> Freitas Coutinho era membro do PRC e juntamente com Pereira Leite rompeu com a redação d'*A Cruz* e com a LSCMT em fins de 1914. Cf. *A Cruz*, n. 206, 20 de dezembro de 1914, p. 2.

<sup>173</sup> *A Cruz*, n. 177, 15 de maio de 1914, p. 2.

<sup>174</sup> CANAVARROS, O., *Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá*, p. 361.

<sup>175</sup> "Nasceu em Cuiabá, a 22 de maio de 1865 e faleceu na mesma cidade a 26 de novembro de 1935. [...] Era membro fundador da Associação de Imprensa Mato-grossense. Ao falecer fêz à sua família o seguinte pedido: 'O Mato-Grosso morrerá comigo'. E, de conformidade com a sua vontade, 'O Mato-Grosso' circulou pela



A linguagem de um organ catholico, não deve ir além do assumpto religioso que, por si só, é um campo vastissimo, não sendo, portanto, necessario que irrompam os seus redactores nas cousas sociaes, mettendo o dente, caninamente, em tudo que lhes pareça não favorecer a livre expansão dos seus desejos<sup>176</sup>.

O descontentamento surgiu em decorrência de *A Cruz* ter criticado um conto publicado em *O Matto-Grosso*. A tréplica veio na semana seguinte, por meio de um longo texto intitulado *Simples Explicação*, publicado em 26 de novembro de 1911. Segundo a redação d'*A Cruz*,

O illustre Director d'*O Matto-Grosso* ensina-nos qual *deve* ser a attitude d'um jornal catholico, logo da *A Cruz*. Gratos mais uma vez pelo conselho, sentimos não poder segui-lo; e isto por três razões, que pedimos venia de expor com toda a franqueza e respeito:

1º - Não vemos de modo algum qual é o direito especial que lhe assiste de determinar o campo de actuação d'um jornal que lhe é completamente alheio. Póde censurar na *A Cruz* o que julga contrario á historia, á moral, etc; acharemos tudo isto natural e legitimo. Ma dictar-lhe o promgramma, isto compete só aos Directores do mesmo jornal. Que diria elle se um intruso viesse com a pretensão de ensinar-lhe a direcção que deve dar a seu *O Matto-Grosso*?

2º - Demais, o Sr. Calháo não leu o cabeçalho da *A Cruz*? Não viu ser ella o orgão da “Liga Social Catholica Brasileira” de Matto-Grosso? Pois bem, o jornal d'uma Liga *Social* não poderá ‘*irromper* nas cousas sociaes?’ Então em que *irromperá*, Sr. Director? Admirável lógica, devéras: aconselhe aos jornais politicos que não *irrompam* em assumptos politicos!

3º Emfim, *A Cruz* é sobretudo um orgão catholico. Mas, como pondera com muito criterio o Sr. Calháo, ‘o assumpto religioso é um campo vastissimo’, muito mais ainda do que talvez elle pense. As questões sociaes, por exemplo, longe de ser alheias á religião, estão intimamente unidas com ella<sup>177</sup>.

Em outras palavras, sendo *A Cruz* um periódico da LSCMT, seus redatores debatiam qualquer temática que fosse contra os interesses do catolicismo, pois era considerada a única religião verdadeira. Em consequência dessas interferências, os editores entraram em atrito com as redações de diversos periódicos ao longo da década de 1910, a exemplo de *A Imprensa*, *O Commercio*, *O Debate* e o próprio *O Matto-Grosso*.

Em suma, o projeto editorial d'*A Cruz* estava em consonância com o ultramontanismo e, ainda, com a filosofia católica da história, que justificava a interferência da Igreja na

---

última vez a 8 de dezembro de 1935, prestando a derradeira homenagem à sua memória”. MENDONÇA, R., *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 38-39. Aspas do autor.

<sup>176</sup> *O Matto-Grosso*, n. 1111, 19 de novembro de 1911, p. 2.

<sup>177</sup> *A Cruz*, n. 51, 26 de novembro de 1911, p. 2-3. Itálicos do autor.

sociedade em prol de um ideal de sociedade cristã. Ao defender um projeto que visava a modificar o presente em prol de um futuro, os editores idealizavam difundir os valores católicos na sociedade, vista como decadente e em crise moral.

### 2.3) Colaboradores, correspondentes e fontes de financiamento

A *Cruz* contava com grande número de colaboradores. Um aspecto importante referente a quem e o que se podia escrever no jornal é que a redação se dispunha a publicar todo e qualquer artigo que estivesse de acordo com o seu programa editorial, mediante identificação ao menos de pseudônimo: “Acceita-se toda e qualquer e qualquer collaboração que estiver de accordo com o programma do nosso periodico”<sup>178</sup>. Dentre os colaboradores mais ilustres, destacaram-se: Estevão de Mendonça, que publicou verbetes de sua obra *Datas Matogrossenses* antes de ela ser levada a público em 1919; José Júlio de Freitas Coutinho, que foi consultor jurídico de Mato Grosso e publicou alguns livros – *O Codigo Penal e o Jury* e *Licções de Grammatica Portugueza*; D. Aquino Corrêa, na época bispo auxiliar de D. Carlos e reconhecido por sua grande capacidade intelectual, tendo sido governador de Mato Grosso no quadriênio 1918-1922; João Nunes da Cunha, renomado jornalista que foi correspondente de diversos jornais cuiabanos e publicou a obra *No álbum de Emma Aurora*; e José de Mesquita, escritor que após completar seus estudos em São Paulo retornou a Cuiabá em 1914, colaborando com o jornal a partir de então, assumindo, em 1925, sua direção. Outros colaboradores menos citados foram: Manoel Prophyrio Bueno de Sampaio, Epiphany Augusto d’Oliveira, Joaquim Ribeiro Marques, Soter Caio de Araujo, Lucio dos Santos, Ezequiel Ribeiro de Siqueira, Glycerio Povoas e Achilles Verlangieri.

A redação d’A *Cruz* contava com um expressivo número de correspondentes em diversas localidades do interior: Santana do Paranaíba, Corumbá, Poconé, Vale de Santo Antônio, Vila do Rosário, Cáceres, Vila Rosário Oeste, Registro do Araguaia, Aquidauana, Coxim, Barra dos Bugres, Porto Murtinho. Fora de Mato Grosso, A *Cruz* tinha correspondentes no Rio de Janeiro. Havia também correspondentes internacionais, em Buenos Aires, em contato direto com a redação do jornal, e uma correspondente na Espanha, via Liga da Boa Imprensa. Desse modo, o periódico publicava notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos acontecimentos, a exemplo das notícias acerca da Primeira Guerra Mundial e do catolicismo no

---

<sup>178</sup> A *Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

Brasil e no mundo, em grande parte devido aos telegramas recebidos de Petrópolis, local onde ficava o Centro da Boa Imprensa, que coligava mais de 41 jornais católicos de todo o País.

O jornal *A Cruz* era mantido pela LSCMT, associação civil que o representava juridicamente. De acordo com os estatutos da liga católica, cada membro seria responsável por pagar uma cota anual em dinheiro para a manutenção da *Liga* e do jornal. “Art. 6 – A Liga será constituída de sócios effectivos, cooperadores e remidos. [...] § Remidos, os socios effectivos que pagarem duma só vez a quantia de 200\$000. [...] Art. 9 – Os sócios effectivos e cooperadores pagarão 5\$000 por anno”<sup>179</sup>. No entanto, a cobrança não era obrigatória, podendo o sócio ser excluído da associação católica caso ficasse mais de seis meses inadimplente. De acordo com publicações do próprio jornal, era expressivo o número de sócios inadimplentes. No expediente de 21 de janeiro de 1917, a redação fez um apelo aos seus mantenedores, os sócios da LSCMT, para que pagassem suas respectivas cotas, “[...] para fazermos face aos nossos pesados compromissos, lançamos um solícito apelo aos nossos generosos consorcios da Liga Catholica para nos valer nas emergencias actuaes, vindo pagar nesta redacção a sua cotização de sócio”<sup>180</sup>.

O periódico *A Cruz* possuía ao menos três fontes de renda regulares: a provinda da venda de exemplares; a das cotas pagas pelos sócios da LSCMT; e a obtida com a publicação de anúncios. Outra fonte de renda, de caráter excepcional, era a obtida por meio de doações de benfeitores. A manutenção do jornal resumia-se a quatro fontes, conforme continuação do texto do apelo publicado em janeiro de 1917. “Catholicos, defendamos a nossa bandeira; todos pagando a respectiva assignatura, negociantes mandando annuncios, consócios pagando a sua cotização, corações generosos mandando-nos o obulo da sua nunca desmentida caridade”<sup>181</sup>.

O aparecimento de anúncios nas páginas do jornal *A Cruz* ocorreu paulatina e principalmente após completar um ano de existência e da aquisição de seu próprio prelo junto aos salesianos. Foi em seu número 26 que pela primeira vez apareceram os anúncios em sua quarta página. Antes disso, os anúncios eram esporádicos e disponibilizados no texto de maneira que não havia nenhum destaque para o anunciante. A partir de julho de 1911, a quarta página do jornal passou a destinar-se quase que exclusivamente aos anúncios, possivelmente em virtude da propaganda realizada pela redação. “ROGAMOS a todos que inspirados pelo bem social, queiram cooperar comnosco [...], angariando-nos assignaturas ou proporcionando-

---

<sup>179</sup> *A Cruz*, n. 125, 4 de maio de 1913, p. 2.

<sup>180</sup> *A Cruz*, n. 311, 21 de janeiro de 1917, p. 1.

<sup>181</sup> *A Cruz*, n. 311, 21 de janeiro de 1917, p. 1.

nos annuncios no jornal, o que fazemos por preco sem competencia”<sup>182</sup>. O apelo surtiu o efeito esperado, tanto que nas edições de setembro daquele ano a terceira página também teve parte de seu espaço ocupado por anúncios, numa crescente que se manteve durante toda a década. Os anunciantes eram os mais diversos: “[...] profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados), casas comerciais, hotéis, oficinas, cafés, etc. Reclames ocasionais de vendas, como casas, terrenos, mobílias e peças diversas, além de aluguéis e serviços”<sup>183</sup>. Publicavam-se também anúncios de jornais e revistas católicas de várias regiões do Brasil, dos quais *A Cruz* era correspondente; na maioria dos casos a redação responsabilizava-se pela assinatura desses periódicos.

Em situações de emergência, quando a renda advinda das assinaturas, das cotas e dos anúncios não bastava, a redação apelava para seus benfeitores. Na década de 1910, houve dois momentos em que foram publicados constantes apelos por doações. A primeira foi por ocasião da aquisição de seu próprio prelo, uma máquina tipográfica *Marinoni*, o que possibilitou a realização da impressão do jornal no Seminário Episcopal e não mais nas Oficinas Tipográficas das Escolas Profissionais Salesianas. E a segunda, no período de carestia causada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

Não foi possível saber qual foi o custo com a aquisição da máquina *Marinoni*, no entanto, foram necessários vários apelos e muitas doações para que ela fosse quitada. Em julho de 1911, tem-se a notícia de uma contribuição anônima:

Uma distinctissima Senhora e assidua leitora de nosso jornal enviou-nos a generosa offerta de cem mil reis para custear as despesas que fizemos com a aquisição do prelo. Eis uma Senhora que compreende o alcance da Bôa Imprensa. Desvanecidos agradecemos tão grande generosidade e increvemol-a penhoradissimos na lista de nossos Bemfeitores<sup>184</sup>.

Na edição seguinte, constava que o redator-chefe do jornal, frei Ambrósio Daydé, viajou até a Vila do Livramento em busca de novos assinantes e também para obter recursos para custear os gastos com o prelo recém-obtido pela redação. O relato é extenso e repleto de detalhes sobre a atuação do frade franciscano em ação conjunta com o correspondente da LSCMT naquela localidade.

---

<sup>182</sup> *A Cruz*, n. 31, 9 de julho de 1911, p. 1.

<sup>183</sup> CANAVARROS, O., *Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá*, p. 360.

<sup>184</sup> *A Cruz*, n. 30, 2 de julho de 1911, p. 4.

[...] a selecta reunião promovida pelo Rmo. Frei Ambrósio, dos catholicos do município e sob a presidencia do Exmo. Snr. Coronel Felipe Antunes. O delegado da Liga Catholica, em bello improviso fez o relatorio dos sucessos obtidos durante o anno tanto pela Liga Catholica como pelo seu orgam de imprensa 'A Cruz'. Passou a enumerar os meios mas proprios a cooperar em prol da Bôa Imprensa: *assignar o jornal catholico, pagar a assignatura, alistar-se entre os socios da Liga, angaria donativos para custear as despesas feitas pela Liga com o periodico 'A Cruz'*.

[...] Logo em seguida apresentaram-se dez gentis senhoritas da melhor sociedade Livramentense oferecendo seus serviços para angariar donativos ente o numeroso povo reunido por occasião da festa. *De tarde offereram ao Delegado da Liga importante quantia para custear despesas feitas pela aquisição do prelo da A Cruz*<sup>185</sup>.

Em novembro daquele ano foi publicada uma notícia sobre a qual não foi possível saber se estava relacionada com a campanha promovida em prol do custeamento da máquina *Marinoni*: “Tendo já decorrido o 1º semestre do 2º anno d’A Cruz’, brevemente os nossos amaveis leitores receberão a visitado nosso *encarregado*. Estamos certos que todos annuirão ao *pedido* pelo que de antemão agradecemos. *A Redacção*”<sup>186</sup>. Ao findar o ano de 1912, não foram mais publicadas notícias referentes ao custeamento do prelo, apenas avisos referentes a problemas com inadimplentes. “Aos nosso dedicados agentes fóra desta Capital, pedimos encarecidamente que façam a cobrança da assignatura do 2º anno d’A Cruz”, para que possamos, aqui, saldar os nossos compromissos”<sup>187</sup>.

Desde o seu primeiro ano de existência, *A Cruz* teve problemas com os assinantes inadimplentes, conforme expediente publicado em maio de 1911: “Terminando ‘A Cruz’, com o n. precedente, o primeiro anno de sua existencia, pedimos encarecidamente a todos os nossos assignantes que se acham ainda em *atraso*, a bondade de pagar as respectivas assignaturas”<sup>188</sup>. E avisava também seus correspondentes, para que não atrasassem o envio das remessas com os respectivos valores: “Outrosim avisamos aos nossos valentes propagandistas de fora, que ainda não houverem arrecadado as assignaturas de que são encarregados, recebel-as e mandal-as nesta redacção o mais breve possível”<sup>189</sup>.

---

<sup>185</sup> *A Cruz*, n. 31, 9 de julho de 1911, p. 6. Itálicos meus.

<sup>186</sup> *A Cruz*, n. 49, 12 de novembro de 1911, p. 2. Itálicos do autor.

<sup>187</sup> *A Cruz*, n. 50, 19 de novembro de 1911, p. 2.

<sup>188</sup> *A Cruz*, n. 25, 15 de maio de 1911, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>189</sup> *A Cruz*, n. 25, 15 de junho de 1911, p. 1.

Para incentivar o pagamento em dia, houve casos de a redação promover premiações para os assinantes: “Temos a satisfação de remetter a cada um de nossos assignantes *Cuja Assignatura Se Acha Paga*, um brinde esplendido, constante do calendario em três còres com uma bellissima imagem do S.S. Coração de Jesus”<sup>190</sup>. Ou ainda: “Com o numero illustrado de hoje, inicia-se um formato maior de impressão e está em preparação, para o 1º de Janeiro de 1914, um lindo e popular brinde aos leitores que estiverem quites com a administração d’*A Cruz*”<sup>191</sup>.

Para complementar sua renda e possíveis problemas com inadimplência, a redação d’*A Cruz* contava com uma plêiade de colaboradores que a auxiliava com somas significativas. São diversos relatos de doações, muitas delas sob a condição de anonimato. Em 1910, “Agradecemos profundamente ao Exm. Sr. Coronel João Epiphany da Costa Marques, abastado fazendeiro do nosso Estado, o donativo que se dignou, bondosamente, offerecer-nos para auxilio á publicação desta Folha”<sup>192</sup>. Em 1911, houve a doação de um anônimo no valor de cem mil réis: “Um distincto cavalheiro, ora residindo nesta capital, nos deu a grande honra de uma visita; tomou grande interesse em vêr a installação de nossa officina e humilde tenda de trabalho. Na despedida remeteu-nos o valioso auxilio de 100\$000”<sup>193</sup>. Em outros casos, além da doação em dinheiro, alguns benfeitores pagavam suas assinaturas anuais adiantadamente e com valores consideráveis:

Em nosso livro de ouro inserimos, hoje, penhoradissimos, o nome de um illustre amigo que nos ajudou com o valioso auxilio de 50\$000. Effusivos abraços de agradecimento.  
Agradecemos tambem a fineza com que um illustre cavalheiro nos pagou *abundantemente* sua assignatura, unindo nesse simples acto: a justiça, a caridade e o fino tracto. Obrigados<sup>194</sup>.

Houve o caso de uma viúva que auxiliou a redação d’*A Cruz* “em memoria do seu saudoso esposo e nunca esquecido confrade nosso, Major Guilherme F. Garcez”<sup>195</sup>. As doações poderiam ser por cartas anônimas:

---

<sup>190</sup> *A Cruz*, n. 25, 15 de maio de 1911, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>191</sup> *A Cruz*, n. 126, 15 de maio de 1913, p. 3. Grifos do autor.

<sup>192</sup> *A Cruz*, n. 10, 1º de outubro de 1910, p. 3.

<sup>193</sup> *A Cruz*, n. 28, 18 de junho de 1911, p. 3.

<sup>194</sup> *A Cruz*, n. 2, 16 de julho de 1911, p. 2. Itálicos do autor.

<sup>195</sup> *A Cruz*, n. 69, 31 de março de 1912, p. 3. Itálicos do autor.

Uma alma generosa cujo nome ficou velado mesmo para esta redacção, nos endereçou uma carta acompanhada de valiosa esmola; seja quem fôr, ficamos profundamente gratos pedindo a Deus para que colmeie de bênçãos o humilde e generoso bemfeitor da imprensa catholica entre nós<sup>196</sup>.

Em alguns números, o jornal publicava na íntegra as cartas enviadas por seus benfeitores:

Rmo. Sr. Frei Ambrosio Daydé.  
Deleito me em ler e reler 'A Cruz', de que é V. Rma. muito digno redactor; e tão entusiasmado fiquei com a leitura do ultimo desse conceituado e muito interessante periodico, que tão relevantes serviços tem prestado á nossa Santa Religião, que não posso furtar-me ao prazer de offerecer á V. Rma. o obulo de cinquenta mil reis, aqui inclusos, com auxilio ás despesas com a publicação do intemerato jornal catholico.  
De V. Rma.  
Um Servo, amº. e admirador.  
Cuiabá, 21 de outubro de 1913<sup>197</sup>.

Em 1914, quando a assinatura anual era de 6\$000, o valor doado por um benfeitor foi ainda maior e novamente o doador não quis se identificar. Porém, pelo estilo da escrita, a carta aparenta ter sido enviada pelo mesmo benfeitor de 21 de outubro de 1913:

Cuyabá, 26 de julho de 1914.  
Illm. e Rvm. Sr. Frei Ambrosio Daydé.  
Apreciador do periódico 'A Cruz', que tão relevantes serviços tem prestado e continúa a prestar a causa Catholica, e do qual é V. Rvm.<sup>a</sup> dignissimo Redactor, venho ainda uma vez congratular-me com V. Rvm.<sup>a</sup> e por esta ocasião offerecer-lhe a quantia de cem-mil réis, aqui inclusa, que se dignará de applicar as despesas com a publicação do mesmo interessante e importantissimo periodico.  
Sou de V. Rvm.<sup>a</sup>  
Servo e amigo, o mais humilde membro da 'Liga Catholica'<sup>198</sup>.

Se comparadas com o valor da assinatura anual de seis mil réis, as doações eram de fato generosas. Além de doações pecuniárias, muitos benfeitores colaboravam com a concessão de serviços gratuitos à redacção. Em outubro de 1910, foi doado um novo cabeçalho para o jornal, provavelmente o que foi utilizado entre janeiro e maio do ano seguinte: "Uma pessoa ardorosa

---

<sup>196</sup> *A Cruz*, n. 149, 26 de outubro de 1913, p. 2.

<sup>197</sup> *A Cruz*, n. 149, 26 de outubro de 1913, p. 2.

<sup>198</sup> *A Cruz*, n. 187, 2 de agosto de 1914, p. 2.

de fé e bondade offereceu-nos um cabeçalho para o nosso jornal, trabalho feito em madeira e que muito recomenda a pericia do seu auctor”<sup>199</sup>. Na mesma edição foi noticiada a disponibilidade de um artista em confeccionar *clichês* para a redação, a fim de o jornal pudesse publicar gravuras e caricaturas:

Um habilidoso artista se nos offereceu para fornecer á *A Cruz*, clichés trabalhados em madeira, representando qualquer gravura ou caricatura que queizemos estampar neste periodico, com relação a homens e factos dos arraiaes adversos. Gratos.

Não despresamos o obsequioso favor e aguardamos apenas oportunidade para nos utilizarmos dos preciosos serviços de tão valioso colaborador<sup>200</sup>.

Em agosto de 1911, a redação d’*A Cruz* recebeu como doação uma fototipia com o busto do então tenente coronel Cândido Mariano Rondon: “Penhoradissimos agradecemos a gentil lembrança que dignou-se mandar a esta redação o estimadíssimo Tenente Heron Keller, constando de uma bellissima phototypia do eminente [...] T.te. Coronel Candido Rondon”<sup>201</sup>. O presente foi doado por ocasião da visita de Rondon a Cuiabá e utilizado na semana seguinte, quando o busto do militar indigenista estampou a primeira página do jornal, seguido de texto ufanista à sua figura. Posteriormente, a redação do jornal fez oposição à atuação de Rondon e ao governo federal, por discordar das diretrizes da política indigenista empreendida pelo governo e liderada por Rondon.

#### **2.4) Capas, formatos, seções e valores das assinaturas**

No período em que o jornal *A Cruz* foi dirigido por frei Ambrósio Daydé, foram elaborados seis diferentes logotipos e cabeçalhos de capa. É importante ressaltar que as alterações gráficas e as mudanças nos impressos têm por objetivo atender às novas demandas apresentadas pelos editores e pelo público leitor<sup>202</sup>. Nesse sentido, para Ana Luisa Martins, “Corresponder às expectativas dos consumidores é pré-requisito do periódico que pretende atingir e ampliar seu público, viabilizando-se como produto mercantil”<sup>203</sup>. As reformulações

---

<sup>199</sup> *A Cruz*, n. 10, 1º de outubro de 1910, p. 3.

<sup>200</sup> *A Cruz*, n. 10, 1º de outubro de 1910, p. 3.

<sup>201</sup> *A Cruz*, n. 35, 6 de agosto de 1911, p. 3.

<sup>202</sup> CHARTIER, R., *Do livro à leitura*, p. 97.

<sup>203</sup> MARTINS, A. L., *Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras*, p. 63.



nas composições gráficas e dos textos de um impresso, como protocolos de leitura, eram estratégias de controle das mensagens a serem transmitidas, a fim de fossem lidas da forma como os editores pretendiam. Desse modo, para Roger Chartier,

Os dispositivos tipográficos têm [...] tanta importância, ou até mais, do que os 'sinais' textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto. Permitem um comércio perpétuo entre textos imóveis e leitores que mudam, traduzindo no impresso as mutações de horizonte de expectativa do público e propondo novas significações além daquelas que o autor pretendia impor a seus primeiros leitores<sup>204</sup>.

O jornal *A Cruz* teve inúmeras alterações gráficas ao longo dos anos. A primeira capa, por exemplo, durou entre maio e dezembro de 1910. O título era escrito com letras dispostas como que em cruces, em várias posições, e dentro das letras havia pequenas estrelas brancas. No canto superior esquerdo, ficava o logotipo do jornal, uma grande cruz com o símbolo do Sagrado Coração de Jesus ao centro. A cruz era colocada aliada ao sol e à sua frente, de modo que os raios solares a perpassavam e irradiavam em todas as direções, iluminando todos os povos e nações, representando a luz da verdade. Na parte de baixo da cruz, ficava uma âncora, simbolizando a solidez da Igreja Católica, instituição milenar que não sucumbe às dificuldades e a única capaz de levar o progresso ao Brasil e ao mundo. Abaixo do logotipo, centralizada, constava a informação de o jornal pertencer à LSCMT. Ainda havia três dizeres: *Venderei todas as minhas alfaias para que não se interrompa a publicação da 'Difesa' Pio X, Só a imprensa pode reparar os males da imprensa. (Visconde de Bonald)*<sup>205</sup>, e *A Grandeza do Brasil pelo Catholicismo*. As duas primeiras frases faziam referência ao ideal da boa imprensa, incentivada pelos papas e bispos ultramontanos a partir da segunda metade do século XIX. A citação de Pio X também denotava respeito à hierarquia eclesiástica e à ideia de comunhão e convergência de interesses com a Santa Sé. A última frase buscava associar a identidade brasileira ao catolicismo, que conduziria o Brasil ao progresso, pois era parte inerente da cultura do País e guardião da civilização.

---

<sup>204</sup> CHARTIER, R., *Do livro à leitura*, p. 99-100. Em outro texto, o autor salienta que os textos e as palavras que visam a moldar os pensamentos e condutas não são totalmente eficazes, porque os sujeitos se apropriam deles de acordo com as suas representações, que não estão circunscritas aos produtores dos discursos. Desse modo, as leituras podem ter sentidos diferentes daqueles pretendidos pelos editores. Cf. CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 136-137.

<sup>205</sup> Filósofo francês nascido em 1754 e falecido em 1840. Foi ferrenho opositor da Revolução Francesa e monarquista convicto. Disponível em: <http://maltez.info/biografia/bonald.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2015.

Figura 6 – Logotipo do jornal *A Cruz*, n. 1.



Fonte: *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

Nota-se que os redatores d'*A Cruz* buscaram inserir na capa do jornal, por meio de seu logotipo e dos dizeres que compunham o cabeçalho, o ideal contido em seu projeto editorial. Nesse sentido, os elementos simbólicos e textuais que compunham a primeira página eram protocolos de leitura que expunham aos leitores os desígnios do jornal, que era defender o catolicismo, luz do mundo, da civilização e da grandeza do Brasil. De acordo com Chartier:

[...] podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor. Visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido<sup>206</sup>.

No entanto, entre os jornais cuiabanos do período, *A Cruz* era o único a inserir um logotipo em sua capa; os demais disponibilizavam informações simples, tais como o assunto ou a especialidade do jornal (político, literário, noticioso), a periodicidade, o preço da assinatura anual e do exemplar avulso e o endereço da redação. Em janeiro de 1911, houve alterações, quando o sol e a âncora foram substituídos por uma estrela e a cruz permaneceu ao centro, sendo irradiada pelas luzes da estrela. O formato das letras em cruzes desapareceu e o restante da configuração do cabeçalho permaneceu sem alteração.

<sup>206</sup>CHARTIER, R., *Do livro à leitura*, p. 96.

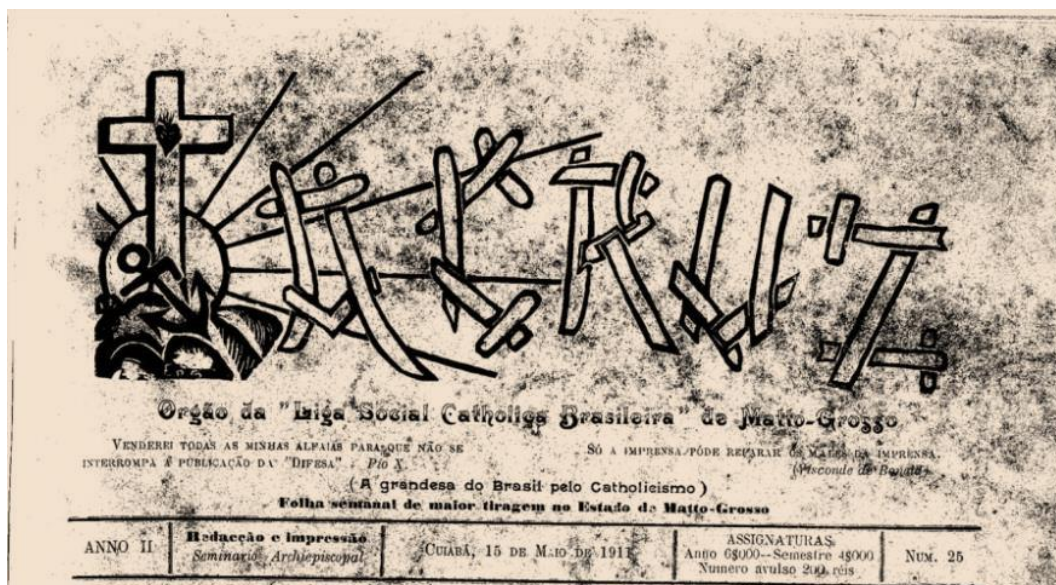
Figura 7 – Logotipo do jornal A Cruz, n. 16.



Fonte: A Cruz, n. 16, 1º de janeiro de 1911, p. 1.

No novo logotipo, a simbologia da cruz como luz do mundo permaneceu, ainda que de modo mais simples, porém com visualização mais clara pelo público leitor, havendo um refinamento dos protocolos de leitura. Assim, as mudanças permitiriam ao leitor pouco letrado compreender com mais facilidade os elementos centrais que compunham o projeto editorial do jornal. Poucos meses depois, em 15 de maio, data de seu primeiro aniversário, o jornal *A Cruz* voltou a ser publicado com o primeiro logotipo acrescido de pequenas alterações.

Figura 8 – Logotipo do jornal A Cruz, n. 25.



Fonte: A Cruz, n. 25, 15 de maio de 1911, p. 1.

Houve mudança na cor das letras e foram retiradas as estrelas brancas do seu interior. No cabeçalho, surgiram três modificações importantes: o aumento da tiragem passou de 1.000 para 1.100 exemplares, acrescentando-se o dizer *Folha semanal de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso*; a redação e a tipografia do jornal se instalaram no Seminário Episcopal, deixando de ser impresso nas *Oficinas Typographicas das Escolas Profissionais Salesianas*<sup>207</sup>; e desapareceu a informação *Publicação Quinzenal*, passando o jornal a ser publicado semanalmente. Nota-se que ao longo de seu primeiro ano de existência *A Cruz* se consolidou na imprensa cuiabana, aumentando sua tiragem e dispondo de redação e de tipografia próprias, abrindo a possibilidade de implementar melhorias em sua composição gráfica. Em 15 de maio de 1912, foram retirados todos os símbolos, mudando-se a disposição das informações no cabeçalho; a a informação com o valor das assinaturas foi transferida para a parte de expedientes.

<sup>207</sup> De acordo com Herail, “No começo, o jornal foi impresso na tipografia da Escola Salesiana de Artes e Ofícios. Ocorria, porém, que os superiores salesianos não admitiam polêmica. O frei Ambrósio conseguiu alguns recursos de amigos e membros da Liga e comprou a rotativa “Marinoni” daqueles padres. A impressora foi levada ao seminário, onde passou a ser impresso o jornal “A Cruz”, órgão combativo.” Cf. HERAIL, F. M., *Epopéia Missionária da Ordem Terceira Regular de São Francisco no Mato Grosso – 1904-1979*, p. 15. Aspas do autor.

Figura 9 – Logotipo do jornal *A Cruz*, n. 75.



Fonte: *A Cruz*, n. 75, 15 de maio de 1912, p. 1.

A partir dessa mudança é perceptível a preocupação dos redatores em simplificar a capa do periódico, que já estava consolidado no mercado como folha católica. Assim, o nome “a cruz” foi posto em evidência, com destaque para o aumento da fonte do título, que passou a se destacar aos olhos dos leitores, ao mesmo tempo em que a sua primeira página ficou mais semelhante aos seus congêneres que circulavam na época, o que demonstra o interesse em tornar o jornal mais competitivo no mercado e a possibilidade de ampliar o público leitor entre os não católicos.

Na publicação de número 126, o cabeçalho passou por pequenas alterações: as informações sobre o local da redação e da tipografia que antes apareciam separadas foram juntadas no canto esquerdo, e no espaço antes destinado à informação do local da redação, passou a vir o valor da assinatura anual.

Figura 10 – Logotipo do jornal *A Cruz*, n. 126.



Fonte: *A Cruz*, n. 126, 15 de maio de 1913, p. 1.

Em 15 de maio de 1915, o logotipo passou por nova alteração, mudando-se a disposição das informações no cabeçalho e desaparecendo a informação sobre o local da tipografia, o que leva a pensar que essa informação já estava subtendida na informação do local da redação.

Figura 11 – Logotipo do jornal *A Cruz*, n. 177.



Fonte: *A Cruz*, n. 177, 15 de maio de 1914, p. 1.

A última mudança pela qual passou a capa do jornal *A Cruz*, considerando os números publicados entre os anos de 1910 e 1924, ocorreu em 15 de maio de 1917. Nela, houve uma leve alteração no formato da letra do título e o cabeçalho permaneceu sem alteração.

Figura 12 – Logotipo do jornal *A Cruz*, n. 327.



Fonte: *A Cruz*, n. 327, 15 de maio de 1917, p. 1.

Ao longo da década de 1910, as capas do jornal *A Cruz* foram simplificadas, no entanto, permaneceram sempre os três dizeres no cabeçalho, enfatizando aos leitores a identidade católica do jornal e sua missão de defender os interesses da Igreja Católica. As mudanças deram

destaque para o título do jornal, com o aumento da fonte, e deixaram a capa com um visual mais suave e menos poluído, mais parecido com as dos outros semanários que circulavam na década de 1910. Essas mudanças objetivavam atender às novas demandas apresentadas pelo público leitor, tornando o título do jornal mais visível, sem tantos elementos gráficos na sua composição<sup>208</sup>.

O jornal *A Cruz* era composto por quatro páginas e em datas comemorativas poderiam ser acrescido de mais duas, quatro ou até oito páginas. Em situações excepcionais, foi publicado com apenas duas páginas, o que ocorreu entre setembro e outubro de 1915. “A crise que ora tudo avassala, no Brasil e no mundo inteiro, obriga nos – por escassez de papel – a reduzir o numero de paginas de nossa folha. Tomamos essa determinação para não interromper a publicação do jornal até recebermos o papel já encomendado”<sup>209</sup>. Em 1922 chegou a circular com páginas rosas, com papel de qualidade inferior.

Não está lisonjeira a situação financeira do nosso jornal, declaramo-lo, hoje, francamente aos nossos assignantes e amigos.

Absolutamente impossibilitados de comprar papel de imprensa, aliás de pequeno formato e de 400 folhas de resma, pelo preço exorbitante que se está pedindo, lançamos mão de um papel inferior e barato para podermos continuar a nossa jornada. Não de illudem os nossos amigos com a côr da edicção presente e futuras, que a situação nossa não é cor de rosa!<sup>210</sup>.

As quatro páginas de *A Cruz* respeitavam a seguinte configuração: a primeira era reservada à publicação de expedientes, circulares, convites, telegramas com notícias nacionais e internacionais, portarias, comunicados e pastorais de D. Carlos e, especialmente, para a publicação de artigos de cunho religioso ou que versavam sobre temas polêmicos da época e que eram contrários à doutrina católica, como: o espiritismo, o protestantismo, a Maçonaria, o ensino leigo, o fim da catequese indígena, o anticlericalismo e o comunismo. Eram rotineiras as críticas aos artigos publicanos na revista *A Reacção*. A depender da importância do assunto, tais artigos poderiam ocupar sozinhos a primeira página do jornal e mesmo estender-se à segunda, deslocando para as outras páginas as seções comumente publicadas na primeira página.

---

<sup>208</sup>CHARTIER, R., *Do livro à leitura*, p. 97.

<sup>209</sup> *A Cruz*, n. 243, 19 de setembro de 1915, p. 1.

<sup>210</sup> *A Cruz*, n. 606, 28 de janeiro de 1923, p. 2.

A segunda página era normalmente destinada à publicação de crônicas, que em sua grande maioria tinham fins pedagógicos para a doutrina católica. Também havia avisos de batizados, casamentos, festas religiosas, viagens de pessoas ilustres, vendas, notas de falecimento, folhetins e os já citados artigos que poderiam ser continuação da primeira página ou se iniciarem na segunda e adentrarem a terceira.

A terceira página normalmente era destinada para comportar as seções que não couberam nas páginas anteriores e também anúncios publicitários dos mais variados tipos. Por fim, a quarta página era destinada especificamente aos anúncios publicitários e, com raras exceções, para comportar as seções destinadas às primeiras páginas. A divulgação de fotos e de ilustrações ocorria especialmente em edições comemorativas de fundação do jornal ou para homenagear alguma personalidade ilustre. Publicavam-se imagens de Cristo, de Nossa Senhora, de santos, papas, bispos e caricaturas alusivas aos opositores do jornal.

Entre os anos de 1910 e 1912, suas medidas eram 31cm x 42cm<sup>211</sup>. Em comemoração ao seu segundo aniversário, elas aumentaram para 36cm x 46cm, melhorando também a qualidade do papel utilizado. Essas melhorias, além de permitirem uma melhor distribuição do texto no interior do jornal e a inserção de novas seções e informes publicitários, possibilitaram a inserção de ilustrações, que passaram a ser publicadas com mais regularidade. Roger Chartier considera que as imagens funcionam como chaves de leitura que contribuem nos sentidos que são atribuídos ao texto:

Quando a imagem é única, ela se encontra mais freqüentemente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. Instaura-se assim uma relação entre a ilustração e o texto em seu todo, e não entre a imagem e esta ou aquela passagem particular. Colocada no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela ilustração de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração<sup>212</sup>.

A possibilidade de se usar imagens permitiu aos redatores do jornal *A Cruz* reforçar os discursos que criticavam a Maçonaria e os livres pensadores, pois eles eram representados em ilustrações que os associavam ao diabo e às tentativas de destruir a Igreja Católica. Por outro lado, as imagens também foram empregadas para reforçar as datas comemorativas de dias

---

<sup>211</sup> A medição dos exemplares não é precisa, pois foi realizada com material encadernado e disponível nos acervos da Cúria Metropolitana de Cuiabá e do Arquivo Público de Mato Grosso. Além disso, nas encadernações, havia um recorte na margem, podendo interferir no tamanho original do jornal *A Cruz*.

<sup>212</sup> CHARTIER, R., *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, p. 276.



santos, aniversários dos redatores, de D. Carlos, de membros do clero mato-grossense e de autoridades civis.

Com esses progressos, tais como o aumento no tamanho do periódico, a melhoria na qualidade do papel e a inserção de imagens, os redatores não visavam apenas a atender às demandas e às expectativas do público leitor, oferecendo-lhes um produto de melhor qualidade, mas também acionar melhores estratégias para dispôr aos leitores os sentidos pretendidos dos discursos do jornal, refinando os protocolos de leitura, ou ainda, fazendo do texto “[...] uma maquinaria [de] imposição de uma justa compreensão”<sup>213</sup>. As conquistas eram celebradas pelos redatores, que as anunciavam em tom festivo, conforme matéria publicada no número que precedeu o segundo aniversário do periódico:

*Aviso* – O nosso proximo numero será publicado a 15 do fluente, em formato maior, illustrado e de 8 paginas, para commemorar o 2º anniversario da fundação d’ ‘A Cruz’. Conservaremos d’esta data em diante *o formato ampliado e o papel de luxo do n° especial* do dia 15 de maio. Assim provamos a nossos leitores o nosso anhelante desejo em satisfazel-os, sempre mais, esperando que nos continuem a sua sympathia que até hoje não nos faltou – graças á Deus<sup>214</sup>.

A última mudança no tamanho do periódico ocorreu em virtude da comemoração do sexto ano do jornal. Suas medidas foram ampliadas para 34 cm X 49 cm e também houve mudança no papel utilizado. Novamente, a redação d’A Cruz comemorou o feito e lembrou seus leitores que as melhorias aconteceram mesmo em um período de crise, em decorrência da Primeira Guerra Mundial:

*Expediente* – Como veem nossos prezados leitores pela edição de hoje, a nossa folha sahirá doravante impressa em melhor papel e num formato maior. A tremenda crise que atravessamos não arrefece a nossa coragem e nossa boa vontade; como pelo passado esperamos na solidariedade e confiança que sempre nos dispensaram<sup>215</sup>.

Mesmo com a mudança de tamanho e utilizando um papel de melhor qualidade, o valor da assinatura não mudou, um procedimento que era destacado pelos redatores em anúncios celebrativos: “Esses melhoramentos são mais uma prova dos esforços que não poupamos para agradar aos nossos bondosos assignantes que [...] continuarão [...] pagando a mesma

---

<sup>213</sup> CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 123.

<sup>214</sup>A Cruz, n. 74, 5 de maio de 1912, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>215</sup>A Cruz, n. 276, 15 de maio de 1916, p. 2.

assignatura, já tão insignificante, de 6\$000 annuaes”<sup>216</sup>. Ao longo da década de 1910, o valor da assinatura d’A *Cruz* sofreu poucas alterações, conforme a tabela abaixo:

**TABELA 1**

**VALOR DA ASSINATURA SEMESTRAL/ANUAL E EXEMPLAR AVULSO DO JORNAL A CRUZ (1910-1924)**

PERÍODO	NÚMEROS	VALOR EXEMPLAR AVULSO	VALOR ASSINATURA SEMESTRAL	VALOR ASSINATURA ANUAL
15/05/1910 a 01/05/1911	Nº 1 ao 24º	300 réis	3 mil réis	5 mil réis
15/05/1911 a 06/05/1917	Nº 25 ao 326º	200 réis	4 mil réis	6 mil réis
15/05/1917 a 15/05/1919	Nº 327 ao 427º	Não informado	Não informado	8 mil réis
25/05/1919 a 23/11/1924	Nº 428 ao 690º	Não informado	Não informado	10 mil réis

Fonte: organização minha.

Observa-se que entre maio de 1911 e 1917 o valor da assinatura anual não sofreu reajuste, inclusive houve uma redução do valor do exemplar avulso, a fim de ampliar o público leitor. Posteriormente, houve dois reajustes em curto período de tempo, estabilizando-se novamente a partir de maio de 1919. Nota-se também que a partir do número 327 deixou de ser informado o valor da edição avulsa e da assinatura semestral. Não foi possível identificar se a assinatura passou a ser somente anual, como parte de uma política editorial da redação do jornal. Há somente indícios de que a redação optou por priorizar assinaturas anuais, de acordo com expediente publicado em janeiro de 1917: “Já iniciamos a cobrança das assignaturas d’‘A Cruz’ do anno correndo de maio 1916 a maio 1917. Agradecemos os nossos queridos leitores que geralmente permanecem fiéis e pagam, como é de justiça, a sua assignatura, aliás insignificante de 6\$000”<sup>217</sup>.

<sup>216</sup> A *Cruz*, n. 75, 15 de maio de 1912, p. 2.

<sup>217</sup> A *Cruz*, n. 311, 21 de janeiro de 1917, p. 1.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a carestia de papel, a manutenção da assinatura anual em seis mil réis tornou-se inviável. A redação d'A *Cruz* tentou postergar o máximo que pôde o reajuste no valor da assinatura, até que em janeiro de 1917 informou seus leitores que havia reajuste programado para maio daquele ano. “Apezar da crise que atravessamos e que encareceu papel e mais ingredientes de typographia, manteremos até maio próximo, o mesmo preço de assignatura”<sup>218</sup>. Em maio, a assinatura anual foi reajustada para oito mil réis, como demonstra a seguinte reportagem:

Bem devem imaginar os nossos leitores as dificuldades que atravessamos com o encarecimento desmedido dos materiais de imprensa. Ora, o unico remedio para que não deixe de existir a nossa folha, está em lhe augmentarmos as rendas. Elevamos pois, o preço da assignatura a... 8\$000 annuaes; assim mesmo ninguem poderá dizer que é excessivo, pois é preço inferior á assignatura de qualquer outro hebdomadário deste Estado<sup>219</sup>.

Ainda em consequência da carestia causada pela Guerra, um novo reajuste ocorreu em 25 de maio de 1919, conforme expediente publicado no número 428:

Devido á crise que torna premente a nossa situação financeira, o preço da assignatura da nossa folha será, de ora em diante, de 10\$000 annuaes que poderão ser pagos em duas prestações semestraes e adiantadamente. Pedimos encarecidamente aos nossos assignantes pagarem a assignatura do ano findo, senão, estaremos na obrigação de cortar-lhes a remessa da folha<sup>220</sup>.

A partir do reajuste para dez mil réis, o segundo em dois anos, a redação promoveu a possibilidade de se pagar a assinatura anual em duas prestações, porém de forma antecipada, uma maneira de não perder assinantes em período de crise econômica. Observa-se que a redação d'A *Cruz* optou por manter um preço de assinatura competitivo, mesmo que isso acarretasse prejuízos. Em comparação com o preço dos jornais que circulavam em Cuiabá na década de 1910 e que possuíam as mesmas quatro páginas e publicação semanal, nota-se que o valor de assinatura anual d'A *Cruz* era o mais acessível, pois a estratégia era possibilitar o acesso ao maior número de assinantes.

---

<sup>218</sup> A *Cruz*, n. 311, 21 de janeiro de 1917, p. 1.

<sup>219</sup> A *Cruz*, n. 3126, 6 de maio de 1917, p. 1.

<sup>220</sup> A *Cruz*, n. 428, 25 de maio de 1919, p. 1.

Em 1910, a assinatura anual do *O Pharol* custava dez mil réis<sup>221</sup>, mesmo valor d'*O Commercio*<sup>222</sup> e d'*A Reacção*, em 1914<sup>223</sup>. No entanto, quando se compara o preço dos exemplares avulsos dos mesmos periódicos no período de 1910 a 1916, os valores giram entre duzentos e trezentos réis, ou seja, a redação do periódico católico priorizava os assinantes anuais. Se for levado em conta que entre 15 de maio de 1911 e maio de 1912 foram publicadas cinquenta edições, se elas fossem compradas de forma avulsa sairiam por dez mil réis. Com a assinatura anual, esse valor cairia para seis mil réis, quase a metade. A manutenção do preço do jornal *A Cruz* em um patamar competitivo foi possível porque o periódico tinha seus custos subsidiados por mantenedores e benfeitores, aspecto que permitia colocar no mercado publicitário um jornal mais barato e acessível a pessoas com poucas posses.

## 2.5) Distribuição e tiragens

O jornal *A Cruz* mantinha contato com redações de jornais católicos do Brasil inteiro, responsabilizando-se inclusive por fazer pedidos de assinaturas de quem se interessasse. Era o caso das revistas fluminenses *O Albor* e *Vozes de Petrópolis*. Em consequência desses contatos, seus exemplares alcançavam localidades fora de Mato Grosso, por meio de permutas realizadas com redações de outros estados. Em Cuiabá, conforme publicações do próprio jornal, o primeiro número foi distribuído gratuitamente. Os exemplares eram entregues nas residências e os leitores que não os quisessem deveriam devolvê-los à redação; os que não o fizesse eram considerados assinantes: “As pessoas que não quiserem auxiliar-nos na publicação do nosso órgão francamente catholico, tomando a assinatura, pedimos queiram devolver-nos o presente numero, antes do dia 20, para considerarmos assignantes os que não o devolverem”<sup>224</sup>.

Nas vilas e cidades fora de Cuiabá, a estratégia utilizada para a obtenção dos primeiros assinantes incluía a realização de visitas e conferências em cidades e vilas próximas, e o envio de exemplares pelos correios para as localidades mais distantes. Novamente, destacou-se a atuação de frei Ambrósio, conforme os relatos das diversas visitas que o religioso realizou em busca de sócios para a LSCMTe assinantes para o jornal *A Cruz*.

---

<sup>221</sup> *O Pharol*, n. 271, 22 de outubro de 1910.

<sup>222</sup> *O Commercio*, n. 2, 10 de março de 1910.

<sup>223</sup> *A Reacção*, n. 14, 18 de outubro de 1914.

<sup>224</sup> *A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 1.

O zeloso e esforçado Frei Ambrosio Daydé foi na semana passada, na vizinha cidade de Poconé, e obedecendo ao impulso do seu verdadeiro zelo sacerdotal fez uma conferência aos nobres e generosos Poconeanos, convidando-os a se inscreverem na Liga Social Catholica, ultimamente fundada aqui em Cuiabá<sup>225</sup>.

Ainda na mesma edição foi publicada a resposta dos poconeanos, datada de 28 de maio de 1910: “Poconeanos reunidos ‘Recreio Poconense’ após conferencia Frei Ambrosio aclamam Liga Catholica e ‘A Cruz’ e felicitam directorio 60 assignantes”<sup>226</sup>. Ao que conclui o jornal: “O exemplo dos nobres Poconeanos encontrará imitadores nas muitas belas cidades e ricas villas do nosso grande Estado, estamos certos”<sup>227</sup>. Constam ainda 10 assinantes de Diamantino e 15 de Melgaço<sup>228</sup>. Em telegrama datado de 5 de maio de 1910, enviado de Corumbá, assim respondeu o Pe. Tannhuber. “Agradecendo remessa ‘a Cruz’, peço 50 numeros; oportunamente enviarei nome assignantes e respectiva quantia, Cordeaes saudações”<sup>229</sup>. Em publicação de 15 de julho, há o relato de 30 assinantes de São Luiz de Cáceres e 20 assinantes em “Sant’Anna da Aldeia”<sup>230</sup>. Em telegrama recebido da Vila do Livramento, novamente ocorreu a atuação direta de Frei Ambrósio: “Após reunião popular organizada pelo Frei Ambrosio, foi aclamada Liga Catholica nomeado comissão organizadora. Assignam ‘A Cruz’, 30 cidadãos. Calorosas felicitações directorio”<sup>231</sup>. Em 1º agosto, tem-se a notícia de mais adesões em Poconé, São Luiz de Cáceres e ainda assinantes em Brotas e Várzea Grande. Nessa ocasião, a redação do jornal externou o desejo de aumentar a sua tiragem e aproveitou o ensejo para vangloriar-se do sucesso inicial da imprensa católica no Mato Grosso<sup>232</sup>. Na edição seguinte, de 15 de agosto, a cifra aumentou de 1000 para 1.100 exemplares<sup>233</sup>, porém, na publicação seguinte voltou-se à tiragem inicial.

---

<sup>225</sup> *A Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 2.

<sup>226</sup> *A Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 2.

<sup>227</sup> *A Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 2.

<sup>228</sup> *A Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 2.

<sup>229</sup> *A Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 3.

<sup>230</sup> *A Cruz*, n. 5, 15 de julho de 1910, p. 3.

<sup>231</sup> *A Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 3. MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D’Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 80-82.

<sup>232</sup> *A Cruz*, n. 6, 1 de agosto de 1910, p. 3.

<sup>233</sup> *A Cruz*, n. 7, 15 de agosto de 1910, p. 1.

Além do envio de exemplares para lugares distantes e de conferências em localidades próximas de Cuiabá, sabe-se também que em cada uma das localidades onde havia assinantes havia um respectivo responsável por eles. Geralmente ele era consorciado da LSCMT e correspondente do jornal na localidade. Iniciativas para angariar novas assinaturas e de exemplares avulsos eram valorizadas. Em julho de 1911, recebeu notoriedade o exemplo de uma criança na propagação do jornal:

A nobre cidade de Caceres dá o bom exemplo ás demais cidade e villas de Matto-Grosso... na venda do nosso jornal ao numero!  
Um homensinho de 8 annos offereceu-se ao nosso correspondente para distribuir ‘A Cruz’ nas ruas da cidade e lá vai elle, correndo atraz os transeuntes, entrando nas lojas e casas, vivo e garulo como o ‘gavroche’ das grandes cidades; e a gente compra para satisfazer o brioso petiz... Assim foram vendidos na ultima edição mais de 30 numeros!!  
O nosso agente apurado manda um telegramma pedindo *Cem* numeros em vez de *oitenta*.  
Um bravo ao homensinho!  
Aos nossos amaveis leitores de Caceres sinceros agradecimentos<sup>234</sup>.

Em Cuiabá, a distribuição do jornal era realizada por setores, sendo cada distribuidor responsável por um bairro, rua ou região. Tratava-se de um trabalho voluntário, realizado por membros da LSCMT, que durante a semana tinham seus afazeres. “A 11 do corrente faleceu [...] o nosso dedicado amigo e distribuidor d’A Cruz na Freguesia da Boa Morte, Pedro Pinto Guimarães. O inditoso moço era catholico pratico e membro da Guarda de Honra do SS Coração de Jesus”<sup>235</sup>. “Homtem festejou o anniversario natalicio o dedicado amigo d’ ‘A Cruz’ Sylvio Romero de Araujo, nosso distribuidor da Rua Nova e Mundou”<sup>236</sup>. Ou ainda: “Fizeram annos: [...] A 16, Carmindo Albernaz, o nosso dedicado distribuidor do 2º districto”<sup>237</sup>. “Fizeram annos: [...] Dia 4, o nosso bom amigo Andre Corsino da Silva, digno empregado da Cathedral, e zeloso distribuidor de nossa folha”<sup>238</sup>.

De acordo com matérias publicadas no jornal *A Cruz*, houve casos de proselitismo contra a assinatura do jornal católico. Na edição de 15 de junho de 1910, encontra-se um relato a esse respeito:

---

<sup>234</sup> *A Cruz*, n. 34, 30 de julho de 1911, p. 2. Grifos do autor.

<sup>235</sup> *A Cruz*, n. 50, 19 de novembro de 1911, p. 2.

<sup>236</sup> *A Cruz*, n. 79, 16 de junho de 1912, p. 2.

<sup>237</sup> *A Cruz*, n. 83, 14 de julho de 1912, p. 2.

<sup>238</sup> *A Cruz*, n. 57, 7 de janeiro de 1912, p. 2.

Sabemos que alguns individuos visitaram, durante a ultima semana, muitas casas, aconselhando aos nossos numerosos assignantes, nos devolvam o periodico 'A Cruz'.

O mais interessado em tão mesquinha tarefa é um *afamado professor de francez*, cujo nome declinaremos por extenso si ainda continuar.

Não queira pois impor sua vontade aos outros. Aliás poderia ocupar seu tempo, attendendo ao estudo de sua matéria<sup>239</sup>.

No número seguinte, são noticiados supostos casos de furtos de exemplares do jornal deixados nas portas das residências. O relato é carregado de indignação e, ao mesmo tempo, responsabiliza os anticlericais, os agnósticos e os livres pensadores, sobretudo da revista *A Reacção*. O título da notícia era *Reacção estúpida*, numa referência direta à revista anticlerical e seus redatores.

Há pessoas que devotando um odio enorme á nossa folha 'A Cruz', nos dias em que é distribuida, passam nas diferentes ruas com o fim de subtrahil-a das casas dos nossos assignates. Essa guerra baixa que fazem-nos os ditos individuos, mostra que estão bastante incommodados pelo comparecimento inesperado do periodico catholico; mas que fazer? [...] Os nosso assignantes não recebendo o jornal, sabem desde já, que são taes individuos que o subtraíram; reclamem pois a redacção e enviaremos outro numero<sup>240</sup>.

Cerca de um mês depois dos supostos furtos de exemplares do jornal *A Cruz* em Cuiabá, foram publicados relatos de extravios de exemplares que eram enviados para cidades e vilas do interior. Segundo notícia publicada em 1º de agosto de 1910, foi furtado um pacote com sessenta exemplares que eram destinados a Poconé. Nesse caso, a redacção d'*A Cruz* advertiu o administrador dos Correios e solicitou a seus leitores para que avisassem sobre casos de extravios<sup>241</sup>. Outro caso semelhante teria ocorrido com pacotes encaminhados à Vila de Rosário. Segundo telegrama encaminhado pelo correspondente da LSCMT naquela vila, ele alegava que o agente dos Correios não havia entregue dois pacotes com trinta exemplares cada, pois eles foram violados. O agente alegou ainda ter conferido os referidos pacotes na presença de quatro testemunhas e constatou que eles estavam de fato violados, que não podia responsabilizar-se pelo ocorrido, nem efetuar a entrega da encomenda. No entanto, para o corresponde tratava-se de má fé do agente, que seria anticlerical:

---

<sup>239</sup> *A Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 6.

<sup>240</sup> *A Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 4.

<sup>241</sup> *A Cruz*, n. 6, 1 de agosto de 1910, p. 2.

O agente do Correio aqui, é anti-clerical assim como a maior parte dos que assignaram o referido auto; o mesmo Agente não podia proceder a contagem dos ditos jornaes e devovel-os á repartição competente, porque isto competia a mim e não a ele, nem tão pouco o contitui um procurador; finalmente, querendo o mesmo agente do correio fazer do proprio cargo, instrumento de vingança contra o Clero, convem que somente mandeis para aqui os ditos jornaes, por intermedio de particulares e competetentemente sellados<sup>242</sup>.

A denúncia foi investigada pelas autoridades responsáveis, conforme notícia que saiu na edição seguinte<sup>243</sup>. A partir de setembro de 1910, não foram mais noticiados casos de furtos de exemplares nas portas das residências e extravios de pacotes enviados pelos Correios. Tais atos buscavam desestabilizar e inviabilizar o empreendimento do grupo católico, que por meio da imprensa mostrava-se exitoso em seu intento, acirrando as animosidades entre o grupo de católicos, representados pela LSCBMT, e o grupo de anticlericais pertencentes à LMLP.

A *Cruz* iniciou suas atividades com tiragem de 1.000 exemplares e com publicação bissemanal. Alguns meses depois, em 15 de agosto de 1910, aumentou em 100 exemplares. Nas duas publicações seguintes, voltou à cifra inicial. Somente em 1º de outubro pôde definitivamente manter a cifra de 1.100. O aumento não deve ser considerado significativo a ponto de ter solucionado possíveis demandas de novos assinantes. Desse modo, deve ser visto como uma estratégia de autopromoção e de valorização do jornal, para alcançar o status de periódico semanal de maior tiragem do Estado, tanto que em seu primeiro aniversário foram acrescentados no cabeçalho os dizeres: “Folha Semanal de maior tiragem no Estado de Matto-Grosso”<sup>244</sup>. A conquista da publicação semanal só foi possível após a aquisição de uma máquina rotativa *Marinoni*, “[...] de propriedade da Liga Catholica – a primeira no genero introduzida em Cuyabá”<sup>245</sup>. A mudança foi anunciada pela redação:

A começar pelo proximo numero nossa folha sahirá semanalmente; uma machina ‘Marinoni’ ultimamente adquirida e installada no Seminario; nos facilitará o trabalho. Os insistentes pedidos para que nossa folha viesse semanalmente á luz, prova o interesse vivo que dispertou por entre os catholicos, e outorga-nos a firme persuasão que continuarão elles pelo obolo e leitura a sustental-a<sup>246</sup>.

---

<sup>242</sup> A *Cruz*, n. 9, 15 de setembro de 1910, p. 4.

<sup>243</sup> A *Cruz*, n. 10, 1º de outubro de 1910, p. 3.

<sup>244</sup> A *Cruz*, n. 25, 15 de maio de 1911, p. 1.

<sup>245</sup> A *Cruz*, n. 1182, 15 de maio de 1935, p. 4.

<sup>246</sup> A *Cruz*, n. 25, 15 de maio de 1911, p. 1.



A satisfação da redação em atender aos *insistentes pedidos* dos leitores evidencia que não estavam alheios ao retorno dado pelo público leitor. Segundo Cruz e Peixoto, qualquer que seja a publicação ela não deixará de estar sujeita às pressões do público leitor<sup>247</sup>. A partir de seu primeiro ano de existência, *A Cruz* passou a ser impresso no seminário administrado pelos frades franciscanos, local onde já funcionava a redação do jornal desde a sua fundação, o que facilitou a logística de produção e de impressão do jornal. Ao longo do ano de 1911, *A Cruz* consolidou-se na imprensa cuiabana, inserindo em suas páginas ilustrações, fotos e gravuras, obtendo um número crescente de assinantes, anunciantes e correspondentes.

---

<sup>247</sup> CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C., *Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa*, p. 264.

### CAPÍTULO III

## OS DISCURSOS DO JORNAL *A CRUZ*: PROTESTANTISMO, ESPIRITISMO E MAÇONARIA

Este capítulo analisa os discursos do jornal católico *A Cruz* sobre o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria. Conforme apresentado nos capítulos anteriores, a criação do periódico *Cruz* foi uma importante estratégia de defesa da Igreja Católica perante as novas religiões e ideologias que aportaram em Cuiabá na passagem do século XIX para o XX. Os discursos do jornal buscaram deslegitimá-las, por meio de artigos, de textos doutrinários e de polêmicas com seus líderes e praticantes, ao mesmo tempo em que reforçavam a legitimidade católica no mercado religioso e ideológico cuiabano, instruindo e mobilizando os fiéis, construindo uma opinião pública favorável ao catolicismo e à hierarquia eclesiástica. As religiões e ideologias concorrentes eram classificadas como seitas diabólicas, heréticas, frutos do erro e do obscurantismo advindos da modernidade, sendo parte de um complô para derrotar o catolicismo, única religião verdadeira e parte inseparável da identidade brasileira, por isso eram também antipatrióticas.

De acordo com Bourdieu, o campo religioso é um lugar de disputas entre as religiões pela legitimação e pelo exercício do monopólio dos bens de salvação. Na busca de controle e expansão, os concorrentes lançam mão de extratégias diversificadas para desqualificar seus opositores e impedir suas presenças e sua expansão no mercado de bens de simbólicos<sup>1</sup>. Em Cuiabá, nos anos 1900, houve uma luta acirrada pelo mercado de bens simbólicos: maçons, positivistas, livres pensadores, espíritas, protestantes e católicos disputavam espaço no campo religioso e ideológico cuiabano. As novas religiões e doutrinas buscavam ampliar seu público, por meio de propaganda na imprensa, do proselitismo nas praças e nas casas e da de construção de templos, o que fez aumentar as disputas entre os concorrentes pela circulação e pelo consumo de bens simbólicos. Nesse contexto de pluralização religiosa e ideológica, a Igreja Católica passou a perder fiéis para os seus concorrentes, assistindo à secularização dos espaços públicos, a exemplo dos cemitérios, e também ao fim do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino públicos; presenciando a construção de templos protestantes e centros espíritas; e enfrentando o aumento do anticlericalismo, por meio de ligas de livres pensadores e da atuação destes na imprensa.

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*, p. 57-69.

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, o bispo D. Carlos D'Amour reagiu de forma enérgica contra todas essas transformações, desde a proibição de celebrações católicas nos cemitérios secularizados até a proibição da entrada da bandeira nacional na catedral, por ela conter o lema positivista. Essas mudanças se processaram desde o último quartel do século XIX, momento em que cidades como de Corumbá, Cáceres e Cuiabá passavam por crescentes transformações sociais, econômicas e culturais, culminando na diversificação das ideias e dos meios de comunicação escritos. Segundo Siqueira,

Com a abertura da navegação pelo rio Paraguai [em 1872], com conexão direta com as repúblicas platinas e com o litoral brasileiro, a circulação de idéias em Mato Grosso se intensificou, tendo sido esse movimento responsável pelo aumento das atividades ligadas aos meios de comunicação escritos, especialmente aos jornais, que constituíram o grande palco do debate político, da propaganda e da veiculação cultural<sup>2</sup>.

A autora aponta que entre o período de 1870 e 1889 existiam mais de 40 periódicos em Mato Grosso, sobretudo em Cuiabá. As transformações colaboraram ainda para a criação de associações e clubes literários, com fins de promover eventos teatrais, de dança e de poesia. Tais eventos, destinados sobretudo às elites, iam além do aspecto lúdico e contribuíram para impor novos valores ao público, educando-o nos modos de falar, de se vestir e se alimentar da maneira considerada correta e civilizada. Havia ainda a preocupação com o culto ao civismo<sup>3</sup>.

A reabertura da navegação da bacia Platina, ao final da Guerra do Paraguai, proporcionou o aumento populacional das cidades portuárias e fomentou a circulação de produtos nacionais e importados, a vinda de comerciantes, imigrantes e militares que contribuíam para a pluralização de ideias, pois muitos militares eram adeptos do positivismo, professavam o espiritismo ou eram maçons. Foi assim que o capitão Pedro Ponce, um dos primeiros expoentes do espiritismo em Cuiabá, teve contato com a nova religião que se expandia. Segundo Piloni, Ponce conheceu a doutrina espírita por intermédio do também capitão Joaquim A. de Oliveira Rosa, que serviu alguns anos em Cuiabá. Ambos fundaram o primeiro centro espírita da cidade, sob o nome de *Sociedade Espírita Cristo e Caridade*<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> SIQUEIRA, E. M., *Luzes e Sombras: modernidade e educação em pública em Mato Grosso (1870-1889)*, p. 89-90.

<sup>3</sup> SIQUEIRA, E. M., *Luzes e Sombras: modernidade e educação em pública em Mato Grosso (1870-1889)*, p. 90-100.

<sup>4</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 23.

Apesar de a abertura da navegação nacional e internacional ter favorecido a circulação de novas ideologias e religiões e ter contribuído para a dinamização da vida cultural daquelas cidades, as viagens entre Cuiabá e o Rio de Janeiro duravam cerca de 30 dias<sup>5</sup>, tempo considerável para que as notícias dos grandes centros do Brasil e do mundo chegassem a Cuiabá. No entanto, com a instalação do telégrafo, esse problema passou a ser superado com mais facilidade. Em 1891, foi inaugurada a primeira linha telegráfica que ligava Cuiabá a Goiás, que ainda funcionava de forma precária. Posteriormente, essa linha foi reconstruída e, em 1906, passou a operar regularmente, ligando Cuiabá a Cáceres<sup>6</sup>. As consequências benéficas do telégrafo foram além do aumento da velocidade na circulação das notícias que vinham de outras localidades do País. De acordo com Maciel,

[...] o telégrafo transformou a forma de comunicar e informar, acelerou o tempo vivido, apressou a circulação das notícias e, principalmente, mudou o modo de descrever os acontecimentos. Após sua apropriação pela imprensa empresarial — por meio de seções para notícias telegráficas, a colaboração de correspondentes e a compra de informações via agências internacionais de notícias —, os leitores de periódicos não teriam mais paciência ou interesse para longos relatos, dados minuciosos sobre local, personagens, sentimentos, etc. Depois do telégrafo, a notícia seria breve, seca, rápida, telegráfica<sup>7</sup>.

Importante transformação advinda do telégrafo foi a inserção nos jornais locais de uma seção de notícias internacionais, com a colaboração de correspondentes em outros Estados e mesmo de fora do País, o que culminou na mudança de hábitos dos leitores. O jornal *A Cruz* contava com uma seção destinada à publicação de notícias nacionais e internacionais. Por fim, conforme demonstrado no segundo capítulo, muitos filhos das elites cuiabanas estudavam em São Paulo e no Rio de Janeiro, tornando-se, alguns deles, adeptos das doutrinas filosóficas em voga nesses centros urbanos. Ao retornarem para Cuiabá, tratavam de propagá-las, por meio de jornais e revistas. Portanto, as distâncias que separavam Cuiabá dos grandes centros não impediram que houvesse na cidade debates acerca das novas religiões e doutrinas filosóficas que se espalhavam pelo País, o que ocasionou um enfrentamento entre católicos e livres pensadores, maçons, positivistas, protestantes, ateus e espíritas, especialmente na imprensa. Em meio a essas transformações, os novos concorrentes pelo mercado de bens simbólicos e também

---

<sup>5</sup> PERARO, M. A., *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*, p. 39.

<sup>6</sup> DOMINGUES, C. M., *A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste*, p. 4-5.

<sup>7</sup> MACIEL, L. A., *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*, p. 128.

os próprios católicos se valeram de jornais e revistas para a construção de uma opinião pública favorável, mobilizando os católicos e, ao mesmo tempo, deslegitimando seus concorrentes, por meio de manifestações permeadas por termos detratantes e agressivos, que classificavam os conconterrentes como inferiores e os demonizavam.

Em Cuiabá, os grupos não católicos formados por maçons, espíritas, protestantes, positivistas e ateus partilhavam de um objetivo comum que era o combate ao catolicismo. A união de interesses ocorreu principalmente por intermédio da *Liga Mato-Grossense de Livres Pensadores* e sua revista, *A Reacção*, sendo importante salientar que muitos livres pensadores e maçons exerciam cargos governamentais e tinham influência política para favorecer grupos não católicos. Segundo Santos, o protestantismo em Cuiabá foi favorecido por um contexto social mais liberal, sobretudo entre as elites.

A partir desse contexto intelectual existente em Cuiabá, criado mais especificamente por alguns membros da elite letrada, bem como do movimento anticlerical suscitado pelos componentes dessa mesma elite, claramente se constitui uma condicionante favorável à inserção evangélica quando da chegada dos primeiros missionários. Ainda, que pouquíssimas pessoas daquele grupo tenham se associado ao protestantismo, certamente ele veio a ser um ambiente em que os protestantes puderam criar redes de relacionamento<sup>8</sup>.

A criação e o projeto editorial do jornal *A Cruz* foram definidos nesse contexto de anticlericalismo e disputa com os novos concorrentes religiosos – muitas vezes em colaboração de interesses – pela circulação e pelo consumo de bens simbólicos. Na primeira década de existência d'*A Cruz*, foram realizadas campanhas em favor da catequese salesiana junto às comunidades indígenas de Mato Grosso, do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino público e contra a aprovação da lei do divórcio. Tais campanhas duravam meses e até anos, como foi caso da catequese indígena. Além disso, o jornal era uma importante ferramenta para promover reuniões públicas, conclamar os católicos para assinarem manifestos ou orientá-los em épocas de eleições. Ao longo da década de 1910, foram publicadas centenas de artigos condenando a Maçonaria, o positivismo, o socialismo, o comunismo, o espiritismo e o protestantismo.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo, o projeto editorial do jornal *A Cruz* ia além do combate aos adversários da Igreja Católica, pois era pautado por um ideal de sociedade católica, uma vez que sem o catolicismo e seus valores a organização social entraria em colapso.

---

<sup>8</sup> SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 83.

Em 17 de setembro de 1911, *A Cruz* publicou artigo intitulado *Labéo Infamante*, de autoria de Campos do Amaral, liderança católica de Minas Gerais, no qual o autor sintetiza o ideal de sociedade cristã católica almejado pelo jornal.

Desde o Evangelho até as encyclicas dos Pontífices e as pastoraes dos Bispos, encontramos fartas documentações do mesmo ensinamento, isto é, que cada homem é obrigado, por dever sagrado, a concorrer da sua parte para o aperfeiçoamento e progresso da vida collectiva, da existencia social.

Pois bem; si esse é um dever iniludível, ao qual nenhum de nós pode fugir, sem commeter um crime, só ha dois caminhos que nos conduzem a esse dever, só ha dois modos de executal-o – aquelle que é illuminado pelo principio christão e aquelle que é constituído pela idéa, pela acção antichristã. Não ha meios termos.

O caminho da neutralidade é uma mentira a que só serve para illudir os ignorantes.

[...] E si só ha dois principios, o christão e o antichristão, basta sabermos que toda a tentativa e toda a acção antichristã – quer se enfeite com os titulos de livre pensamento, liberalismo, modernismo, etc.; quer se apresente com os nomes sinistros da maçonaria, carbonaria, socialismo e anarchismo – em qualquer desses aspectos não passa de um systema retrogado [...] vestigio do espirito selvagem do homem, systema de anarchia e destruição<sup>9</sup>.

O posicionamento de Campos do Amaral, compartilhado pelos redatores d'*A Cruz*, era de que existiam apenas dois caminhos, o católico e o acatólico, e que não havia possibilidade de uma sociedade acatólica. O parâmetro de perfeição seria avaliado a partir dos valores católicos, a exemplo da boa imprensa católica em oposição a má imprensa, que seria a anticlerical, a espírita, a maçônica, a protestante, a anarquista e a socialista. Entretanto, para pôr em prática o projeto de sociedade ideal, era necessário neutralizar a ação daqueles que combatiam o catolicismo e, ao mesmo tempo, reeducar a sociedade para os valores cristãos, inclusive os fiéis católicos que não praticavam o ideal de catolicismo representado nas páginas do jornal e pretendido pelo arcebispo D. Carlos e pela hierarquia eclesiástica brasileira, em comunhão com a Santa Sé. Nesse intuito, era comum a publicação de textos de cunho educativo para a doutrina católica e de como o fiel deveria se portar na sociedade: em família, no casamento, no momento de votar, no carnaval, no período da quaresma, durante a missa, o papel da mulher, dos filhos, quais as boas leituras, entre outros temas. Os exemplos vão desde advertências inseridas em artigos: “É tal o mal que pôde causa ao bem social a leitura de um livro sem crença e portanto ímpio, sem moral, que ninguém pôde prever as suas perniciosas e

---

<sup>9</sup>*A Cruz*, n. 41, 17 de setembro de 1911, p. 1.

funestas consecuencias”<sup>10</sup>. Ou ainda: “É preciso votar, mas aos catholicos se impõe, como dever de consciência, o saber como votam. Votar ás cegas, por informações de jornaes interessados, por pedidos ou intimações, e falsear a missão do votante catholico”<sup>11</sup>.

Em outras passagens, era utilizado o recurso do diálogo entre personagens fictícios. Em 1911, *A Cruz* publicou um colóquio entre um católico e um livre pensador acerca da viabilidade da existência de duas ou mais religiões cristãs. O texto defende o catolicismo como a única religião verdadeira, fundada por Jesus Cristo e livre de dissidências, diferentemente das *outras*, que não seriam divinas por terem homens como fundadores e que por isso não passavam de *instituições meramente humanas*.

*O livre-pensador.* – Mas afinal, todas as religiões são boas. Por que então a religião catholica pretende o monopolio?

*O catholico.* – Não, meu amigo, todas as religiões não são boas. Não póde haver justamente duas religiões boas, a não ser que ensinem ambas absolutamente a mesma doutrina.

Isto é intuitivo.

Eis aqui uma religião que declara: Jesus Christo está na Eucharistia. Outra contesta: Jesus Christo não está na Eucharistia. Pois bem! Serão as duas igualmente veridicas? Impossivel. Fatalmente haverá uma que ensina o erro.

*O livre-pensador.* – Entendido. Mas porque será a religião catholica conserva a verdade contra todas as outras?

*O catholico.* – Eis a minha demonstração, cada religião tem o seu fundador. Chama-se Lutero, Calvino, Mafoma, etc. O fundador da religião catholica é Jesus Christo. A vida desses fundadores é conhecida. É factó histórico.

[...] Sendo os outros fundadores simples homens, as religiões d’elles não passam de instituições meramente humanas. Jesus Christo só sendo Deus, só a sua religião é divina.

[...] Para serem tambem verdadeiras, seria preciso que as outras professem a mesma doutrina d’ella.

E como TODAS professam doutrinas diferentes, TODAS são forçosamente falsas<sup>12</sup>.

O texto em questão visava a incutir no leitor uma reflexão pronta, com uma conclusão irrefutável, considerando que o livre pensador fica sem argumentos para prosseguir com o debate. Poderia, então, o católico valer-se desses mesmos argumentos quando arguido sobre o assunto em seu cotidiano, sem necessitar de amplos conhecimentos teológicos ou filosóficos. Ele estaria apto a fazer proselitismo e a defender a Igreja Católica e o clero, atacando as doutrinas e religiões rivais. Tais diálogos buscavam deslegitimar as outras religiões,

---

<sup>10</sup>*A Cruz*, n. 17, 15 de janeiro de 1911, p. 1.

<sup>11</sup>*A Cruz*, n. 145, 28 de setembro de 1913, p. 1.

<sup>12</sup>*A Cruz*, n. 27, 11 de junho de 1911, p. 2-3. Grifos do autor.

condenando-as, por serem falsas. Para deslegitimar, apresentavam as diferenças doutrinárias que os separavam. Porém, os artigos do jornal não exibiam um conhecimento profundo dos concorrentes, pois enfocavam apenas alguns elementos considerados errôneos. Assim, não era importante apresentar aos leitores a doutrina das religiões concorrentes com profundidade; era preciso apenas apresentar alguns aspectos, a fim de deslegitimá-las.

A seguir apresentam-se os discursos do periódico católico acerca do protestantismo, do espiritismo e da Maçonaria e, ainda, as polêmicas que o jornal promoveu com suas lideranças e praticantes.

### 3.1) Os protestantes

O protestantismo chegou a Cuiabá em fins do século XIX, com as profissões Metodista, Batista e Presbiteriana. Valendo-se da liberdade religiosa instituída pela Constituição de 1891, foram enviadas missões dos Estados Unidos, com o fim de evangelizar e obter novos adeptos à fé reformada. Segundo Santos, para “[...] atingir esse objetivo, construiu-se templos, passou-se a celebrar cultos em português, começou-se a fazer uso da imprensa e polemizou-se com a Igreja Católica”<sup>13</sup>.

As reportagens do jornal *A Cruz* condenavam sistematicamente a presença e o proselitismo protestante em Cuiabá, e não somente as profissões Batista e Presbiteriana que marcaram presença no mercado religioso da década de 1910, mas também o protestantismo como um todo, classificando as profissões cristãs reformadas como seitas falsas. Ao polemizar com líderes protestantes, os redatores não se referiam apenas aos aspectos doutrinários das igrejas que se instalavam na cidade, mas ao próprio protestantismo. Da mesma maneira, os líderes reformados que polemizaram com os redatores católicos defendiam o protestantismo de maneira geral e não apenas a denominação religiosa que professavam.

Em 1910, o periódico católico polemizou com o pastor batista Morris Bernard e em 1915 com o reverendo presbiteriano Felipe Landes. Este último rebateu os artigos do jornal católico por meses, de novembro de 1915 a setembro de 1916, por meio de artigos no jornal *O Matto-Grosso*. A polêmica ressurgiu em 1926 e 1927 com a criação do jornal *A Penna Evangélica*<sup>14</sup>. Nos anos entre a polêmica com Bernard e Landes, *A Cruz* não deixou de publicar

---

<sup>13</sup> SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 85.

<sup>14</sup> Cf. GONÇALVES, C. B., *As polêmicas antiprotetantismo nas primeiras décadas do século XX: Cuiabá, 1926, 1927*.



textos condenando o protestantismo, porém os ataques foram mais incisivos para os livres pensadores, maçons e espíritas. Esse intervalo temporal está relacionado ao fato de que em fins de 1910 o pastor batista M. Bernard deixou Cuiabá e somente em 1913 veio para a cidade o missionário presbiteriano Franklin Graham, e dois anos depois Felipe Landes, que reiniciou o proselitismo protestante, o que incitou o jornal *A Cruz* a reiniciar uma campanha contra a fé reformada.

Os discursos do jornal católico contra o protestantismo foram caracterizados por vários matizes, contrapondo o catolicismo ao protestantismo. Os pontos centrais da ofensiva eram: ênfase na tradição da Igreja Católica em oposição ao menor tempo de existência das confissões reformadas, consideradas hereges e dissidentes do catolicismo; reforço da autoridade pontifícia, por meio da defesa do dogma da infalibilidade papal, ao mesmo tempo em que enfatizava a divisão do protestantismo em várias confissões, sendo cada fiel livre para interpretar a Bíblia à sua maneira; e os sacramentos e os dogmas católicos eram inspirados nas Escrituras Sagradas e na tradição da Igreja Católica, que os fazia embasados na autoridade transmitida por Cristo ao apóstolo Pedro e aos seus sucessores, os papas, diferentemente do protestantismo, que tinha apenas dois sacramentos e suas doutrinas teriam sido criadas por homens como Lutero e Calvino. A partir da segunda metade da década de 1910 e sobretudo no início dos anos de 1920, o jornal passou a associar a presença protestante de orientação norte-americana como parte do imperialismo estadunidense no Brasil e da Doutrina Monroe, contrapondo essa presença ao catolicismo considerado parte indissociável da cultura e identidade brasileiras.

Desde os seus primeiros números, *A Cruz* fez ataques aos concorrentes da fé católica. Em 1 de junho de 1910, foi publicado o artigo *O Espiritismo, suas causas e efeitos*, que se referia especificamente ao espiritismo, mas que devido a citações sobre os protestantes acabou ocasionando uma polêmica com a liderança batista de Cuiabá, o pastor Morris Bernard. O conteúdo do texto avaliava o espiritismo como algo passageiro e que atraía mais pela curiosidade do que pela veracidade de suas doutrinas, comparando-o ao protestantismo, que se expandia devido ao desejo humano pelo novo e, ainda, pela busca de muitos católicos por uma religião *mais comoda, mais fácil*, porém falsa. Esse fato concorreria para que os protestantes vivessem em uma *continua incerteza* da veracidade de suas doutrinas.

Os protestantes em virtude do livre exame pelo qual cada um é juiz infallível em matéria de religião, vivem n'uma contínua incerteza sobre a verdade do protestantismo; por causa especialmente das quatrocentas e tantas opiniões em

que está dividido, duvida cada um da sua e quer experimentar si talvez esta outra é mais nova e melhor<sup>15</sup>.

Na semana seguinte, no dia 9 de junho, o pastor batista Morris Bernard publicou um artigo no jornal *O Commercio*<sup>16</sup>, refutando as considerações do jornal *A Cruz* acerca do protestantismo. Além disso, ele aproveitou a ocasião para atacar o catolicismo que não seguia corretamente as Escrituras Sagradas.

*A Cruz* diz que ‘os protestantes vivem n’uma continua incerteza sobre a verdade do protestantismo’; não ha tal, e os catholicos podem se certificar disso, e tanto, basta interrogar qualquer crente Evangelico.

Especializando, adduzindo um exemplo: perguntem a um protestante sobre a sua salvação e este responderá que está salvo pela fé e obediência ás palavras de Jesus: ‘quem ouve a minha palavra e crê n’aquelle que me enviou, tem a vida eterna e não entrará em condemnação, mas passou da morte para a vida’ (João – 5:24).

A Igreja Romana, contrariamente, nunca dá a seus fieis tal certeza, e tanto é verdade que, muitos annos depois que um seu crente tem deixado a terra, ainda se celebra missas para tiral-o do *purgatorio*, lugar que nem Jesus nem seu Apostolos fallaram nelle.

[...] A verdade, pois, estará com quem estiver com a Escripura Sagrada. Sigam-na e serão também protestantes<sup>17</sup>.

Morris Bernard escreveu seu texto não apenas para os redatores do jornal *A Cruz*, mas também para o público leitor de maneira geral, visando a mobilizar a opinião pública a seu favor. Nesse sentido, houve a preocupação do pastor batista em contrapor o discurso do periódico católico, por meio de citações bíblicas, pois a Bíblia era considerada por grande parte dos leitores como detentora das verdades incontestáveis do cristianismo. A réplica d’*A Cruz* veio em 15 de junho, em longo artigo sem identificação, no qual o articulista rebate cada uma das acusações de Bernard, também se utilizando de citações bíblicas para defender a existência do purgatório e enfatizando a variedade de igrejas protestantes como um indício irrefutável da falsidade de suas doutrinas. Assim,

Como explica, na verdade, o Sr. Morris a existencia de tantas igrejas protestantes combatendo-se e destruindo-se mutuamente entre si?

[...] De mais a mais, todas ellas, em theoria, promettem a salvação; na pratica suscitam duvidas e desassocego nas consciencias, pois os adeptos mudam de igreja e crença pelo mudar das estações!

---

<sup>15</sup>*A Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 2.

<sup>16</sup>*O Commercio*, n. 15, 9 de junho de 1910, p. 3.

<sup>17</sup>*O Commercio*, n. 15, 9 de junho de 1910, p. 3. Itálicos do autor.

[...] Nossa ufania em louvar a crença catholica, era motivada tão só pela persuasão intima, meditada, estudada, certa, ser ella a única verdadeira<sup>18</sup>.

O discurso busca deslegitimar um concorrente direto do catolicismo em Cuiabá. Para os redatores da *A Cruz*, Morris Bernard falava sem autoridade, em nome de uma instituição criada por homens e não pelo próprio Cristo. O protestantismo seria formado por seitas, caracterizado pela divisão, e cada fiel teria o direito ao livre exame da Bíblia, o isso seria um fator gerador de discórdias e de fragmentação. Bernard não deu prosseguimento à polêmica, diferentemente do que ocorreu em 1915 com o reverendo presbiteriano Felipe Landes, que polemizou ininterruptamente por meses com os redatores da *A Cruz*.

A polêmica com o reverendo Landes começou em 31 de outubro de 1915, data em que o jornal católico iniciou a publicação de quatro artigos sob o título de *Doutrina religiosa - Em que differem protestantes e catholicos*, que fora “[...] mandada publicar pela autoridade diocesana”<sup>19</sup>, demonstrando a preocupação de D. Carlos com a presença do presbiterianismo em Cuiabá e, ainda, a submissão dos redatores à sua autoridade. Os textos de autoria do arcebispo – que os tinha publicado décadas antes no jornal *A Provincia de Matto-Grosso*, em 1881<sup>20</sup> – não passaram indiferentes a Felipe Landes, que os rebateu nas colunas do jornal *O Matto-Grosso*. Mesmo não sendo citado nos artigos de autoria do arcebispo, que escreveu referindo-se ao protestantismo como um todo e não apenas aos presbiterianos de Cuiabá, Landes buscou responder a cada uma das argumentações dos artigos católicos, fundamentado em citações bíblicas e históricas e demonstrando grande erudição e autoridade acerca do tema. Somente após a publicação dos textos de D. Carlos é que os redatores do jornal *A Cruz* polemizaram única e exclusivamente com o pastor presbiteriano. No primeiro artigo do prelado, há uma passagem comparativa entre o catolicismo e o protestantismo; os argumentos não diferem daqueles utilizados anteriormente pelo jornal.

O protestantismo, em comparação com a Igreja Catholica, é uma Religião de hontem. Sabemos a data precisa de sua primeira aparição no mundo; sabe-se tambem o nome do inventor dessa Religião, daquelle que primeiro estabeleceu os princípios dela. Antes de Luthero em 1517 ninguem pensava em protestantismo, todos eram Catholicos, ao menos na fé, pois reconhecião a autoridade Divina dos pastores.

O proprio Luthero foi baptizado na Igreja Catholica; [...] Depois para satisfazer suas criminosas paixões é que ele rompeu com o Papa, separou-se

---

<sup>18</sup>*A Cruz*, n. 3, 15 de junho de 1910, p. 6.

<sup>19</sup>*A Cruz*, n. 249, 31 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>20</sup>*A Provincia de Matto-Grosso*, n. 146, 16 de outubro de 1881, p. 3.

da Igreja, e fundou a nova seita que se chamou *protestante*, porque *protestava* contra o catholicismo que já estava estabelecido antes e que continuou da mesma forma até nós<sup>21</sup>.

Para o arcebispo, o protestantismo não respeitava a autoridade transmitida por Jesus Cristo à Igreja Católica por intermédio do apóstolo Pedro e não aceitava a hierarquia católica, a começar pela pessoa do Papa, tido como sucessor de Pedro. Desse modo, os protestantes propagavam uma falsa doutrina criada por homens e de acordo com as vontades de cada um dos reformadore. Por isso, se dividiam em várias *seitas*, diferentemente da Igreja Católica, que permanecera unida por séculos<sup>22</sup>. Na semana seguinte à publicação do artigo da *A Cruz*, Landes publicou no jornal *O Matto-Grosso* o primeiro de muitos artigos, rebatendo os textos do semanário católico, dando início a uma polêmica que durou meses. No texto intitulado *Resposta a um artigo d' "A Cruz*, o pastor presbiteriano afirma que:

O protestantismo não é uma religião de hontem, como affirma 'A Cruz', pois seus principios foram enunciados por Jesus Christo. Elle ensinou todas as doutrinas positivas do christianismo, contidas hoje no Novo Testamento, e, além disso, protestou solenemente contra os erros e abusos da egreja de seu tempo, que, com o decorrer dos séculos, se torná-ra immensamente corrupta. Dos padres judaicos, os escribas e phariseus d' aquelle tempo, disse Jesus: "Em vão pois me honram, ensinando doutrinas e mandamentos que veem dos homens". S. Matheus 15:9. 'Vós bem fazeis por invalidar o mandamento de Deus, para guardardes a vossa tradição'. S. Marcos 7:9. Á semelhança dos escribas e phariseus do tempo de Jesus, os padres da egreja romana ensinam preceitos de homens e invalidam os mandamentos de Deus, pela sua tradição<sup>23</sup>.

Landes criticava o principal argumento utilizado por D. Carlos, que era a tradição da Igreja Católica. Para ele, tal justificativa seria inválida, pois os membros do clero católico haviam se desvirtuado do reto caminho descrito nas Escrituras, visando apenas à manutenção do seu poder ao longo dos séculos. Seriam exemplos de erros dos católicos o uso de imagens, o desrespeito ao dia do descanso, a criação de dias santos, a confissão auricular e o celibato clerical. Desse modo, o protestantismo, apesar de não ser tão antigo quanto o catholicismo,

---

<sup>21</sup>*A Cruz*, n. 249, 31 de outubro de 1915, p. 2. Itálicos do autor.

<sup>22</sup>*A Cruz*, n. 249, 31 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>23</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1316, 7 de novembro de 1915, p. 2. Aspas do autor.

tornara-se uma religião verdadeira, pois surgira como contestação aos erros da Igreja de Roma, que deixara de cumprir os verdadeiros preceitos bíblicos<sup>24</sup>.

Em seu segundo artigo, D. Carlos enfatizou que a Igreja Católica tem suas doutrinas com base nas *Esripturas e na Tradição*, diferentemente dos protestantes, que utilizavam somente a Bíblia como regra de fé. Para o prelado de concepções ultramontanas, tal postura constituía um erro, pois cada fiel poderia interpretar a Bíblia como bem entendesse. Em contrapartida, a Igreja romana teria a autoridade delegada por Jesus Cristo, “[...] para explicar aos povos esta divina palavra, mostrar onde ela se acha, bem determinar-lhe o sentido, expelindo todas as novidades com que o espirito humano costuma corromper a pureza das verdades de Deus”<sup>25</sup>. Em sua resposta, Landes acusou novamente o clero católico de não respeitar as Escrituras: “Os padres não prégam o evangelho, mas antes o falsificam e deturpam, e por esta razão, as promessas de Jesus não lhes pertencem, porém são d’aquelles que fielmente prégam o evangelho puro e singelo de Jesus, sem os acrescimos de homens falliveis”<sup>26</sup>. As últimas linhas foram dirigidas à defesa do dogma da infalibilidade papal, confirmado no Concílio Vaticano I, em 1869-1870.

Comparando as duas visões, nota-se que para D. Carlos enfatizava o respeito à hierarquia eclesiástica e à exclusiva autoridade da Igreja em interpretar as Escrituras Sagradas, contando com uma autoridade recebida do próprio Cristo, o que validava os dogmas católicos, mesmo aqueles não contidos na Bíblia, conforme tema tratado em seu terceiro artigo<sup>27</sup>. Por sua vez, Landes ponderava que a partir do momento em que não são consideradas as Escrituras Sagradas os dogmas católicos perdiam a validade, de modo que em sua terceira resposta contestou as indulgências e especialmente a hegemonia da Igreja Católica em se considerar a única e verdadeira igreja cristã. O pastor presbiteriano, refutando os posicionamentos do arcebispo, declarava que de acordo com a Bíblia, Cristo seria a única autoridade infalível, em contraposição à autoridade falível dos papas.

Torna-se, pois, evidente que Pedro não pode ser a pedra fundamental da igreja e, portanto, a igreja romana erra na sua interpretação de S. Mat. 16:18. Nosso Senhor Jesus Christo é a pedra angular e o unico chefe infallivel da sua igreja.

---

<sup>24</sup>O *Matto-Grosso*, n. 1316, 7 de novembro de 1915, p. 2-3.

<sup>25</sup>A *Cruz*, n. 250, 7 de novembro de 1915, p. 2.

<sup>26</sup>O *Matto-Grosso*, n. 1317, 14 de novembro de 1915, p. 3.

<sup>27</sup>A *Cruz*, n. 251, 14 de novembro de 1915, p. 2.

Não negamos que os apóstolos gozassem de uma auctoridade para ensinar e escrever infalivelmente, inspirados pelo Espírito Santo, porém negamos que essa auctoridade fosse transmittida aos papas.<sup>28</sup>.

O quarto e último artigo de D. Carlos trouxe à tona uma crítica recorrente no jornal acerca dos protestantes, a de que eles se dividem em várias seitas, em consequência do orgulho individual daqueles que não aceitam a autoridade da Igreja deixada por Cristo e que buscam interpretar livremente as Escrituras. Segundo D. Carlos,

O protestantismo não é outra cousa mais que REVOLTA contra a autoridade. É o orgulho da razão individual ousando collocar se á cima da razão universal; é um christão arrogantemente:  
'Eu entendo melhor a Escripura que toda a Igreja Catholica, todos os concílios, todos os seus doutores reunidos! Eu interpreto melhor este ou aquelle passo da Bíblia que todos os Papas, todos os Bispos, todos os theologos do mundo! Só eu sou o juiz supremo de minhas crenças! Tendo a Bíblia, tenho o Espírito Santo, não é preciso de mais luz, nem direcção alguma! Na de autoridade! *Nem servidão!*'<sup>29</sup>.

Para D. Carlos, o livre exame da Bíblia levou o protestantismo à falta de coesão em suas doutrinas: "Se o que uns acham fundamental e necessario para a salvação, segundo exame provado, outros, segundo esse mesmo privado exame, acham secundário e de nenhum momento"<sup>30</sup>. A resposta de Felipe Landes voltou-se para a explicação do credo protestante; ele enumerou os pontos principais que os unem, especialmente a negação da autoridade papal e o não uso de imagens e a invocação de santos, considerando as divisões existentes como de cunho ritualístico, a exemplo da administração do batismo<sup>31</sup>.

O último artigo de D. Carlos reafirmou as considerações anteriores, porém, citou diversos protestantes que se converteram ao catolicismo, "[...] donde sahiram injustamente seus paes"<sup>32</sup>. Por sua vez, Landes fez o mesmo, enumerando nomes de padres e freiras que se tornaram protestantes<sup>33</sup>.

---

<sup>28</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1318, 21 de novembro de 1915, p. 3.

<sup>29</sup>*A Cruz*, n. 252, 21 de novembro de 1915, p. 2. Grifos do autor.

<sup>30</sup>*A Cruz*, n. 252, 21 de novembro de 1915, p. 2.

<sup>31</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1319, 28 de novembro de 1915, p. 3.

<sup>32</sup>*A Cruz*, n. 253, 28 de novembro de 1915, p. 2.

<sup>33</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1320, 5 de dezembro de 1915, p. 3.

Após a publicação dos artigos de D. Carlos, os redatores do jornal católico continuaram condenando e criticando o protestantismo e sendo contra-atacados por Felipe Landes. A polêmica continuou por vários meses, até março de 1916, com a recusa dos redatores da *A Cruz* em publicar mais artigos de resposta, diferentemente de Landes, que publicou seus textos quase que semanalmente até setembro de 1916. Os principais temas em debate giraram em torno da defesa ou da crítica da infalibilidade pontifícia, do celibato clerical e dos sacramentos. Alguns artigos se desdobravam em vários números. Os títulos dos artigos do semanário católico eram: *Em que differem Catholicos e Protestantes* – de autoria de D. Carlos –, *A Moral protestante*, *Infalibilidade Pontificia*, *O Principio de autoridade e o Protestantismo*, *O celibato ecclesiastico* e *Á gandaia por entre os aranzéis do protestante* – este artigo se desdobrou em 10 edições, entre 28 de janeiro de 26 de março de 1915.

Landes publicou seu primeiro artigo como *Resposta a um artigo d' "A Cruz"*, que se desdobrou em *Respostas aos artigos d' "A Cruz"*, que tinha por subtítulo o título dos artigos publicados no periódico católico ou o tema do texto publicado, a exemplo do texto *Infalibilidade Pontificia: "Que Bella Unidade"* ou *Respostas aos artigos d' "A Cruz: o fracasso da infabillibilidade Papal*. Eis outros exemplos de subtítulos: *O caso do Papa Honorio*; *Ainda o celeberrimo Honorio*; *O papismo á luz da Historia*; *O Santo Padre Honorio*; *As contradicções do Papismo*; *Incoherencias da Doutrina Papal*; *A Derrota do Papismo*; *Novas Incoherencias dos Papistas*; *A Historia e o Papado*; *Consequencias do Captiveiro de Avinhão*; *O Sacrificio da Missa*; *A Missa e o Purgatório*; *A Eucharistia e a Transubstanciação*; *A Confissão Auricular e a Biblia*; *A Confissão Auricular e a Historia*; *A Confissão Auricular e os Factos*; *O Sacramento do Baptismo*; *O Matrimonio e o Romanismo*; *Sacramentos Espurios*; *Origem do Protestantismo*; *Luthero e a Egreja de Roma*; *Calvino e Zwinglio*; *As Variações do Protestantismo e os Santos*; *As Arvores e os Fructos*; *O Protestantismo Perante os Factos*; e *Conclusão*.

Os textos eram escritos com grande erudição por ambas as partes, que se valiam de citações bíblicas, termos em latim e grego, conferências de papas, autores católicos e protestantes, referendos de concílios e documentos diversos da Igreja Católica. Também eram utilizados argumentos repletos de ironia, a exemplo de um trecho do artigo publicado por Landes em 5 de março de 1916, intitulado *O Papado á Luz da História*:

O ultimo artigo do *gandaieiro* [*A Cruz*] é o mais fraco de todos até agora publicados e de facil refutação. O semanário ultramontano devia ter tratado, como prometeu, do latin do *Liber Diurnus* e dos outros documentos históricos

por nós citados, porém nem sequer tocou nesse assumpto. Fugiu mais uma vez do ponto principal da nossa discussão<sup>34</sup>.

Houve por parte de Landes a tentativa de desqualificar e deslegitimar o discurso de seu oponente, valendo-se, para tanto, do uso de referências pejorativas e da afirmação de que não foram apresentados pelos redatores católicos argumentos plausíveis, o que caracterizava fuga ao centro do debate. Por sua vez, *A Cruz* publicou em 28 de janeiro um artigo em defesa da infalibilidade papal, no qual satiriza a linguagem utilizada por Landes, que considerava contraditória.

Immensamente ridículo, de facto, o começo do referido artigo do Sr. *Fellipe*, '*A igreja catholica romana*, diz elle textualmente, *tem todo o direito de definir o seu dogma de infalliilidade pontificia... Aceitamos, portanto, essa definição, embora julgamos que as confessadas imoralidades de muitos papas, as suas heresias como pessoas privadas e os seus erros administrativos, seja incompativeis com a perfeição das suas doutrinas, mesmo quando proclamadas ex-cathedra.*'

Comprehendeste alguma coisa, leitor? Nem eu<sup>35</sup>.

Os redatores do jornal católico buscaram não apenas satirizar uma possível contradição contida no texto de Landes, mas também induzir o leitor à mesma conclusão apresentada por eles. Em ambos os textos, houve a tentativa de se obter uma opinião pública favorável e de demonstrar a fragilidade dos argumentos do oponente. Nota-se, contudo, que os redatores do jornal *A Cruz* não se sentiam confortáveis com a situação de afrontamento por parte do protestante, que residia há poucos meses em Cuiabá e que não temia polemizar na arena da imprensa e por meio de conferências públicas com os representantes do clero local, entre eles, D. Carlos e D. Aquino. De nada valia a superioridade numérica quando se tinha em frente um opositor igualmente letrado e conhecedor da doutrina católica como muitos católicos não a conheciam. Diante disso e visando a contrapor de forma mais contundente os artigos publicados por Landes, o bispo D. Aquino realizou conferência sobre o protestantismo. O evento aconteceu no Liceu São Gonçalo no dia 9 de janeiro de 1916, e o texto foi publicado na edição de n. 260 do jornal *A Cruz*. Foi um evento marcado por pompa e pela presença de pessoas consideradas como ilustres, inclusive Felipe Landes. O ocorrido foi noticiado como um sucesso, com pessoas se apinhando e esperando ansiosamente as palavras do bispo auxiliar.

---

<sup>34</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1332, 5 de março de 1916, p. 4.

<sup>35</sup>*A Cruz*, n. 261, 24 de janeiro de 1916, p. 1. Itálicos do autor.



Á hora aprazada estava o vasto salão do Lyceu literalmente repleto de distintos cavalheiros e exmas. familias, apinhando-se nas janellas numerosos ouvintes que não puderam entrar. No pateo e nas primeiras filleiras da platéa notamos o Exmo. Sr. Cel. Gomes de Castro e seu ajudante de ordens o Sr. Godofredo d'Albuquerque, Official de Gabinete, representando o Exmo. Sr. Dr. General Presidente do Estado, Dr. Francisco Muniz, Presidente da Liga Catholica, Drs. Estevão Corrêa, Alberto D'Oliveira, Coroneis Manoel Moreira, Virgilio Corrêa, Benedicto Leite de Figueiredo, Profs. Joaquim Marques, Feliciano Galdino, Mons. Bento S. da Luz, Revr. Frei Ambrosio Daydé e mais centenas... até o Sr. Filippe Landes, pastor evangelico que lá fôra ouvir *bôas* sobre o protestantismo e tomar notas para a REFUTAÇÃO COMPLETA (!) da conferência que ia ouvir sobre o Protestantismo incompativel com a alma humana, christã e brasileira<sup>36</sup>.

O texto buscava transmitir a grandeza do evento ao destacar a presença de autoridades e de membros da elite mato-grossense e de outras centenas de pessoas. Tratava-se, pois, de um acontecimento compatível com a grandeza e a tradição do catolicismo, que buscava reproduzir sua condição de religião legitimada e institucionalizada no campo religioso cuiabano<sup>37</sup>. A conferência versava sobre a incompatibilidade do protestantismo com a alma humana, cristã e brasileira. O bispo considerava que a alma humana possuía três *infinitas aspirações* recebidas pelo *sopro divino* e incompatíveis com a doutrina reformada: a verdade, o belo e bem.

Com a verdade, porque é essencialmente uma negação. Só nisto é que concordam os protestantes de todas as seitas. [...] Si procurarmos a parte positiva do Protestantismo, na qual deveria achar-se a verdade, só encontramos a confusão, a algaravia, a pulverização infinita de seitas<sup>38</sup>.

Do mesmo modo que D. Carlos, D. Aquino valeu-se de um discurso que reforçava as divisões do protestantismo em contraposição à tradição do catolicismo. Mais adiante, considera que a fé reformada seria incompatível com o belo, pois ao condenar “[...] a sumptuosidade do culto e o culto das imagens, matou quase todas as artes, principalmente a pintura e a escultura”<sup>39</sup>. Por fim, em apenas um parágrafo, o articulista resume a incompatibilidade do protestantismo com o *bem e a virtude*:

Mas, sobretudo, é incompativel com o bem e a virtude. Não ha virtude, nem merito sem o livre arbítrio. Ora Lutherero negou furiosamente essa liberdade. Eis o fatalismo. De que valem os esforços pelo bem, si somos movidos

---

<sup>36</sup>A Cruz, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1. Maiúsculas do autor.

<sup>37</sup> BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*, p. 58-59.

<sup>38</sup>A Cruz, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1.

<sup>39</sup>A Cruz, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1.

irresistivelmente pela fatalidade, qualquer que ella seja? Daqui as desordens tristemente celebres da vida de Luthero, que incarna admiravelmente o protestantismo<sup>40</sup>.

Em seguida, D. Aquino discorreu sobre a incompatibilidade da alma cristã com a fé reformada, isso porque o protestantismo tratava-se, sobretudo, de uma *revolta contra o principio da autoridade*: “Jesus Christo deixa o seu Vigario na terra, o protestantismo o renega e injuria atrozamente. Jesus Christo institue sete sacramentos, o protestantismo os rejeita todos, ou reduz a seu talante”<sup>41</sup>. Lembra ainda a virgem Maria, que é rebaixada *ao nivel das mulheres vulgares*. Por fim, o autor apresenta a incompatibilidade do protestantismo com a alma brasileira, representação sempre presente nos discursos do jornal *A Cruz* contra o protestantismo. Assim, “O protestantismo, esse caudatario do divorcio e do duelo, a dissolução do lar e o desrespeito á justiça, não pode absolutamente medrar num povo, como o nosso, cuja alma o mónotheismo catholico elaborou”<sup>42</sup>. Neste ponto, associa-se a brasilidade e ao catolicismo, um dos aspectos defendidos pela hierarquia eclesiástica brasileira. O catolicismo era parte indissolúvel do ser brasileiro e da pátria. D. Aquino rememora as invasões holandesas no período colonial, momento em que foi moldada a *alma brasileira*: “Brasileiros! Gravae bem fundo na consciencia esta gloriosa verdade historica: *a alma brasileira nasceu combatendo o protestantismo*. Dahi, a nossa incompatibilidade profunda, essencial, irreconciliável de adversarios natos”<sup>43</sup>.

A conferência de D. Aquino tinha o objetivo não apenas de se contrapor ao proselitismo de Landes, mas também de o fazer por meio de uma voz autorizada e capacitada para defender a doutrina católica e demonstrar os erros da doutrina protestante. Nesse sentido, o evento cumpria o papel de reforçar a autoridade e a hierarquia presentes no catolicismo, pois quem falava era o bispo, sacerdote plenamente instituído de autoridade simbólica<sup>44</sup>. Havia ainda uma narrativa que exaltava a magnitude que o acontecimento transmitia à assistência, argumentando em favor da ideia de coesão do catolicismo em Cuiabá, unido contra uma doutrina religiosa que não fazia parte da cultura brasileira e dos cuiabanos.

---

<sup>40</sup>A *Cruz*, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1.

<sup>41</sup>A *Cruz*, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1.

<sup>42</sup>A *Cruz*, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1.

<sup>43</sup>A *Cruz*, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>44</sup> BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*, p. 58-59.

O pastor presbiteriano se empenhou em responder à conferência do então jovem bispo, conforme notícia do jornal católico *A Cruz*: “O Sr. Filippe Landes *disque* refutou completamente a magistral conferencia do nosso emitente patricio D. Aquino Corrêa”<sup>45</sup>. As conferências teriam sido realizadas na *Praça da República*, espaço de grande prestígio na cidade e situado defronte à Igreja Catedral. Como se tratava de um evento que se opunha diretamente à conferência do bispo auxiliar, os redatores católicos buscaram diminuir ao máximo a dimensão das conferências de seu opositor.

Nos disseram que o tal pastor evangelico, Felipe Landes, não tendo ouvintes no salão que abriu, na Rua Antonio João, resolveu dar uma serie de conferencias, na praça *revolta* da República, para *pescar ao anzol* os transeuntes; porem o infortunado protestante concence-se cada dia mais e mais que aqui a isca não se pega. Ante hontem, ao acabar o lenga-lenga, um auditor aplaudiu (a Exma. Snra. do Pastor) e um outro riu-se com *irreverencia*. É mesmo melhor ficar no seu salão Sr. Landes, mais facil de encher do que a praça assim não amola mais a paciencia da gente nem a placidez.... das pedras<sup>46</sup>.

O relato do jornal *A Cruz* não pode ser considerado como parâmetro para saber a magnitude real do público ouvinte do pastor presbiteriano. Tratava-se de um discurso que objetivava desqualificar e deslegitimar o proselitismo de Landes, que não obtinha êxito na obtenção de novos fiéis; pelo contrário, sua pessoa era ignorada pelos transeuntes que o viam discursar. O fato é que o proselitismo protestante incomodava sobremaneira o grupo católico da *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*<sup>47</sup>, que o tratava com o máximo de desprezo possível, desqualificando-o com o uso de termos pejorativos e comentários depreciativos.

E é esse mesmo Sr. *Felippe* que depois se não envergonha de queixar-se da maneira, ainda excessivamente modesta, com que, destas columnas, temos respondido a essas verdades *filosóficas* de odio, despeito e despropósitos, atiradas por um *pau-rodado* á face desta inteira população catholica<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup>*A Cruz*, n. 260, 16 de janeiro de 1916, p. 2. Itálicos do autor.

<sup>46</sup>*A Cruz*, n. 255, 12 de dezembro de 1915, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>47</sup> Doravante LSCMT.

<sup>48</sup>*A Cruz*, n. 264, 13 de fevereiro de 1916, p. 1. Grifos do autor. Segundo Galetti, a expressão cuiabana *pau-rodado* “[...] que, dentre outros sentidos possíveis, designava, de forma pejorativa, os que vinham de fora exclusivamente para fazer fortuna, mas acabavam ficando, como pedaços de paus encaçados numa curva de rio, sem de fato serem afetados pela história do lugar e de sua gente, por seus hábitos e costumes, por seus problemas e desafios”. Cf. GALETTI, L. S. G., *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa*

O trecho faz referência à publicação feita por Landes, semanas antes, em *O Matto-Grosso*, criticando a postura agressiva dos redatores católicos e elogiando o tratamento cordial dispensado por D. Aquino aos protestantes e por manter o debate apenas nos aspectos doutrinários.

Uma das qualidades que muito apreciámos e elogiámos na pessoa do sr. Bispo D. Aquino, foi a sua delicadeza e o seu modo inoffensivo de combater o protestantismo “em these”, sem offensas pessoaes. Si os redactores d’ ‘A Cruz’, seguissem o exemplo do seu talentoso e dedicado bispo, a nossa discussão, de ambas as partes, tornar-se-ia muito mais proveitosa para os nossos leitores<sup>49</sup>.

Os redatores da *A Cruz* não negavam o tratamento descortês para com o pastor presbiteriano, porém, o acusavam de proceder da mesma maneira para com os católicos, pois consideravam que o responsável pelo tratamento depreciativo por eles empregado era o próprio Landes, que desrespeitava a fé praticada pela maioria dos cuiabanos e atacava os papas e os santos. Em resposta direta à alegação do presbiteriano sobre a cordialidade de D. Aquino, novamente *A Cruz* não poupou o uso de palavras detratadoras para desqualificar seu concorrente:

O Sr. Landes muito aprecia e muito elogia a delicadeza e o modo inoffensivo de combater o protestantismo do Sr. Bispo D. Aquino; deplora que os redactores d’ ‘A Cruz’ sigam o exemplo do delicado Bispo porque assim tornar-se-a a discussão mais proveitosa para os leitores.

S. Exc. D. Aquino, illustre Landes, está no seu papel e nós jornalistas, no nosso.

[...] D. Aquino, nosso general, que elogiamos e apreciamos mil vezes mais que de que podem apreciar-o todos os Landes do mundo, nos apontou o reducto herege e nós carregamos á arma branca, assaltamos o reducto, descemos na trincheira; naturalmente não é para fazer continencias e cortezias, nem caricias a sua bella pessoa de herege petulante e atrevido<sup>50</sup>.

Para os redatores católicos, Landes não merecia um tratamento cordial, porque atacava de modo igualmente impolido o catolicismo e suas lideranças.

Nas suas conferencias que por nimia condescendencia lhe deixaram fazer na praça, o Sr. Longe de ser delicado e inoffensivo como o nosso querido Bispo,

---

da civilização, p. 8. Nesse caso, Landes não era cuiabano e foi nomeado professor de inglês interino no Liceu Cuiabano pelo Governo Estadual em fevereiro de 1916.

<sup>49</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1327, 30 de janeiro de 1916, p. 3.

<sup>50</sup>*A Cruz*, n. 263, 6 de fevereiro de 1916, p. 2.

perdeu o direito a qualquer consideração, insultou e calumniou directamente os conventos e os frades, [...] há semanas n' 'O Matto-Grosso' o Sr. não hesitou lançar em bloco ao rosto dos sacerdotes desta Capital todos os insultos, mentiras e calumnias contra elles assacados em jornaes pornograohicos e desmoralisados, como a ex-Reacção e o ex-Debate<sup>51</sup>.

De fato, as referências pouco elogiosas eram mútuas, com a diferença que Landes se referia ao jornal *A Cruz* enquanto grupo, sem se dirigir especificamente a um membro da redação, tendo em vista que a maioria dos artigos de resposta do jornal católico não continha assinatura. Assim, na busca do controle e do monopólio do mercado religioso, os dois lados se valeram de manifestações agressivas e detratórias que contestavam a autoridade e pretendiam mobilizar a opinião pública a seu favor. Portanto, ao afirmar que Landes era um *pau rodado*, buscava-se classificá-lo como estrangeiro, um aventureiro, que estava fora do seio da sociedade cuiabana, trazendo consigo uma fé alheia aos costumes locais, uma ameaça não apenas para o catolicismo, mas também para a catolicidade que marcava a cultura brasileira.

Outro fato que demonstra a insatisfação do grupo católico para com a postura de enfrentamento de um rival recém-chegado à cidade e que ameaçava a hegemonia católica no campo religioso cuiabano ocorreu em 19 de março de 1916. Neesa edição, o semanário católico conclamou seus leitores para que não comprassem o jornal *O Matto-Grosso* enquanto este não parasse de publicar os textos de Landes<sup>52</sup>. A resposta dos redatores de *O Matto-Grosso* foi em tom cortês, porém sem esconder o estranhamento com a postura radical dos redatores católicos. Afirmaram que não se responsabilizavam pelos artigos publicados por terceiros, tendo em vista que eles eram alocados nas seções remuneradas e, ainda, que a discussão interessava a todos os leitores, visto que estava elucidando pontos importantes “[...] da genesis obscura do catholicismo, esclarecendo pontos obscuros e transcendentos, verdadeiros fundamentos da fé christã, polemica alimentada com abundancia de argumentos da maior valia e maior consistência”<sup>53</sup>. Por fim, convocava os redatores de *A Cruz* a refletirem sobre a condenação injusta que fizeram<sup>54</sup>.

Ainda nessa mesma edição do jornal *O Matto-Grosso*, Landes não deixou de satirizar a atitude tomada pela redação do jornal católico, que a seu ver não tinha mais argumentos para a

---

<sup>51</sup>*A Cruz*, n. 263, 6 de fevereiro de 1916, p. 2.

<sup>52</sup>*A Cruz*, n. 269, 19 de março de 1916, p. 2.

<sup>53</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1335, 26 de março de 1916, p. 1.

<sup>54</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1335, 26 de março de 1916, p. 1.

defesa da doutrina católica e por isso “[...] lançou mão de uma das armas do obscurantismo, tentando vedar aos catholicos a leitura d’‘O Matto-Grosso’. É um certo sinal de desespero de causa.”<sup>55</sup> Os artigos d’A *Cruz*, a conferência de D. Aquino e a proibição de leitura do jornal *O Matto-Grosso* são acontecimentos que evidenciam a animosidade e o desconforto do grupo católico cuiabano que fazia parte da LSCMT com a possível recepção dos artigos de Landes entre católicos e, principalmente, com a adesão de novos membros para o protestantismo. Nessas disputas pelo monopólio no mercado de bens religiosos, era importante mobilizar a opinião pública a seu favor em detrimento dos concorrentes.

Nesse sentido, a 2 de abril de 1916, *A Cruz* publicou, em tom laudatório, a notícia da conversão de Miss Ivy Grenn, inglesa que professava a fé anglicana e que decidiu abjurar o protestantismo, aderindo ao catolicismo pela profissão de fé e batismo. O evento foi revestido de grande importância, e *A Cruz* não deixou passar a oportunidade de tomar o fato como demonstração de força e de unidade do catolicismo cuiabano, evocando o exemplo de Miss Green como aquele que deveria ser seguido pelas almas que “[...] andam sequiosas de encontrar no catholicismo a unica felicidade possivel neste mundo”<sup>56</sup>.

Após a publicação do batismo de Miss Green, o jornal *A Cruz* deixou de polemizar com o reverendo Felipe Landes e de publicar ataques constantes ao protestantismo, sendo a publicação anterior à do batismo de Miss Green a última dedicada a rebater as acusações do protestante. Assim sendo, as publicações antiprotetantismo continuaram sendo publicadas no jornal esporadicamente e voltaram com mais intensidade a partir de 1918, com novos elementos representativos. Diferentemente dos redatores católicos, o reverendo presbiteriano seguiu publicando suas respostas aos artigos da *A Cruz*, finalizando seus textos apenas em 3 de setembro de 1916, com a publicação do artigo *Conclusão*.

Cumprimos agora a promessa, que ha tempos fizemos, de concluir os nossos escriptos em resposta aos artigos d’‘A Cruz’, logo que tivessesmos refutado por completo as falsidades anti-evangelicas propaladas pelos illustres redactores do jornal ultramontano d’esta capital. Conseguimos fazer uma defesa completa das doutrinas evangélicas atacadas pelo órgão da Liga Catholica, ao mesmo tempo que refutamos os principais erros dogmaticos do romanismo, como evidencia o resumo que ora passamos a fazer<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1335, 26 de março de 1916, p. 3.

<sup>56</sup>*A Cruz*, n. 269, 19 de março de 1916, p. 2.

<sup>57</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1358, 3 de setembro de 1916, p. 3.

A partir da segunda metade da década de 1910, *A Cruz* fez diversas campanhas antiprotestantismo com base nos novos elementos representativos, associando as missões reformadas norte-americanas à Doutrina Monroe, ou seja, ao expansionismo político-militar dos Estados Unidos sobre a América Latina<sup>58</sup>. O Brasil seria católico por tradição e o jornal colocava-se como defensor da nacionalidade frente à ameaça estrangeira, que colocava em risco a soberania nacional. Em 1916, publicou artigo intitulado *O Perigo Americano*. O texto inicia analisando a inserção do capital norte-americano no Brasil: “Até ahi nada de mais. A culpa é nossa que mais cuidamos de politicagem e culpa dos politicos que são mais dados aos seus negocios do que aos interesses da Patria. Temos politicos – não estadistas”<sup>59</sup>. Mais adiante apresenta seu principal argumento de condenação à presença norte-americana no Brasil – seria a associação imperialismo-protestantismo: “Mas o que nos preocupa é a infiltração americana por meio dos pastores e das bíblias. Que são estes pastores Norte Americanos? São agentes da expansão *yankee*. É por meio delles que o Governo Norte Americano pretende se infiltrar no nosso povo”<sup>60</sup>.

Em outro texto, de 1919, intitulado *O dollar e o Methodismo*, de Carlos de Lacerda, considerava-se que o último bastião de defesa da infiltração norte-americana no Brasil seria o catolicismo.

Mas ainda existe uma resistência a superar, uma dificuldade a vencer. [...] e por esta razão o trabalho *yankee* no Brasil não se limita a inundar-nos de negócios, de que elles comem o fructo, dando-nos a nós as cascas, o trabalho maior consiste em quebrar a ultima que porventura póde encontrar a conquista: O Catholicismo Romano, por isso querem desnacionalizar-nos propagando entre nós o methodismo<sup>61</sup>.

A infiltração do protestantismo estadunidense representava um risco à soberania nacional, e o catolicismo representava o último bastião de defesa contra a invasão *yankee*, elemento desagregador da identidade católica da nação brasileira. Aqui, catolicismo e

---

<sup>58</sup> De acordo com Gonçalves, a vinculação do proselitismo protestante a uma suposta expansão imperialista estadunidense não se tratava de algo novo no Mato Grosso da década de 1920, pois em 1904 o jornal *O Matto Grosso* publicou textos sobre a temática, de autoria de um tal Frei Celestino. Em 1907, a *Revista Matto Grosso* reproduziu texto do *Jornal do Comercio*, de Campinas, intitulado *Verdadeiro Perigo*, com a mesma abordagem. Cf. GONÇALVES, C. B., *As polêmicas antiprotestantismo nas primeiras décadas do século XX: Cuiabá 1926, 1927*. No Brasil, a obra *Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, publicada em 1892, é considerada a pioneira na associação protestantismo-imperialismo, sendo atualmente de domínio público.

<sup>59</sup> *A Cruz*, n. 283, 9 de julho de 1916, p. 3.

<sup>60</sup> *A Cruz*, n. 283, 9 de julho de 1916, p. 3. Itálicos do autor.

<sup>61</sup> *A Cruz*, n. 449, 19 de outubro de 1919, p. 1. Itálicos do autor.

nacionalismo não se separam, cada qual constituindo parte intrínseca do outro. O protestante estadunidense era o estrangeiro a ser combatido e renegado, pois não pertencia à coletividade católica que distinguia a identidade brasileira. Pelo contrário, tinha por objetivo destruir a catolicidade da nação para facilitar a entrada do imperialismo dos Estados Unidos. Os mecanismos utilizados pelos missionários seriam a fundação de templos evangélicos e de colégios que ensinavam a língua e a cultura inglesas, conforme o artigo *Propaganda protestante americana, QUAL A SUA RAZÃO DE SER?*, publicado em 28 de novembro de 1920:

Mas, não se pode isso conseguir sem mais nem menos: é preciso preparação, é necessario desenvolver primeiro a influencia americana, crear o amor e admiração pela America do Norte, no povo, que se quer conquistar e destruir quanto seja possivel os grandes obstáculos, as diferenças de religião de língua. Em poucas palavras, é preciso espalhar a lingua inglesa, propagar a religião americana, crear sympathias pela America do Norte<sup>62</sup>.

A afirmação de que o governo norte-americano enviava missões religiosas no intuito de enfraquecer as culturas nacionais dos países latino-americanos para posteriormente conquistá-los não era nova. Essa discussão envolvia nomes da literatura brasileira e a hierarquia eclesiástica da época, tendo em vista que muitos dos textos publicados no jornal *A Cruz* eram de autoria de escritores como Eduardo Prado, Graça Aranha, Antonio Torres e Lacerda de Almeida e, ainda, trechos de cartas pastorais ou jornais católicos de outros Estados. Em Cuiabá, o professor e escritor Feliciano Galdino de Barros e o arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa foram defensores e propagadores dessa ideia. O primeiro publicou a obra *O Perigo Yankee*<sup>63</sup>, em 1925, e o segundo proferiu palestra no Liceu Cuiabano, em 12 de abril de 1926, intitulada *Imperialismo e Protestantismo*: “O texto foi publicado em forma de folheto e distribuído em vários Estados do país”<sup>64</sup>. Apesar de os escritos serem publicados após 1924, o jornal *A Cruz* divulgava a associação imperialismo-protestantismo havia quase uma década.

Com relação à obra de Galdino, em 1924 o jornal *A Cruz* publicou uma série de artigos sem autoria e intitulados *O Perigo Yankee*. Tais textos se não foram escritos por Galdino, foram influenciados por ele, tendo em vista que o escritor fazia parte da redação do jornal no período em questão. No segundo artigo de uma série de dez, publicado em 13 de abril de 1924, o

---

<sup>62</sup>*A Cruz*, n. 494, 28 de novembro de 1920, p. 2.

<sup>63</sup> Não foi possível obter o acesso a essa obra nos arquivos consultados.

<sup>64</sup> GONÇALVES, C. B., *As polêmicas antiprotestantismo nas primeiras décadas do século XX: Cuiabá 1926, 1927*.



articulista relembra a ação do missionário presbiteriano Felipe Landes e associa sua atuação ao imperialismo estadunidense: “Cabe agora a vez [de falar] do chamado pastor protestante Landes. [...] Fundou, á rua 13 de Junho n. 69, o *Collegio Americano*, onde desde o segundo anno primário era o alumno obrigado a aprender a língua inglesa falada em Norte America”<sup>65</sup>. Em consequência da novidade, muitos pais matricularam seus filhos no colégio de Landes, no entanto, pouco tempo depois a instituição estaria *só com suas carteiras escolares*.

Compreendendo que os fructos da sua missão estavam longe de corresponder á sua actividade e reconhecendo que o espirito do povo já se vae levantando contra essa politica perigosa que se quer insinuar no Brazil, voltou elle para os Estados Unidos, vae já para dois annos, afim de se formar em medicina e depois voltar afim de melhor poder, como disse, penetrar nas casas e ir enchendo o povo de protestantismo á sombra de sua clinica.

Assim é que na conferencia que realizou em Nova York não foi menos explicito do que foi entre nós. Disse na tal conferencia o sr. Landes, conforme denunciou ‘A Noticia’, do Rio: [...] A EXPRESSÃO PROTESTANTE DO CRHISTIANISMO, É O UNICO MEIO AO NOSSO ALCANCE PARA COMBATER ESSES ANIMADVERSOS SENTIMENTOS PARA COM OS ESTADOS UNIDOS<sup>66</sup>.

O articulista conclui que a presença de missionários norte-americanos representava a possibilidade de uma *guerra social futura*, colocando em risco a manutenção da soberania nacional. O reverendo Felipe Landes não se encontrava em Cuiabá na época da publicação dos artigos intitulados *O Perigo Yankee*. No entanto, em 1926, um ano após entrar em circulação o jornal protestante *A Penna Evagelica*, o reverendo polemizou novamente com *A Cruz* e o arcebispo D. Aquino.

Diante do exposto, nota-se que os redatores do jornal *A Cruz* construíram discursos que buscaram deslegitimar o protestantismo em Cuiabá, representando-o como como uma seita herética, nascida de uma revolta contra a verdadeira religião cristã, ou seja, a Igreja Católica, una e milenar, fundada pelo próprio Cristo. O protestantismo seria a encarnação do egoísmo humano e da discórdia, no qual a liberdade de consciência induzia ao erro. Por fim, o protestantismo representava uma ameaça à soberania nacional, especificamente o norte-americano, que se fez presente em Cuiabá do início do século XX, pois seus missionários estavam a serviço do imperialismo estadunidense e objetivam a desagregação do catolicismo e da identidade brasileira, inculcando valores estrangeiros no País, a fim de facilitar a tarefa

---

<sup>65</sup>A *Cruz*, n. 664, 13 de abril de 1924, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>66</sup>A *Cruz*, n. 664, 13 de abril de 1924, p. 1. Maiúsculas do autor.

expansionista dos Estados Unidos. Trata-se de um discurso que visava à manutenção do monopólio do campo religioso de Cuiabá, mantendo os espaços conquistados e o número de fiéis.

Em situação oposta, o principal representante do protestantismo em Cuiabá na década de 1910, o reverendo Felipe Landes, construiu discursos para conquistar espaços no campo religioso de Cuiabá e obter novos membros, e para tanto necessitava enfrentar seu principal concorrente, a Igreja Católica. A principal estratégia utilizada foi o confronto com os membros do clero local, por meio da imprensa e do proselitismo nas praças e residências, visando a garantir a expansão do presbiterianismo, sua legitimidade e seu reconhecimento social. Desse modo, os presbiterianos inauguraram em 1920 o primeiro templo evangélico de Cuiabá, e em 1925, o jornal *A Penna Evangelica*, garantindo assim a sua legitimação no campo religioso cuiabano e aumentando sua participação no mercado de bens simbólicos.

### 3. 2) O espiritismo

Desde a sua edição inaugural, em 15 de maio de 1910, o jornal *A Cruz* condenou e deslegitimou o espiritismo. Assim como o protestantismo, o espiritismo era igualmente considerado uma seita, porém, com o agravante de evocar forças malignas em suas sessões. A condenação mais recorrente do semanário católico o associava a uma epidemia, cujo principal sintoma era a loucura de seus praticantes. Durante a década de 1910, o jornal publicou centenas de artigos de escritores católicos e documentos de bispos e papas contra o espiritismo, entrando em atritos com algumas lideranças locais.

A inserção do espiritismo em Cuiabá foi quase que simultânea à sua expansão pelo Brasil e pelo mundo<sup>67</sup>. É possível encontrar publicações referentes à doutrina espírita em jornais cuiabanos da década de 1870, a exemplo do jornal *O Liberal*, que noticiou em 1876 a publicação e a tradução para o português de mais um livro de Alan Kardec<sup>68</sup>. Em 1882, o mesmo periódico publicou notícia relacionada ao espiritismo e, dessa vez, com um texto reflexivo que deixava transparecer o apoio para com a nova doutrina<sup>69</sup>. Nesse mesmo ano, pode ser encontrada no periódico *A Provincia de Matto-Grosso* propaganda de livros relacionados à doutrina espírita

---

<sup>67</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 22.

<sup>68</sup> *O Liberal*, n. 224, 9 de janeiro de 1876, p. 2.

<sup>69</sup> *O Liberal*, n. 539, 1º de junho de 1882, p. 2.

disponíveis para venda em Cuiabá<sup>70</sup>. Nos anos finais da década de 1890, foram publicados diversos artigos de autoria desconhecida nos jornais *O Matto-Grosso* e *O Republicano* sobre assuntos relacionados ao espiritismo.

Na década de 1890, foram fundados dois centros espíritas em Cuiabá, que não prosperaram, além da fundação do jornal *A Verdade* pelo capitão Pedro Ponce, publicado entre os anos de 1894 e 1896. Em 1894, D. Carlos publicou carta pastoral na *Gazeta Oficial*, condenando o espiritismo e associando-o à ação de Satanás<sup>71</sup>. No ano seguinte, o bispo entrou em atritos com Ponce – que acusou o prelado de intolerância religiosa – e interferiu na diretoria da irmandade de São Benedito durante os preparativos da festa do padroeiro da confraria, por conta da eleição de um espírita como festeiro, destituindo-o do cargo. A desavença culminou com a abertura de um processo judicial que terminou com o fechamento e o confisco dos bens da irmandade pelo prelado. Em 1897, D. Carlos autorizou a criação da nova irmandade de São Benedito, com estatutos aprovados pelo prelado, como parte de seu projeto de reformar as festas religiosas, que estariam repletas de práticas profanas<sup>72</sup>.

De acordo com Piloni, as polêmicas entre católicos e espíritas ressurgiram com a chegada em Cuiabá de Manuel Vianna de Carvalho, militar, orador, escritor, maçom, e liderança espírita, que logo que chegou à cidade procurou seus confrades espíritas e iniciou a publicação de artigos sobre o espiritismo na imprensa<sup>73</sup>. Sem informar a data exata de sua vinda a Cuiabá e tão menos em quais jornais publicava, a autora afirma que Vianna de Carvalho percebeu as dificuldades na aceitação de seus textos por parte dos leitores, em sua maioria católicos, porém, não esmoreceu e mudou a tática de propaganda, valendo-se de um suposto debate entre um católico – interpretado pelo Major Otaviano Pitaluga – e um espírita – interpretado por Manuel Vianna. Assim sendo, “O estratagema funcionou, pois, em pouco tempo, o debate virou assunto em todas as esquinas da cidade”<sup>74</sup>.

Um dos mais interessados pela polêmica foi o juiz de direito Luiz Alves da Silva Carvalho, católico convicto que solicitou a D. Carlos permissão para debater os artigos publicados por Vianna de Carvalho. No entanto, informou ao bispo que seria preciso antes ler

---

<sup>70</sup>A *Provincia de Matto-Grosso*, n. 183, 2 de julho de 1882, p. 4.

<sup>71</sup>*O Matto-Grosso*, n. 722, 4 de fevereiro de 1894, p. 4. Nessa edição do jornal, há um artigo de autoria desconhecida, refutando as teses apresentadas por D. Carlos em sua pastoral.

<sup>72</sup>MENDES, M. A., *De Capela Filial a Matriz Paroquial: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT*, p. 205.

<sup>73</sup>PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 28.

<sup>74</sup>PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 39.

alguns livros espíritas para ter argumentos sólidos e bem embasados para sua defesa, tendo em vista que era um magistrado e não poderia dar um parecer acerca de um determinado assunto sem antes consultar os argumentos de cada uma das partes. “O Arcebispo [bispo] refutou severamente a proposta, sob a alegação de que todas as obras espíritas estavam incluídas do *Index Prohibitorium*, e, por isso, sua leitura estava vedada a qualquer católico”<sup>75</sup>. Diante da negativa de D. Carlos, Luiz Alves procurou Vianna de Carvalho e comprou os livros que considerava necessários para sua posterior refutação. Porém, ao lê-los, se converteu a espiritismo e se tornou um dos grandes percussores da nova doutrina em Cuiabá, tendo auxiliado nos trâmites jurídicos para a fundação do Centro Espírita de Cuiabá, que funcionava interinamente desde 1906 na casa de Raphael Verlangieri e que foi inaugurado definitivamente em 1911, sendo o seu primeiro presidente<sup>76</sup>.

Manuel Vianna de Carvalho chegou a Cuiabá em meados de 1905, conforme notícia publicada no jornal carioca *O Paiz*, que divulgou a fundação do Centro Espírita de Cuiabá sob sua presidência.

Foi instalado hontem, com numerosa concorrencia de senhoras e cavalheiros, o Centro Spirita, sob os auspícios da Federação Spirita Brasileira. A sua directoria é a seguinte: Vianna Carvalho, presidente; Francisco Souza, vice-presidente; Octavio Pitaluga, secretario, e Raphael Verlangieri, tesoureiro<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 39.

<sup>76</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 37-40. Não foi possível encontrar os artigos publicados por Manuel Vianna citados por Piloni e que desencadearam a curiosidade de Silva Carvalho. No entanto, as informações dadas pela autora apresentam alguns desencontros. Luiz Alves da Silva Carvalho já era espírita desde, ao menos, o ano de 1895, conforme notícia publicada no jornal espírita *A Verdade*: “Os nossos irmãos doutor Luiz Alves da Silva Carvalho, capitão Manoel Ferreira Mendes e Gouveia Azevedo, recolheram para a thesouraria da beneficencia ‘Christo e Caridade’ a quantia de 554:000 e mais um canivete angariado entre os habitantes da nossa capital” (Cf. *A Verdade*, n. 62, 8 de agosto de 1895, p. 2). Em 1903, o desembargador era o presidente do Centro Espírita Fé e Caridade, conforme notícia do jornal *O Pharol*: “[...] reunidos grande numero de senhoras e cavalheiros da nossa sociedade, o Ex.mo Sr. Desembargador Luiz Alves da Silva Carvalho, fez, em eloquente discurso e como presidente da referida associação, a instalação da magna sessão” (Cf. *O Pharol*, n. 51, 4 de abril de 1903, p. 3.). Além disso, em 1895, Vianna de Carvalho residia no Rio de Janeiro, tendo chegado de sua terra natal, Icó/CE, naquele ano – com 20 ou 21 anos de idade, pois nascera em 1874 –, conforme notícia do jornal carioca *O Paiz*: “Do Ceará chegou há dias o alumno da escola militar Vianna de Carvalho, que agora vem matricular-se no curso superior da escola desta capital. O nosso patricio é também um lidador da imprensa e nas paginas do *Diario do Ceará* estão registrados trabalhos do seu talento e desse espirito literario que tanto abunda entre os filhos da terra da luz”. (Cf. *O Paiz*, n. 3802, 28 de fevereiro de 1895, p. 2). Em 1896, Vianna de Carvalho foi transferido para o Paraná e retornou ao Rio de Janeiro em 1898 (cf. *Gazeta de Noticias*, n. 135, 15 de maio de 1898, p. 2.), onde permaneceu até meados de 1905, conforme notícias dos jornais locais.

<sup>77</sup> *O Paiz*, n. 7712, 19 de novembro de 1905, p. 1.

Com vasta experiência como orador, poeta e escritor, em Cuiabá foi colaborador d’*O Pharol*, sendo seu nome constante do rol de colaboradores do jornal desde 1906. Em 24 de agosto de 1907, o periódico noticiou a partida de Vianna de Carvalho para o Rio de Janeiro, enaltecendo seus serviços prestados como colaborador<sup>78</sup>. Nota-se que sua presença em Cuiabá foi curta, no entanto, o suficiente para que mantivesse relações com membros da elite letrada da época, visto que a redação do *O Pharol* contava com nomes importantes da sociedade cuiabana. Nos anos seguintes à sua partida, sobressaíram como lideranças espíritas Luiz Alves da Silva Carvalho e Raphael Verlangieri, que eram membros da LMLP. Em 1909, Carvalho foi presidente da liga dos livres pensadores<sup>79</sup>, fato que demonstra a ligação que havia entre as lideranças espíritas com maçons, positivistas e liberais, tendo em vista que o espiritismo era associado a uma religião evoluída e científica, conforme artigos publicados na revista *A Reacção*. De acordo com Bourdieu, a autoridade de uma instância religiosa perpassa pelos grupos ou classes que ela consegue angariar para si<sup>80</sup>. Nesse sentido, o espiritismo em Cuiabá se valeu do prestígio social de um desembargador, Silva Carvalho, e de um escritor reconhecido por seus pares, Vianna de Carvalho, para obter legitimação no campo religioso cuiabano. O prestígio e a influência de ambos foi importante para estreitar os laços com autoridades políticas locais e a obtenção de novos membros. Ademais, favorecia a anulação dos discursos do jornal *A Cruz*, que propagava que a prática do espiritismo levava à loucura e à demência.

Angelo Raphael Verlangieri, conhecido no Brasil como Raphael Verlangieri, nasceu na Itália, em 1847, de onde migrou para a Argentina aos 14 anos de idade. Em Cuiabá, aportou em 1871, na companhia dos irmãos Nicola e Francisco, dedicando-se a atividades comerciais, torando-se em pouco tempo um empresário bem-sucedido<sup>81</sup>. De acordo com Piloni, sua conversão ao espiritismo ocorreu no início do século XX, tornando-se posteriormente um dos grandes divulgadores da nova doutrina.

Seus descendentes afirmam que, até o final do século XIX, ele se declarava católico e que se tornou espírita no início do século XX, embora não saibam determinar em que ano essa conversão ocorreu. O que se sabe é que, tendo ficado profundamente impressionado pela doutrina espírita, passou a estudá-

---

<sup>78</sup>*O Pharol*, n. 106, 24 de agosto 1907, p. 3.

<sup>79</sup>*O Pharol*, n. 224, 20 de novembro 1909, p. 4.

<sup>80</sup> BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*, p. 58.

<sup>81</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 35-36.

la e a divulgá-la com entusiasmo, sem deixar intimidar pelos fortes preconceitos que, então, existiam contra o espiritismo<sup>82</sup>.

É possível encontrar anúncios seus em jornais de Cuiabá de 1906, ano em que passou a realizar conferências públicas para os interessandos em conhecer e estudar o espiritismo<sup>83</sup>. Verlangieri também viajava pelo interior do Estado, divulgado a nova doutrina. No jornal *O Pharol*, há uma publicação que revela a insatisfação de católicos com a abertura que o periódico dava para assuntos referentes ao espiritismo. O jornal aproveitou a ocasião para ironizar a *resistencia desesperada* por parte da Igreja Católica contra as novas religiões e as ideias contrárias ao catolicismo, o que denotava o temor de um possível enfrentamento que culminaria na desmistificação dos dogmas católicos.

A alguém que faz parte d'O Pharol foi pedido evitar publicações sobre o espiritismo. É para estranhar este receio de publicidade de assumptos de magno interesse religioso e social. O nosso orgam é livre na manifestação do pensamento, portanto, ligado a politica e religião alguma; por isso admirou-nos tal pedido de origem catholica.

Se a Egreja Romana, que oferece uma resistencia desesperada a todas as ideias liberaes e á marcha triumphal da sciencia, está conscia da infallibilidade dos seus dogmas e da superioridade das suas doutrinas, não deve temer o confronto das outras religiões, mas, estimular a discussão afim de destruir os seus argumentos<sup>84</sup>.

O articulista sabia que não interessava à Igreja Católica de Cuiabá, naquele momento, o enfrentamento com as outras religiões e o incitamento ao debate aberto com seus opositores. Por isso, ironizou a tentativa de convencer a redação d' *O Pharol* a não publicar assuntos referentes ao espiritismo. Outro ponto importante é que os católicos não tinham um periódico para fazer frente à propaganda anticlerical, espírita, maçônica ou protestante, que começava a aparecer com maior intensidade na imprensa cuiabana. Dessa forma, a criação do jornal *A Cruz* possibilitou a defesa do catolicismo perante a opinião pública e a construção de discursos que visavam a deslegitimar as outras religiões e as doutrinas contrárias ao catolicismo.

O jornal *A Cruz* promoveu durante toda a década de 1910 uma campanha sistemática contra o espiritismo. No entanto, de acordo com as matérias publicadas no periódico católico, seus redatores não se envolveram em grandes polêmicas com lideranças espíritas locais, entre

---

<sup>82</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 37.

<sup>83</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 37.

<sup>84</sup> *O Pharol*, n. 63, 20 de outubro de 1906, p. 3.

elas, Raphael Verlangieri e Luiz Alves da Silva Carvalho. Apenas em alguns casos esporádicos o jornal noticiava ter recebido cartas de leitores espíritas, contestando os textos contra o espiritismo. Em novembro e dezembro de 1915, *A Cruz* polemizou com o jornal anticlerical *O Argos*, da cidade de São Luiz de Cáceres, que publicou artigos do coronel João Campos Widal, liderança espírita daquela localidade. Em julho de 1917, respondeu à contestação de um espírita identificado apenas como J. Mello, que havia publicado na *Gazeta Oficial* um texto refutando o artigo intitulado *O caminho mais próximo do hospício é o Espiritismo*<sup>85</sup>. Em sua resposta, os redatores argumentavam que se valeram de informações verídicas transmitidas pelos diretores “[...] dos grandes estabelecimentos de alienados da Republica”<sup>86</sup>. Portanto, eram antes fatos verídicos, incontestáveis, e não da opinião dos redatores. No número seguinte, por meio de um longo texto, *A Cruz* rebateu outra vez J. Mello, que em sua defesa disse existirem milhares de espíritas pelo País e que não eram pessoas insanas, que o espiritismo promovia a caridade e o bem comum e, ainda, que nem católicos, nem protestantes estavam livres de serem acometidos de loucura. Por sua vez o periódico católico reafirmou sua posição, alegando que mesmo não sendo todos os espíritas loucos, sua prática os deixava mais próximos de sê-lo. Havia uma dezena de pareceres de médicos e cientistas brasileiros e europeus, condenando o espiritismo e associando sua prática a casos de loucura e demência<sup>87</sup>.

Em geral, os artigos publicados versavam sobre a doutrina espírita em oposição à católica e, principalmente, associavam a prática do espiritismo ao surgimento de casos de insanidade. Foram centenas de publicações acerca de supostos casos verídicos no Mato Grosso, no Brasil e no mundo de pessoas que enlouqueceram praticando o espiritismo. Os títulos dos artigos variavam muito e na maioria das vezes eram caracterizados pela uma linguagem depreciativa: *O espiritismo – suas causas e efeitos*, publicado numa série de onze longos textos: *Efeitos do Espiritismo*; *A Epidemia espírita*; *Espiritismo e Loucura*; *Fructos do Espiritismo*; *O espiritismo, o que é?*; *Espiritismo – uma calamidade social*; *Espiritismo – a fabrica de loucos*; *Cartas a um spirita*; *Espiritismo furioso*; e *Sempre o espiritismo*. Aqui se trata de uma série de textos sobre casos de loucura acontecidos em Cuiabá e em localidades do interior de Mato Grosso. *Os paracletos das trevas*; *Doutrina espírita* foi publicado ao longo de doze textos. *O Espiritismo assassino!*; *Caceres – O Espiritismo* foi composto por seis textos, tendo iniciado

---

<sup>85</sup> Os exemplares d’ *A Gazeta Oficial* disponíveis para consulta no portal da Hemeroteca Digital Brasileira correspondem aos anos de 1890 e 1891, 1893, 1898 e 1899. Desse modo, não foi possível acessar os artigos de J. Mello citados no jornal *A Cruz*, sendo feita sua análise por meio dos comentários e das citações d’*A Cruz*.

<sup>86</sup>*A Cruz*, n. 335, 15 de julho de 1917, p. 2.

<sup>87</sup>*A Cruz*, n. 336, 22 de julho de 1917, p. 1-2.

a partir de um suposto caso de falso espiritismo em São Luiz de Cáceres, desdobrando-se em polêmica com o jornal *O Argos*, daquela cidade, e que rebateu os textos d'A *Cruz*. Os artigos tinham os seguintes subtítulos: *O Espirito trocista, Religião Falsa, Religião Troça, Religião Prosa, Religião Comedia, Religião de Trevas. Moral Espírita* foi publicado ao longo de seis textos. Tem-se ainda: *Coisas do "Ispiritismo"; O caminho mais proximo do hospicio é o Espiritismo; As victimas do Espiritismo; Espiritismo é desgraça; Os espiritos não curam, matam; O espiritismo e o codigo penal; O Homem sensato não pode ser espirita; O naufrágio dos phenomenos espiritas; O espiritismo é prohibido por Deus, pela Igreja e pela lei civil; As fraudes na produção dos phenomenos espiritas e psychichos.*

Era comum *A Cruz* publicar trechos ou artigos completos de escritores renomados e de médicos acerca da falsidade do espiritismo, o charlatanismo, e sua tendência para a loucura de seus praticantes, associando-o a uma epidemia social que carecia de ser combatida e extinguida em prol do bem social. Era importante apresentar falas autorizadas que dessem legitimidade científica aos discursos do jornal. Um dos escritores e médicos mais citados era João Teixeira Alves. Suas considerações eram escritas em linguagem agressiva e depreciativa, permeadas de fundamentações religiosas de cunho católico, associando o discurso médico ao discurso religioso.

Com a competencia do tecnico e a eloquencia do verdadeiro homem de letras o Dr. João Teixeira desenvolve cabalmente em seu livro as theses seguintes:  
O ESPIRITISMO é a ferrugem do obscurantismo de todas as éras que, no seculo XIX, se incorpora ao lodo que invade a terra.  
O ESPIRITISMO é uma blasphemea vomitada em face de todo o mundo civilizado.  
O ESPIRITISMO é imoral, perigoso sob todos os pontos de vista e demolidor.  
O ESPIRITISMO é uma satanica manifestação do orgulho a peor, a mais nefasta e a mais execravel de todas as seitas.  
O ESPIRITISMO é ridiculo em seus fundamentos, perverso em seus intuitos; combatel-o é verdadeiro saneamento moral.  
O ESPIRITISMO é fonte de irremediaveis desgraças na familia e de graves perturbações na sociedade<sup>88</sup>.

Após essa introdução, Teixeira Alves enumera os pareceres clínicos de diversos especialistas a quem solicitou que se respondessem a duas perguntas, de antemão direcionadas para a comprovação ou não de casos de loucura em praticantes do espiritismo: “Que idéa faz V. S. do espiritismo como factor da loucura e outras perturbações nervosas?”<sup>89</sup> e “O medium,

---

<sup>88</sup>A *Cruz*, n. 211, 24 de janeiro de 1915, p. 1. Maiúsculas do autor.

<sup>89</sup>A *Cruz*, n. 211, 24 de janeiro de 1915, p. 1.



principalmente o vidente, pôde ser considerado normal?”<sup>90</sup>. Os pareceres dos especialistas consultados são unânimes no sentido de reforçar a tese médica do desenvolvimento de *perturbações nervosas* causadas pelo espiritismo. Assim, se lê na resposta do D. Juliano Moreira: “1º - Tenho visto muitos casos de perturbações nervosas e mentaes evidentemente despertadas por sessões espiritas. [...] 2º - Até hoje ainda não tive a fortuna de ver um medium [...] *que não fosse nevropatha*”<sup>91</sup>. A resposta do Dr. Homem de Mello é a mais longa e extrapola os limites de um parecer clínico:

Ao 1º quisito: – Considero o espiritismo, como o praticam, um grande factor de perturbações mentaes e nervosas; actualmente o espiritismo concorre com a herança, com a syphilis e com o alcool no fornecimento dos Hospícios e casas de saude; *acho tão forte o seu contingente que a Lei devia tolher-lhe a marcha.*

Ao 2º quisito: – O medium é um *typo anormal, um degenerado*; pouco importa que o seja *superior*, (na classificação de Magaam) a vista de faculdades intellectuaes que fascinam; mas, após minuciosa observação, encontramos essas faculdades eminentes em discordancia com as faculdades moraes, a par de uma completa desigualdade de character, que muito bem o destacam como um desequilibrado<sup>92</sup>.

O primeiro trecho da resposta enfatiza um dos pontos mais lembrados e defendidos pelo jornal *A Cruz*: o emprego do Código Penal de 1890 para combater a prática do espiritismo, representado como charlatanismo e curandeirismo, uma epidemia social que culminava em suicídios, assassinatos, imoralidade e desintegração de famílias. Além disso, os médiuns que receitavam medicamentos e formas de tratamento aos doentes constituíam uma ameaça à ordem e à saúde públicas<sup>93</sup>.

A enorme cifra de casos de loucura produzidos pela prática do espiritismo é suficiente para demonstrar que elle é prejudicial á sociedade.

Falso, erroneo, sophistico sob o ponto de vista doutrinario, o espiritismo é praticamente um verdadeiro desastre. Hoje é uma família inteira que enlouqueceu, amanhã é um outro que se suicida.

Torna-se necessaria a intervenção da policia, [...] Se é verdade que se conhece a arvore pelos fructos, ha muito que o espiritismo deveria estar completamente condenado<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup>A *Cruz*, n. 211, 24 de janeiro de 1915, p. 1.

<sup>91</sup>A *Cruz*, n. 211, 24 de janeiro de 1915, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>92</sup>A *Cruz*, n. 211, 24 de janeiro de 1915, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>93</sup>A *Cruz*, n. 210, 17 de janeiro de 1915, p. 3.

<sup>94</sup>A *Cruz*, n. 48, 5 de novembro de 1911, p. 2.

O discurso do jornal *A Cruz*, que associava o espiritismo ao desenvolvimento de doenças mentais e que o classificava como uma epidemia que precisava ser combatida pelas autoridades, estava de acordo com os pareceres médicos da época. Segundo Isaia, no início do século XX, o espiritismo se fez presente no discurso médico-psiquiátrico brasileiro, especialmente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo o Dr. Juliano Moreira – muitas vezes citado pelo jornal *A Cruz* – um dos expoentes mais dedicados desses pareceres.

Assim, livros e manuais didáticos passaram a considerar o espiritismo como um perigo à saúde pública, a demandar uma pronta ação repressiva das autoridades. Nesse sentido, os médicos credenciavam-se como os mais abalizados a assessorar o Estado, partindo de medidas conducentes para sanear o espaço público e livrá-lo de mais um foco difusor da doença mental<sup>95</sup>.

O autor salienta que o discurso médico que opunha o espiritismo e as demais religiões mediúnicas à ciência foi apropriado pela hierarquia católica: “Propondo a oposição entre espiritismo e ciência, os médicos passaram a integrar uma economia de forças, na qual a hierarquia católica estava presente, para negar substancialmente as religiões mediúnicas”<sup>96</sup>. Nota-se, pois, a convergência de interesses entre as publicações do jornal com os interesses da hierarquia eclesiástica brasileira e da Santá Sé, conforme texto de autoria de Carlos de Laet<sup>97</sup>, autor muito citado pelo jornal.

Em 1 de outubro de 1911, *A Cruz* publicou um artigo de Laet intitulado *Impiedade e Superstição*, no qual o autor escreve aos leitores católicos e não católicos (ortodoxos, protestantes, espíritas, livres pensadores e materialistas), com o objetivo de demonstrar a falsidade do espiritismo. Seus escritos diferem dos anteriormente citados por conta da grande quantidade de citações bíblicas e de documentos da Igreja Católica que abalizam suas considerações e pelo fato de apresentar argumentos para cada tipo de leitor. Assim, ao católico não seria lícito frequentar sessões espíritas por ser uma prática necromântica, em que se evocam espíritos malignos, existente desde a antiguidade e condenada pelas Escrituras Sagradas e pelos concílios da Igreja Católica, transformando-se no século XIX no *moderno espiritismo*

---

<sup>95</sup> ISAIA, A. C., *O Espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, p. 63.

<sup>96</sup> ISAIA, A. C., *O Espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, p. 64.

<sup>97</sup> Carlos de Laet foi jornalista, poeta e escritor católico e monarquista. Seus textos publicados n’*A Cruz* versavam sobre o protestantismo, Maçonaria, defesa da catequese indígena promovida pelos salesianos no Mato Grosso, ensino leigo e espiritismo.

amplamente condenado por Pio IX e pelos bispos católicos. Aos protestantes e ortodoxos, o autor apresenta algumas citações bíblicas que condenam as antigas práticas necromânticas e, ainda, o parecer de um pastor protestante condenando o espiritismo. E para aqueles que não acreditavam nas Escrituras, os livres pensadores e materialistas, Laet recorre ao argumento assaz utilizado pelos escritores católicos de sua época e amplamente divulgado pelo jornal *A Cruz*: o de que o espiritismo leva os seus adeptos à insanidade mental e a suicídios. Ele conclui apresentando uma série de citações de livros franceses que confirmam os pareceres médicos em desfavor da *hodienda magia*<sup>98</sup>.

As opiniões exaradas no precedente artigo foram fornecidas por especialistas notáveis, que se acham collocados á frente de manicômios do nosso paiz, devido a sua reconhecida competencia; nós fomos propositalmente colhel-as de taes fontes insuspeitas, afim de que ninguem ousasse duvidar da profundeza e da imparcialidade das mesmas<sup>99</sup>.

Em outros textos, aparecem a opinião de importantes nomes da literatura nacional, a exemplo de Olavo Bilac:

O espiritismo é um perigo publico, uma calamidade social, como a syphilis, a tuberculose, a variola. Contribuir de qualquer modo para propagar essa molestia é commeter um crime e a imprensa deveria ser a primeira a calar qualquer noticia d'essas aparições forjadas pela superstição dos tolos ou pela esperteza dos maliciosos<sup>100</sup>.

Por ser uma doutrina relativamente nova, o espiritismo atraía muitos católicos que buscavam conhecer o funcionamento das sessões, e, especialmente, para obterem a cura de doenças e remédios gratuitos. Segundo Piloni, em Cuiabá, o desembargador Luiz Alves da Silva Carvalho “[...] era médium receitista, audiente, vidente e passista. Atendia diariamente cerca de 40 pessoas, doando aos doentes remédios homeopáticos que ele mesmo preparava”<sup>101</sup>. No jornal *O Pharol* é possível encontrar anúncios de Raphael Verlangieri em que ele disponibilizava horário para atender gratuitamente a população: “No Centro Espirita desta cidade, dá-se consultas gratis todos os dias, das 9 até as 10 da manhã e trata-se de qualquer molestia, sem

---

<sup>98</sup>A *Cruz*, n. 43, 1 de outubro de 1911, p. 1-2.

<sup>99</sup>A *Cruz*, n. 212, 31 de janeiro de 1915, p. 1.

<sup>100</sup>A *Cruz*, n. 58, 14 de janeiro de 1912, p. 3.

<sup>101</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espirita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 41.

usar de remédio algum”<sup>102</sup>. A Igreja Católica condenava esse tipo de trânsito religioso, e o jornal *A Cruz* advertia seus leitores de que o espiritismo era uma seita adversária do catolicismo, condenada pelo Papa, sendo vedada aos católicos toda e qualquer leitura de obras relacionadas ao tema e, ainda, a participação, mesmo que esporádica, em sessões espíritas. No mês de dezembro de 1914, Verlangieri publicou sucessivos anúncios no jornal *O Matto-Grosso* acerca da inauguração da *Escola Kardeciana*, que seria implantada no dia de Natal, cuja solenidade seria aberta para o público em geral<sup>103</sup>. No mês seguinte, *A Cruz* não deixou de criticar a inauguração da escola espírita, orientando os leitores para que as mães não levassem seus filhos até ela<sup>104</sup>.

Em outro texto publicado sob a forma de diálogo e intitulado *Mas, afinal, que é?*, reproduzido do jornal *O Labaro*<sup>105</sup>, o articulista esclarece que o fiel católico não pode ser também espírita, pois, se o fizesse, deixaria de ser católico.

Será o espírita – catholico? Não! porque catholico é só o que aceita, *integralmente* os ensinamentos da Egreja Catholica e ella condemna o espiritismo – como seita falsa e diabólica.

Mas, o espírita será christão? Também, não: porque christão significa discipulo de Christo, e Jesus Christo prohibe e reprova formalmente o diabolismo, que na mais é do que o espiritismo.

Então o espírita será *ao menos* um judeu? Ainda, não, mas, peor, que judeu: porque ao proprio judeu, como se vê na Biblia, era prohibido, severamente, evocar as almas dos mortos, e o espírita faz o que nem um judeu podia fazer. Mas, afinal, que é um espírita? Será, então, um simples pagão? Ainda cousa muito peor: porque o pagão mantinha commercio com o diabo, sem ter recebido os ensinamentos da Egreja, sem conhecer as luzes da revelação, que nos trouxe Jesus, [...] ao passo que o espírita, desprezando a Biblia, zombando dos Evangelhos, repudiando a Egreja Catholica, fechando os olhos a luz brilhante da civilização christã, entrega-se á pratica dessa superstição, desse fetichismo, dessa magia, ao culto, enfim de Satanaz<sup>106</sup>.

O texto enfatiza que católico é somente aquele que aceita *integralmente* os ensinamentos da Igreja Católica, representantes da civilização. Por outro lado, associa o espiritismo a práticas diabólicas, permeadas de fetichismo e curandeirismo, o oposto da *luz brilhante da civilização christã*. O espírita seria menos importante que o judeu e, ainda, que o pagão, pois que este não

---

<sup>102</sup>*O Pharol*, n. 255, 2 de julho de 1910, p. 3.

<sup>103</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1270, 20 de dezembro de 1914, p. 3.

<sup>104</sup>*A Cruz*, n. 211, 24 de janeiro de 1915, p. 2.

<sup>105</sup> Trata-se do periódico católico publicado na Diocese de Taubaté desde 1910.

<sup>106</sup>*A Cruz*, n. 283, 9 de julho de 1916, p. 3. Itálicos do autor.

conhece os ensinamentos da Igreja Católica e dos evangelhos, ao passo que o espírita nega os dogmas católicos por opção, preferindo o culto a *Satanaz*. A linguagem utilizada visava a incutir medo nos católicos ao associar o espiritismo a práticas diabólicas. Também objetivava delimitar o espaço religioso pelo qual deveriam transitar, incitando-os a combater o proselitismo espírita. Por fim, está associada ao ultramontanismo, que condenou veementemente as doutrinas modernas, entre elas, o espiritismo. Alguns textos advertem os fiéis em linguagem pedagógica, citando exemplos do cotidiano: “Abram bem os olhos esses catholicos imprudentes que dão o seu nome ao Espiritismo e querem servir a dous senhores”<sup>107</sup>. Ou ainda: “certos catholicos hesitam para entrar no espiritismo; vão uma vez, sò para vêr, ou porque não querem contrariar quem os convida, sobretudo quando é compadre ou se pode precisar delle, e aos poucos se deixam seduzir”<sup>108</sup>.

Outro recurso utilizado pelos redatores d’*A Cruz* para condenar o espiritismo era a publicação de cartas de leitores elogiando o jornal por condenar as práticas espíritas ou relatando acontecimentos de tragédias, acidentes, crimes, acessos de loucura, suicídios e outros episódios negativos associados à prática espírita. Havia ainda o caso de leitores que solicitavam a publicação de cartas em que expunham suas críticas acerca do espiritismo. Esses relatos eram muito importantes para o jornal, porque, assim como os pareceres médicos publicados, tratava-se de textos escritos por terceiros e não pelos redatores do jornal, caracterizando a imparcialidade e a veracidade ao discurso. Em seu quarto número, *A Cruz* publicou a carta de um leitor identificado apenas como *X*, membro da LSCMT. Em seu relato o autor informa a data do ocorrido, o local e o nome da senhora que fora vítima, porém, *para não magoar a família*, os redatores omitiram o nome dos partícipes. Diz a carta:

Respeitosas saudações.

Venho pelo intermedio do vosso conceituado jornal ‘A Cruz’, levar ao conhecimento do publico cuiabano um facto occorrido a 13 do mez fluente, nesta capital, que provarà irrefutavelmente que perigo correm os que se deixam seduzir pelas doutrinas espiritas.

A Sr<sup>a</sup>. A... foi convidada por uma familia amiga para assistir a uma sessão espírita, no dia acima referido, no Centro da rua 7 de Setembro<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup>*A Cruz*, n. 307, 24 de dezembro de 1916, p. 2.

<sup>108</sup>*A Cruz*, n. 299, 29 de outubro de 1916, p. 2.

<sup>109</sup>*A Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 2.

O endereço citado se referia à residência de Raphael Verlangieri, pois até 1911 as sessões espíritas aconteciam em sua residência, conforme atesta Piloni: “Em 1906, passou a realizar reuniões públicas em sua própria residência, no sobrado da Avenida 7 de Setembro, reuniões que divulgava sistematicamente nos jornais em circulação, convidando o público para conhecer e estudar o Espiritismo”<sup>110</sup>. Posteriormente, em 1910, “Rafael Verlangieri observou que o número de interessados na doutrina espírita que passaram a frequentar as reuniões em sua casa crescera bastante, de modo que o local se tornara inadequado”<sup>111</sup>. Assim, em 24 de fevereiro de 1911, foi inaugurado o Centro Espírita de Cuiabá.

Voltando à narrativa do senhor X, ele se volta para as consequências nefastas da visita ocasionada pela curiosidade da Sr<sup>a</sup>. A., afirmando que ela foi enganada e se curou graças ao uso de remédios convencionais.

Lá foi... Ficou logo incomodada, zuniados nos ouvidos, escurecimentos de vista, cahindo em seguida desmaiada com fortes convulsões nervosas... Ficou nesse estado até o dia seguinte, assistindo-a medicos curandeiros espíritas bem conhecidos, em nosso meio, contentando-se estes em declarar que a sr<sup>a</sup>. A., tinha 4 espíritos no corpo!!! A doente recuperou os sentidos quando finalmente lançou-se mãos dos remedios da botica: senapismos, etc. Imagine V. S. em que estado de fraqueza achava-se a sr<sup>a</sup>. A.<sup>112</sup>.

O senhor X conclui fazendo um apelo aos poderes públicos para que fizessem valer “[...] o artigo 157 do Codigo Penal que pune taes actos com prisão cellular de um a seis mezes, e a multa de 200 a 500 mil réis”<sup>113</sup>. Em abril de 1915, *A Cruz* publicou carta de um leitor criticando o espiritismo e solicitando a atuação das autoridades policiais<sup>114</sup>. Em agosto de 1923, publicou carta de Antonio José da Silva, que endossou as críticas do periódico ao espiritismo e aproveitou o ensejo para informar um caso de loucura advinda do espiritismo, conclamando o uso da força policial.

Sr. redactor d’*A Cruz*

Nesta.

Li no semanario tão brilhantemente dirigido por v. exc., em seu numero de domingo passado, um pequeno artigo sobre o espiritismo, justamente

---

<sup>110</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 37.

<sup>111</sup> PILONI, M. C. C. S. L., *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*, p. 40.

<sup>112</sup> *A Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 2.

<sup>113</sup> *A Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 2.

<sup>114</sup> *A Cruz*, n. 224, 25 de abril de 1915, p. 3.

guerreado pela policia de Recife e que aqui vae tomando incremento entre os espiritos mais atrasados, artigo que termina dizendo que até os menores estão perdendo a cabeça com a pratica dessa doutrina diabólica que outra cousa até hoje não tem conseguido fazer a não ser despejar seguidamente na rua loucos e mais loucos<sup>115</sup>.

Após os elogios iniciais, Antonio José da Silva cita um caso que ele próprio presenciara e que considera passível de intervenção policial por se tratar de crianças.

Quanto aos menores, presenciei outro dia em uma das ruas desta capital um caso que muito me deu que pensar. Estando alguns meninos a brincarem nessa rua, chegou um outro, de seus oito ou nove annos de idade que se poz no meio delles, a fazer apologia do espiritismo e a proferir ao mesmo tempo toda a sorte de bobagens e tambem palavras indecorosas e blasphematorias que parecia fora de si.

Advertido por uma pessoa que estava perto, sobre o que estava dizendo, começou a gritar e a chingar céus e terra, tendo ainda essa pessoa lhe dito: Vá se embora diabinho! desfigurou-se tanto o pobre menino que parecia um possesso rompendo ainda em mais fortes palavreados indecorosos e os olhos viravam-lhe nas orbitas de um modo assustador.

Até as creanças estão mesmo ficando perdidas com este diabolismo que está exigindo uma intervenção energica da policia local que até hoje tem estado de braços cruzados sem querer cumprir o seu dever, em beneficio dos simplorios que se deixam pegar em suas malhas<sup>116</sup>.

Nota-se que os argumentos do texto são semelhantes aos diversos artigos contidos nas páginas do jornal *A Cruz*, evidenciando que os discursos propalados pelo jornal eram internalizados, mesmo que parcialmente, pelos seus leitores, pois que Antonio José da Silva considerava o espiritismo uma prática diabólica, um caso de polícia, capaz de induzir seus praticantes à loucura.

Em 1916, *A Cruz* publicou uma série de artigos intitulados *Sempre o Espiritismo*, composto por supostos casos de loucura havidos em Cuiabá por consequência da prática do espiritismo. O autor, identificado apenas como W. de Oliveira, pormenoriza o nome das ruas, dos bairros e mesmo de pessoas, porém, é pouco preciso quanto à data dos acontecimentos por ele narrados, usando marcos temporais como: “ainda há poucos meses”, “Fazem poucos mezes” ou “Fazem uns tres annos mais ou menos”. Os enredos de suas histórias são muito parecidos: há uma pessoa doente e que procura ajuda em um centro espírita, sendo diagnosticada como possuidora de espíritos; no entanto, sua condição de saúde só piora, vindo o suposto paciente a melhorar somente com o uso de remédios convencionais. Ou ainda, casos de pessoas que

---

<sup>115</sup>*A Cruz*, n. 634, 26 de agosto de 1923, p. 2.

<sup>116</sup>*A Cruz*, n. 634, 26 de agosto de 1923, p. 2.

frequentaram algumas sessões espíritas e enlouqueceram, a exemplo do texto publicado na edição de 26 de março, no qual o autor narra a história de uma senhora que sofria de problemas de saúde e que passou a frequentar sessões espíritas para se curar.

Fazem poucos mezes, alli na Rua Joaquim Murтинho, no 2º Districto, havia cahido doente uma pobre Snra. que seduzida pelas Petronillas e Claros beijo de anta, tinha passado a frequentar as sessões espiríticas. Logo, porem, que os homens do espiritismo souberam disso, começaram a dizer que ella estava com não sei quantos espiritos no corpo e começou a applicar lhe a tal agua benta e suas homeopathias. [...] E assim foram tratando da pobre mulher que de dia para se ia inchando, até que ficou que nem um monstro, coisa horrivel<sup>117</sup>.

A solução do caso só veio com o auxílio de um médico. Assim, depois de curada, a mulher “[...] parece haver tomado depois juizo porque não a tenho visto ir mais de lanterninha acesa para tomar parte nessas sessões diabolicas de mandigas, candomblés e bruxarias, vergonha da nossa civilização”<sup>118</sup>. O relato de W. de Oliveira está de acordo com os discursos defendidos pelo jornal *A Cruz*. Contudo, remete a um elemento importante: a associação do espiritismo com as religiões afrodescendentes, igualmente consideradas diabólicas, falsas e estrangeiras, conforme texto noticiado no jornal em novembro de 1915: “O espiritismo que é estrangeiro ao Brazil, derivando-se do fetichismo africano e das allucinações de Allan-Kardec”<sup>119</sup>. Isso está escrito em artigo publicado em resposta ao coronel João Campos Widal, espírita que criticava a presença dos frades franceses no Mato Grosso.

Em outros casos, o jornal usava a ironia contra as práticas espíritas, a exemplo de um texto noticiado em seus primeiros números e intitulado *Supplica*, de autoria de *Um mau espírito*: “Oh! poderoso curador, magnetise pois de uma vez as aguas do rio Cuiabá, antes que elle seque completamente e faça uma distribuição geral do precioso liquido no Lavapés, no Mundeu, no Bahú, no Seminário e na Santa Casa”<sup>120</sup>.

Também se publicavam diálogos fictícios atacando o espiritismo. Esse recurso, além de se dirigir contra as doutrinas acatólicas em geral, visava a munir os leitores católicos de argumentos simples e objetivos a favor da Igreja Católica. No diálogo em questão, intitulado *O Latitudinarismo*, há um católico dialogando com um simpatizante do protestantismo e do

---

<sup>117</sup>A *Cruz*, n. 270, 26 de março de 1916, p. 2.

<sup>118</sup>A *Cruz*, n. 270, 26 de março de 1916, p. 2.

<sup>119</sup>A *Cruz*, n. 252, 21 de novembro de 1915, p. 3.

<sup>120</sup>A *Cruz*, n. 5, 15 de julho de 1910, p. 2.



espiritismo, *que respeita todas das religiões*, mas que não percebe a falsidade de tais *seitas*. “Que lhe parece do protestantismo?– Eu respeito o protestantismo.– Que pensas do espiritismo? Também é uma doutrina muito razoável”<sup>121</sup>. Em seguida, o articulista apresenta seu parecer sobre os sujeitos que adotam uma postura acrítica para com as doutrinas acatólicas: “E não pensam os taes sujeitos que protestantismo e espiritismo não podem ser ambos respeitáveis, porque contêm afirmações contrarias entre si, logo uma delas *pele menos* ha de ensinar mentiras, e a mentira não pode ter respeitabilidade alguma”<sup>122</sup>. Conclui que, devido à variedade de profissões protestantes e espíritas, não poderia haver veracidade de argumentos para elas. “De facto não só uma das duas seitas é falsa, mas são na ambas porque ambas variam constantemente, mudando o seu credo de logar para logar, de anno para anno e até de pregador para pregador”<sup>123</sup>.

Em suma, os discursos do jornal *A Cruz* representavam o espiritismo como uma seita diabólica, em que seus praticantes evocavam forças malignas e por conta disso muitos tinham acessos de loucura, sendo internados em manicômios, afetando o bem-estar das famílias e, por consequência, da sociedade. O espiritismo seria uma epidemia social, uma calamidade pública, comparada à sífilis, à tuberculose e à varíola. Os médiuns seriam charlatães que enganavam as pessoas com falsos diagnósticos clínicos, receitando medicamentos que na maioria das vezes agravavam a situação do doente. Nesse sentido, enfatizava-se que era necessário o uso da força policial para conter a ação mediúnica. O discurso do periódico católico foi reforçado por textos contendo o parecer clínico de médicos e diretores de hospícios que atestavam a falsidade do espiritismo e sua tendência para a loucura, buscando convencer a opinião pública que os fatos noticiados eram verídicos, passíveis de comprovação científica.

Desde fins do século XIX, a doutrina espírita buscava legitimação no campo religioso de Cuiabá, para garantir sua expansão e reconhecimento social. A conquista de membros pertencentes às camadas mais altas da sociedade e que exerceram papéis de lideranças, a disponibilidade de atendimento médico à população, o proselitismo na imprensa, juntamente com a inauguração da sede do Centro Espírita de Cuiabá, foram estratégias que contribuíram para a legitimação do espiritismo no mercado de bens simbólicos de Cuiabá. Por outro lado, a Igreja Católica perdeu fiéis para o espiritismo, além de ter que lidar com o fato de que muitos católicos frequentavam sessões espíritas. Desse modo, em consonância com os discursos da

---

<sup>121</sup>A *Cruz*, n. 255, 12 de dezembro de 1915, p. 3.

<sup>122</sup>A *Cruz*, n. 255, 12 de dezembro de 1915, p. 3. Itálicos do autor.

<sup>123</sup>A *Cruz*, n. 255, 12 de dezembro de 1915, p. 3.

hierarquia eclesiástica brasileira e dos papas – desde Pio IX, que condenou o espiritismo nascente na França do século XIX –, o jornal *A Cruz* publicou centenas de textos, entre artigos, entrevistas, cartas e trechos de livros, atacando e condenando o espiritismo. Essa postura permaneceu durante todo o período em que o periódico esteve sob a direção de frei Ambrósio Daydé.

### 3. 3) A Maçonaria

A presença da Maçonaria em Cuiabá data de fins do século XIX. Em 1872 foi instalada a loja Estrela do Oriente e, em 1900, a loja Acácia Cuiabana, que funciona até a atualidade e que congregou diversos membros da LMLP, entre espíritas, católicos, protestantes, positivistas e ateus. A presença de maçons na liga dos livres pensadores é um aspecto importante para compreender o tipo de Maçonaria existente em Cuiabá, que se solidarizava com os objetivos da LMLP e sua revista, *A Reacção*, e que em ocasiões específicas contribuiu financeiramente com ela<sup>124</sup>. De acordo com Santos, a Maçonaria que se instalou em Cuiabá no início do século XX foi uma grande veiculadora do discurso liberal e imbuída dos ideais positivistas, que apoiava a liberdade religiosa e a presença de outras religiões em Cuiabá<sup>125</sup>.

Diferentemente do espiritismo e do protestantismo, a Maçonaria não pode ser classificada como uma religião e sim como uma associação secreta<sup>126</sup> que, no contexto da Cuiabá dos anos 1900, congregava membros de diferentes crenças, portanto, não estava circunscrita majoritariamente ao campo religioso. No entanto, na ótica da Igreja Católica, de D. Carlos e dos papas, a Maçonaria representava uma ameaça ao monopólio dos bens de salvação. Em primeiro lugar, por incentivar ataques ao catolicismo e, em segundo, por promover a legitimação das outras religiões no campo simbólico cuiabano. Desse modo, os discursos do jornal incluíam elementos representativos do catolicismo para se referir à Maçonaria como seita diabólica, valendo-se de estratégias similares às utilizadas contra o protestantismo e o

---

<sup>124</sup> Informativo *Estrela da Razão* – Órgão Informativo Loja Maçônica Razão e Justiça 2202, p. 7-8. Apud CORREA, A. C., *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*, p. 45.

<sup>125</sup> SANTOS, S. R., *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*, p. 40-42.

<sup>126</sup> “Aqui se comete o grave erro de considerar a Maçonaria como uma religião, como a religião com a qual todos os homens concordam. Na realidade, a Maçonaria se considera a si mesma como o ‘espaço’ ou centro de união em se há de conseguir uma verdadeira amizade entre os homens que, de outra maneira, permaneceriam distantes entre si devido a suas diferentes convicções políticas, filosóficas e religiosas”. BENIMELLI, J. A. F.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V., *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, p. 149. Aspas do autor.

espiritismo para deslegitimar a presença da Maçonaria em Cuiabá no campo religioso<sup>127</sup>, mesmo esta não sendo uma religião.

Seguindo as diretrizes da Santa Sé e dos papas, o jornal *A Cruz* criticou a sociedade secreta com centenas de artigos, classificando-a como seita diabólica e criminosa, associada ao judaísmo. A Maçonaria seria uma organização internacional com o fim de destruir a Igreja Católica e infiltrar-se nos governos dos países católicos para laicizar o Estado e descristianizar<sup>128</sup> a sociedade. Aqueles que se filiavam a ela eram considerados como interesseiros em busca de ascensão social. Grande parte dos textos publicados eram de notícias internacionais, especialmente relativas aos acontecimentos ocorridos na Europa acerca de assassinatos cometidos por membros da Maçonaria, ou ainda, de maçons convertidos ao catolicismo que revelavam os crimes cometidos pela sociedade secreta.

Publicavam-se artigos de escritores católicos, como Carlos de Laet e Lacerda de Almeida. Diferentemente do protestantismo e do espiritismo, *A Cruz* publicou diversas imagens satíricas e doutrinárias com representações negativas da Maçonaria. No início da década de 1920, merece destaque toda a propaganda feita contra Nilo Peçanha, maçom candidato à Presidência da República nas eleições de 1921 e *persona non grata* do jornal desde 1910, ano em que, como Presidente do Brasil, proibiu a entrada de padres jesuítas expulsos pelo governo de Portugal. Por fim, *A Cruz* polemizou com alguns jornais e maçons da alta sociedade cuiabana, destacando-se a polêmica com Estevão de Mendonça.

Desde que tomou forma organizacional no século XVIII, a Maçonaria foi seguidamente condenada pela Igreja Católica, por meio de centenas de documentos pontifícios, especialmente em fins do século XIX e início do XX, com destaque para o Papa Leão XIII. Assim,

Desde 1738 (primeira condenação de Clemente XII) até 1917 (publicação do Código de Direito Canônico), são centenas os documentos pontifícios relativos à Maçonaria; somente Leão XIII, com se disse, nada menos do que 226 vezes nas suas cartas, alocações, encíclicas e discursos<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*, p. 58.

<sup>128</sup> O termo decristianização é tomado neste trabalho com o mesmo sentido atribuído pelo jornal *A Cruz*, ou seja, como o processo de descatalização do Brasil, a começar pela laicização do Estado e secularização dos espaços públicos.

<sup>129</sup> BENIMELLI, J. A. F.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V., *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, p. 72.

Em 1914, o jornal *A Cruz* divulgou a Encíclica *Humanun genus*, do Papa Leão XIII, de 1884, “[...] que é a mais direta e a mais completa contra a Maçonaria”<sup>130</sup>. O texto foi publicado ao longo de diversos números e sua análise evidencia a representação da sociedade maçônica como seita diabólica, criminosa e anticlerical, condenada por diversos pontífices desde o século XVIII<sup>131</sup>. Essa alusão à publicação da encíclica de Leão XIII é importante para demonstrar que os discursos representativos do jornal contra a Maçonaria estavam o mais atrelado possível aos da Santa Sé e à postura dos bispos brasileiros. No Brasil, na segunda metade do século XIX, a hierarquia eclesiástica passou a condenar com maior intensidade a Maçonaria e a filiação de católicos a ela. O processo de condenação foi paulatino, começando pela atitude de alguns bispos que se formaram em seminários europeus e passaram a adotar as orientações da Santa Sé<sup>132</sup>. No contexto do regime de Padroado, essa postura dos preladados ocasionou conflitos com o governo imperial, a exemplo da *Questão Religiosa*, que culminou na prisão dos bispos de Olinda e de Belém, D. Vital e D. Macedo, em 1874. De acordo com os documentos eclesiásticos, a Maçonaria era tida por sociedade secreta que tramava contra a Igreja Católica, buscando não apenas destruí-la, mas também retirar a influência católica de todas as esferas da sociedade civil e essa foi a representação mais presente no jornal *A Cruz*.

Nas páginas do periódico *A Cruz*, a Maçonaria era tida como a incentivadora da criação de jornais anticlericais, para promover calúnias contra o clero. Ela se utilizava do embuste da promoção da caridade, do bem comum e do progresso das nações, no entanto, seu único fim era descristianizar as nações católicas, a exemplo do Brasil, se infiltrando nos governos para laicizá-los e paganizá-los. “Bem sabemos que aquella apostasia geral dos governos e dos povos é o alvo summamente antipatroico da Maçonaria internacional que quer embrutecer, paganizando-o, o povo para reinar. Mas graças a Deus, ha ainda nobres resistencias contra esse intento satânico”<sup>133</sup>. Em outro trecho, relacionado a um contexto internacional, as acusações são mais incisivas: a Maçonaria aparece como assassina, mentirosa, subversiva, egoísta e financiadora de revoluções armadas para a derrubada de governos.

Esta sociedade é muito nociva as nações, pelas suas qualidades características.

---

<sup>130</sup> BENIMELLI, J. A. F.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V., *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, p. 38.

<sup>131</sup> Cf. *A Cruz*, n. 22 de novembro de 1914, p. 1.

<sup>132</sup> VIEIRA, D. R., *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*, p. 105-120.

<sup>133</sup> *A Cruz*, n. 53, 10 de dezembro de 1911, p. 2. Itálicos do autor.

É egoísta, porque só vive o bem estar dos que lhe pertencem; assassina, pois é sabido que ella se vinga de seus adversarios com o veneno e o punhal; mentirosa, porquanto falta muitas vezes á verdade e a sinceridade, para o bom exito de suas emprezas delictuosas; e, finalmente subversiva, visto como é a promotora da maior parte das revoluções, attenta contra a vida dos reis e de outros governantes, açula e estipendia as mais infames associações secretas, como a Mão Negra, por exemplo. Por isso, avilta-se todo aquelle que se alista nesta deleteria agremiação; o governo, que por medo ou politica, deixa-se guiar por ella, e a favorece; todo aquelle que, pela palavra ou pelas obras, concorre para a prosperidade dela<sup>134</sup>.

Com relação ao Brasil, há no artigo intitulado *O poder occulto* o detalhamento de como a Maçonaria agia no sentido de descristianizar a nação brasileira. Assim, as mudanças na legislação implantadas pelo governo republicano são consideradas resultado da ação maçônica.

Pelo que respeita ao Brasil, pouco ou nada tem que fazer a maçonaria *na vida politica*, pois *já fez tudo*. Separou a Igreja do Estado; secularizou os cemiterios; estatuiu o ensino leigo e o casamento civil como unico legal; laicizou todos os serviços publicos, promulgou, em summa, um *systema completo de educação puramente civil*, sufficiente para formar o cidadão brasileiro *completamente irreligioso*<sup>135</sup>.

Os elementos de laicização da sociedade eram aqueles que retiravam da Igreja Católica sua influência na esfera civil, o que gerou grandes atritos entre autoridades civis e eclesiásticas, a exemplo de Cuiabá, onde o bispo D. Carlos opôs-se o quanto pôde à aprovação de leis que retiravam da Igreja Católica direitos estabelecidos no Império. Em algumas publicações, em sua maioria reproduzidas de jornais do Rio de Janeiro, há informações pormenorizadas sobre a ação da Maçonaria no governo brasileiro, a exemplo do artigo *Maçonaria e Politica*, noticiado em outubro de 1913, no qual são apresentadas supostas deliberações que foram tomadas pela Grande Oriente do Brasil em relação à política nacional.

Do exame a que procedemos nos gloriosos fastos da *benemerita sociedade*, chegamos á conclusão de que a maçonaria brasileira, não se achando com forças para a grande luta com o Brasil catholico, se prepara para o assalto decisivo á administração do paiz, tomando conta das repartições publicas, do Congresso e do governo dos Estados, levando a sem cerimonia ao ponto de cobiçar e manifestar em publico e raso a ‘satisfação de ver collocado no mais alto posto do governo da Republica o soberano Gr. Mest. Senador Lauro Sodré!’<sup>136</sup>.

---

<sup>134</sup>A *Cruz*, n. 154, 30 de novembro de 1913, p. 2.

<sup>135</sup>A *Cruz*, n. 71, 14 de abril de 1912, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>136</sup>A *Cruz*, n. 146, 5 de outubro de 1913, p. 1. Itálicos do autor.

O texto evidencia o temor do jornal para com a eleição de um presidente da República maçom, o que supostamente confluiria para a aprovação de leis anticatólicas. Nesse sentido, é importante mencionar que foi na década de 1910 que a Igreja Católica buscou uma reaproximação com o Estado, promovendo o engajamento de líderes leigos na política e a formação de ligas e confederações católicas e o fortalecimento da imprensa católica, que poderia, inclusive, influenciar o voto dos católicos<sup>137</sup>.

Para o jornal *A Cruz*, a prova de que a Maçonaria maquinava contra a Igreja Católica não era apenas a aprovação de leis anticlericais. Outra evidência irrefutável seria o segredo que a sociedade guardava de seus rituais e o juramento que exigia de seus membros para a manutenção desse segredo. Essa era prova de que as ações da Maçonaria faziam parte de uma articulação internacional para destruir o cristianismo, conforme trecho retirado de um dos artigos do *Memorial do Catholico*:

Mas em toda a parte a Maçonaria esconde no *segredo* seus planos tenebrosos ou revela-os progressivamente e só a alguns de seus iniciados, de modo que muitos maçons os ignoram completamente. Entretanto, todos promettem com *juramento* cega obediência e assim tornam-se instrumentos inconscientes do fim que se propõe a seita.

Esse fim, como consta de inúmeras declarações das mais altas personalidades da Maçonaria, é simplesmente a *destruição do Christianismo*<sup>138</sup>.

O juramento era a evidência cabal dos fins ilícitos da Maçonaria que, por meio da fidelidade incondicional de seus membros, via juramento, teria total controle sobre suas ações, mesmo para fins ilícitos, conforme trecho de outro artigo do *Memorial do Catholico*:

Por esse juramento, póde a maçonaria *exigir* de seu adepto as maiores infâmias, os maiores crimes. Sejam quaes forem os crimes que *ouça* ou *veja praticar* em loja, sejam quaes forem s ciladas armadas contra a patria ou contra os proprios parentes, o maçõn é obrigado a guardar segredo!<sup>139</sup>.

Nesse sentido, a Maçonaria representava uma ameaça para a soberania nacional, tendo em vista que se tratava de uma sociedade internacional. Mais adiante, o articulista compara o juramento feito pelos maçons com o voto de obediência dos religiosos, que cumprem uma regra

---

<sup>137</sup> VIEIRA, D. R., *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*, p. 477-504.

<sup>138</sup> *A Cruz*, n. 121, 6 de abril de 1913, p. 2. Itálicos do autor.

<sup>139</sup> *A Cruz*, n. 141, 31 de agosto de 1913, p. 2. Itálicos do autor.

referente a uma respectiva ordem religiosa, argumentando que, pelo juramento, deixam de cumprir apenas as leis “*que não sejam contra as leis de Deus e da consciencia*”<sup>140</sup>. Por conta disso, os religiosos têm seus direitos políticos limitados pelo governo brasileiro, diferentemente dos maçons, o que era mais uma amostra da infiltração maçônica no Estado brasileiro, havendo até presidentes da república<sup>141</sup>. Notícias como a do sequestro de bens promovido pelo governo Hermes da Fonseca contra o Convento Santo Antonio, no Rio de Janeiro, e pertencente aos franciscanos eram interpretadas como maquinações da Maçonaria que buscava enfraquecer por todos os meios a Igreja Católica no Brasil<sup>142</sup>.

Na Figura 13, encontram-se elementos representativos do discurso contra a Maçonaria. A Igreja Católica é representada como uma coluna sólida, inabalável, cuja sustentação é o próprio Jesus Cristo. Em tamanho menor, aparecem sujeitos com trajes maçônicos, tentando derrubar a sólida coluna. A desproporcionalidade entre a altura da coluna e a dos maçons demonstra a intenção em representar a grandeza e a superioridade da Igreja Católica perante a Maçonaria. O uso da imagem remete aos protocolos de leitura, definidos por Chartier como “*sinais visíveis, ou senhas, explícitas ou implícitas*”<sup>143</sup> que um autor insere no texto, a fim de direcionar os sentidos atribuídos pelos leitores, nesse caso, da Maçonaria enquanto seita diabólica que maquinava contra a Igreja Católica, instituição milenar, inabalável e indestrutível.

---

<sup>140</sup>A *Cruz*, n. 141, 31 de agosto de 1913, p. 2. Itálicos do autor.

<sup>141</sup>A *Cruz*, n. 141, 31 de agosto de 1913, p. 2.

<sup>142</sup>Cf. A *Cruz*, n. 47, 29 de outubro de 1911, p. 3; A *Cruz*, n. 48, 5 de novembro de 1911, p. 6; A *Cruz*, 49, 12 de novembro de 1911, p. 3.

<sup>143</sup>CHARTIER, R., Do livro à leitura, p. 95.

**Figura 13** – Ilustração representando a solidez da Igreja Católica que mesmo atacada por maçons mantém-se inabalável.



Fonte: *A Cruz*, n. 126, 15 de maio de 1913, p. 3.

Na Figura 14, há elementos representativos semelhantes ao da figura anterior: a Maçonaria como seita diabólica que busca em vão a destruição do catolicismo. A cruz de bronze representa a Igreja Católica e o próprio periódico, que possuía nome análogo ao maior símbolo do cristianismo. O maçom é retratado com formas grotescas, o que é reforçado pelo diálogo que compõe a figura e que o define como um *pobre dentuço*. Nota-se a preocupação em inserir o maior número de símbolos maçônicos e outros associados ao ocultismo, relacionando-os a um imaginário diabólico, tais como o cabrito, os chifres e a serpente.



Figura 14 – Ilustração representando um maçom atacando a cruz que representa a Igreja Católica.

## A Maçonaria contra o Catholicismo



● IRMÃO... O raival com a *boycottage* eu acabo de uma vez com os Catholicos, com a "Liga Clerical", com "A Cruz"!...  
● CATHOLICO — Pobre dentuço! não estás vendo que os teus dentes estão molies e a grossa é de puro aço?

Fonte: *A Cruz*, n. 174, 19 de abril de 1914, p. 1.

Na Figura 15, aparecem duas figuras centrais, o Cristo de bronze e a serpente. A primeira remete à Igreja Católica, novamente aparecendo o bronze como elemento definidor da solidez do catolicismo. A serpente representa a Maçonaria e remete ao Pecado Original, à astúcia e à mentira, havendo a associação entre a Maçonaria e o culto ao diabo.

**Figura 15** – Ilustração representando a Maçonaria como a serpente, símbolo do demônio, atacando a Jesus Cristo.



**A serpente ralvosa contra o Cristo de bronze**

Fonte: *A Cruz*, n. 177, 15 de maio de 1914, p. 5.

De acordo com os discursos do jornal *A Cruz*, seria por meio da infiltração nos governos que a Maçonaria implantaria as reformas nas leis civis que tanto ambicionava: a aprovação do ensino leigo, do divórcio e das missões indígenas leigas. Outras leis como a secularização dos cemitérios e a separação entre Igreja e Estado já existiam na legislação brasileira. No que condiz ao ensino leigo, as acusações se assemelhavam àquelas que eram feitas sobre as confissões protestantes norte-americanas: nestas, a escola seria um instrumento a serviço do imperialismo

estadunidense, com o objetivo de inserir a cultura *yankee* nos brasileiros em detrimento da catolicidade que caracterizava a identidade brasileira. De modo análogo, as escolas leigas instituídas pelos governos republicanos sob a influência da Maçonaria seriam instrumentos da descristianização dos brasileiros. No artigo *A maçonaria e a escola leiga*, sem autoria revelada, o articulista cita as supostas declarações de um maçom a respeito da função do ensino leigo:

Os factos, que desde quasi tres seculos se estão realizado, justificam cabalmente as condemnações dos Romanos Pontifices contra a maçonaria; mas, a quem restasse ainda qualquer pequena sombra de duvida, bastaria, para dissipal-a, ler o que ha muito em (1910) escreveu o Sr. Dequaire, grão mestre da maçonaria em França.

‘O fim da escola leiga, diz elle, não é ensinar a ler, escrever e contar. Ella é um ariete de guerra contra o catholicismo.

‘O seu fim unico é formar livres pensadores.

‘A escola leiga mentiria e frustraria a esperança que nella temos, se se conservasse em uma respeitosa neutralidade.

‘A escola leiga ensina a repudiar o dogma.

‘Se o menino, que aos treze annos abandona os bancos da escola, ainda conserva alguma crença é que não aproveitou o ensino.

‘A escola leiga não terá dado fructo, segundo a sua justa medida, senão quando o menino tenha perdido completamente a fé catholica<sup>144</sup>.

De acordo com o texto, a escola leiga não era neutra como pregavam seus defensores; esse argumento seria um embuste pelo qual se pretendia formar jovens avessos aos dogmas católicos, ateus, livres pensadores e anticlericais, que, na vida adulta seriam anarquistas e antissociais, concorrendo para a desgraça da pátria.

Em 1912, a Câmara dos Deputados estava debatendo o projeto de lei de aprovação do divórcio, apresentado pelos deputados Erico Coelho e Floriano de Brito. Em Cuiabá, houve, por parte da LSCMT, seguidas manifestações por meio de palestras, reuniões e manifestos contra a aprovação dessa. Além da questão da indissolubilidade da união matrimonial, de cunho religioso, o movimento arvorava as consequências sociais do divórcio, como o aumento de órfãos e as dificuldades que as mulheres enfrentariam sem a figura do marido<sup>145</sup>. Nesse contexto, o jornal publicou trechos de um artigo de autoria do jornalista católico Orlando Correa Lopes, no qual apresentava os dados biográficos dos deputados. Ao final, a redação inseriu comentários que associavam a ação dos deputados autores do projeto de lei do divórcio à Maçonaria. “O monstrengo amamentado pela *Maçonaria* e apresentado ao povo brasileiro

---

<sup>144</sup>A *Cruz*, n. 150, 2 de novembro de 1913, p. 1.

<sup>145</sup> Cf. A *Cruz*, n. 91, 8 de setembro de 1912, p. 1-2; A *Cruz*, n. 92, 15 de setembro de 1912, p. 1-3; A *Cruz*, n. 93, 22 de setembro de 1912, p. 1-2; A *Cruz*, n. 94, 29 de setembro de 1912, p. 1-3.

pelos testas de ferro sahidos dessa *cloaca máxima* há de ser repellido com energia e indignação e será mais um pontapé, uma tremenda derrota que registrará a célebre *Viuva de Pouca Vergonha*”<sup>146</sup>.

Em outubro de 1915, o jornal *A Cruz* publicou uma palestra de frei Ambrósio Daydé sobre a aprovação do divórcio. O frade franciscano acusava a Maçonaria, a qual chamava de *Besta Apocaliptica*, de ser a mentora do projeto de lei, como parte de seu projeto de descristianização do Brasil.

Infelizmente não é a primeira vez que ouvis semelhantes appellos. É que investidas da mesma natureza têm-se reproduzido, nestes ultimos annos e esses casos esporadicos de desabafos sectarios, vêm provar cabalmente que há um plano occulto, urdido e dirigido, por uma intelligencia que trabalha nas trevas e cujo escopo é DESCHRISTIANIZAR O BRAZIL. A seita que incansavelmente persegue essa idéa nefanda, ímpia e antipatriotica é a MAÇONARIA<sup>147</sup>.

Segundo o redator-chefe do jornal *A Cruz*, a Maçonaria trabalhava ocultamente para impor seus objetivos, estando entranhada nos poderes estabelecidos. O discurso de que a associação secreta se valia de autoridades e pessoas influentes para atacar a Igreja Católica também se fez presente na campanha promovida pelo jornal contra o coronel Cândido Mariano Rondon, que desde fins de 1911 passou a ser criticado em diversos artigos e editoriais, devido à sua política indigenista não compactuar com as diretrizes empregadas pelos missionários salesianos. O jornal publicou artigos de autoria de Lacerda de Almeida, escritor católico, em que este considerava o coronel Rondon um instrumento da Maçonaria, pois naquele ano de 1912 o governo federal buscava consolidar a catequese indígena leiga, ou seja, livre do discurso que caracterizava as ações missionárias dos salesianos no Mato Grosso, por exemplo. O coronel Rondon, que se declarava positivista, era defensor do programa do governo e por isso considerado instrumento da Maçonaria<sup>148</sup>.

Na Figura 16, publicada no período em que o jornal fazia grande propaganda contra a catequese leiga, aparece o catequista leigo que tenta em vão destruir a Igreja Católica, novamente representada como instituição inabalável e sólida. Importante notar que no peito do

---

<sup>146</sup>*A Cruz*, n. 94, 29 de setembro de 1912, p. 2-3. Itálicos do autor.

<sup>147</sup>*A Cruz*, n. 246, 10 de outubro de 1915, p. 2-3. Itálicos do autor.

<sup>148</sup> Cf. *A Cruz*, n. 124, 27 de abril de 1913, p. 3.

catequista aparece o triângulo, símbolo maçônico. Trata-se de uma ilustração que foi reproduzida de outro impresso e adaptada ao contexto local.

**Figura 16** – Ilustração representando o catequista leigo, maçom, tentando em vão destruir a parede de uma igreja, que por sua robustez simboliza a superioridade do catolicismo e da catequeses religiosas.



Sua e bufa e desespera-se  
O catechista sem fé;  
A Catechese Catholica  
Permanece sempre em pé!

Fonte: *A Cruz*, n. 112, 2 de fevereiro de 1913, p. 3

Em Cuiabá, os redatores associavam os objetivos da Maçonaria à existência da LMLP e da revista *A Reacção*, que publicava constantemente matérias anticlericais inventadas pela Maçonaria, difamando a imagem do clero, o espiritismo e mesmo o protestantismo. Em editorial dedicado inteiramente ao ataque da Maçonaria em Cuiabá, é possível encontrar elementos

importantes nesse sentido, que relacionavam os ataques do periódico *A Reacção*, transformado em jornal de publicação semanal, aos interesses maçônicos.

Assim mesmo parece que os maçons daqui não se prestaram com muita boa vontade ao papel que lhes impunha a Maçonaria do Rio, porque a prancha é de Fevereiro e a circular é de Outubro. E para a honra dos que compõem a maioria dos maçons de Cuiabá, diremos que só uma minoria foi que aceitou com entusiasmo o papel de perseguidores do Catholicismo e dos catholicos. D'ahi essa guerra sem treguas e por todos os meios, lançando-se mão dos baixos expedientes contra os catholicos; d'ahi as injurias que *A Reacção* vomita semanalmente contra os catholicos e o catholicismo. O sr. Kuhlmann tem se distinguido nessa luta, parecendo que veio de São Paulo exclusivamente para essa guerra maçônica<sup>149</sup>.

No relato, faz-se menção a um documento enviado por maçons do Rio de Janeiro para a Loja Acácia Cuiabana e que foi publicado na mesma edição. Trata-se de uma circular orientando os maçons de Cuiabá a como proceder em relação aos ataques feitos pela imprensa antimaçônica, nesse caso, pelo jornal *A Cruz*. Para a redação do periódico católico, se tratava de uma circular enviada primeiramente pelo Centro Judaico na Europa para o Rio de Janeiro e deste para Cuiabá, portanto, uma evidência de que os maçons faziam parte de um complô internacional contra o catolicismo. Em Cuiabá, a criação da LMLP e do periódico *A Reacção* eram obra da Maçonaria, com destaque para Gustavo Kulmann, que fora contratado pelo governo do Estado para auxiliar na reforma do ensino público, maçom e livre pensador que o texto cogitou ter sido enviado a Cuiabá por ordem da Maçonaria<sup>150</sup>.

Outro exemplo da ação maçônica em Cuiabá seria a contenda envolvendo João Villas Boas, João da Costa Marques e frei Ambrósio Daydé. No auge das acusações, em 20 de julho de 1915, o jornal dedicou sua edição inteiramente à defesa do franciscano, inclusive com a publicidade da carta de solidariedade de D. Carlos aos ataques sofridos por frei Ambrósio. Nessa edição, há um artigo intitulado *Desmascarando...*, cujo conteúdo associa a ação de Villas Boas e João da Costa Marques como que por ordem da Maçonaria: “Em geral ignora-se qual a origem, qual a fonte dessa infundada e miseranda campanha, mas como a verdade manda que o digamos, digamol-o, pois, é a Maçonaria!”<sup>151</sup>. Segundo o relato, há tempos que a instituição tramaria contra o frade e por meio de um maçom, A. Pinheiro Brandão, que disponibilizou a quantia de 200\$000 “[...] para pagar uma mulher perdida, afim de que desse, na Policia, um

---

<sup>149</sup>A *Cruz*, n. 171, 29 de março de 1914, p. 1.

<sup>150</sup>A *Cruz*, n. 171, 29 de março de 1914, p. 1.

<sup>151</sup>A *Cruz*, n. 231, 20 de junho de 1915, p. 2.

depoimento indecente contra o virtuoso sacerdote Frei Ambrosio Daydé!”<sup>152</sup>, não obtendo êxito. Assim,

[...] encontrou nos srs. Villas-boas e João da Costa Marques uns instrumentos cegos para a mais vergonhosa campanha contra o mesmo illustre sacerdote! O movel dessa campanha, affirmamol-o, é a maçonaria! A maçonaria do bacamarte, do veneno e do punhal; a maçonaria do caffismo, da prostituição; das notas falsas, dos contrabandos e das extorsões; da calúnia, da injúria e de toda a sorte de violações; da conspiração, dos incendios, e das malversações; das peitas, da polygamia e do estelionato, é a maçonaria mil vezes maldita e de toda a sorte de pouca vergonha! De quanto são capazes, portanto, esses pobres moços, a quem o fanatismo e o vicio obliteraram a razão!<sup>153</sup>

Entre as polêmicas do jornal *A Cruz* com os maçons de Cuiabá, destaca-se a que o jornal empreendeu contra Estevão de Mendonça, em fins de 1913. Antes, porém, *A Cruz* polemizou com o jornal *O Matto-Grosso*, por conta de uma missa celebrada pela alma do coronel Generoso Ponce, que era maçom grau 33. Em 19 de novembro de 1911, *O Matto-Grosso* ironizou o fato: “Então senhores da “A Cruz”, para o Frederico de Oliveira missa é cataplasma e para o Coronel Ponce maçom gráo 33, delegado do Grão Mestre da Maçonaria em Matto Grosso, não o seria com melhor razão?”<sup>154</sup>. Em sua resposta, *A Cruz* alegou que o coronel Ponce, estando doente no Rio de Janeiro, encontrara-se com D. Carlos, de quem era muito amigo e pediu ao arcebispo para se confessar. Para os redatores católicos, o ato da confissão caracterizava a negação à Maçonaria.

Porque negar a missa a Frederico de Oliveira, simples maçom, e concedel-a ao Coronel Ponce, maçom gráo 33, delegado do Grão Mestre da Maçonaria em Matto-Grosso?

Porque? Oh! muito simples. Não lêram na *A Cruz* do 12 de novembro: ‘Visitado por S. Exa. o Sr. Arcebispo D. Carlos de quem fôra sempre amigo, *mostrou (O Córnel Ponce) ardente desejo de confessar-se.* Depois do sagrado acto agradeceu ao Sr. Arcebispo pelo grande allivio que lhe havia proporcionado.’ E a Confissão, como se sabe, exige a renuncia previa á Maçonaria<sup>155</sup>.

---

<sup>152</sup>*A Cruz*, n. 231, 20 de junho de 1915, p. 2.

<sup>153</sup>*A Cruz*, n. 231, 20 de junho de 1915, p. 2.

<sup>154</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1111, 19 de novembro de 1911, p. 3.

<sup>155</sup>*A Cruz*, n. 51, 26 de novembro de 1911, p. 2. Itálicos do autor.

Duas semanas depois, *O Matto-Grosso* levantou nova polêmica, pois no dia 19 de novembro falecera o senador Joaquim Murinho, igualmente no Rio de Janeiro, e na catedral fora celebrada missa pela alma de Murinho. No entanto, para os redatores d'*O Matto-Grosso*, a celebração caracterizou uma nova incoerência por parte da Igreja Católica, pois o falecido era ateu e não havia se confessado antes de morrer. “E a Joaquim Murinho, que sempre foi ateu e não renegou as suas ideias, visto que não confessou-se, porque seria que foi permitido o funeral? Qual a razão dessa condescendência?”<sup>156</sup>. Em sua resposta, os redatores d'*A Cruz* alegaram que em consequência de Murinho ter vivido grande parte de sua vida fora de Cuiabá não era de conhecimento da autoridade eclesiástica suas manifestações de ateísmo, nem que ele fosse maçom<sup>157</sup>.

O embate com Estevão de Mendonça começou com a publicação no jornal *A Cruz* de um artigo intitulado *O Barão de Melgaço e a Maçonaria*, que continha uma suposta declaração de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço<sup>158</sup>, acerca da Maçonaria. Ele teria participado de algumas reuniões maçônicas e pouco tempo depois abandonado a sociedade secreta, por considerar que seus membros eram uns *tractantes*.

O sabio Barão de Melgaço, compadre e amigo do Commendador Joaquim Gaudie Ley, perguntado por este, qual a opinião d'elle sobre a Maçonaria, respondeu: ‘Quando moço, em minha terra, iniciei-me em uma loja, que deu-me logo o grão 3; frequentei por um mez as reuniões, e nesse tempo reconheci que AQUILLO ERA ERA UMA SUCIA DE TRACTANTES, ESPECULANDO COM O DINHEIRO DOS TOLOS QUE CAHIAM LÁ. NÃO VOLTEI MAIS.’<sup>159</sup>.

Estevão de Mendonça, maçom e livre pensador, contestou a veracidade da informação dada pelo periódico católico, e por meio do jornal *O Debate*, publicou uma carta-resposta, rechaçando a possibilidade de o Barão de Melgaço ter tido opinião negativa sobre a Maçonaria, afirmando estar a *A Cruz* mal informada. Para ele, Augusto Leverger, o Barão de Melgaço,

---

<sup>156</sup>*O Matto-Grosso*, n. 1113, 3 de dezembro de 1911, p. 2.

<sup>157</sup> Cf. *A Cruz*, n. 53, 10 de dezembro de 1911, p. 2.

<sup>158</sup> Nasceu em Saint Malô, Bretanha, França, a 30 de janeiro de 1802 e faleceu em Cuiabá, a 14 de janeiro de 1880. [...] Chegou a Cuiabá a 23 de novembro de 1830. Em 1865, por ocasião da invasão paraguaia, defendeu Cuiabá, impedindo que o inimigo a atacasse. Fez construir fortificações em Melgaço e foi pessoalmente aguardar a passagem do invasor por aquela localidade Por decreto de 7 de julho de 1865, deu-lhe o governo imperial o título de Barão, com grandeza. Exerceu missões diplomáticas e por várias vezes a Presidência da Província. Era geógrafo e historiador. [...] É patrono da Cadeira nº 11, da Academia Mato-Grossense de Letras. MENDONÇA, R. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, p. 86-87.

<sup>159</sup>*A Cruz*, n. 143, 14 de setembro de 1913, p. 3. Maiúsculas do autor.



nunca deixara de fazer parte da Maçonaria, tendo inclusive participado da fundação da Loja Estrela do Oriente, em 22 de março de 1872<sup>160</sup>. Na semana seguinte, *A Cruz* contestou a carta-resposta de Mendonça, por meio de um texto longo e de linguagem pouco cortês. Para o articulista do periódico católico o fato de o Barão de Melgaço ter assistido à inauguração de uma loja maçônica não significava que ele compactuava com o que se fazia naquele ambiente, pois que se tratava de uma cerimônia pública, pesando ainda o fato de que Leverger teria solicitado todos os sacramentos católicos no momento que antecedeu sua morte, tendo inclusive o bispo D. Carlos celebrado missa em sua residência<sup>161</sup>. E concluiu: “Por todos esses motivos, pois, Snr. Estevão de Mendonça somos forçados a concluir que a sombra da Acacia offuscou em sua culta intelligencia a luz da verdade e, em sua consciencia a luz da justiça”<sup>162</sup>.

Em sua resposta, publicada em 23 de setembro no mesmo *O Debate*, Estevão de Mendonça salientou que “‘A Cruz’ na sua maneira de discutir não foi para comigo nem justa, nem sequer razoavel”<sup>163</sup>, contestando as afirmações do jornal católico, por valer-se apenas de uma testemunha. Por fim, levantou a discussão sobre o fato de que muitos católicos eram maçons, especialmente aqueles filiados às irmandades religiosas, e que o próprio Papa Pio X teria participado de uma cerimônia ao lado de um chefe maçom de Veneza.

Ninguem contesta, e eu menos que qualquer outro, os sentimentos religiosos do Barão de Melgaço, era catolico e morreu na sua fé exatamente como ‘A CRUZ’ rememorou, mas ser catholico não o impedio de ser maçom. ‘A CRUZ’ sabe que não invento dizendo que ha até maçons que pertencem a irmandades regulares da Igreja. E se os maçons não passassem de “tractantes”, nem o illustre redator-chefe d’‘A CRUZ’ me distinguiria com a sua amizade, e nem o actual Pio X, quando patriarca de Veneza, se animaria a assistir a uma cerimonia publica em companhia do ministro NASI, um dos chefes da maçonaria<sup>164</sup>.

*A Cruz* publicou um texto em duas partes para refutar os argumentos de Mendonça. No primeiro número, o articulista centrou a discussão na questão se o referido barão teria sido ou não “maçon efectivo”, solicitando a Mendonça uma prova de sua afirmação, visto que o fato de o Barão de Melgaço ter sido católico praticante seria uma prova de sua aversão à Maçonaria.

---

<sup>160</sup>*O Debate*, n. 577, 17 de setembro de 1913, p. 1-2.

<sup>161</sup>*A Cruz*, n. 144, 21 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>162</sup>*A Cruz*, n. 144, 21 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>163</sup>*O Debate*, n. 579, 23 de setembro de 1913, p. 3.

<sup>164</sup>*O Debate*, n. 579, 23 de setembro de 1913, p. 3. Grifos do autor.

Salienta também que muitos católicos participavam de *funções* do espiritismo e da Maçonaria não por desejo próprio, porém em consequência de conveniências várias, desde amizades, parentesco e partidarismo político. O articulista aproveita para ironizar o articulista rival: “O Sr. Estevão nunca foi as nossas touradas? É quasi certo que já foi e provavelmente continue a ir. Entretanto, estamos certos que a alma do amigo, odeia profundamente toda aquella barbaridade”<sup>165</sup>.

Na edição seguinte, *A Cruz* mencionou outra suposta testemunha das palavras de desapareço do Barão de Melgaço acerca da Maçonaria, Antonio Thomaz de Aquino Corrêa, pai de D. Aquino, que à época da suposta declaração de Leverger era genro do comendador Gaudie Ley, que primeiramente externou a controversa declaração do Barão. Além disso, reafirmou que a inauguração de uma loja maçônica deve ser considerada um ato público e não apenas maçônico. Salientou ainda que Pio X não esteve com Nasi, a quem se refere como “ex ministro deshonorado, processado, condenado, expulso do Parlamento italiano, exilado, cidadão indigno e trahidor da Patria”<sup>166</sup>, e sim com o cardeal Sarto, que seria o patriarca de Veneza quando se deu o suposto encontro. O encontro teria acontecido porque se tratava de um evento público, não restrito a um determinado grupo. Por fim, o articulista frisou que os católicos maçons citados por Mendonça não poderiam ser classificados com tais, porque não seriam nem católicos, nem maçons verdadeiros, dando a questão por encerrada<sup>167</sup>.

Ainda na edição de 28 de setembro, frei Ambrósio Daydé publicou um artigo direcionado a Estevão de Mendonça e intitulado *Minha Opinião?*, defendendo a posição do periódico de que era o redator-chefe, acusando a Maçonaria de ser *antisocial, criminosa e assassina*. Além disso, o frade esclarece a posição da Igreja perante os católicos maçons, tendo em vista o que Mendonça argumentou sobre muitos membros de irmandades religiosas.

O nobre amigo me aponta os maçons que pertencem a irmandades da Igreja. Eu lhe respondo: entre esses maçons de opa, aponte-me sequer um nome de verdadeiro, catholico, de catholico praticante, intregro.

Não há e não pode haver.

O Catholico-maçon não e catholico.

Talvez seja, por muito favor, servindo-me da classificação do Barão de Melgaço um ingenuo a serviço dos ‘tractantes’ para desmoralizar á Igreja, si fosse possivel.

O catholico-maçon é uma anomalia brasileira, uma herva daminha no jardim da Igreja.

---

<sup>165</sup>A *Cruz*, n. 145, 28 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>166</sup>A *Cruz*, n. 146, 5 de outubro de 1913, p. 1.

<sup>167</sup>A *Cruz*, n. 146, 5 de outubro de 1913, p. 2.

A Igreja o condena.  
Oito Papas condenaram sucessivamente a maçonaria<sup>168</sup>.

E conclui: “Amae os homens combatei os erros. É o que fiz. É o que farei”<sup>169</sup>. Em resposta à carta de frei Ambrósio, Mendonça declara compreender sua posição enquanto sacerdote católico, sem delongar a polêmica com o frade. No entanto, ao se referir à última resposta do jornal *A Cruz*, retoma a discussão sobre a veracidade ou não da declaração de Augusto Leverger acerca da Maçonaria. “Retomo, porem, o assunto debatido. Todas as pessoas que ouvi até agora a proposito da frase atribuida a Leverger, pessoas que tiveram a onra de privar com o saudoso almirante, são unanimes em contestar a veracidade dela”<sup>170</sup>. Acrescenta que obteve informações de um membro da família de Melgaço que afirmou que “[...] as relações entre o comendador Gaudie e o almirante Leverger eram muito escasas a partir de certa época”<sup>171</sup>. Ele conclui esclarecendo que as testemunhas citadas pelo jornal *A Cruz* não eram suficientes para provar a opinião do Barão de Melgaço acerca da Maçonaria, desafiando o periódico católico a apresentar um testemunho que “[...] venha robustecido por fatos que possa gerar convicção”<sup>172</sup>. Na semana seguinte, dia 7 de outubro, publicou novo texto informando que daria a questão por encerrada, por saber quem era o informante do órgão católico, cabendo a este apresentar as provas da suposta declaração de Leverger. Informou ainda que deixaria de publicar no jornal *O Debate*, por ser um órgão político e aproveitou para provocar *A Cruz*, por ela não ter apresentado a prova solicitada: “‘A Cruz’ não passou daquele conhecido manejo que a gíria sertaneja consagrou nesta frase – ‘arrodear toco’”<sup>173</sup>.

O jornal *A Cruz* apresentou os testemunhos solicitados por Mendonça em 9 de novembro. Entretanto, nos números de 12 e 19 de outubro, provocou-o novamente com o uso de expressões regionais, conforme texto da seção *Repiques*: “*Zé povo*. Voces d’A Cruz disseram que Estevão *rodou*... onde ele foi parar? *A Redacção*. Não sabemos; percorremos todas as columnas dos jornaes decentes desta capital e não vimos... nada”<sup>174</sup>. O trecho faz alusão à

---

<sup>168</sup>*A Cruz*, n. 145, 28 de setembro de 1913, p. 3.

<sup>169</sup>*A Cruz*, n. 145, 28 de setembro de 1913, p. 3.

<sup>170</sup>*O Debate*, n. 585, 30 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>171</sup>*O Debate*, n. 585, 30 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>172</sup>*O Debate*, n. 585, 30 de setembro de 1913, p. 2.

<sup>173</sup>*O Debate*, n. 591, 7 de outubro de 1913, p. 2.

<sup>174</sup>*A Cruz*, n. 148, 19 de outubro de 1913, p. 3. Itálicos do autor.

decisão de Mendonça em não mais debater o assunto. Em 9 de novembro, o periódico católico noticiou o recebimento de uma carta de Manoel Nunes Ribeiro, leitor que dizia ter sido testemunha da opinião negativa do Barão de Melgaço sobre a Maçonaria. Segundo o relato, o autor desejava entrar para a Maçonaria, mas decidiu pedir orientação para seu falecido cunhado, Augusto Cesar Padua Fleury, que lhe respondeu que certa vez havia consultado Leverger sobre a Maçonaria. “A resposta daquele homem sabio foi: ‘A Maçonaria é bôa para os ricos tolos e pobres espertos’ [...] Eu creio firmemente que o venerando Barão de Melgaço, não seria capaz de apresentar um juizo falso”<sup>175</sup>. Em 7 de dezembro, o jornal noticiou o recebimento de outra carta, dessa vez de autoria do padre João Xavier da Silva, que apresentou um testemunho mais detalhado, com a data do ocorrido.

Recordo perfeitamente que em 1873, [...] palestrando, um dia, sobre a maçonaria com o Snr. Commandante Chaves, inspector da Marinha nessa epocha, este me disse que sua opinião era essa mesma que tinha ouvido do Barão de Melgaço: i: é, que a maçonaria era uma *associação composta de tratantes que locupletavam o dinheiro dos tolos* – opinião alias de muitos homens notáveis<sup>176</sup>.

Por fim, a redação do jornal escreveu em tom triunfal e sarcástico: “Registrem mais este testemunho. Archive-o o nosso illustre contendor que deve ficar satisfeito, pois, pedia com tanta insistencia provas e nomes. Ahi estão”<sup>177</sup>. A polêmica entre os redatores d’A *Cruz* e o então advogado Estevão de Mendonça evidencia um conflito pela memória daquele que era considerado por ambas as partes e pelo público leitor o maior estadista do Mato Grosso no século XIX. Essa invocação, mesmo que póstuma, era útil na luta pela deslegitimação da presença maçônica em Cuiabá<sup>178</sup>. Nesse sentido, o lado vencedor poderia se vangloriar de sua opinião estar de acordo com a do Barão de Melgaço, especialmente para o jornal *A Cruz*, que buscava por meio de sucessivos artigos construir uma opinião pública negativa acerca da Maçonaria, representando-a como uma seita composta por pessoas interesseiras e que desejavam apenas ascensão e prestígio social. Essa representação esteve presente em outros textos publicados pelo jornal, a exemplo do trecho de um diálogo entre personagens não identificados:

---

<sup>175</sup>A *Cruz*, n. 151, 9 de novembro de 1913, p. 1-2.

<sup>176</sup>A *Cruz*, n. 155, 7 de dezembro de 1913, p. 1. Itálicos do autor.

<sup>177</sup>A *Cruz*, n. 155, 7 de dezembro de 1913, p. 1.

<sup>178</sup> BOURDIEU, P., *A economia das trocas simbólicas*, p. 58.

[...] porque tanta gente entra na maçonaria que é vestibulo do ateísmo? Para praticar a caridade? Santa candura! simplesmente porque se sabe que é uma associação intringando-se juntos aos governos, que dispões assim dos favores e dos cargos lucrativos e porque se espera achar nella um meio facil para se guindar mais alto<sup>179</sup>.

Esse mesmo diálogo esteve presente em um conto de autoria de frei Ambrósio, publicado na edição de 15 de maio de 1912, data comemorativa do segundo ano do jornal. Intitulado *Pertences á loja?*, o texto narra a história de Timotheo, um bacharel recém formado que se encontra triste, por ter recebido uma carta de um amigo de infância, Caetano, este bem-sucedido após filiar-se à Maçonaria. Dizia o amigo em carta: “*Eu sei que estás acabrunhado por ter ficado numa situação inferior e pouco rendosa: a falta é tua, unicamente tua, bem o sabes. Ah, si quizesse!! É só moveres o dedinho... e me dizeres: Apresenta-me á tua loja*”<sup>180</sup>. A mãe de Timotheo, percebendo a tristeza do filho, o questiona sobre os motivos daquela condição; ele lhe revela o conteúdo da carta. Ela então o afaga e o orienta sobre a decisão que deveria tomar. Assim, Timotheo recusa o convite recebido de Caetano. Décadas depois a decisão mostra-se correta:

Vinte annos depois, num lar feliz, com esposa ideal e amores de filhos, um homem honrado, respeitado, glorificado como velho servidor da Patria, era o Timotheo... e n’um lar infelicidado pelo divorcio deshonorado pelos escandalos, um homem que não pode supportar a revelação de infames negociatas, acabava pelo suicídio... O Caetano<sup>181</sup>.

O conto de frei Ambrósio teve um final feliz para o personagem que ouviu os conselhos da mãe e que se negou a condicionar sua ascensão social à filiação à Maçonaria. Timotheo não obteve prestígio social e riqueza no momento em que recebera a carta de Caetano, porém obteve a sua recompensa, um lar feliz e uma vida honrada. Essa narrativa se assemelha à do romance de Feliciano Galdino intitulado *Luz e Sombras*, de 1917, e considerado o primeiro romance publicado no Mato Grosso<sup>182</sup>.

Em suma, a Maçonaria foi representada pelos discursos do jornal *A Cruz* como seita diabólica, uma associação internacional com o fim de extinguir o catolicismo no Brasil,

---

<sup>179</sup>A *Cruz*, n. 35, 6 de agosto de 1911, p. 3.

<sup>180</sup>A *Cruz*, n. 75, 15 de maio de 1912, p. 4. Itálicos do autor.

<sup>181</sup>A *Cruz*, n. 75, 15 de maio de 1912, p. 4.

<sup>182</sup> Cf. FREITAS, B. M. *O fenômeno literário Luz e Sombras de Feliciano Galdino*.

começando pela infiltração nas instituições governamentais, aprovando leis para laicizar o Estado. Era representada também como uma ameaça à soberania nacional. Os maçons seriam pessoas interessadas no enriquecimento rápido; muitos dos que se filiavam à Maçonaria o faziam por interesses econômicos. Em consonância com o pensamento do arcebispo D. Carlos, autoridade máxima da Igreja Católica em Cuiabá, o periódico *A Cruz* se valeu de elementos simbólicos do catolicismo para deslegitimar e combater a Maçonaria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho consistiu em ampliar a análise sobre o processo de criação do jornal católico *A Cruz* e a presença do discurso ultramontano em suas páginas, sobretudo com relação ao protestantismo, ao espiritismo e à Maçonaria. O recorte temporal foi circunscrito aos anos de 1910 a 1924, ano de fundação do periódico e da troca de sua primeira direção, respectivamente. No entanto, foi preciso recuar até a administração ultramontana de D. Carlos, para demonstrar que o processo de criação do jornal esteve relacionado às transformações sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais pelas quais passaram Mato Grosso e a sociedade cuiabana desde o último quartel do século XIX.

Inicialmente, demonstrou-se que o bispo D. Carlos Luis D'Amour se opôs às mudanças que se processavam na sociedade a partir do momento em que elas representaram uma ameaça aos interesses da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que buscou reformar as práticas do clero e dos fiéis segundo os preceitos ultramontanos. Nos anos 1900, após décadas de polêmicas com autoridades civis, com o clero, com os fiéis e com a sociedade, o desgaste de D. Carlos era considerável e ele passou a ser criticado na imprensa local e em manifestações públicas. As críticas e as manifestações contra o bispo e o clero foram capitaneadas por indivíduos pertencentes à alta sociedade cuiabana que, influenciados pelas ideias positivistas, fundaram a *Liga Mato-Grossense de Livre-Pensadores* e uma revista anticlerical, *A Reacção*, para defender seus interesses na imprensa e deslegitimar a presença da Igreja Católica em Cuiabá. Propagadores de um discurso liberal, os livres pensadores apoiavam a presença de outras religiões e um número considerável deles pertencia à Maçonaria.

Diante do crescimento do anticlericalismo, das críticas ao bispo D. Carlos e ao clero local e da expansão de outras religiões, o que tornou mais diversificado, complexo e competitivo o campo religioso e ideológico de Cuiabá, membros do clero e da alta sociedade cuiabana criaram a *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso* e um jornal, *A Cruz*, como estratégia para perpetuar o monopólio da Igreja Católica e impedir o estabelecimento de concorrentes pelo mercado de bens simbólicos, além de defender o bispo das críticas que recebia, mobilizar os fiéis em defesa da Igreja Católica, construir uma opinião pública favorável ao catolicismo, evangelizar e instruir os leitores. A fundação do jornal *A Cruz* representou o surgimento da imprensa católica em Cuiabá, classificada pela hierarquia eclesiástica e pelos

papas como *boa imprensa*, tendo por missão combater a *má imprensa*, tais como a propaganda maçônica, espírita, protestante, positivista, comunista, socialista, anarquista, entre outras.

O estudo dos aspectos técnicos do jornal *A Cruz*, dos projetos e das estratégias editoriais, dos membros que compunham a redação, do relacionamento destes com a autoridade eclesiástica e o engajamento dos redatores em assuntos políticos demonstrou a similaridade do projeto editorial do jornal *A Cruz* com o ultramontanismo e com os discursos defendidos pelos bispos brasileiros e por D. Carlos. Ademais, evidenciou que os redatores mantinham uma postura de reciprocidade e de respeito com a autoridade eclesiástica e que alguns se envolveram nas disputas partidárias locais. As consequências desse envolvimento refletiram no relacionamento entre os redatores e a tomada de posição em prol de determinados candidatos ou partido político. Desse modo, a ação do jornal *A Cruz* não esteve circunscrita a temas relacionados ao campo religioso, mas também ao debate ideológico e político, o que, em certos momentos, colocou em risco a existência do periódico.

Ao longo da década de 1910 o periódico passou por diversas melhorias, tais como o aumento de sua tiragem e de suas medidas, o emprego de papel de melhor qualidade e a inserção de imagens, assim como ampliou seu público leitor. Tais progressos visaram não apenas atender às demandas dos compradores, mas também possibilitaram aos redatores refinarem os protocolos de leitura, no intuito de impor aos leitores um modo correto de ler o periódico. O refinamento dos protocolos de leitura ficou evidente nas mudanças das capas do jornal, que melhorou a parte visual e deu ênfase ao título do jornal, nas ilustrações que transmitiam representações negativas da Maçonaria, em especial, e nos textos sob a forma de diálogo, que funcionavam como catecismo e que visavam a doutrinar as práticas dos fiéis.

A análise dos discursos do jornal acerca do protestantismo, do espiritismo e da Maçonaria e das polêmicas nas quais se envolveu com os seus líderes e praticantes, demonstrou que os redatores utilizavam linguagem agressiva e detratora, a fim de deslegitimavar os competidores religiosos, classificando-os como partícipes de seitas diabólicas que tinham por objetivo destruir a Igreja Católica.

O protestantismo, de modo geral, foi classificado como seita falsa, criada por homens que não aceitaram a autoridade dos papas, considerados pelo catolicismo como os verdadeiros sucessores do apóstolo Pedro, que recebera de Jesus Cristo a missão de governar a Igreja Católica. Além disso, constuiu-se um discurso que associava a catolicidade à identidade brasileira; as outras religiões não faziam parte dessa identidade, sendo uma ameaça para o catolicismo que marcava a cultura brasileira e para a manutenção da soberania nacional. O



exemplo mais evidente dessa ameaça seria o envio de missionários protestantes de origem norte-americana que se utilizavam do embuste de pregadores para se infiltrarem no Brasil, fundando escolas e templos e descristianizando os brasileiros, deixando o caminho aberto para o imperialismo *yankee*.

O espiritismo foi classificado como uma seita diabólica, uma epidemia social que se espalhava rapidamente, provocando a destruição das famílias e a insanidade mental nas pessoas que o praticavam. Os médiuns eram charlatães e praticantes de curandeirismo, proposição que era endossada por relatos de médicos, especialistas e escritores renomados. Em Cuiabá, muitos católicos participavam de sessões espíritas, e o jornal *A Cruz* buscava orientar os leitores católicos, por meio de textos doutrinários e de notícias locais, nacionais e internacionais sobre os riscos que corriam ao frequentarem os centros espíritas.

A Maçonaria foi classificada como uma seita que atuava sob inspiração diabólica e que visava a destruir o catolicismo no Brasil e no mundo. Seus membros estariam infiltrados nos governos para implantar reformas e leis que prejudicavam a Igreja e os valores por ela defendidos. Os exemplos eram evidentes: as leis em defesa do divórcio e do ensino leigo, da laicidade do Estado e dos espaços públicos, o fomento a jornais anticlericais, entre outros. Ademais, aqueles que se filiavam à Maçonaria eram interesseiros em busca de enriquecimento rápido e fácil. Os discursos do jornal sobre a Maçonaria foram reforçados por imagens que a representavam como uma seita que tentava em vão destruir a Igreja Católica, representava como instituição sólida e inabalável, sustentada pelo próprio Jesus Cristo.

Os discursos do periódico *A Cruz* sobre o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria buscaram garantir a manutenção da legitimidade e o reconhecimento social do catolicismo, além de impedir o estabelecimento e a expansão dos novos concorrentes. Desse modo, o jornal também teve papel importante para a mobilização de fiéis em reuniões, passeatas e campanhas organizadas pela *Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso* e para a construção de sentimentos de alteridade para com as religiões e ideologias concorrentes, na constituição de uma opinião pública favorável à Igreja Católica, na defesa da imagem de D. Carlos e do clero local. Os discursos d'*A Cruz* contra o protestantismo, o espiritismo e a Maçonaria eram igualmente perpetrados pela hierarquia eclesiástica brasileira e pelos papas desde fins do século XIX. Assim, apesar de a criação do jornal ter se dado por condicionantes locais, os seus discursos estavam em sintonia com o ultramontanismo católico e com aqueles que eram propagados pela chamada *boa imprensa* em nível nacional e internacional.

As considerações deste trabalho contribuíram para o alargamento da compreensão das tensões no campo religioso e ideológico de Cuiabá na passagem do século XIX para o XX, demonstrando que a imprensa foi o espaço do debate entre os representantes das religiões e ideologias que se inseriram na cidade nessa Cuiabá e no Mato Grosso naquele período. Por outro lado, esta pesquisa não teve a pretensão de concluir os estudos sobre a imprensa católica em Cuiabá e sobre o jornal *A Cruz*, tendo em vista o recorte temporal e as incontáveis possibilidades de objetos que podem ser estudados no periódico *A Cruz*.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### Fontes:

*Anuário 2014*: Inspeção Salesiana de Campo Grande. Disponível em: <http://www.missaosalesiana.org.br/anuario-2014/>. Acesso em: 11 out. 2015.

Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour, 9 de abril de 1895. *O arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá*: edição digital do acervo eclesiástico: (1756-1956). Cuiabá: EdUFMT: Entrelinhas, 2011. DVD 10, Rolo 86.

Arquivo Secreto do Vaticano, Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 68, Fascicolo 330, p. 43r.

Arquivo Secreto do Vaticano, Indici 1153, Fondo Archivio della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 68, Fascicolo 330, p. 52r – 54r.

Archivio Secreto Vaticano, Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 125, Fascicolo 619.

Archivio Secreto do Vaticano. Indici 1153, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile, Busta 161, Fascicolo 807.

Arquivo Secreto do Vaticano. Indici 1153, Fondo della Nunziatura in Brasile, Busta 161, Fascicolo 807.

### Periódicos consultados

*A Capital*. Acervo da hemeroteca Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*A Cruz*, n. 1 ao n. 690 (1910-1924). Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*A Cruz*, n. 276, 15 de maio de 1916, p. 4. Acervo da Hemeroteca do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

*A Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910; *A Cruz*, n. 74, 5 de maio de 1912; *A Cruz*, n. 75, 15 de maio de 1912; *A Cruz*, n. 275, 28 de abril de 1916; *A Cruz*, n. 276, 15 de maio de 1916. Acervo da Hemeroteca do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá (ACMC).

*Gazeta Oficial*. Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*A Gazeta Oficial*, 19 de março de 1903, *apud* MORAES, S. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour em Cuiabá (1878-1921)*, p. 90.

*A Província de Matto-Grosso.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*A Reacção.* Acervo microfilmado da hemeroteca do NDHIR (Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional).

*A Verdade.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*Gazeta de Noticias. A Província de Matto-Grosso.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*O Commercio.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*O Debate.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*O Debate*, n. 1[?]55, 15 de junho 1915; *O Debate*, n. 1[?]55, 15 de junho 1915; *O Debate*, n. 1[?]61, 22 de junho de 1915; *O Debate*, n. 1[?]61, 22 de junho de 1915; *Debate*, n. 1[?]61, 22 de junho de 1915. Acervo da Hemeroteca do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

*O Liberal.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*O Matto-Grosso.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*O Paiz.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*O Pharol.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

*Revista Matto-Grosso.* Acervo da hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

## **Referências:**

ADÃO, Rafael. Os discursos integralista e anticomunista em Mato Grosso nas décadas de 1930 -1940: uma análise do jornal A Cruz. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013. p. 1-12. (V. 1).

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. A Igreja e o Cinema: Vozes de Petrópolis, A Tela e o jornal A União entre 1907 e 1921. In: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé (Orgs.). *História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual*. 2. ed. Santa Catarina: Nova Letra Gráfica & Editora, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós-graduação em História, São Paulo.

ARRUDA, Antônio de. Isác Póvoas: sua formação religiosa e cultural. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, Tomos CXXV-CXXVI, p. 7-13, 1986.

BENIMELLI, José Antônio Ferrer; CAPRILE, Giovanni.; ALBERTON, Valério. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. 6. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

BIENNÉS, Dom Máximo. *Uma Igreja na Fronteira*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

BIENNÉS, Dom Máximo. *Missão Franciscana na fronteira*. São Paulo: Paulus Gráfica, 1994.

BORGES, Ernesto. Centenário de Filogônio Corrêa. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, Tomos CXXVII-CXXVIII, p. 122-125, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: BOURDIEU, Pierre; MICELLI, Sérgio (Orgs.). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CANAVARROS, Otávio; SILVA, Graciela Rodrigues da. A imprensa mato-grossense antes da era do rádio. *Territórios e fronteiras*, Revista do PPGHIS/UFMT, Cuiabá, v. 3, n. 01, jan./jun. 2002.

CANAVARROS, Otávio. Embates ideológicos na imprensa de Cuiabá (1910). In: PERARO, Maria Adenir (Org.). *Igreja católica e os cem anos da arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009.

CARDOSO, Lilian A. Maciel. *O Jornal "A Cruz": uma abordagem da educação no início do século XX (1910-1920)*. Cuiabá, 1995. 131 f. Monografia (Especialização em História) – Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação do Insituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

COMETTI, Pedro. *Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: vida e obra*. Brasília: Corsíndio Monteiro da Silva, 1994.

COMETTI, Pedro. D. Carlos Luiz D'Amour. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, Tomos CXLI-CXLII, p. 308-311, 1994.

CORREA, Adriana Catelli. *Obreiros do Progresso: a liga matogrossense de livres pensadores (1909 – 1914)*. Cuiabá, 2002. 69 f. Monografia (Especialização em História) – Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

CORRÊA, Philogonio de Paula. O papel da maçonaria na independência do Brasil. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, Ano III, Tomo VII, p. 93-104, 1922.

CORRÊA-FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, Célio Juvenal; MARTINS, Flat James de Souza. Análise histórica, religiosa e educacional sobre o catecismo do Santo Concílio de Trento. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano II, n. 6, p. 85-103, fev. 2010.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *Ressentimento e revolta: formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha, 1874-1889*. São Paulo, 1990. 367 f. Dissertação (Mestrado e Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CRUZ, Heloisa Faria. CUNHA, Peixoto Maria. Na oficina do historiador. Conversa sobre história e imprensa. *Projeto história*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DUROURE, J. B. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977. (1º vol.: 1894-1904).

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. *Leão XIII – Sobre a Imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1959.

DOMINGUES, César Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. In: XIV Encontro Regional da ANPUH - Rio: Memória e Patrimônio, 2010. *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH - Rio: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: NUNEM, 2010.

FANAIA, João Edson. ALBUQUERQUE, Caetano de. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.) *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2013.

FANAIA, João Edson. CELESTINO, Pedro. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.) *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2013.

FANAIA, João Edson; SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. MOURA, Camilo Soares de. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.) *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2013.

FRANCISCO, Adilson José. *Educação & Modernidade: Os Salesianos em Mato Grosso (1894-1919)*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2010.

FREITAS, Bruna Marcelo. *O fenômeno literário Luz e Sombras de Feliciano Galdino de Barros*. Cuiabá, 2011. 70f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários.

GALETTI, Lylian da Silva Guedes. *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas, 2012.

GALVÃO, Honório Laucidio. *Papas-bananas ilustres: síntese biográfica*. Cuiabá: Central de Texto, 2010.

GONÇALVES, Carlos Barros. As polêmicas antiprotestantismo nas primeiras décadas do século XX. *Revista Fronteiras*, UFGD, v.12, n. 21, p. 151-179, 2010.

*Jubileu dos 90 anos do IHGMT (Jubileu de Álamo) – 1919-2009*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2010.

HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo - Segunda Época: A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina, Tomo II/2).

HERAIL, Francisco Maria. *A epopéia missionária da Ordem Terceira Regular no Mato Grosso – 1904-1979*. São Paulo: Edições Fátima Paulista, [s. d.].

ISAIA, Artur Cesar. O Espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. *História Revista* (UFG. Impresso), v. 12, p. 63-79, 2007.

KOEPE, Frei Romano. A imprensa e o cinema a serviço do apostolado moderno. *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano III, n. 28, p. 592-603, 1º out. 1957.

LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a benção de Prometeu*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983. (Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil - 2).

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, p. 127-144, 2001.

MANOEL, Ivan Aparecido. A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 21, n. 1, p. 207-215, 1999.

MANOEL, Ivan A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MARIN, Jérri Roberto. Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: A visita pastoral de D. Carlos Luiz D'amour ao sul da diocese de Cuiabá, em 1886. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 183-214.

MARIN, Jérri Roberto. D. Carlos Luiz D'Amour: a vida de um dedicado filho da Igreja Católica In: BORGES, Fernando Tadeu; PERARO, Maria Adenir; COSTA, Viviane Gonçalves da Silva (Orgs.), *Trajetórias de Vidas na História*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008. p. 187-215.

MARIN, Jérri Roberto. A Igreja Católica em Mato Grosso e as divisões eclesiásticas. In: PERARO, Maria Adenir (Org.), *Igreja Católica e os Cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009. p. 53-72.

MARIN, Jérri Roberto. *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e o "desacontecer" da romanização na fronteira com o Paraguai e Bolívia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

MARIN, Jérri Roberto. Etiquetas e comportamentos durante a viagem pastoral de D. Carlos Luiz D'Amour ao sul da Diocese de Cuiabá. *Horizonte: Revista Horizonte (Online)*, v. 13, p. 2137-2167, 2015.

MARIN, Jérri Roberto. A construção de imagens de D. Carlos Luiz D'A Amour durante as visitas pastorais pela Diocese de Cuiabá em 1885 e 1886. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 8, p. 213-232, 2015.

MARTINS, Arilson Aparecido. *O Seminário Episcopal da Conceição (MT): da materialidade física à proposta pedagógica – 1858 – 1880*. Cuiabá, 2000. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

MARTINS, Arilson Aparecido. *O Seminário Episcopal da Conceição na Formação das Elites de Mato Grosso - Brasil (1858 - 1880)*. Coimbra, 2015. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, v. 22, 2003.

MEDEIROS, João Freire. Um arcebispo maranhense. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, tomos CVXV-CXXVI, p. 35-37, 1986.

MENDES, Marcos Amaral. *De Capela Filial a Matriz Paroquial: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT*. Cuiabá, 2014. 539 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Matogrossenses*. 2. ed. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1973. (V. 1).



MENDONÇA, Estevão de. Retalhos da Vida. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, tomos LXI a LXIV, p. 25-70, 1949-1950.

MENDONÇA, Estevão de. Retalhos da vida. *Revista IHGMT*, Publicações Avulsas, n.18, 1999.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*. 2. ed. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1971.

MENDONÇA, Rubens de. *Sátira na Política de Mato Grosso*. Cuiabá: Edições do Meio, 1978.

MESQUITA, José Barnabé de. Sessão de encerramento de 1939-1941: Elogio fúnebre dos sócios falecidos. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, tomos XLV-XLVIII, p. 153-166, 1941-1942.

MORAES, Sibebe de. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

MORGADO, Eliane Maria Oliveira (Org.) *Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847 – 1985*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

NERIS, Wheriston Silva. A produção do corpo sacerdotal no Bispado do Maranhão (XIX): formação seminarística e introdução de novos modelos disciplinares. *Outros Tempos*, v. 8, n. 12, p. 17-43, dez. 2011.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

PERARO, Maria Adenir. *As Cartas pastorais e a visão ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá – MT (1879-1921)*. *Revista do IHGMT*, Cuiabá, v. 61, p. 44-50, 2003.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocrisandade (1888-1952)*. Belo Horizonte, 2010. 349 f. Tese (Doutorado em História) – UFMG/ FAFICH.

PILONI, Maria Cristina de Carvalho Souza Lima. *Centro Espírita de Cuiabá: 1911-2011: 100 anos iluminando consciências*. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

PINTO, Luiz Renato de Souza. *Rica/bendita; pobre/mal-dita: as cores da mulher em José de Mesquita (1915-1961)*. Cuiabá, 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. As Cartas Pastorais de D. Carlos Luis D'Amour e de D. Aquino Corrêa – a secularização dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá no limiar do século XX. In: *Anais do 3º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades*, Maringa, p. 1-12, jan. 2011.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. *Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX*. Campinas, 2008. 261 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

SANTOS, Sérgio Ribeiro. *A inserção do protestantismo em Cuiabá na Primeira República*. Cuiabá: RPC Gráfica, 2010.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação em pública em Mato Grosso (1870-1889)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica do Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

TOCANTINS, Aecim; TOCANTINS, Célia Lombardi Corrêa. *Philogonio de Paula Corrêa: educador, historiador, homem de letras e parlamentar*. Cuiabá: Gráfica Gil, 1999.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida: Editora Santuário, 2007.

WERNET, Augustin. *A imprensa paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

ZIMMERMANN, Tânia; CARLOS, Ana Carolina Oliveira. Relações e representações de gênero no jornal A Cruz (1910-1915) de Mato Grosso. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 54, p. 41-63, jul./dez. 2013.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A

### Subscrição para criação do jornal *A Cruz*

<b>Sócios Fundadores</b>	<b>Valor doado</b>
Francisco Orlando	500\$000
Arcebispo-Bispo	200\$000
<b>Sócios Benfeitores</b>	
Dr. João da Costa Marques	100\$000
Dr. João de Moraes e Mattos	100\$000
José Orlando	100\$000
Vicente Orlando	100\$000
Congregação Franciscana	100\$000
Congregação Salesiana	100\$000
<b>Sócios Cooperadores</b>	
Julio Müller	50\$00
Fernando Leite de Figueiredo	50\$00
Antonio de Paula Corrêa	50\$00
Maria Justina da Gama	50\$00
Anonymo-Sant'Anna de Aldeia	50\$00
Guilherme Garcoz	50\$00
Cesario Sesostriz	50\$00 <sup>1</sup>
Franklin Moura	30\$00
Dr. João C. Pereira Leite	20\$00
Dr. Luiz da Costa Ribeiro	20\$00
André V. P de Albuquerque	20\$00
Ernesto Frederico d'Oliveira	20\$00
Affonso Fortunato	20\$00
Anna Balbina Amarante	15\$00
Maria Augusta Rondon	10\$00

<sup>1</sup>A *Cruz*, n. 1, 15 de maio de 1910, p. 3.

Maria Nazareth de Cerqueira	10\$00
Dr. Augusto C. de Figueiredo	10\$00
Virgilio Alves Corrêa	10\$00 <sup>2</sup>
Faustino Corrêa da Costa	10\$00
Affonso de Moraes e Mattos	10\$00
Um da Guarda de Honra	10\$00
Um devoto	10\$00
Um Catholico	10\$00
Geralda G. de Queiroz	5\$00
Frederico A. London	5\$00
Monteiro	5\$00
Anna B. Amarante	5\$00
Frederico Teixeira	5\$00
Tres Irmãs	5\$00
Antonio C. Pihueiro	5\$00
M. Leopoldino	5\$00
Miguel V. d'Almeida	5\$00
A. T. Aquino Corrêa	5\$00
Polycena Deschamps	5\$00
Amarilio d'Almeida	5\$00 <sup>3</sup>
Dr. Pierre de Thier	50\$00
Um Catholico	20\$00
Virginia de Albuquerque	5\$00
Umbelina de Albuquerque	2\$00
J. B. C. Garcia	3\$00
Antonio Salgado	3\$00
L. Galvão	3\$00 <sup>4</sup>
Alvaro Figueiredo da Cunha	10\$00
Nicanor Dorileo	2\$00

<sup>2</sup>A *Cruz*, n. 2, 1 de junho de 1910, p. 3.

<sup>3</sup>A *Cruz*, n. 4, 29 de junho de 1910, p. 3.

<sup>4</sup>A *Cruz*, n. 5, 15 de julho de 1910, p. 4.

Zephirino Antenor	2\$00
Guimarães	2\$00
Valeriano de Souza	2\$00
Francisco de Mello	2\$00
Fernando de Mello	2\$00
Fernando I. da Costa	2\$00
Amelia M. Monteiro	2\$00
Um Catholico	2\$00 <sup>5</sup>
<b>Total arrecadado</b>	<b>2:067\$000</b>

---

<sup>5</sup> A *Cruz*, n. 6, 1 de agosto de 1910, p. 4.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 2 de setembro de 2016.

---

Daniel Freitas de Oliveira